

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO

JÉSSICA DE ALMEIDA POLITO

PAISAGEM MOGIANA: TRANSITORIEDADES E
RESISTÊNCIAS NA CONFIGURAÇÃO DE UM
TERRITÓRIO

CAMPINAS

2018

JESSICA DE ALMEIDA POLITO

PAISAGEM MOGIANA: TRANSITORIEDADES E
RESISTÊNCIAS NA CONFIGURAÇÃO DE UM
TERRITÓRIO

Tese apresentada como exigência para a obtenção do Título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira

PUC-CAMPINAS

2018

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa CRB 8/7313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t301.36 Polito, Jéssica de Almeida.
P769p Paisagem mogiana: transitoriedades e resistências na configuração de um território / Jéssica de Almeida Polito. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.

f.

Orientadora: Jane Victal Ferreira.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui anexo e bibliografia.

1. Migração rural-urbana. 2. Urbanização. 3. Planejamento regional. 4. Industrialização. 5. Modernidade. I. Ferreira, Jane Victal. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós- Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD – 18.ed. t301.36

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Autora: JÉSSICA DE ALMEIDA POLITO

Título: PAISAGEM MOGIANA: TRANSITORIEDADES E RESISTÊNCIAS NA
CONFIGURAÇÃO DE UM TERRITÓRIO

Tese de Doutorado em Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira (PUC-CAMPINAS)

1º Examinador: Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto (PUC-CAMPINAS)

2º Examinador: Prof.^a Dr.^a Ivone Salgado (PUC-CAMPINAS)

3º Examinador: Prof.^a Dra.^a Denise Aparecida Soares de Moura (UNESP)

4º Examinador: e a Prof.^a Dr.^a. Norma Regina Truppel (UNESP)

Campinas, 15 de junho de 2018

Para meu pai, João Alcindo.

AGRADECIMENTOS

A minha mais profunda gratidão a Deus que, pelos modos mais extraordinários e improváveis, me proveu força e determinação para permanecer firme em um propósito que integra o meu projeto de vida; que me mostrou valer a pena um coração sincero, mostrou-me o precioso valor do silêncio e ouviu cada palavra lançada. Nada, em absoluto, me deixou faltar nos momentos de maior apreensão.

A caminhada chamada “doutorado” foi marcada por momentos felizes, outros de batalhas intensas, de resiliência e vitórias que, uma a uma, me fizeram compreender o verdadeiro significado da palavra “aprendizado”. Aprendi sobre generosidade, sobre compaixão, sobre confiança, sobre a liberdade, sobre amizades verdadeiras, e muito também sobre como nunca agir e o que nunca dizer. Balizou o meu olhar, concedeu-me ferramentas de ação e me fez sonhar com os momentos futuros e formas de fazer de minha atuação profissional um contínuo exercício de benefício ao próximo – tal como eu tive o privilégio de ver e sentir nesta caminhada.

Parece-me tão pouco dizer apenas “obrigada” à Prof.^a Dr.^a Jane Victal Ferreira, que, pelas circunstâncias desta fase, me estendeu a mão em um momento delicado, abriu-me as portas de sua casa e, em meio às orientações, disse a mim as melhores palavras que eu poderia ouvir. A sua atenção e contribuição vem desde o meu mestrado. A vida me presenteou com sua amizade e neste momento, sob a sua orientação, pude receber a maior e mais bela lição sobre generosidade, ética e respeito ao próximo. Eu não conseguiria sem você e a confiança que depositou em mim. Por tudo, muito obrigada!

Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Laura Bueno Machado, cuja sensibilidade e atenção me marcaram profundamente, o que me permitiu seguir sonhando. Ao Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva, essencial em momento de decisão. Pelo tempo de caminhada e lições recebidas, ao Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa. À Prof.^a Dr.^a Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, que participou de momentos importantes da minha formação e cujas contribuições foram sempre tão proveitosas.

Ao Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto, à Prof.^a Dr.^a Ivone Salgado, à Prof.^a Dra.^a Denise Aparecida Soares de Moura e a Prof.^a Dr.^a Norma Regina Truppel Constantino que gentilmente aceitaram compor a Banca de Defesa desta Tese de Doutorado. Agradeço as palavras, sugestões e observações valiosas.

Não seria possível manter a essência, os sorrisos e alcançar a resiliência se não fossem os grandes amigos de caminhada. À querida Alessandra Strassa, que me ofereceu palavras edificantes nos momentos mais conturbados; que me arrancou sorrisos e orou por mim. Ao também querido amigo Vitor Sartori Cordova, que agiu, ouviu e me motivou infinitas vezes. Fez-me ver as flores em meio aos espinhos e me apontou direções. Um simples “obrigada” não corresponde à gratidão que carrego comigo. Aos queridos amigos Ulisses Salviano Alves de Andrade e Sandra Cristina Santos de Sousa por serem presentes, apesar das distancias físicas. À amiga Fabiana Locattelli dos Reis, pela sensibilidade, parceria e suporte em momentos tão necessários.

Aos amigos Prof. Dr. Dirceu Piccinato Junior e Prof.^a Dr.^a Daniela Krogh sempre presentes, mesmo à distância. Ao amigo e colega Prof. Dr. Eduardo Alberto Manfredini, cuja experiência e sensibilidade me foram fundamentais. À querida Prof.^a Dr.^a Denise Damas Morelli, que pacientemente ouviu trechos deste trabalho semanalmente e me deu grandes incentivos. Ao Prof. Dr. Mário Marangoni Filho, pela confiança, carinho e solidariedade. Ao

Prof. Dr. Edgar Franco, pelas conversas inspiradoras. Ao Prof. Dr. Alexandre Soares de Oliveira, pelas palavras de incentivo. Ao Prof. Me. Mauro Font, pelas oportunidades a mim conferidas e apoio.

À equipe da Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Unasp-EC, pelo auxílio em vários momentos. Aos meus alunos, desta instituição, que foram compreensivos e me apoiaram em muitos momentos.

À Dr.^a Priscila Frazão e Dr.^a Cristina Lima de Falco, pelos muitos gestos de carinho e gentileza para comigo e minha família.

Tive o privilégio de conviver com pessoas capazes de amar e acolher de forma surpreendente. Existem pessoas que chegam ao coração com imensa delicadeza e se mostram capazes de ressignificar os momentos mais difíceis por meio do carinho, de abraços e palavras que nos curam. À Marlene Ticianelli, o meu eterno obrigada por ser para mim como uma mãe e me apoiar nos dias, nas noites e nas muitas madrugadas de tensão. À Ana Carolina e ao Eduardo Ticianelli, por serem tão generosos e sempre me arrancarem sorrisos. Ao Rafael Ticianelli, por sempre acreditar. Pelo carinho, companheirismo, compreensão e paciência em todos esses anos.

À minha família: vovó Helly, vovó Dulce, tia Angela – por sempre estarem presentes.

Ao meu amado pai, pelos sonhos compartilhados e tantos outros postos de lado para que eu pudesse seguir sonhando. Pelos incentivos e a confiança de que me veria concluindo esta tese. Pelo muito que sempre fez e continua a fazer por mim.

Aos familiares distantes que a tecnologia manteve próximos – incentivo e palavras de carinho marcaram profundamente este momento.

Por fim, aos funcionários da PUC-Campinas, sobretudo à Ana Paula Vasconcellos Freitas, pela atenção e carinho e por muito contribuir neste fase.

À Pró-Reitoria de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica, que me beneficiou com bolsa integral desde o primeiro momento de curso e sem a qual esta pesquisa não se realizaria; e por ter me dado as condições necessárias para a finalização da pesquisa.

Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.

Provérbios 16:3

RESUMO

POLITO, Jéssica de Almeida. *Paisagem mogiana: transitoriedades e resistência na configuração de um território*. f.232 Tese (Doutorado em Urbanismo) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

Esta tese se apoia na leitura da paisagem como estrutura de análise, e retoma a discussão sobre o processo de urbanização brasileiro, buscando demonstrar que na dinâmica existente entre o território administrativo e o território das vivências existiram momentos de intersecções demarcados pela própria rede urbana. Se por um lado a vivências, os vínculos e os laços afetivos entre indivíduos e a terra fomentaram a consolidação de estruturas de organização pertinentes ao meio no qual estava inserido, por outro, o processo de fundação de novas vilas e freguesias correspondeu à lógica dos domínios territoriais administrativos que avançava sobre o sertão. Entre estas duas lógicas de compreensão territorial verificava-se a imprecisão entre seus contornos, aproximações e distanciamento que dinamizaram a Paisagem Mogiana. Dela participaram fragmentos de uma rede de caminhos e bairros dispersos preexistentes, por onde circulavam diferentes entes e influências diluídas. Esta paisagem culturalmente multifacetada fomentou o forjar de uma noção de urbano compatível ao *modus operandi* existente no sertão. Como camadas sobrepostas, verificam-se momentos de intersecções e distanciamentos marcados pelos encontros, conflitos, diálogos, resistências e ressignificações da própria paisagem e da rede. A não compatibilização imediata com um modelo urbanizador externo converte este processo em algo peculiar, condizente com a cultura local e distanciado do conceito de *belle époque*. Esta urbanidade regionalista guardava consigo traços culturais rústicos, que justificavam a sua espacialidade e a forma de organização da sociedade em torno de comunidades, onde a produção e a genealogia os definiam enquanto grupo. Neste cenário, os núcleos urbanos se mostravam como locais da representatividade política, interligando a região à capital paulista, ao passo que a convertia em metrópole. A paisagem cultural que ao mesmo tempo era fragmentada administrativamente entre território paulista e

território mineiro se manteve assim até finais do século XIX, sendo o processo de industrialização iniciado no século XX um marco na definição das fronteiras.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Regionalismo; Urbanidade Regionalista; Mogiana; Paulistânia; Bairros Rurais.

ABSTRACT

POLITO, Jéssica de Almeida. *Mogiana Landscape: Paisagem mogiana: transitional and resistance aspects on the formation of a territory*. f. Dissertation (Doctorate in Urbanism) Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2018.

This dissertation aims to demonstrate that São Paulo State's urban history was surrounded, from the beginning, by the imprecision between the urban and rural environments, especially in the *mogiana* region, which spawned a rural urbanity apart from the administrative limits and strongly related to Minas Gerais. This way, it relativizes the civilization's approaches, presenting shards of a road network and spread preexistent neighborhoods, deeply related to the natural landscape, structured according the way of life and imagination of their inhabitants and where ideas and goods that supplied the internal market traveled. At the same time, they worked as communication channels with areas already considered urbanized, from where came diluted influences built from the diversity of beings and ways. This culturally diverse landscape shaped a perception of the urban environment compatible to the existing rural way of life and adapted to the reality and possibilities of the rural population. Therefore, the cultural landscape was the base for the insertion of the administrative network then consolidated the modern regional territoriality. Like stacked layers, intersection and detachment moments are observed, influenced by the encounters, conflicts, dialogs, resistances and redeterminations of the landscape itself and the network. The failure in immediately complying with an external urbanizing model, makes this process peculiar, consistent with the local culture and detached from the *belle époque* concept. This regionalist urbanity kept rustic cultural aspects that justified its spatial features and the organization method of the society around communities, where the production and genealogy defined them as groups. Under this scenario, urban cores presented themselves as places of political representativeness, linking the region to the capital of São Paulo, while converting it in a metropolis. This administratively fragmented cultural landscape between São Paulo and Minas Gerais territories was kept until

late 19th century and the industrialization process, that began during the 20th century, was a milestone on the frontier definitions.

Keywords: Cultural Landscape; Regionalism; Urbanity Regionalist; Mogiana; Paulistânia; rural neighborhood

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Mapa de rios navegáveis (século XVIII) com demarcação do Rio Mogi Guaçu ..77	
Mapa 2 Linhas de postais em Minas Gerais	202
Mapa 3 Carte Generale de letat de Sao Paulo, 1910.....	208

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Identificação da paisagem cultural	26
Figura 2 Rios que serpenteiam	35
Figura 3 Serra do Mogyguassu	46
Figura 4 Serra dos Toledos, Itajubá (MG)	48
Figura 5 Identificação da geodiversidade nas cercanias do Vale do Sapucaí	49
Figura 6 Mar de morros – Pedra Balão, Poços de Caldas (MG)	50
Figura 7 Identificação dos climas	55
Figura 8 Identificação dos biomas na Depressão Periférica e Vale do Sapucaí	56
Figura 9 Identificação dos solos na Depressão Periférica Paulista	58
Figura 10 Vista da depressão periférica a partir de ponto de observação localizado em Mococa (SP)	58
Figura 11 Identificação dos corpos d'água superficiais da Bacia do Tietê.....	60
Figura 12 Corte esquemático do relevo contido entre a cuesta basáltica de Botucatu (SP) e o Vale do Sapucaí	61
Figura 13 Vista aérea do Rio Pardo	64
Figura 14 Vista aérea do Rio Sapucaí	64
Figura 15 Identificação da unidade paisagística.....	66
Figura 16 Croqui esquemático de uma aldeia tupinambá	69
Figura 17 Tekohá Tupi.....	70
Figura 18 Unidade de assentamento indígena no Vale do Mogi Guaçu	72
Figura 19 Perfil do complexo vales-serra do Mogyguassu	74
Figura 20 Rio Mogi Guaçu	75
Figura 21 Confluência do Rio Pardo e Rio Mogi Guaçu	77
Figura 22 Identificação do limite administrativo entre a Capitania de Minas Gerais e Capitania de São Paulo	96
Figura 23 Fragmento do Mappa da Capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos e passagens.....	103
Figura 24 Legenda do Mappa da Capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos e passagens.....	107
Figura 25 Identificação Cachoeira de Cima	112
Figura 26 Identificação do descolamento realizado pelos primeiros habitantes de Mogi dos Campos	113
Figura 27 Identificação dos assentamentos Cachoeira de Cima e Mogi dos Campos....	118
Figura 28 Croqui - assentamento de Mogi dos Campos	120

Figura 29 Fragmento de rede entre assentamentos dispersos do século XVIII.....	121
Figura 30 Identificação da paisagem cultural mogiana.....	139
Figura 31 Identificação dos vetores de expansão	143
Figura 32 Quadro síntese da paisagem cultural na passagem do século XVIII para o século XIX.....	156
Figura 33 Produção de açúcar em São Paulo.....	158
Figura 34 Bairro Montevideo.....	163
Figura 35 Planta da Cidade de Mogi Mirim com a identificação do possível Bairro Montevideo	164
Figura 36 Identificação do bairro Macucos e caminhos de acesso.....	166
Figura 37 Vista panorâmica do Vale do Mogi Guaçu, a partir do bairro dos Macucos....	166
Figura 38 Localização do bairro Caveiras	170
Figura 39 Mapa da Capitania de Minas Gerais em fins da era colonial: indicação produtiva	183
Figura 40 Fragmento da rede de bairros rurais - início do século XIX.....	186
Figura 41 População da Vila de Mogi Mirim, 1836 - brancos, livres e escravos	197

LISTA DE ABREVIATURAS

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

APM – Arquivo Público Mineiro

BD-UFMG – Biblioteca Digital da Universidade Federal de Minas Gerais

BDLB – Biblioteca Nacional Luso-Brasileira

BN – Biblioteca Nacional

BND – Biblioteca Nacional Digital

CM – Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia

CEDOC – Centro de Documentação Histórica de Mogi Mirim

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. Sobre as noções de território civilizado e de sertão	20
2. Aspectos metodológicos	21
3. Uma compreensão de paisagem: circunscrição do objeto de estudo	25
4. Entre transitoriedades e resistências	36
PARTE 1 Aspectos naturais e territorialidade indígena: uma primeira compreensão da paisagem	45
1. A Serra do Mogyguassu	46
1.1 Ao norte da Serra do Mogyguassu – as cercanias do Vale do Sapucaí	47
1.2 Ao sul da Serra de Mogyguassu – a depressão periférica	54
2. A ocupação nativa em meio às colinas dissecadas	62
2.1 A ocupação nas barrancas	67
3. O complexo vales-serra	74
3.1 O vale do Rio Mogi Guaçu	75
3.2 O vale do Rio Pardo	77
PARTE 2 Ocupação e posse: uma paisagem multifacetada	80
1. A paisagem dos encontros culturais	81
2. Sobre as ações administrativas	94
2.1. A Comarca de Rio das Mortes	94
2.2. Territórios administrativos: a Capitania de São Paulo e a Capitania de Minas Gerais	94
2.3. Esboço de um mercado interno sertanejo	97
3. Entre minas, comércio e serras: uma paisagem permeável e paulista	99
3.1. A permeabilidade hídrica	108
3.2. Os novos reentrantes das minas – fixação populacional	110
4. Sobre os vestígios de assentamentos dispersos no século XVIII	111
4.1. Um fragmento da rede rural do século XVIII	114
4.1.1. Núcleo 1: Cachoeira de Cima	115
4.1.2. Núcleo 2: Mogi dos Campos – Mogi Guaçu	117
4.1.3. Núcleo 3: Mogi dos Campos (Mogi Mirim)	122
5. A paisagem cultural entre campos e serras	125
5.1 O vale dos bugres e o sertão dos caiapós	127

5.2	A serra e o rio das almas negras	131
5.3	O campo dos banidos e desertados	137
6	Uma paisagem produtiva	141
6.1	Por uma compreensão de território a partir da vivência	144
6.2	Intersecções e rede urbana: o território administrativo e o território das vivências	152
	PARTE 3 A modernidade que vem do sertão	161
1.	O despontar de uma noção de urbano	162
1.1.	O bairro Montevideo (SP)	163
1.2.	O bairro dos Macucos (SP)	165
1.3.	O bairro das Caveiras (SP)	168
1.4.	O bairro do Pinhal (SP)	171
1.5.	O bairro Santa Bárbara (SP)	173
1.6.	O bairro Cercado (SP)	173
1.7.	O bairro Santa Luzia (MG)	175
1.8.	O bairro da Árvore Bonita e o bairro do Campo Grande	180
2.	Organização e produção em território sertanejo	181
3.	Sobre as reestruturações do meio urbano-rural	187
3.1.	Entre as modernizações, os antigos bairros rurais	201
3.2.	O bairro Campestre	203
3.3.	Sobre os exemplos de resistência: a Freguesia de N. S. das Dores de Guaxupé	203
	Considerações finais	210
	Bibliografia	215
	Anexo I	232

INTRODUÇÃO

Pelo sertão
Nas estradas
Vilas e rios
Povoados
Cidades matas
Caatingas
Campinas serras
Serrados
O povo habita
Faz tempo.
(Pelo sertão – Flávio Império)

A história da urbanização brasileira decorre de um conjunto de elementos e fatores que lhe atribuem nuances. Questões políticas, econômicas, culturais e tecnológicas interagem com a diversidade natural constante nas dimensões continentais do Brasil, com os modos de viver e de ser de seus habitantes. Em meio a tantos possíveis contextos, não nos parece viável restringir as análises sobre este tema a uma única perspectiva.

Esta tese se apoia na leitura da paisagem como estrutura de análise, e retoma a discussão sobre o processo de urbanização brasileiro, buscando demonstrar que na dinâmica existente entre o território administrativo e o território das vivências existiram momentos de intersecções demarcados pela própria rede urbana. Se por um lado as vivências, os vínculos e os laços afetivos entre indivíduos e a terra fomentaram a consolidação de estruturas de organização pertinentes ao meio no qual estava inserido, por outro, o processo de fundação de novas vilas e freguesias correspondia à lógica dos domínios territoriais administrativos que avançava sobre o sertão.

Nem sempre os contornos destas duas formas de compreensão territorial eram equivalentes. Os arredores da Serra do Mogyguassu representaram, inicialmente, um vazio administrativo onde floresceram as condições propícias para a vida dos muitos entes e modos de ser que habitavam o sertão.

A paisagem mogiana suscitou o forjar de uma urbanidade adaptada àquela realidade: desde as possibilidades do ente sertanejo quanto a sua mobilidade, até as questões de limites e fluxos que se mostravam muito relacionados com as Minas Gerais.

Entendemos que a configuração de uma paisagem cultural foi o substrato para a inserção da rede administrativa que acabou consolidando a territorialidade moderna regional.

Para esta análise, guiamo-nos pela abordagem de Bernard Lepetit (2001, p. 80), privilegiando um amplo recorte temporal, por se fazer necessário o constante retorno a contextos anteriores para a compreensão das muitas camadas que fizeram daquela paisagem algo plural e multifacetado. A definição de um recorte temporal amplo permitiu reconhecer e analisar aspectos de transitoriedades e resistências que participantes da constituição do território paulista.

Temos como balizas alguns processos: de início, o processo de colonização do Brasil; ao final, próximo à passagem do século XIX para o século XX, o início do processo de industrialização na região – este aqui entendido como um marco da definição das fronteiras.

Destacamos a importância dos estudos desenvolvidos por Nestor Goulart Reis Filho para o balizamento de nossa abordagem. Em antítese à concepção de uma colonização sem planejamento, Nestor Goulart apontou para a existência de políticas relacionadas à formação de vilas e cidades no Brasil, bem como a articulação entre esses núcleos, dentro de um sistema urbano internacional, levando à compreensão de que a colonização não se deu de maneira circunstancial, mas sim mediante a um planejamento do território *segundo os interesses em jogo*. (REIS, 2010, p. 34)

A contribuição e os impactos dessas abordagens se fazem sentir constantemente, tendo norteado novas gerações de pesquisadores e consolidando uma linha de estudos. As pesquisas desenvolvidas por Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (2011), Cláudia Damasceno da Fonseca (2011), Maria Fernanda Derntl (2010) e Ivone Salgado (2017) se alinham aos trabalhos de Nestor Goulart Reis Filho e oferecem importantes contribuições à ampliação deste campo do saber.

No que tange à presente tese, ressaltamos a importância da compreensão sobre o meio urbano e de uma noção de urbanidade forjada dentro da lógica de organização e estruturação territorial portuguesa, para podermos compreender as variações coexistentes. Destacamos as questões referentes à fundação de cidades, a institucionalização do patrimônio, a ampliação da rede urbana e a reconfiguração

territorial, mediante a contínua incorporação de terras aos domínios da Coroa enquanto aspectos correspondentes ao processo civilizatório.

É válido comentar que o sertão é um termo proveniente de uma construção intelectual associada à cultura europeia. O sertão correspondia às vastas terras sobre as quais os portugueses não detinham conhecimento ou controle efetivo. Portanto, este termo fazia sentido mediante as lentes culturais desses indivíduos. Por isso, ressaltamos a importância de nos atentarmos aos aspectos culturais para o desenvolvimento da pesquisa, ato que nos mostrou o quão relativos eram os termos “urbano”, “rural”, “sertão” e “civilizado”.

1. Sobre as noções de território civilizado e de sertão

Na perspectiva colonizadora e civilizatória, para um núcleo vir a se tornar uma vila faziam-se necessários alguns rituais obrigatórios, como a construção da Casa de Câmara e Cadeia e o Pelourinho, conforme esclareceu Fonseca (2012, p. 81). Segundo a autora, esses rituais *materializavam a justiça administrada pelos oficiais da municipalidade*, fazendo a vila corresponder ao *mundus civitatis*¹, isto é, ao *espaço ordenado* em que os habitantes eram regidos por leis e por uma entidade administrativa.

Neste sentido, importante contribuição foi dada por Murilo Marx, apontando para a presença da Igreja Católica enquanto importante elemento regulamentador e ordenador do espaço urbano. Desse *mundus civitatis* temos o termo “civilidade”, o qual pode ser entendido como o conjunto de características, produtos e relações estabelecidas entre grupos e que proporcionam a vida em sociedade (POLITO, 2013).

Em consonância com essa linha de pensamento, temos, em Michel Foucault (2008), que a fiscalização e o controle de uma área, somados à produção social nela existente, caracterizam e delimitam um território. Da síntese entre essas exposições, configura-se um “território civilizado”, coerente à perspectiva colonizadora.

¹ A autora atribui o uso deste termo ao historiador Diogo de Vasconcelos.

Fundar novas vilas correspondia à ampliação da fronteira imaginária entre o território civilizado (sobre o qual Portugal detinha domínio) e o sertão – aquela *porção apartada do mar, & por todas as partes metida entre terras*, conforme consta no dicionário de Raphael de Bluteau (1728, p. 613). O sertão, neste caso, poderia ser entendido como o *espaço caótico* – o negativo do processo de povoamento e urbanização *segundo a visão etnocêntrica dos colonizadores* (FONSECA, 2001, p.51).

A força da expressão *fundação de cidades* está no seu significado de ordenação do território, de controle, de domínio, de fiscalização da própria sociedade e de sua atuação na *dilatação dos confins* (BUENO, 2009). Correspondia à expansão do “território civilizado”, o qual se iniciava a partir da costa litorânea e se estruturava em uma incipiente rede urbana, que gradativamente se tornava mais ampla e complexa e da qual participavam arraiais, capelas, freguesias, vilas e cidades.

Neste contexto, as vilas e as cidades correspondiam a centralidades do poder administrativo, que avançava sobre o sertão e o urbanizava. Esta perspectiva de uma urbanização sistêmica nos permite muitas reflexões e informações, mas nela não há espaço para a compreensão das estruturas e organizações sociais não subordinadas diretamente à lógica administrativa e civilizatória de Portugal, bem como à lógica de ocupação e de *ser* nessas porções “negativas à urbanização”.

Mediante um objeto de estudo que se mostrou culturalmente tão rico e articulado, a verticalização sobre o tema requereu, também, outra perspectiva de análise e um posicionamento frente a esta lacuna historiográfica verificada.

2. Aspectos metodológicos

Lepetit (2001, p. 77-78) comentou que *nenhum objeto de pesquisa se destaca por sua evidência: o olhar do pesquisador e sua abordagem é que lhe definem os contornos*. A caminhada pelo universo da pesquisa nos colocou diante de fontes primárias que entendemos serem produtos de uma cultura e, por isso, elaboradas segundo um olhar direcionado. Como tal, muito nos contam sobre as ações

praticadas (os dados em si), mas também nos mostram o modo de pensar e agir de seus elaboradores, dando-nos pistas sobre seus anseios, temores e crenças.

Os documentos podem ser compreendidos como a expressão oficial de ações sistêmicas decorrentes de um projeto e planejamento, mas também como reações a uma circunstância incômoda ou de interesse. Se por um lado a primeira forma de interpretação tem sido ricamente explorada, por outro, pouco sabemos ainda sobre o que estava se configurando nas áreas apartadas e que precisava ser incorporado e melhor gerido, *segundo os interesses em jogo*² (do colonizador).

Do cruzamento entre as documentações e o escavar de informações e vestígios materiais e simbólicos, podemos intentar a leitura das entrelinhas e esboçarmos um cenário que não nos parece ser exatamente o “negativo” da imagem gerada pelos documentos oficiais, mas sim vestígios de uma lógica coexistente à lógica civilizatória e com momentos de intersecções com esta. Não atribuímos a esta elaboração um caráter definitivo, pois assim como comentado no início, os elementos e fatores que participam do processo de urbanização são muitos. Apontamos para a pertinência de alterarmos o ângulo de observação e, com isso, darmos novos passos na ampliação deste campo do saber.

Entre as principais fontes consultadas, destacam-se os almanaques redigidos no século XIX, em especial o “Almanak da Província de São Paulo para 1873”, o “Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1874”, “Almanach Popular de Campinas para o anno de 1878”, o “Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Império do Brazil para 1883”, o “Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1884”, o “Almanach da Província de São Paulo, administrativo, commercial e industrial para 1888” e o “Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guaçu para o anno de 1889”. Esses documentos nos serviram como fontes primárias.

Na intenção de registrarem a realidade vivenciada em diferentes localidades, expõem ao pesquisador uma riqueza de informações admiráveis, permitindo a identificação, desde estruturas habitacionais, organização de aglomerados dispersos, hábitos e cotidiano daquelas sociedades, até questões políticas e econômicas, que simultaneamente estavam em cena.

² Aqui, fazemos referência às importantes observações apresentadas por Nestor Goulart Reis Filho em sua tese de doutoramento, que, dentre as quais, destacou que as políticas e projetos de gestão do território e das vilas e cidades oscilaram ao sabor dos interesses em jogo. De acordo com as variáveis em questão, as escolhas de projeto implicaram em maior ou menor grau de elaboração e controle por parte da Coroa Portuguesa (BUENO, 2012, p. 18).

Muitos desses almanaques não restringiram suas abordagens para o ano no qual havia sido datado, trazendo em seus textos um levantamento histórico sobre a formação da localidade ou região, permitindo-nos uma visão geral do processo ocorrido. Dentre os listados, o “Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1874” e o “Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guaçu para o anno de 1889” foram os mais exaustivamente consultados, pois ambos contêm a mesma particularidade: abordavam toda a extensão territorial coincidente com nosso objeto de estudo. Os demais nos ofereceram complementariedade para algumas questões que eventualmente ficavam em aberto.

As cartografias também tiveram grande importância neste estudo, tendo em vista serem representações oficiais e sistematizadas sobre um território e que, por vezes, nos ofereceram informações valiosas segundo o tema ao qual eram dedicadas.

Ressaltamos aquela elaborada por Francesco Tosi Colombina e intitulada “Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens”, datada do início do século XVIII.

Destacamos também a “Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que se mostra a verdadeira situação dos lugares por onde se fizeram as sete principais divisões do seu Governo com o de Minas Gerais”, copiada de um documento de 1766, pelo Major Umbelino Alberto de Campo Limpo, em 1869: o “Mappa da Comarca do rio das Mortes pertencente a Capitania de Minas Gerais que mandou descrever o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antônio de Noronha Governador e Capitão General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações”, feito por José Joaquim da Rocha, em 1777.

Em especial, a “Carta Corográfica de parte da Capitania de São Paulo que confina com a Capitania de Minas Gerais”, datada de 1874, foi de fundamental importância. Ela nos mostra as delimitações administrativas entre São Paulo e Minas Gerais nos anos de 1749, 1764 1874, servindo-nos para a identificação das balizas físicas de nosso recorte, bem como o aguçar de algumas inquietações referentes à estruturação territorial-administrativa de São Paulo e Minas Gerais.

Assim, uma abordagem interdisciplinar se fez necessária. Procuramos estabelecer diálogo com a geografia, a sociologia, a antropologia, a arqueologia, a geologia, a história, a filosofia e a cartografia, entre outras áreas do saber, para o esclarecimento de questões levantadas.

Como suporte metodológico de análise, destacamos a elaboração de ilustrações, mapas temáticos e reedição de cartografias antigas, sobre as quais foram acrescentadas informações pertinentes à pesquisa.

A compilação das informações levantadas nos permitiu observar aquilo que Milton Santos abordou como sendo o território vivenciado, delimitado pelas práticas sociais e relações entre indivíduos e meio em que habitam. O autor traz para a compreensão de território uma definição encantadora:

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (SANTOS, 2007)

Atribuir contornos a esse território não é uma tarefa fácil, porque as manifestações da existência não se restringem aos limites da cartografia, não são englobados, em sua totalidade, pela rede administrativa e não se expressam exclusivamente por meios materiais. O território das vivências não é alheio a uma lógica de organização, mas não se limita a organização regulamentar dos governos – envolve o que está dentro e fora dele e por vezes pode adquirir contornos distintos, segundo as interpretações, os interesses e o imaginário daqueles que nele vivem e o produzem.

No exercício de identificar possíveis contornos, encontramos na geografia cultural um importante instrumento para a análise de nosso objeto de estudo. Conforme apresentou Carl Sauer (*in* CORREA, ROSENDAHL, 2014, p. 22), a geografia cultural se interessa sobre *as obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica*. O autor evidencia que, para o desenvolvimento desta tarefa, se faz necessária uma especial atenção à reconstrução das sucessivas culturas sobrepostas em uma área, *começando pela cultura original e continuando até o presente* (2014, p. 23).

A interdisciplinaridade se tornou uma ferramenta essencial a este exercício. Como quem busca desvendar camadas de informações, a pesquisa aqui

desenvolvida nos remeteu ao labor dos arqueólogos que, uma a uma, nos revelou a existência de uma paisagem cultural complexa, detentora de traços culturais marcantes e muito articulada.

3. Uma compreensão de “paisagem” e “mogiana”: circunscrição do objeto de estudo

Entre vales, campos e serras, na região de fronteira entre os territórios administrativos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, eleva-se um complexo de maciços rochosos, cuja altitude atinge os 2 mil metros acima do nível do mar e é denominado por Serra da Mantiqueira.

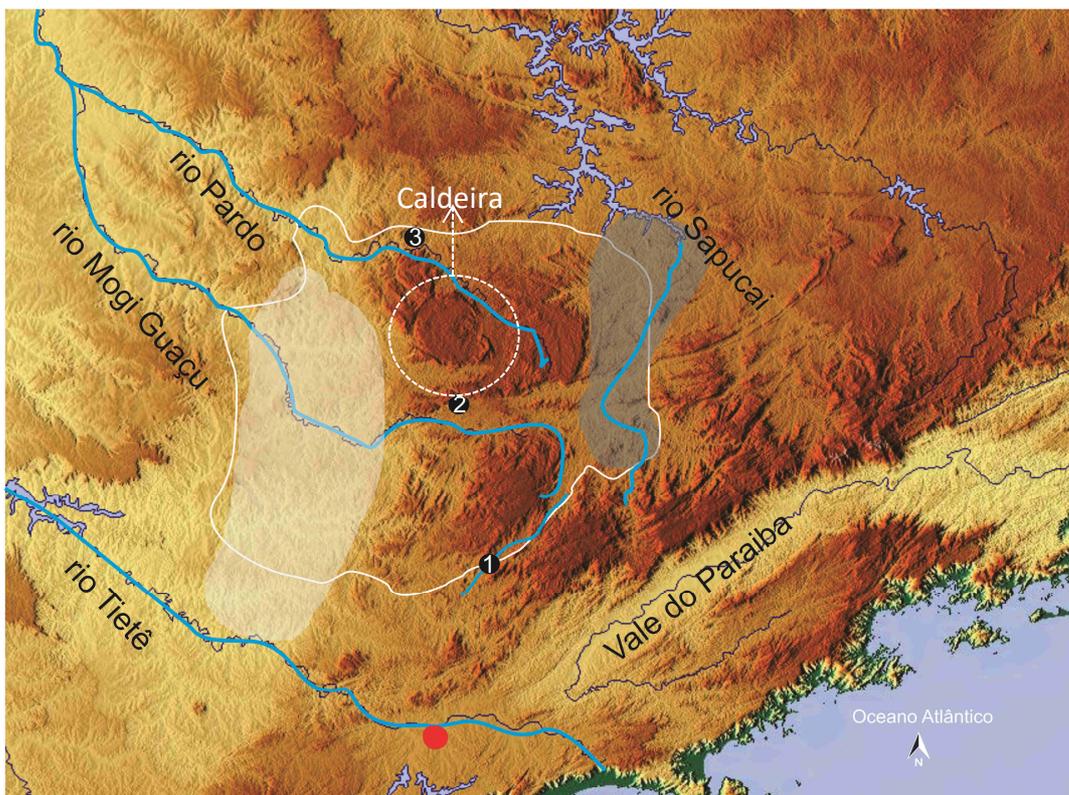
Esta cadeia de serras torna-se gradativamente mais amena à medida que alcança as porções mais interioranas a oeste, servindo de baliza natural entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica Paulista. Este prolongamento a oeste, que atualmente é referenciado como “Maciço de Poços de Caldas”, “Serra do Caracol” ou “Serra de Poços de Caldas³”, era frequentemente identificado nas cartografias⁴ do século XVIII por “Serra do Mogyguassu⁵”, por nela estar localizada a nascente do rio de mesmo nome.

A Serra do Mogyguassu era marcada pela presença de amplos vales por onde correm rios perenes e caudalosos, como o Rio Pardo e o Rio Mogi Guaçu. Essa serra era um marco visual em meio à paisagem natural de colinas suaves que a circundava, cujas vegetações correspondiam a um cenário de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado. Destacava-se pela altitude, pelo tipo de vegetação arbóreo, pelos animais que ali circulavam, atraídos pela qualidade das águas que brotavam de suas nascentes – que em muito se diferenciavam dos demais cursos hídricos.

³ A correlação foi feita em 1896 por Orville Derby, que identificou a Serra de Mogyguassu como sendo as serras de Poços de Caldas e de Caldas ou a Serra Caracol– Andradas (MG), 1896: XLVII.

⁴ No decorrer desta tese apresentaremos algumas cartografias, que permitem observar a identificação da referida serra por “Serra do Mogyguassu”. Destacam-se as cartografias elaboradas por Francisco Tosi Colombina.

⁵ DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1896: 43.



Legenda

- São Paulo
- ① Vale do rio Camanducaia
- ② Vale do rio Mogi Guaçu
- ③ Vale do rio Pardo

Delimitação recorte espacial —

Depressão Periférica Paulista

Vale do Sapucaí



Figura 1 Identificação da paisagem cultural

Fonte: Elaborado pela autora a partir de relevo topográfico obtido em <https://maps-for-free.com/>, sobre o qual foram sobrepostas as identificações dos vales e rios pertinentes à leitura da paisagem cultural em destaque. Podem ser observados os contornos da Serra da Mantiqueira, carecendo de destaque o anel rochoso localizado entre os vales do Rio Mogi Guaçu (2) e Rio Pardo (3), onde atualmente se encontra o município de Poços de Caldas (MG), mas que durante os séculos XVII, XVIII e XIX exerceu grande impacto no imaginário popular, devido às nascentes de águas sulfurosas na localidade. Em cinza claro está a identificação de parte da Depressão Periférica Paulista, enquanto integrante da paisagem por nós delimitada. Em cinza escuro, a identificação do Vale do Sapucaí. Estas duas manchas também simbolizam nossa compreensão sobre o domínio morfoclimático dos mares de morros. Destaca-se a proximidade da referida paisagem cultural ao Vale do Paraíba, na costa litorânea, sendo possível observar as “fendas” da Serra da Mantiqueira que viabilizavam o tráfego de pessoas e mercadorias entre o vale e a paisagem em estudo. Ao sul, em vermelho, localiza-se São Paulo, tendo por importante elemento de referência o Rio Tietê.

A origem deste relevo está associada a uma manifestação vulcânica ocorrida há milhões de anos, da qual também proveio o formato circular que apresenta. Nesta “caldeira”, minavam águas sulfurosas e hidrominerais, fazendo com que, na serra e em seu entorno imediato, existissem charcos e olhos d’água – uma situação diferenciada dos terrenos mais adiante.

A partir da Serra do Mogyguassu, descortinava-se uma vasta região de colinas dissecadas, cingida pelas cuestas basálticas presentes ao norte (Serra do Muzambinho); a oeste, pela cuesta de Botucatu (SP); ao sul pelos corpos d'água nas proximidades do Rio Camanducaia; e a leste por algumas outras serras não integrantes do Sistema Mantiqueira, tais como a Serra do Paredão, no Vale do Sapucaí (**figura 1**). Nesta paisagem, serras e rios exerciam papéis estruturadores – tanto aos aspectos naturais quanto aos culturais.

O entendimento sobre as questões referentes ao tipo de solo, relevo, vegetação e cursos hídricos somou-se a esta abordagem, a partir da compreensão do conceito de geodiversidade⁶. De caráter interdisciplinar, a geodiversidade nos fornece ferramentas de análise sobre a variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens naturais, as quais propiciam o desenvolvimento da vida.

Diferente de ratificar o determinismo geográfico, este conceito busca estabelecer relações e compreender, entre outras coisas, as manifestações culturais, as produções materiais e imateriais presentes em regiões com características naturais semelhantes. Também analisa a relação entre elementos da natureza, valores e significados construídos pelos grupos humanos a partir de sua percepção sobre o meio no qual estavam inseridos – uma abordagem que, em nosso entender, dialoga com aquela sobre paisagem cultural e o que a geografia nos apresenta como etnoterritorialidade⁷.

Outrora, as cercanias da Serra do Mogyguassu haviam sido denominadas de sertão. Por sertão eram designadas as terras distantes, apartadas e ainda pouco ou quase nada conhecidas pelo agente colonizador. Suas cores, animais exóticos e relevo suscitavam lendas e recorrentes relatos sobre montanhas de diamantes e

⁶ Geodiversidade é a natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, solos, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico. A partir das definições fornecidas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Disponíveis em <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade-162>, acessado em 09/04/2018

⁷ O conceito de Enoterritorialidade está inserido nos estudos etnogeográficos, cujo foco é a diversidade de organizações espaciais delimitadas pelos padrões culturais. A etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo. ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., org. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 313-336. ISBN 978- 85-232-1189-9.

lagos de ouro. O sertão era alvo de cobiça do colonizador, que o observava externamente e construía uma imagem deste contexto a partir de seu arcabouço cultural. O sertão muitas vezes foi denominado por “sertão dos bugres”, “do gentio caiapó”, “dos selvagens” – fazendo transparecer a constante lógica comparativa entre o cá e lá, e que permitia a atribuição de sentido e significado àquelas terras.

É sabido o papel dos bandeirantes viajantes no processo de reconhecimento, ocupação e povoamento dessas terras interioranas. Seus relatos suscitavam uma pálida imagem sobre o desconhecido que as muitas cartas corográficas almejavam representar e atribuir contornos. O adentrar as matas e o contato com o indígena levou à construção de um conhecimento mais detalhado sobre aquele meio, mas que não deixava de ser interpretativo.

O tempo das águas e da seca, o tempo da floração, o tempo do plantio e as ervas medicinais, o reconhecimento da boa caça, os tipos de solo e os recursos hídricos serviam-lhes de orientação espacial e, desse processo marcado pela associação, acabam por atribuir sentido e significado aos elementos observados. Daí então as designações que associavam a fartura de espécies ao relevo no qual se encontravam: “rio das antas”, “vale do cervo”, “serra negra”, “rio das cobras”, “rio do jaguar”, entre tantos outros. Nomes que provinham da *língua geral* – a forma de comunicação mais recorrente e que mesclava elementos da grafia portuguesa à indígena, com a prevalência desta última.

Nesse processo de reconhecimento, nomes eram atribuídos segundo a relação dos indivíduos com aquela natureza, originando as toponímias que são importantes vestígios para a compreensão de um entendimento sobre uma paisagem. Tomando como exemplo a toponímia *Caconde*, cuja correspondência portuguesa é *local por onde passam muitos*, temos nela pistas sobre uma lógica de ocupação e mobilidade naquele sertão e que aguça nossa curiosidade. Afinal, como disse Flávio Império em seu poema, *pelo sertão (...) o povo habita faz tempo*. Que habitat e que povo eram esses?

Esse reconhecimento e essa organização simbólica atribuía contorno a um território igualmente simbólico, desassociado das regras administrativas do governo português e marcado pelos laços afetivos e vínculos estabelecidos com a terra. Desse processo de andanças e descobertas, reconhecimentos e construções simbólicas da paisagem natural e posterior fixação, configurou-se uma população

paulista com hábitos, produções, modos de vida adequados às possibilidades do sertão, às suas ofertas naturais e recursos.

A presença desses personagens e o modo com que se relacionavam com o meio fazia surgir um território, que Ellis Júnior (1948) retratou como sendo a “Paulistânia”. Tratava-se de uma vasta porção de terras que englobava o território de São Paulo e partes de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, e onde o paulista se fazia presente com seu modo de vida e sua leitura da paisagem.

Do ritmo marcado pelo constante deslocamento, em grande parte motivada pela busca por minérios, surgiram caminhos, sítios e pousos dispersos que se configuravam em estruturas possivelmente realocáveis em atendimento às demandas daquele contexto e, especialmente, a busca por indígenas e minérios.

Apesar de este quadro poder ser interpretado como uma situação de isolamento, em virtude de seu caráter quase autóctone, ele configurou algumas áreas de serviço e de sociabilidade que nos permitem compreender uma situação de oposição. Vestígios toponímicos, provenientes do vocabulário recorrente – a *língua geral* – nos oferecem amostras dessa comunicação existente.

Neste ambiente, o real e o imaginário se misturavam. E em um tempo em que a palavra tinha peso igual ou até maior que um documento, os relatos e as lendas confundiam-se; afinal, quem duvidaria de tão maravilhosas imagens descritas pelos aventureiros bandeirantes frente ao latente anseio pela descoberta? O sertão adquiria um caráter místico, dotado de formas, cores, texturas, sabores e vários significados.

No que tange à região de nosso estudo, antes de ser a Serra do Mogyguassu, esta era reconhecida como uma área sagrada. Em especial, pela presença de águas sulfurosas e hidrominerais que curavam muitas moléstias e já eram conhecidas pelos habitantes nativos.

Da herança cultural indígena, a simbiose entre matéria e espírito permanecia presente. Se raios eram associados à chegada de epidemias (HOLANDA, 1995), as águas e a serra eram associados à bonança. Em meio a essa paisagem, sítios e pousos – rancharias⁸ – ritmavam a ocupação e sendo alguns deles correspondentes ao local dos núcleos embrionários das urbes paulistas e mineiras.

⁸ A utilização do termo “rancharia” denota a efemeridade deste tipo de assentamento, que tinha por base o deslocamento frequente.

Além de não ser isolado, o sertão também não era alheio ao contexto da colônia. Refletiam sobre ele as questões políticas, econômicas e administrativas da Coroa Portuguesa – cuja consequência fazia-se perceber não apenas pelas redefinições das fronteiras imaginárias entre sertão e civilidade, mas pela constituição de sua população e o seu processo de enraizamento.

Em especial nessa região, as idas, as vindas e o início do processo de enraizamento desses indivíduos se fizeram observar desde os emblemáticos conflitos que configuraram a Guerra dos Emboabas, entre 1708 e 1709. Aqueles que a historiografia sinaliza como “reentrantes” correspondiam, em parte, aos que retornaram às paragens da Serra do Mogyguassu e, de maneira associada às concessões de sesmarias – por posse ou como agregados –, estabeleceram morada. Somara-se a isso a dinâmica colonial, pois, à medida que o mercado se desinteressava pelo indígena e posteriormente pelas atividades de mineração, tantos outros bandeirantes e parceiros de jornada passaram a se fixar nas antigas paragens dos caminhos que percorriam. (ARTIGIANI, 1994, p. 23)

Para além deste modo de ocupação característico, a identificação entre os circundantes fomentada por laços de parentesco, vizinhança e cooperação mútua e a própria leitura e interpretação da paisagem possibilitavam a esses indivíduos se localizarem no mundo, uma vez que as noções de pertencimento eram consolidadas. (CANDIDO, 2017)

A partir do momento em que esse processo de enraizamento se intensificou, o conhecimento herdado das matrizes indígenas e lusitanas foi direcionado à economia de subsistência e originou um tipo humano de comportamento peculiar, de ocupação dispersa, de traços rústicos dada a sua localização, conhecedor da natureza e das estações climáticas e com o mínimo de sociabilidade, ao qual a literatura denominou por “caipira” (CANDIDO, 2017)

Conforme apontado por Candido (2017) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), a sociabilidade desses indivíduos estava pautada na não necessidade do trabalho compulsivo, uma vez que à sua frente havia o “sertão” das inúmeras possibilidades. Isto se aplicava à produção agrícola que, dada a técnica produtiva, carecia do deslocamento para o replantio em terras ainda não exploradas, gerando a uma preservação dos hábitos do homem do campo.

Vitor Sartori Cordova (2017) sintetizou que *o povoamento disperso era uma congregação por cooperações vicinais e pela vida lúdico-religiosa denominada “bairro rural”*. Esse bairro apresentava um modo de vida mais sedentário, não significando o fim da itinerância, posto que o deslocamento entre bairros fosse frequente, mediante os laços estabelecidos entre os indivíduos.

O crescimento dessa “Paulistânia” foi expressivo, incitando a necessidade de uma política de organização e administração do território por parte do governo. Verificam-se, a partir de 1765, ações de incorporação dessas terras aos domínios da Coroa Portuguesa, mediante o início de um processo de fundação de novas vilas, dentre as quais se destaca Mogi Mirim (1769).

Em um momento inicial, esta vila foi a única localizada à esquerda da Serra do Mogyguassu e em meio a uma estrutura de caminhos e bairros rurais dispersos já consolidados. Verifica-se a partir daí uma sobreposição de lógicas, que, entre ressignificações, interesses e resistências, atribuiu um caráter diferencial à urbanização ali ocorrida.

Os bairros dispersos e os caminhos constituíam uma rede de sociabilidade, marcada pelas distâncias relativas, pelos balizamentos etnoterritoriais, pelas referências simbólicas e, mediante a fundação de novas vilas, pela contínua intensificação da relação campo-cidade.

Os balizamentos etnoterritoriais e as referências simbólicas justificavam-se pelo fato de que, no decorrer do processo histórico – e mediante o não isolamento do “sertão” –, tantos outros grupos somaram-se à paisagem, em comunidades. Além dos Indígenas, dos caipiras e dos portugueses que já se faziam presentes, vieram os quilombolas e os ciganos, e, a partir deles, os seus filhos.

Esta diversificação do quadro humano transformou esse sertão em uma paisagem cultural multifacetada, uma espécie de mosaico, em que cada grupo se estabelecia em locais condizentes com seus interesses ou necessidades. Ao mesmo tempo, isso gerava um reconhecimento sobre a existência do “outro”, conferia novos significados à paisagem mediante as diferenças étnicas e as atribuições simbólicas.

Falamos então em “campo dos ciganos”, “vale dos bugres” e “serra das almas negras” – a demarcação de um território simbólico constituído pelas vivências, que ao mesmo tempo reafirmava o sentido de pertencimento e de comunidade entre esses indivíduos. Entre estranhamentos mútuos, simbolismo e assimilações

culturais, ocorreu a sintaxe de uma identidade regional, onde a diversidade de entes e modos de ser era a sua diferenciação.

Neste sentido, saímos da escala do tipo humano caipira e passamos à escala do *sertanejo*, termo este que compreendemos ser vago mediante as muitas combinações entre culturas e paisagens naturais existentes nos muitos sertões do Brasil. Compreendemos que o termo “sertanejo” se relaciona a um modo de vida consolidado a partir do rústico, do disperso, da mobilidade, do sentido de comunidade e pertencimento e do sociável, porém dotado de nuances.

As condições de bioma entre Mata Atlântica e Cerrado e a presença de rios, solos argilosos, colinas dissecadas, serras, minérios e, especialmente, águas termais e hidrominerais estabeleciam um quadro de possibilidades muito diferentes daquelas verificadas entre os sertanejos de outras regiões.

Os sertanejos das cercanias do Mogyguassu tinham abundância hídrica e terras férteis ao cultivo diversificado. As serras, os rios e nascentes eram atrativos à caçada e à pesca. A produção de subsistência também se atrelava ao abastecimento do mercado interno colonial.

A localização da região entre centros mineradores também nos sugere um movimento pendular frequente. Possuíam áreas propícias à pastagem, uma estrutura de caminhos já consolidada, serras que os circundavam e o acesso a Sorocaba (que na época era um grande entreposto comercial de muares provenientes do Viamão) dinamizava a pecuária.

Esses sertanejos que estavam às margens dos grandes centros mineradores, também exerciam a atividade de mineração em seu próprio habitat, pois havia nele algumas jazidas. Frente a um comércio ainda mantido pelos pagamentos em ouro em pó, as atividades de mineração ali existentes correspondiam às necessidades no mercado do qual participavam.

Ao analisarmos os vestígios sobre os assentamentos dispersos nessas paragens, atentamo-nos para outro fator comum a eles: ocupavam, predominantemente, as barrancas dos rios em meandros ou entroncamento hídricos, tal qual faziam os nativos.

Maria Geralda de Almeida (2008) nos apresenta quatro (4) principais grupos identitários entre os sertanejos: (1) os cerradeiros e/ou geraizeiros, (2) os

caatingueiros, (3) os barranqueiros e (4) os vazanteiros e irrigantes modernos⁹. A autora destaca que se trata da identificação de traços gerais, a fim de *evidenciar a diversidade dos sertanejos e o risco ao se fazer uma leitura e um discurso sobre os sertões, considerando-os como uma sociedade, uma paisagem e um território único*.

Em consonância com a autora, não intentamos aqui estabelecer um estereótipo, mas compreender o *modus operandi* comum a esses indivíduos ocupantes da paisagem em tela, a fim de melhor compreendermos alguns aspectos do processo de urbanização ocorrido em tão antiga fronteira – as transitoriedades e resistências presentes na constituição do território paulista.

A partir das exposições da autora, criamos um quadro comparativo (**tabela 1**) entre as principais características que marcam o modo de vida e produção dos grupos cerradeiros/geraizeiros e barranqueiros/vazanteiros. Dentre os quatro selecionamos estes dois, pois trata-se de grupos que ocupam regiões de Cerrado e Mata Atlântica, o que é correspondente ao nosso recorte.

Das características comentadas sobre os geraizeiros¹⁰ e os barranqueiros, observamos que uma mescla delas se faz presente quando voltamos nosso olhar para os habitantes dos arredores da Serra do Mogyguassu.

A ocupação dos planaltos e vales; a apropriação da natureza, segundo um sistema de representações, códigos e mitos; os conhecimentos sobre as potencialidades do solo e o mosaico cultural dos geraizeiros misturavam-se às localizações a beira-rio – sempre próxima aos entroncamentos hídricos – e à criação de animais em terra firme ou de pequenos animais perto das águas e ao extrativismo nas matas, tão comuns entre os barranqueiros. Soma-se a isso uma espacialidade da ocupação que não avança sobre os topos das serras circundantes, mantendo-se, quando muito, na encosta. Além disso, a presença marcante de bandeirantes e suas famílias em meio a eles atribuíam a esse grupo um traço peculiar.

⁹ Não abordaremos o perfil dos “irrigantes modernos” por ser este um perfil identificado em momento externo ao nosso recorte temporal, que se encerra na primeira década do Século XX, à partir do início do processo de industrialização na paisagem em tela.

¹⁰ Diz-se “geraizeiro” por serem ocupantes das terras em Minas Gerais. Guimarães Rosa (1968, p.130) refere-se a eles como “pessoal dos gerais – gente mais calada em si e sozinha, moradores das grandes distâncias”.

GERAIZEIROS/ CERRADEIROS

- 1) Ocupação: planaltos, as encostas e os vales das regiões de cerrados.
- 2) Apropriação da natureza, regida por um sistema de representações, códigos e mitos.
- 3) Cerrados, tabuleiros, espigões e chapadas fazem parte da estratégia produtiva e garantem diversidade produtiva.
- 4) Conhecimento sobre zonas ecológicas: solos, vegetação, rios.
- 5) Constroem um mosaico de atributos ecológicos e culturais que se realiza por sua interação, conformando uma unidade da paisagem.
- 6) A apropriação é realizada aproveitando-se a fertilidade e a umidade das vazantes para as culturas mais exigentes. Nos tabuleiros, constroem suas moradas, plantam os quintais, criam os pequenos animais e cultivam plantas adaptadas. Das chapadas e dos carrascos provém o complemento fornecido pela diversidade de frutíferas nativas, óleos, fibras, forragem para o gado, lenha, madeira para diversos fins.

BARRANQUEIROS/ VAZANTEIROS

Modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas, combinando, nos diversos ambientes que constituem seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo, numa perspectiva transumante.

Três grandes unidades da paisagem manejadas:

- 7) O complexo “terra firme”;
- 8) O complexo ilha;
- 9) O complexo rio.

1. Na “terra firme”, os ambientes se subdividem em:

- a) margem ou beira-rio;
- b) barranco;
- c) lagoas criadeiras;
- d) cerrado ou caatinga.

2. Nas ilhas, os ambientes subdividem-se em:

- a) angradouro;
- b) baixão;
- c) vazante, lameiro ou lagadiço;
- d) terras altas.

3. **O complexo rio** promove a conectividade entre as unidades da paisagem, dando corpo e vida a uma unidade territorial que é básica para a manutenção do sistema produtivo e para a reprodução agroalimentar dos vazanteiros. A agricultura de sequeiro e de vazante é praticada na terra firme e nas ilhas, sendo organizada de forma tal que as atividades de plantio e colheita se estendem por todo o ano. A pesca é praticada no rio, nas lagoas criadeiras e no baixão. A criação de animais de pequeno porte é feita nos arredores da casa, na beira-rio ou nas ilhas, e os de grande porte nas pastagens naturais das ilhas ou nas áreas de “solta”, na “terra firme”. Nas áreas de uso comum da terra firme é praticado também o extrativismo de frutas, lenha, plantas medicinais, plantas utilizadas na fabricação de sabão, de óleo e na construção das casas; além da caça.

Tabela 1 Quadro comparativo entre identidades sertanejas: barranqueiros e geraizeiros

É válido ressaltar a profunda relação desses indivíduos com as águas, seus assentamentos sempre próximos aos rios e à navegabilidade. Em maior ou menor escala, todos os rios desse contexto apresentam a característica de terem uma plasticidade serpenteante muito marcada – e isso era decorrente das condições de relevo: as colinas dissecadas.

Esse serpentejar das águas despertava temores e o caráter simbólico atribuído ainda pelos indígenas se manteve preservado até finais do século XIX. Da tradição indígena provinham as muitas lendas e mitos que associavam a origem das tribos dessa região à origem dos rios e à presença da Grande Cobra.



Figura 2 Rios que serpenteiam

Esses sertanejos que ocupavam as barrancas assemelhavam-se aos barranqueiros apontados por Almeida (2016), do mesmo modo que se assemelhavam aos geraizeiros. Poderiam ser classificados tanto como um, como o outro. Mas a paisagem natural na qual eles se inseriam era diferenciada: detinha, ao centro, uma caldeira, de onde vertiam águas sulfurosas e hidrominerais que curavam as moléstias, ao mesmo tempo em que era entrecortada por rios que serpenteavam – Rio Mogi Guaçu, Rio Pardo e Rio Sapucaí.

Seus assentamentos predominantemente alocados nos meandros dos rios despertaram-nos a atenção e, dada essa relação com a plasticidade dos cursos hídricos, acreditamos que referirmos a esse sertanejo como sendo um **sertanejo mogiano** seja coerente. Afinal, em tupi-guarani Mogi (M'boi) corresponde ao *rio que serpenteia*, não sendo esta uma característica exclusiva do Rio Mogi Guaçu. Mogiano então seria *o indivíduo que habita a região do(s) rio(s) que serpenteia(m)*.

O sertão não era estático – havia grupos que o ocupavam e estabeleciam sobre ele relações políticas, afetivas e simbólicas; dotavam-no de valor e significado, criando uma relação de pertencimento que não se fundamentava na posse administrativa, mas na convivibilidade e na identidade. A paisagem mogiana era, então, uma territorialidade. Era possível ser um sertanejo mogiano, mesmo estando sob a jurisdição paulista ou mineira, até o ano de 1850¹¹.

4. Entre transitoriedades e resistências

Questões naturais, processo histórico de ocupação e quadro humano fomentaram na paisagem mogiana a expressão de uma noção de território e de urbano vinculados ao simbólico, ao misticismo e conhecimento popular. Somavam-se as heranças culturais indígenas, suas pajelanças e os alimentos sagrados. A crença em espíritos que se corporificavam sob as formas naturais da paisagem e o recurso dos amuletos contra a má sorte se mesclavam a uma religiosidade de elementos lúdico-cristãos, herdados em parte pela matriz cultural portuguesa e em outra parte pelas tantas culturas que os compunham.

Esse universo místico era o habitat do sertanejo e, ao passo, que caracterizava o ocupar e o viver desses indivíduos, também era mantido por eles. Entre os primeiros registros de ocupação nessas áreas, identificamos ser no ano de 1650 um primeiro assentamento às margens do Rio Mogi Guaçu. A partir daí verifica-se o progressivo aumento do número de assentamentos, ressaltando, é claro, que esses processos eram lentos e espaçados, comedidos pela dinâmica das descobertas.

No entanto, foi a partir de 1698, quando as primeiras jazidas de minérios foram encontradas no local que depois viria a ser Minas Gerais, que o processo de fixação pode ser mais bem observado. Conforme já comentado, assentamentos e caminhos começavam a atribuir contornos espaciais à ocupação; havia o constante moldar do modo de vida daquelas pessoas e o estabelecimento de laços a partir de suas vivências. O século XVIII foi o tempo das intensificações dos processos de

¹¹ Entende-se o ano de 1850 como baliza cronológica à dinâmica sertaneja em virtude da promulgação da Lei de Terras que conferiu às glebas o caráter de propriedade comercializável, rompendo com a antiga estrutura de posse e deslocamento, bem como a secular lida com o território. (SILVA, 2008)

ocupação e das disputas territoriais, nessa região, entre sertanejos e governo, e os governos das províncias de São Paulo e Minas Gerais. E não era sem motivo.

Na Europa, o pensamento Iluminista dominara os círculos sociais e, através das políticas do governo português, se fazia sentir no Brasil. Em oposição ao místico, às crenças, ao simbólico e ao rústico, configurava-se um novo quadro, em que a razão, a ciência, o domínio da natureza, o distanciamento das crenças, a laicização do governo e seus domínios territoriais eram almeçados. Portanto, se do ponto de vista de ocupação territorial o sertão e o civilizado apresentavam diferenças organizacionais, quanto ao modo de vida de seus habitantes também. As estruturas existentes no contexto urbano permitiam aos habitantes sentir, de modo mais efetivo, a face do Rei, marcando o sertão como a oposição a este cenário.

De igual maneira, as formas de compreensão e pensamento eram igualmente estruturadas de maneiras diversas e, por consequência, duas imagens de sertão coexistiam. Uma enquanto território, habitat e contexto qualificador das práticas e sociabilidade, outro como espaço a ser dominado, incorporado e transformado. Neste recorte, havia então uma diferenciação entre os indivíduos da colônia. Fora isso, havia também quando comparados ao contexto externo, o que justificaria as menções aos “portugueses do Brasil” e os “portugueses de Portugal”, tal qual observado na literatura do século XVIII.

O alcance do pensamento iluminista no Brasil foi intermediado pela ação do governo de Portugal que, nesse tempo, passava por reforma sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal e Primeiro Ministro de D. José I. Considerado um déspota esclarecido, promoveu profundas modificações nas questões políticas e econômicas, entre os anos de 1750 e 1777.

Ele foi um mecenas e intencionava fazer uso de sua posição destacada na sociedade para promover as ideias de progresso, arrojo, trabalho, austeridade e estudo. O Marquês de Pombal intentava uma reforma da própria mentalidade portuguesa, a qual considerava presa às tradições e ao passado medieval. Afirmou a autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica; a autoridade para lançar impostos e criar novas capacidades militares, além da reestruturação do sistema de ensino e a secularização (FRANCO, 2007).

As Reformas Pombalinas alteraram o quadro administrativo português e, por consequência, sua especial atenção à colônia brasileira fez-se sentir rapidamente.

Os interesses em manter a produtividade econômica infligia na necessidade da desvinculação das ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, cuja atuação passava a afetar diretamente os propósitos econômicos da Coroa.

Buscava racionalizar, padronizar a administração, a organização militar e colocar a educação sob a alçada do Estado. Suas preocupações voltavam-se às diferenças étnicas, especialmente o idioma, em que o uso da *língua geral* era visto como barreira à formação de uma unidade administrável.

Os centros de mineração em Minas Gerais foram alvos de uma grande atenção do governo, sobre os quais se faziam presentes medidas de controle, fiscalização, cobrança de tributos sobre a produção e circulação do ouro. Infraestruturas e a opulência da população marcavam estes núcleos, os grandes centros urbanos da América Portuguesa.

Os impulsos progressistas de Marquês de Pombal se refletiram também com a restauração da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo, tendo D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o quarto Morgado de Mateus, assumido o governo e dado continuidade aos propósitos centrais da Coroa. Uma política de centralização da população e produtividade econômica se iniciou, tendo por sustento a fundação de novos núcleos administrativos – as vilas e freguesias. Impulsionou a monocultura canavieira e, mesmo que inicialmente em ritmo menos acelerado, fomentou sobre o sertão as primeiras ações visando romper com o quadro existente e promover uma unidade – social e territorial – frente a uma população tão dispersa e a um território pouco rentável à Coroa.

Apresentavam-se aí duas formas de organização e compreensão de território que se sobrepuseram e geraram uma urbanidade característica – derivada de influências diluídas dos entes e modos de ser. Esse quadro de sobreposição e interação também era marcado pelo estranhamento mútuo o que acabou provocando situações de resistência às ações do “outro”.

A produção de um território moderno estava vinculada às questões sociais, fossem elas de ordem interna ou externa. Por social, aqui entendemos os aspectos políticos, econômicos e culturais que, de maneira relacionada, interagem na história humana, podendo, ora um, ora outro, destacar-se mais em certos contextos.

O sertanejo, a seu modo, era organizado política, cultural e economicamente; a espacialidade de suas práticas permitia-lhe a compreensão de seu território,

apesar da mobilidade que apresentavam. Conferiam sentido e orientação às suas atuações e deslocamentos, de modo associado ao imaginário e crenças, o que fazia com que os limites de seu território fossem facilmente redefinidos. Como território, era um artefato social (REIS FILHO, 2010), porém produzido mediante um sistema de objetos e ações diferentes daqueles existentes na cultura do ente civilizador.

Jürgen Habermas (2013) aponta o século XVIII como sendo aquele marcado por profundas mudanças de pensamento e no qual entrou em foco o Projeto de Modernidade. Este correspondeu ao esforço intelectual de desenvolvimento da *ciência objetiva, da moralidade, das leis universais e a arte autônoma* em busca de um progresso infinito do conhecimento e da sociedade. Assim, o conhecimento científico da natureza permitiria a libertação das calamidades naturais, por exemplo.

O Projeto de Modernidade apontava as especializações do conhecimento como forma de libertação das irracionalidades e revelação das qualidades universais, eternas e imutáveis. Sua influência se fazia perceptível na nova estrutura de governo implantada por Marquês de Pombal, por exemplo, quando este propôs reformas educacionais que contaram com a atuação de estrangeiros, os quais ele considerava ter uma mentalidade moderna e compatível com suas propostas, em relação aos demais portugueses.

Este pensamento se estendia ao Brasil. Desse modo, o mito, a religião e a superstição eram desconstruídos frente à racionalização do conhecimento e às ideias progressistas, que acabavam por ressignificar desde a paisagem até o próprio indivíduo que nela habitava.

Quando voltamos nosso olhar para a paisagem mogiana, temos que, aos olhos do colonizador europeu, todas aquelas simbologias e etnoterritorialidades eram vistas como um quadro a ser superado mediante uma desejada unidade administrável e controlável – um mal a ser tratado pelo uso da razão. Daí então a importância do termo “sertão” enquanto uma forma de atribuir valor e significado ao que momentaneamente era desconhecido, mas se planejava conhecer, ocupar e dominar.

Em perspectiva colonizadora, podemos entender então que o “habitat místico do sertanejo mogiano” passava a ser, ainda mais reforçado enquanto “sertão”, pois o emprego deste termo correspondia ao que Antonio Carlos Robert Moraes (2016)

comentou ser uma *crítica à sua situação atual e/ou uma meta para a sua transformação*.

A busca pelo conhecimento racional do território e a sua dominação conduziu à ação dos engenheiros militares quanto à elaboração das muitas cartografias e mapas corográficos que eram produzidos segundo temáticas; e nelas podemos observar a recorrente atribuição do termo “sertão” a diversas localidades.

Na comparação entre esses tipos de documentos com datações diferenciadas, visualizamos a constante redefinição desses sertões e seus limites com a civilidade. Nesse sentido, sertão deixava de ser visto como um “habitat”, um “território” e passava a ser um adjetivo atribuído aos lugares que atraíam o interesse dos agentes exógenos que sobre eles *visavam estabelecer novas formas de ocupação e exploração* (MORAES, 2016, p. 02).

O sertão era qualificado para ser superado. Era simbolicamente construído para ser transformado pelo exercício da razão e a busca pelo progresso. Era o exercício do que David Harvey (2008, p. 26) comentou ser a “destruição criativa”. Isto é, cria-se e destrói para depois voltar a criar e destruir novamente, em uma incessante e sequencial ruptura, fazendo do Projeto de Modernidade um projeto inacabado (HABERMAS, 2013), marcado pela transitoriedade e constante transformação.

Romper com a história, os mitos, as lendas e o seu caráter místico era como responder a esse Projeto de desmistificação e dessacralização do conhecimento popular e da organização social. Era libertar aquela gente de sua condição, ao mesmo tempo em que atendia às demandas políticas e econômicas da Coroa.

Nesse olhar civilizatório, a própria referência àqueles muitos e diferentes indivíduos, enquanto *sertanejos*, pode ser compreendida como um elemento argumentativo desse processo de hegemonização política, territorial e social (MORAES, 2016) almejada pelo governo português.

Harvey (2008, p.23) comenta que esse ambiente de constantes descobertas e transformação que se consolidava na Europa, fomentado pelo incentivo do uso da razão, gerava um turbilhão de mudanças apreciadas pelos pensadores iluministas e entendidas como necessárias à realização do projeto modernizador. As transformações eram sua justificativa e essência, contudo, a complexidade desse pensamento internalizava uma imensa gama de problemas. Como saber qual razão

governar? Como lidar com a situação em que a racionalidade oprimia a uns e emancipava a outros? Além disso, ansiava-se revelar o que era imutável e essencial à humanidade, indicando a estreita relação que a modernidade detinha com o clássico – aquilo que resistia à passagem do tempo (HABERMAS, 2013). Além disso, se as transformações eram bem vindas e a ruptura com o passado era desejável, o fruto desse Projeto negaria a ele próprio.

A consequência ampla dessas transformações conduziu às três grandes revoluções que ocorreram na segunda metade do século XVIII: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a Revolução Americana. Com elas, vieram consequências desde materiais, em função de uma produção em maior escala, até as sociais, frente ao estímulo à ruptura com o passado e a consolidação de um Estado-Nação. Política, econômica e culturalmente, o cenário internacional estava se modificando – modernizando –, e os efeitos dessas transformações alcançavam o contexto interno do Brasil.

Para além das questões internas, em que o sertão era o constante alvo dos projetos. O fim da condição colonial (Independência proclamada em 1822) refletia esse espírito (FAUSTO, 2011). A vinda da Família Real e a Corte Portuguesa para o Brasil em 1808 implicou em várias transformações internas. A abertura dos portos às nações amigas promovia a entrada de novos produtos e materiais que viriam a modificar o cotidiano da colônia. Além disso, a instalação do Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro trouxe impasses no relacionamento com a metrópole, a qual não aprovava a decisão de D. João VI de elevar o Brasil – uma colônia – à condição de Reino Unido a Portugal, no ano de 1815.

Motivada pelo espírito revolucionário, eclodiu em Portugal uma Revolução Liberal no ano de 1820, fato que forçou o retorno da Família Real a Lisboa, tendo ficado Pedro de Alcântara – o filho mais velho – como Príncipe Regente do Brasil, em 1821. Fiel ao governo de seu pai, o Príncipe Regente viu a sua condição se agravar mediante a vontade política da Corte Portuguesa de retornar o Brasil ao seu antigo status colonial.

Se o futuro do presente é ser passado, compreendemos facilmente a pressão interna existente à época, almejando passos adiante e não a manutenção do atual ou o retorno à condição anterior. A consequência deste quadro foi a proclamação da Independência em 1822. Problemas internos ao governo de Portugal e a simultânea

eclosão de revoltas no Brasil configuraram um quadro de instabilidade do governo de D. Pedro I, levando-o à abdicação do trono em favor de seu filho, D. Pedro II, em 1831.

Contudo, durante o seu reinado, verificou-se ação correspondente ao processo ocorrido na Europa quanto à ânsia por homogeneizar os cidadãos. Como instrumento de ação, tinha-se a criação de mitos de origem, a fim de preservar uma história passada, que fizessem as pessoas se sentirem parte da Nação (CIZESCKI; PEREIRA; FRITZEN, 2006). Porém, enquanto que na Europa havia um longo passado a ser consultado, a situação do Brasil era diferente.

A ideia de Nação é aquela que contribui para formar cidadãos integrados, apesar das disparidades, e os laços de parentesco e fidelidade a D. João VI não contribuía para a construção de uma imagem independente. Era preciso atribuir a D. Pedro I um sentimento nacionalista e nisso a participação de pintores e escritores em muito contribuíram.

“Se for para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico!”. Eis a célebre frase convencionada ao suposto sentimento nacionalista de D. Pedro I. “Povo” também remete a unidade. A ideia de superação do passado foi posteriormente expressa na letra do Hino da Independência, ao declamar: “Os grilhões que nos forjavam/ da perfídia astuto ardil/ Houve mão mais poderosa/ zombou deles o Brasil”.

A sucessão do trono por D. Pedro II, para além das questões políticas envolvidas, igualmente deu continuidade ao projeto de uma identidade nacional. Firmar-se enquanto unidade era parte do plano de modernização do governo, e mantinha em sua essência a busca por aquilo que era imutável e transcendente. Contudo, como firmar a unidade a partir da diversidade e ao mesmo tempo incluir a herança portuguesa, mas sem retornar o Brasil a uma condição de dependência? A partir da segunda metade do século XIX, a literatura, especialmente através da obra de José de Alencar – *O Guarani* – intenta apontar para uma origem do povo brasileiro.

Era necessário buscar algo que pudesse ser o testemunho de um passado prestigioso e representasse a coesão nacional. Era a destruição criativa de uma imagem colonial a partir da criação de algo novo, moderno e correspondente às novas necessidades. Mas que igualmente estaria fadado à ruptura e à reconstrução.

Uma nação deve apresentar um conjunto de elementos simbólicos e materiais: uma história, que estabelece uma continuidade com os ancestrais mais antigos; uma série de heróis, modelos das virtudes nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares importantes e uma paisagem típica; representações oficiais, como hino, bandeira, escudo; identificações pitorescas, como costumes, especialidades culinárias, animais e árvores-símbolo. (FIORIN, 2009)

Era a necessidade de representar o brasileiro como sendo alguém diferente do português, e não mais o “português do Brasil”. Era a necessidade da consciência sobre a diferença em relação ao outro. Se a modernidade é um moderno sucedido por outro moderno; se o Projeto de Modernidade era um projeto inacabado, conforme comentou Habermas (2016), podemos então compreender o contínuo processo de construção e destruição de imagens nacionais que se seguiram até o início do século XX.

Perpassam esse cenário outras mudanças internas, como a Lei de Terras em 1850, a Lei Áurea, em 1888; e a Proclamação da República, em 1889, e que a vieram contribuir para um novo debate sobre a identidade nacional. Uma reestruturação do próprio aparelho administrativo igualmente pode ser observada a partir da reorganização das antigas freguesias e vilas como municípios, e as antigas Províncias enquanto estados. No entanto, os bairros rurais, dispersos e locais de sociabilidade, mantiveram-se presentes. Alguns, pelo crescimento populacional, foram convertidos em núcleos urbanos, e tantos outros continuaram a orbitar entre os municípios, em uma profunda relação com o urbano.

No início do século XIX, outro movimento de construção identitária despontava, assentado no debate sobre a mestiçagem enquanto o verdadeiro jeito de ser do brasileiro. Desconstruiu-se a imagem criada em *O Guarani* e ressaltou-se o sertanejo enquanto a unidade a partir das diferenças. Euclides da Cunha, em sua obra *Os Sertões*, de 1902, apontava para um caminho que buscava expor o que ele dizia ser a verdadeira identidade do Brasil (CIZESCKI; PEREIRA; FRITZEN, 2006). Se o Projeto de Modernidade buscava encontrar o eterno imutável, o habitat sertanejo cumpria esse papel aos olhos dos intelectuais do século XX.

Figurava nesse novo mito de origem a figura do bandeirante e de tantos outros indivíduos que ocupavam os sertões e que pela figura do sertanejo detinham a sua unidade, enquanto representantes de um povo genuinamente brasileiro.

Os vestígios encontrados nas mais variadas áreas do saber nos levam a compreender que o processo de urbanização verificado em São Paulo atrelava-se ao Projeto de Modernidade então em voga. Das questões referentes à paisagem mogiana, vemos pela materialidade e o simbólico essa contínua construção e destruição de modelos e modos de pensar que caracterizavam a modernização.

A perspectiva progressista e a superação do místico pelo científico dinamizaram os ritmos da urbanização e fomentaram a constituição de um território moderno; contudo, sendo uma paisagem essencialmente sertaneja, modos de ser e de viver se expressaram como resistência à implantação de modelos importados, distanciando este contexto de uma noção de *Belle Époque*, tão recorrente na literatura.

Esse pensar o urbano a partir das matrizes culturais e das lógicas consolidadas de ocupação territorial nos leva a pensar sobre a viabilidade de uma outra perspectiva de análise do processo de urbanização, que necessita do processo civilizatório para acontecer, mas não se restringe a ele.

Assim, a presente tese se organiza em três (3) principais partes, sendo a primeira (1) dedicada à reconstrução de uma paisagem original, destacando-se as pesquisas sobre as questões naturais e a identificação dos mais antigos assentamentos dispersos que tivemos registros. A segunda (2) parte dedica-se a demonstrar um sertão habitat, construído a partir dos laços entre indivíduos e destes para com a terra – fornecendo uma análise sobre a lógica de ocupação sertanista a partir da recuperação de fragmentos dessa rede.

A terceira (3) parte dedica-se às relações entre campo e cidade, abordando alguns aspectos sociais que conduziram o ente sertanejo a posições destacadas e fomentaram a construção de uma imagem de São Paulo enquanto metrópole. Por fim, contextualiza a passagem do século XIX para o XX, destacando o início da industrialização na região, enquanto uma proposta de retorno às origens por meio da produção cerâmica e a produção diversificada que prevaleceram, na região, frente à dinâmica cafeeira.

PARTE 1

Aspectos naturais e territorialidade indígena: uma primeira compreensão da paisagem

1. A Serra do Mogyguassu

A Serra do Mogyguassu (**figura 3**), imponente em meio às colinas dissecadas, ao mesmo tempo em que estruturava ecologicamente a paisagem natural, também era importante referência para a compreensão espacial desse meio. Apresentava uma condição natural diferenciada, onde os vales, os rios e as águas sulfurosas se faziam presentes. Mediante a presença humana, essa paisagem passou a ser observada, compreendida, interpretada e significada.

A ação humana é produtora de cultura (CORREA; ROSENDAHL, 2014, p.10), e dela participa o meio enquanto local de tais práticas. Portanto, a paisagem por si só não condiciona a uma manifestação cultural; mas ganha significado na medida em que o homem expressa a sua compreensão enquanto indivíduo no mundo e atribui valores e sentido a esse meio.

Contudo, os significados não são apenas um produto social, mas também uma condição para a reprodução social. As relações sociais, a espacialidade humana, os valores, as crenças e os mitos são causa e produto deste processo.



Figura 3 Serra do Mogyguassu

Fonte: Acervo pessoal.

Através dos levantamentos feitos sobre o Vale do Rio Mogi Guaçu e o Vale do Rio Pardo – os dois maiores vales que cortam esta serra – nos foi possível estabelecer certa aproximação com o imaginário indígena, que tinha com estas terras uma relação mística, explicitada pelas referências à Cobra Grande e tantos outros animais que circulavam aquelas matas e também se faziam presentes na etnoastronomia.

Este caráter místico denota uma cosmovisão onde o bem e o mal se fundiam e possibilitavam uma leitura espacial organizada, segundo os muitos significados a ela atribuídos.

A serra compunha um sistema de comunicação entre vales que permitia a circulação de indivíduos sem maiores dificuldades de acesso. Um era o Vale do Rio Mogi Guaçu e o outro, o Vale do Rio Pardo. À porção que se encontra ao norte desta serra correspondia uma região de planalto, por onde flui o Rio Sapucaí. Eventualmente trataremos essa região por “Vale do Sapucaí”, pois este servia como um canal de comunicação com os vales do Mogi Guaçu e Pardo, que possibilitavam o acesso a regiões mais a leste. À porção localizada ao sul, correspondia a depressão periférica por onde correm os leitos dos rios Mogi Guaçu e Pardo, e por onde posteriormente se estendeu o Caminho dos Goiazes.

1.1 Ao norte da Serra do Mogyguassu – as cercanias do Vale do Sapucaí

Ao norte da Serra do Mogyguassu, entre a Caldeira de Poços de Caldas e o Vale do Sapucaí, findado por uma estrutura linear montanhosa à sua frente e denominado por Serra do Paredão, compreende-se uma paisagem natural de características tropicais, marcada pela presença de superfícies mamelonares que descambam no sentido norte. São denominadas colinas dissecadas ou mares de morros, segundo a nomenclatura apresentada por Aziz Ab’Saber (1970), sendo elas resultantes do trabalho erosivo do clima úmido presente.



Figura 4 Serra dos Toledos, Itajubá (MG)

Fonte: Acervo fotográfico de Ana Carolina Ticianelli, 2016.

A figura identifica a Serra dos Toledos, localizada no Vale do Sapucaí, no município mineiro de Itajubá (MG). Entendida aqui como uma baliza natural ao recorte espacial. Pode-se observar os mares de morro que caracterizam a paisagem em tela e as configurações rochosas ao fundo, destoantes das formações rochosas verificadas na paisagem mogiana.

O Vale do Rio Sapucaí também pode ser identificado no Atlas dos Municípios Brasileiros (IGC) pela denominação de *planalto elevado da superfície de campos*. Tal denominação nos conduziu a outra busca correspondente às características de vegetação dessa região que diferem daquelas presentes na cadeia de montanhas que compõem a Serra da Mantiqueira.

Localizado em região cuja altitude varia entre 600 e 800 metros acima no nível do mar¹², o referido mar de morros apresenta solo de composição variável e algumas cuestas bem marcadas, que formam uma espécie de corredor de acesso em meio às colinas.

Na **figura 5**, identificada pelo número 1, está a Caldeira de Poços de Caldas, com seu relevo montanhoso e solo denominado Neossolo Litólico Distrófico¹³, compreende solos rasos associados a relevos de acentuada declividade e, portanto,

¹² Estas informações foram coletadas através do recurso de traçado do perfil topográfico disponibilizado no software Google Earth, onde nos foi possível obter dados referentes às altitudes das quais participa nosso recorte espacial.

¹³ Agência Embrapa de Informação e tecnologia (AGEITEC), disponível no endereço eletrônico: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn230xho02wx5ok0liq1mqxhk6vk7.html, acessado em 09/04/2018.

de usos limitados. Em sua composição está presentes o alumínio, o que acarreta em baixa fertilidade para a produção de gêneros diversos, sendo apropriado para o cultivo de milho.

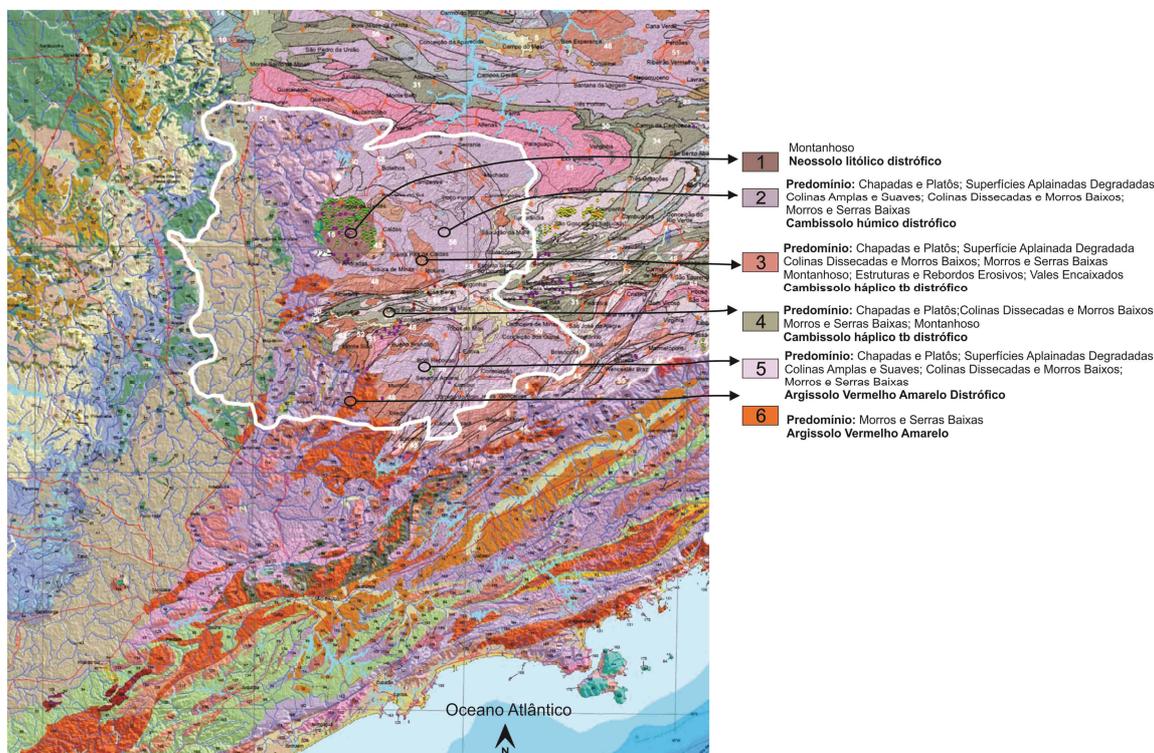


Figura 5 Identificação da geodiversidade nas cercanias do Vale do Sapucaí

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de base contida nos Mapa de Geodiversidade do Estado de Minas Gerais e do Mapa de Geodiversidade do Estado de São Paulo, ambos elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Sobre eles, foram identificadas as delimitações do recorte espacial e criada a legenda referente ao predomínio do relevo, a partir das informações fornecidas nos referidos mapas. A classificação quanto aos tipos de solo (Neossolo, Cambissolo, Argissolo) foram coletadas no Mapa Pedológico do Estado de São Paulo, elaborado pela Embrapa e no Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Universidade Federal de Lavras.

Identificada pelo número 2, está uma vasta região de colinas amplas e suaves que se estende ao norte, no sentido da Serra do Rio Muzambinho, cujo solo é classificado como Cambissolo Húmico Distrófico¹⁴. Tal especificação corresponde a solos de coloração escura, associado aos climas frios de altitude e que apresentam baixa fertilidade por serem, geralmente, ácidos. Devidos as suas características que não viabilizam produções diversificadas, seu uso é indicado para o cultivo de subsistência e pastagens.

¹⁴ Agência Embrapa de Informação e Tecnologia (AGEITEC), disponível no endereço eletrônico: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn1sba0i02wx5ok0liq1mqkbnn5r8.html, acessado em 09/04/2018

Já o item 3, corresponde ao Vale do Rio do Cervo, uma região marcada pela declividade que origina o Vale do Mogi Guaçu. Trata-se de um perfil topográfico erosivo e caracterizado por um pequeno vale encaixado entre serras baixas. Seu solo é classificado como Cambissolo Háplico Tb Distrófico¹⁵, identificado normalmente em relevos de limitados usos, devido à topografia e à ocorrência de pedras. São solos de baixa fertilidade em virtude da presença de argila de alta atividade.

O item 5 identifica uma extensa região de superfícies aplainadas e de serras baixas, por onde corre o Rio Sapucaí. O Vale do Sapucaí, também referenciado como Planície de Pouso Alegre, dado o seu perfil, apresenta solos classificados como Argissolo Vermelho Amarelo Distrófico¹⁶.

Esse tipo de solo é marcado pelos teores mais elevados de ferro e de relativa fertilidade, uma vez que tal característica está associada à declividade do local onde eles se encontram. De maneira geral, são solos de fertilidade diminuta, devido à grande presença de argila, que os tornam propícios à mecanização.



Figura 6 Mar de morros – Pedra Balão, Poços de Caldas (MG)

Fonte: Acervo pessoal, fotografado em 24/06/2010. Imagem capturada a partir do mirante denominado por Pedra Balão, localizado na Serra de São Domingo, na Caldeira de Poços de Caldas.

¹⁵ Agência Embrapa de Informação e Tecnologia (AGEITEC), disponível no endereço eletrônico: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn1sf65m02wx5ok0liq1mqzx3jrec.html, acessado em 09/04/2018.

¹⁶ Agência Embrapa de Informação e Tecnologia (AGEITEC), disponível no endereço eletrônico: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gn1sf65m02wx5ok0liq1mqzx3jrec.html, acessado em 09/04/2018.

A perspectiva direciona-se ao norte, sendo possível observar, ao fundo, o relevo da Serra do Muzambinho já anteriormente comentada. Observa-se, a partir desta imagem, um aspecto compatível com as descrições apresentadas e coletadas nas fontes especializadas. Veem-se as muitas colinas baixas e amplos vales que se formam entre elas e a ausência de uma vegetação de mata fechada, em muito atribuído às características do solo não compatíveis com a vegetação arbórea massiva. Observam-se também os campos e alguns assentamentos entre serras, que, à época de nossos estudos, eram inexistentes. A partir do ângulo de observação, é possível compreender as diferenças de altitudes existentes entre a antiga Serra do Mogyguassu e as suas cercanias, o que lhe conferia destaque em meio à paisagem natural.

O item 6, por sua vez, corresponde a uma região integrante da Serra do Mogyguassu, destacada por sua susceptibilidade à erosão. Seu solo é classificado como Argissolo Vermelho-Amarelo e pertence à mesma família do solo identificado no item 5. São solos de atividade argilosa mais elevada do que o anterior, contudo apresentam boas condições ao cultivo de mandioca, fruticultura e a pastagens. Estão sempre associados aos Latossolos, um tipo que se faz presente em toda a extensão da Depressão Periférica Paulista.

A identificação de tais tipos de relevos e as características de suas composições nos permitem perceber que em certas regiões algumas atividades agrícolas ou agropastoris são mais aconselháveis, dada a característica de baixa fertilidade que é comum a todos eles.

Observamos que, quanto mais nos distanciamos do Vale do Sapucaí e nos aproximamos da Serra do Mogyguassu, mais argilosos se tornam os solos. Saltam aos nossos olhos as indicações quanto à produção de milho e mandioca (itens 3 e 6), à agricultura de subsistência (item 2) e pastoreio (itens 2 e 6), pois estas eram atividades comprovadamente recorrentes aos antigos habitantes da região¹⁷, inclusive aos que nela residiam em momento anterior à chegada do colonizador – os indígenas.

De acordo com Alfred Métraux¹⁸ (*in* STEWARD, 1948), os povos tupinambás que ocupavam a região litorânea e os interiores da Serra da Mantiqueira tinham na mandioca o seu principal alimento. O termo “Mantiqueira”, inclusive originário do tupi, idioma falado por esses indígenas, é formado pela junção dos termos *aman* (montanha) e *tikira* (que goteja) e remete a duas imagens aparentemente distintas,

17 Em sua viagem à Província de São Paulo, no ano de 1849, o viajante e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire descreveu e comentou sobre as pastagens nos arredores da Serra do Mogyguassu, onde se viam muitos “olhos d’água” brotando do chão. Além disso, ao comentar sobre os hábitos daquela população, também observou suas plantações, comentando sobre o destino dado a elas – o abastecimento das tropas que percorriam o sertão.

18 Antropólogo de origem suíça formado em Paris e que obteve nacionalidade estadunidense. Especialista em povos da América Latina, do Haiti e da Ilha de Pascoa; sua obra perpassa várias áreas do conhecimento, tais como a história, a arqueologia e etnologia.

porém relacionadas entre si. A montanha que goteja pode assumir dois significados. O primeiro deles é mais óbvio, relacionado às muitas nascentes encontradas em sua extensão e que *do gotejar*, isto é, do brotar das águas proveem muitos dos rios que permeiam a paisagem em destaque. O segundo significado, no entanto, é um pouco mais sutil, e se relaciona ao sagrado.

Tikira era o nome dado à bebida sagrada dos tupinambás e registrada por Hans Staden (1900) no episódio de seu cativeiro entre os nativos. Corresponhia a uma espécie de aguardente produzida com mandioca pelas índias mulheres e virgens. Esta bebida exercia sobre eles verdadeiro fascínio, dado o estado de alucinação e embriaguez causadas por suas propriedades.

Imaginamos que os efeitos da tikira sobre as percepções sensoriais dos indígenas eram diretamente relacionados às manifestações dos espíritos que, segundo sua cultura, coabitavam as matas. A tikira era costumeiramente consumida em rituais sagrados ou após vitórias nas batalhas entre tribos inimigas.

A denominação de “Serra do Mogyguassu” é originária do tupi antigo¹⁹, mas aportuguesada nas cartografias de época. Por *aman tikira* era conhecido todo o complexo de cadeia de montanhas, caracterizado por certa linearidade e por grandes altitudes, de onde vertiam águas e que fornecia condições favoráveis ao plantio da mandioca – o principal alimento tupi. Resvalamos aqui em uma possível interpretação desta paisagem enquanto um ambiente especial, decorrente do fruto tão precioso obtido nesta terra – se não sagrado – entre os seus antigos moradores.

Outra importante observação atrelada à possibilidade do cultivo da mandioca está a produção de mantimentos mais duráveis, sobretudo farinhas, utilizadas em situações de grandes caçadas ou guerras. As muitas possíveis formas de alimentação a partir da mandioca fizeram com que Padre Anchieta, na ocasião de seu cativeiro, a descrevesse como *pão da terra* (ANCHIETA, 1560).

Nos registros feitos pelo Frei Vicente do Salvador, no ano de 1627, encontramos a seguinte observação:

Mas o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz da mandioca, que são umas raízes maiores que nabos e de admirável propriedade, porque se as comem cruas, ou assadas são mortífera peçonha, mas raladas, esprimidas e desfeitas em farinha fazem delas uns bolos delgados, que cozem em uma bacia, ou alquidar, e se chamam beijus, que é muito bom mantimento, e de fácil digestão, ou cozem a mesma farinha mexendo-a na bacia como confeitos, e esta se a torram bem, dura

¹⁹ Dicionário de Tupi Antigo (NAVARRO).

mais que os beijus, e por isso é chamada farinha de guerra, porque os índios a levam quando vão a guerra longe de suas casas, e os marinheiros fazem dela sua matalotagem daqui para o reino. (SALVADOR, 1627. Livro 1, cap. 8)

Os registros sobre as relações entre o indígena e o preparo de alimentos a partir da mandioca não cessam. Os estudos de salvamento arqueológico realizados por Luciana Pallestrini (1982) e posteriormente por Camila Azevedo de Moraes (2007), ambos tendo por objeto de estudo a bacia hidrográfica do Rio Mogi Guaçu, vêm a somar a esta análise por nos permitir compreender a existência de uma coesão quanto à ocupação indígena nessas áreas.

Moraes (2007) comenta sobre as características argilosas dos solos, favoráveis à confecção de utensílios cerâmicos pelos grupos tupinambás. Os fragmentos encontrados na região permitiram à autora estabelecer algumas relações destes com o tipo de alimento neles preparado. A existência de utensílios sem tampas relacionava-se a uma clara opção alimentar favorável à mandioca, uma vez que o cozimento se fazia de modo mais facilitado que o milho, não carecendo de vasilhames com tampas. A autora também comenta sobre outra questão pertinente: os hábitos alimentares dos povos guaranis, que, apesar de também se favorecerem da mandioca, tinham no milho o seu alimento sagrado.

Hans Staden (1900) igualmente comentou sobre isso. Do milho era preparada outra espécie de bebida sagrada, igualmente inebriante, denominada cauim. Assim como entre os tupinambás, o uso do cauim entre os guaranis estava atrelado aos rituais sagrados, que geralmente ocorriam nos tempos de colheita. Do milho também era extraída uma espécie de farinha, com a qual preparavam outros tipos de alimentos.

No que tange à região aqui abordada, antes da chegada do colonizador e do estabelecimento de fronteiras segundo a sua lógica e cultura, esta mesma região representava uma espécie de fronteira entre os nativos e era palco de constantes ataques. A noção de território para o indígena, segundo Moraes (2007), não se atrelava à terra em si, mas ao que ela oferecia de provisão. Deste modo, as fronteiras e as lutas entre tribos tinham, em parte, sua justificativa nos alimentos, animais e rios existentes em determinada áreas – a divisão de tais territórios estaria então definida pelos aspectos geográficos e de relevo.

Durante os levantamentos por nós realizados, nos deparamos com as observações feitas por Métraux (1949, p.70), as quais aguçaram nossa curiosidade e que depois descobrimos também terem sido utilizadas por Moraes (2007). Nossa curiosidade se acentuou quando nos deparamos com a afirmação de que o Vale do Rio Tietê era uma antiga fronteira entre guaranis e tupinambás.

Métraux comenta que a ocupação guarani se fazia mais presente nas porções sul do Brasil e às margens dos cursos tributários do Rio Paraná. O Rio Tietê assumiria, então o papel de elemento limítrofe entre os assentamentos guaranis e os tupinakin – denominação que, segundo ele, era atribuída aos tupinambás residentes no interior do continente, por aqueles que se consideravam verdadeiros tupinambás – ou seja, os residentes na costa litorânea. Tupinakin teria, então, uma conotação pejorativa entre os povos tupis, por não estarem associados diretamente às paisagens marítimas.

A partir desta informação passamos a analisar a região com maior cuidado. Se no passado a região possuía um significado especial para os seus habitantes nativos, continuaria a exercer certo fascínio entre as novas gerações de moradores. Talvez não o mesmo tipo de fascínio, nem os mesmo significados, mas outros provenientes de uma fusão cultural e que igualmente reconheciam as potencialidades daquelas terras.

1.2 Ao sul da Serra de Mogyguassu – a depressão periférica

Ao sul da Serra do Mogyguassu, entre a Caldeira de Poços de Caldas e as cuestas de Botucatu , estende-se outra vasta região também inserida no domínio morfoclimático dos mares de morros (AB'SABER, 1970).

Localizada entre altitudes que variam de 400 a 600 metros acima do nível do mar²⁰, esta porção oeste da paisagem em estudo está inserida em um contexto geomorfológico denominado de depressão periférica. O relevo da depressão se expressa tal qual uma fenda situada entre planaltos, atingido altitudes que variam

²⁰ Estes dados são provenientes dos recursos oferecidos pelo software Goggle Earth que permite obter o perfil topográfico de uma determinada área. São informadas nesse perfil as altitudes correspondentes e delas fazemos uso em nossas análises.

entre 400 e 600 metros acima do nível do mar, 200 metros abaixo em relação ao relevo verificado na porção leste, nas cercanias do Vale do Sapucaí.

Na depressão periférica se faz predominante o clima tropical úmido e semiúmido, cuja área de alcance pode ser identificada na **figura 5** pelas cores correspondentes aos números 3,4 e 5. Este tipo de clima apresenta algumas características interessantes, tais como a duração de seus períodos de seca, que costumam variar de dois a até cinco meses, configurando uma situação climática em que se verificam duas estações bem definidas – sendo uma delas marcada pela seca e outra pelas chuvas.

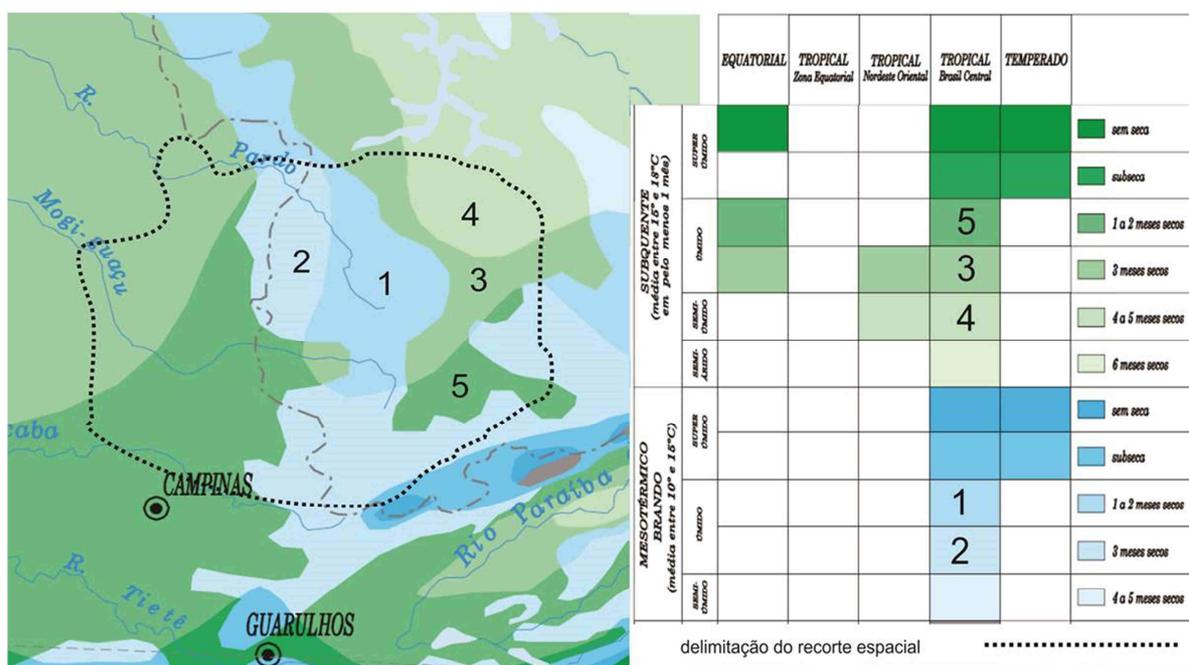


Figura 7 Identificação dos climas

Fonte: Mapa de Climas do Brasil (IBGE), sobre o qual foram identificadas as delimitações da paisagem cultural em estudo. Optou-se pela organização numérica, a fim de viabilizar a leitura das informações. Imagem trabalhada em software CorelDraw X7.

Quanto aos aspectos climáticos, mais uma vez a Serra do Mogyguassu se mostra como elemento central – o clima tropical úmido e semiúmido – subquente – que se faz recorrente ao sul, também se faz presente ao norte, sendo a serra uma região de temperaturas mais amenas devido à altitude. Na serra, o clima é caracterizado por ser tropical úmido – mesotérmico brando. Sendo que os períodos de seca não ultrapassam a duração de dois meses. Tanto no aspecto climático

quanto com relação aos biomas, as porções norte e sul apresentam certa homogeneidade.

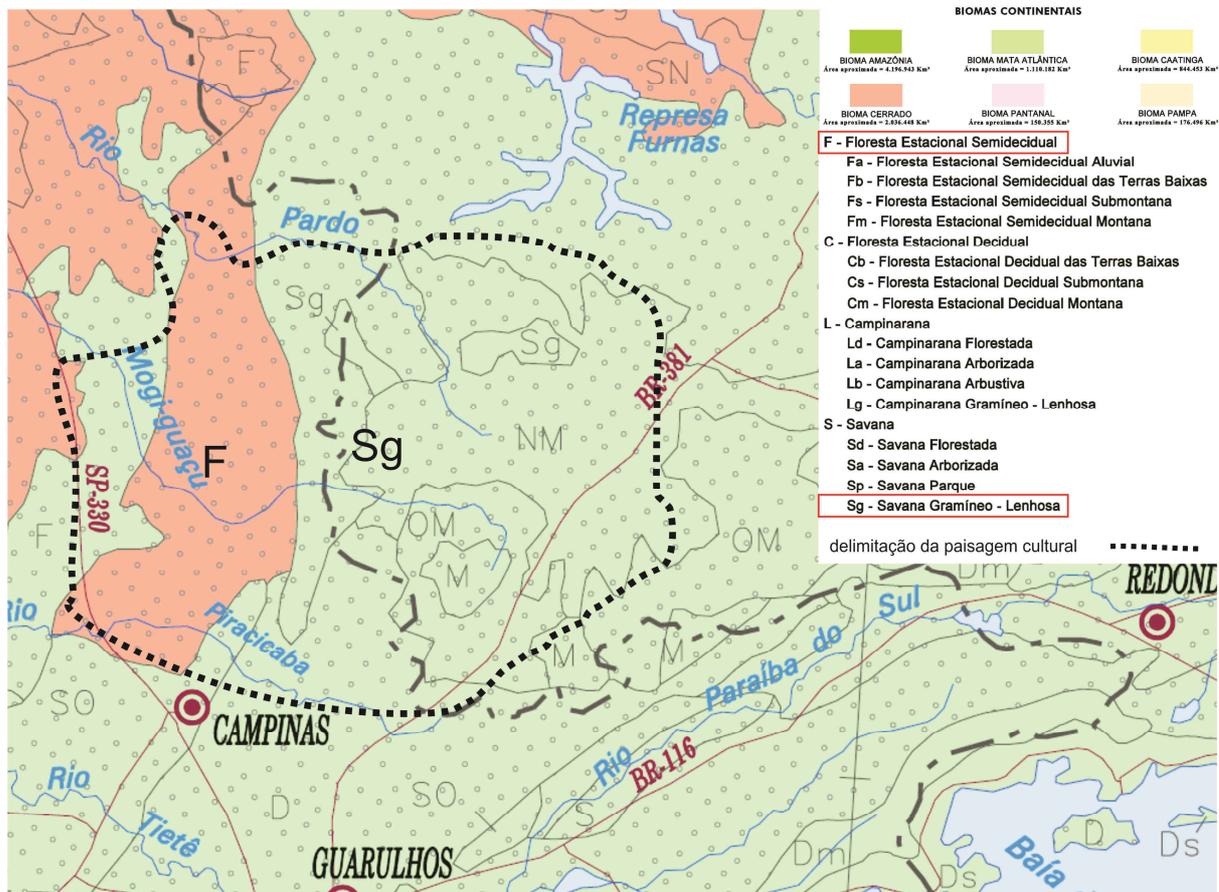


Figura 8 Identificação dos biomas na depressão periférica e vale do Sapucaí

Fonte: Mapa de Biomas do Brasil (IBGE), sobre o qual foram identificadas as delimitações da paisagem cultural em estudo e realçadas as legendas correspondentes aos biomas. Imagem trabalhada em software CorelDraw X7.

Ao norte podemos verificar um bioma de Mata Atlântica cuja vegetação é predominantemente de florestas. No entanto, nas proximidades da Caldeira de Poços de Caldas, podemos visualizar por meio da **figura 8** que a sigla “Sg” corresponde à paisagem de uma savana gramíneo-lenhosa, presente na região. Esse tipo de savana é composto por gramados, entremeados por plantas lenhosas raquíticas, que ocupam grandes extensões. Esses gramíneos são caracterizados pelo desenvolvimento de certa resistência ao pisoteio e ao fogo, fazendo dessas regiões áreas propícias ao rebanho e pastoreio.

Quando cruzadas essas informações com aquelas outras apresentadas anteriormente e condizentes aos tipos de solo verificados na região, temos que a

paisagem natural do Vale do Sapucaí fomentava em absoluto o desenvolvimento de uma produção de subsistência, além da criação de animais.

Esta savana se apresenta como uma forma de transição entre as florestas ombrófilas mistas e o bioma de cerrado, presente na porção sul da serra e condizente com a depressão periférica.

O bioma de cerrado, como pode ser também observado na **figura 8**, tem início a partir do Vale do Rio Piracicaba e segue sentido interior, tendo por baliza a Serra do Mogyguassu. Nesta região verifica-se a presença de floresta estacional semidecidual, uma vez que o termo “estacional” faz referência às estações climáticas, sendo elas identificadas a partir da presença ou não das chuvas.

Esse tipo de floresta se faz presente em ambientes menos úmidos, ocupando áreas de transição entre as zonas úmidas e o ambiente semiárido. Sua vegetação tem coloração menos vibrante do que aquela existente no bioma de Mata Atlântica, apesar de, nos tempos de chuvas, confundirem-se com a paisagem das florestas de Mata Atlântica.

Outra importante observação a ser feita é que esse tipo de vegetação se apresenta nas áreas de solos denominados argissolos e latossolos, aqueles de baixa fertilidade natural, em virtude dos elevados teores de argila em sua composição²¹.

É na depressão periférica que se estendem de maneira regular grandes faixas de terras, cuja composição pouco varia em relação aos solos dos arredores do Vale do Sapucaí. Neste sentido, a **figura 9** auxilia nesta leitura, em que foram identificados os itens de 1 a 4, correspondentes a: 1) Recorrência de Argissolos; 2) Argissolos; 3) Latossolos e 4) Argissolos.

Se, do ponto de vista climático, de bioma e de relevo prevalece a homogeneidade da paisagem natural (**figura 10**), quanto aos aspectos compositivos de seu solo, a homogeneidade é igualmente preservada através da presença marcante da argila em sua composição.

²¹ Estas informações foram coletadas junto aos catálogos digitais da Embrapa, disponíveis em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes>.

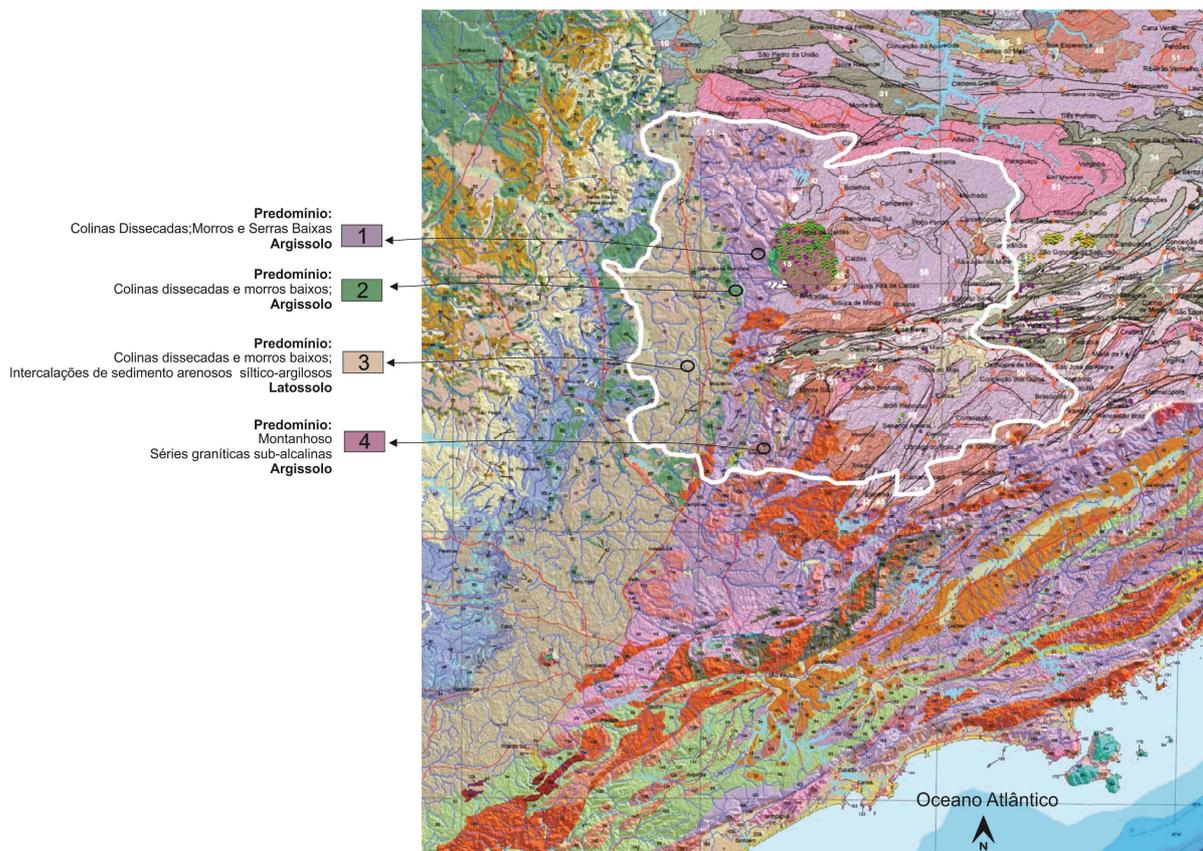


Figura 9 Identificação dos solos na Depressão Periférica Paulista

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de bases contidas no Mapa de Geodiversidade do Estado de Minas Gerais e no Mapa de Geodiversidade do Estado de São Paulo, ambos elaborados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Sobre eles foram identificadas as delimitações do recorte espacial e criada a legenda referente ao predomínio do relevo, a partir das informações fornecidas nos referidos mapas. A classificação quanto aos tipos de solo (Argissolo e Latossolo) foram coletadas no Mapa Pedológico do Estado de São Paulo, elaborado pela Embrapa e no Mapa de Solos do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Universidade Federal de Lavras.



Figura 10 Vista da depressão periférica a partir de ponto de observação localizado em Mococa (SP)

Fonte: Acervo pessoal, 05/07/2010.

Os argilosos conferem aos cursos d'água um aspecto caudaloso, de cor amarronzada e assim são caracterizados os dois rios de médio porte que cruzam a depressão periférica e estruturam nossa paisagem: o Mogi Guaçu e o Pardo.

Os afluentes do Rio Mogi Guaçu, do Rio Pardo e do Rio Sapucaí, no entanto, apresentam características em comum que os diferem daqueles outros tributários do Rio Piracicaba, por exemplo. Permeiam os vales, recobrem-se de matas ciliares, mas, no entanto, são mais dispersos entre si. Conseqüentemente, os solos desta região apresentam boa drenagem, apesar dos teores de argila. A condição apresentada é favorável à produção agrícola, ao pastoreio e aos demais tipos de lavoura.

Outro dado importante a ser ressaltado é que os referidos rios compõem um importante berço natural para a desova dos peixes, a chamada piracema, fazendo com que eles sejam reconhecidos por tal evento. Em tempos remotos, desde a ocupação original indígena na região, a piracema era um importante evento no calendário, sendo sempre associada aos períodos de cheias dos rios e correspondendo à estação das chuvas – entre novembro e março.

Solos irrigados, fartura de peixes, terras apropriadas ao cultivo da mandioca, todos esses elementos atrelados à topografia e ao clima estável viabilizaram o assentamento nessas regiões, apesar de a cultura indígena se caracterizar por um deslocamento relativamente frequente – é preciso destacar que tal deslocamento se restringia a certos limites, ocasionando, de tempos em tempos, o retorno às antigas áreas.

Esse deslocamento, segundo Moraes (2007), se dava principalmente pela oferta de alimentos e potencialidades do solo – entre períodos de dois a três anos, semelhante a um sistema de rodízio, eles ocupavam áreas circunvizinhas, onde as terras nativas estavam propícias à agricultura.

Outro dado a ser relacionado é a técnica por eles utilizada em tais plantios: a coivara, que se traduz pela queima proposital antecessora à plantação, com a finalidade de fertilizar as terras e as tornarem apropriadas à agricultura. Uma vez que tal técnica era empregada, havia nessa paisagem em destaque todas as possibilidades de sucesso da atividade: a vegetação rasteira, as gramíneas secas, os longos períodos de seca, a proximidade com os rios, o favorecimento da terra a certas plantações (sobretudo mandioca), a topografia de fácil acesso.

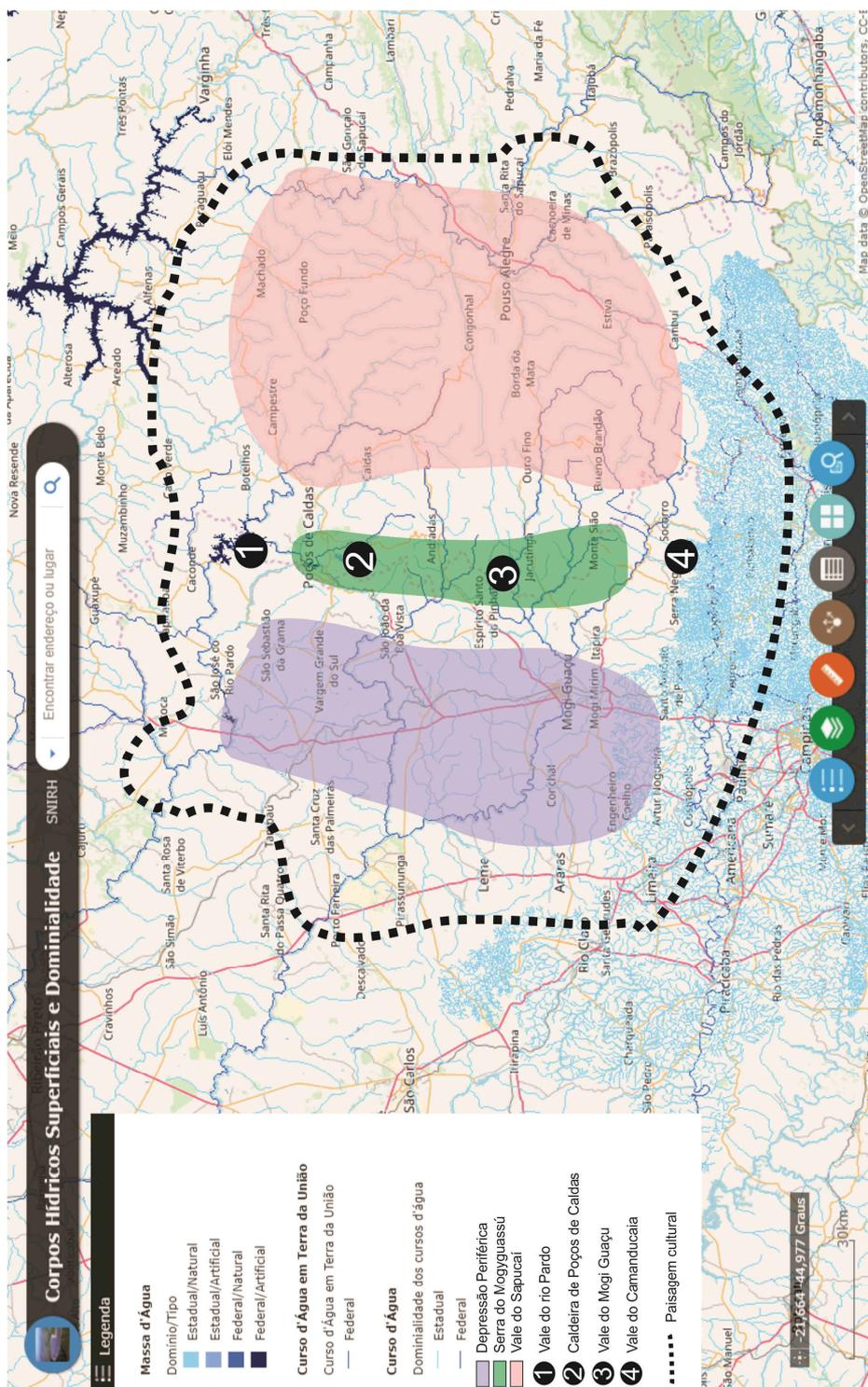


Figura 11 Identificação dos corpos d'água superficiais da Bacia do Tietê

Fonte: Elaborado pela autora a partir de base cartográfica disponibilizada pela CPRM, disponível em: <http://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/webappviewer/index.html?id=ef7d29c2ac754e9890d7cddb78cbaf2c>, acessado em 09/04/2018, sobre a qual foram demarcados os limites da paisagem cultural em estudo, bem como a identificação do que aqui é denominado por Vale do Sapucaí, Serra do Mogyguassu e Depressão Periférica. Foram também demarcados os vales pertinentes à análise e a Caldera de Poços de Caldas.

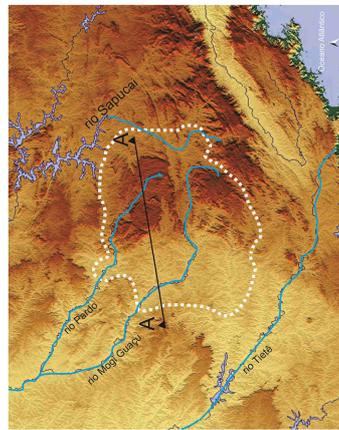
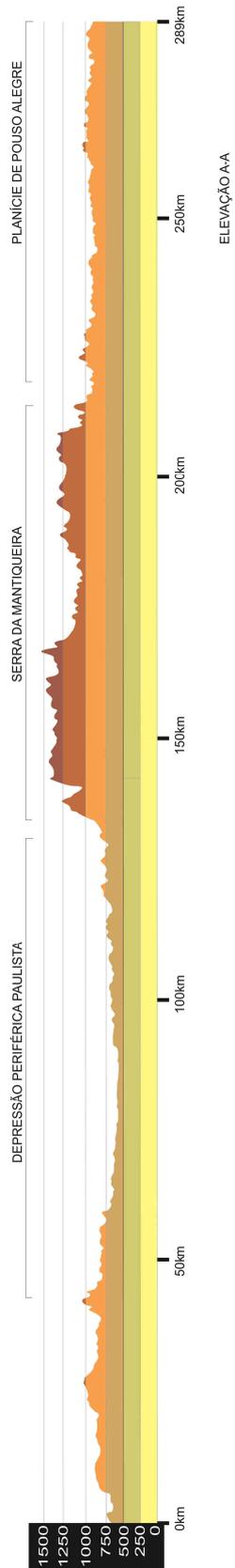


Figura 12 Corte esquemático do relevo contido entre a cuesta basáltica de Botucatu (SP) e o Vale do Sapucaí

Assim, as paisagens naturais do Vale do Sapucaí e da Depressão Periférica não eram destoantes, sendo que a diferença de altitude entre elas configurava a principal distinção.

Apesar de pertencerem a biomas diferentes, detinham características vegetativas muito próximas, por serem ambas integrantes de uma extensa faixa de transição, onde a Serra do Mogyguassu representava o ponto central e estruturador.

O Vale do Sapucaí e o trecho da depressão periférica entre os rios Mogi Guaçu e Pardo apresentam uma unidade natural que se diferencia daquela paisagem verificada a partir do Vale do Piracicaba e Camanducaia, que é muito mais irrigada. Além disso, o Rio Mogi Guaçu e o Rio Pardo configuram uma unidade hídrica, enquanto que os Rio Piracicaba e Camanducaia correspondem à unidade hídrica do Tietê.

Se para os indígenas os rios representavam uma importante fonte de orientação em meio à natureza, é compreensível a existência de certa divisão entre povos ao redor da Bacia do Tietê, em função das unidades e comunicações entre eles existentes. Daí então creditar às falas de Métraux (1949) o devido valor, uma vez que o autor apresentou essa região como uma importante fronteira histórica entre os povos nativos.

A partir de tais análises, acreditamos ter demonstrado a unidade natural presente no recorte exposto. Este exercício de caracterização da paisagem natural se apresenta necessário, uma vez que compreendemos ser ele o substrato para a conformação do habitat do sertanejo mogiano.

2. A ocupação nativa em meio às colinas dissecadas

Como já comentado, em sua obra Métraux (1949) apresenta uma valiosa caracterização dos povos nativos habitantes do domínio morfoclimático dos mares de morros. Atribui à região costeira do Brasil e a algumas porções mais interioranas, sobretudo as referentes aos territórios de São Paulo e Minas Gerais, a presença de grupos predominantemente do ramo Tupinambá, apesar de alguns vestígios

arqueológicos do grupo guarani comentados por Moraes (2007), nas proximidades do Rio Piracicaba.

Acreditamos não ser conveniente a este presente estudo uma preocupação maior quanto à diferenciação de grupos e a distinção exata entre as suas muitas ramificações. Apesar de ser um conhecimento de extremo valor e ainda pouco debatido, não detemos as ferramentas de análise necessárias para tal exercício.

Por isso, partimos de estudos arqueológicos já realizados e adotamos como ponto inicial de nossa análise as conclusões apresentadas pelos pesquisadores. A preocupação em abordar a questão indígena, neste estudo, é fundamentada nas exposições de Darcy Ribeiro (1995), que nos presenteia com seu estudo sobre a formação do povo brasileiro a partir de diferentes matrizes culturais.

O processo de urbanização brasileiro é um conhecimento em contínua construção. É preciso salientar que a construção de uma noção de território confunde-se ao processo de formação do povo habitante das terras brasileiras. Focaremos, então, na ocupação, estrutura de assentamento e labor, pois desta cultura nativa partiram importantes conhecimentos às futuras gerações de habitantes.

Havia uma diferenciação entre os grupos tupinambás do litoral e os tupinambás da depressão periférica. Os localizados na depressão recebiam a denominação de Tupinakin (Métraux, 1949) por não estarem situados nas proximidades dos mares. O nome “tupinambá” está atrelado à noção de “povo das águas”, fazendo-se clara a distinção entre aqueles das águas salgadas e os demais das águas doces. Métraux (1949) também comentou que, na concepção de tal cultura, seriam os povos das águas salgadas os legítimos tupinambás, justificando-se, assim, tal diferenciação.

Os indígenas apresentavam concepções místicas do território, sobressaindo-se uma noção de espíritos e seres superiores que explicariam a própria natureza – as intempéries, o perfil da paisagem, a passagem do tempo e o próprio cotidiano. Portanto, o elemento água correspondia a um valor simbólico. A água saciava a sede, fornecia alimentos, permitia o deslocamento, irrigava o solo, abrigava os peixes, curava doenças, banhava-lhes o corpo, destruía plantações; possuíam um espírito próprio.

Neste imaginário, os rios também eram a morada de animais extraordinários. Entre os povos tupinambás a figura da cobra, enquanto animal temido e ao mesmo tempo venerado, estava corriqueiramente associada às regiões que apresentavam rios de médio e grande porte, sobretudo aqueles dotados de muitos meandros, conferindo-lhes uma aparência semelhante ao rastejar de uma grande cobra em meio à terra. A lenda sobre uma grande e temível cobra que habitava a profundidade dos rios era uma forma de síntese cultural, e ainda presente entre as populações ribeirinhas, em especial no Norte e Nordeste do Brasil (SILVA, 2008).



Figura 13 Vista aérea do Rio Pardo

Fonte: Extraído do acervo digital do Jornal O Democrata de São José do Rio Pardo, disponível em <http://www.jornaldemocrata.com.br/>, acessado em 09/04/2018. Observa-se parte do curso do Rio Pardo onde se destacam os meandros formados pela topografia de colinas dissecadas componentes da paisagem.



Figura 14 Vista aérea do Rio Sapucaí

Fonte: Extraído do acervo digital do Jornal O Democrata de São José do Rio Pardo, disponível em <http://www.jornaldemocrata.com.br/>, acessado em 09/04/2018. Observa-se parte do curso do Rio Pardo, onde se destacam os meandros formados pela topografia de colinas dissecadas componentes da paisagem.

A paisagem cultural da Serra do Mogyguassu apresenta uma unidade que provém desta cultura nativa e se materializa espacialmente sob a forma das antigas ocupações, que podem ser verificadas nos estudos arqueológicos realizados pelas equipes do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE- USP). Provém daí muitas das toponímias presentes na região.

A presença de animais, rios e terras férteis era uma importante questão para a localização das tribos. Segundo Germano Afonso (2004), os indígenas perceberam que as atividades de caça, pesca, coleta e lavoura estavam sujeitas a flutuações sazonais e procuraram desvendar os fascinantes mecanismos que regem esses processos para utilizá-los em favor da sobrevivência da comunidade. Assim, conhecer o céu, os movimentos dos astros, o caminho do sol, as fases da lua e o desenho que as estrelas fazem no céu noturno eram conhecimentos necessários à própria sobrevivência.

Para o céu, olhavam à procura de fatores cíclicos, como as estações – os tempos de chuva e os tempos de seca – a fim de viabilizarem seu sustento. Parte daí, então, a compreensão de que tudo o que se fazia presente na terra, possuía uma correspondente direta na abóbada celeste. As concepções de terra e céu estavam profundamente associadas e, ao mesmo tempo em que lhes permitiam a orientação temporal necessária, também lhes garantiam orientação geográfica. Assim, a compreensão de território não condizia com a posse da terra, mas com o que ela oferecia e com as características que apresentava, de tal modo ser compatível com os valores por ele mantidos.

Quando voltamos o nosso olhar para a paisagem configurada nas cercanias da Caldeira de Poços de Caldas, resgatamos as primeiras análises apresentadas sobre os tipos de solos, vegetação, climas e biomas e relacionamos tais dados com a cultura indígena e a configuração de um território tupi, deparamo-nos com uma bela, curiosa e, ao mesmo tempo, coerente unidade territorial.

Parte da etnoastronomia a compreensão das relações entre a terra e o céu, segundo a cultura indígena. A compreensão das estações climáticas, do tempo da colheita, da caça etc., provinha de uma atenta e muito antiga tradição de observação das estrelas, as quais eram organizadas sob a forma de constelações.

Porém, tais constelações indígenas eram definidas a partir das referências terrenas, e por isso a relação entre estrelas e características naturais era

verdadeiramente profunda. A presença abundante na paisagem de certo animal em certa época do ano, era diretamente relacionada à sua forma correspondente nos céus, permitindo que através das estrelas houvesse orientação e conhecimento, tanto da estação, quanto da possibilidade da caça.

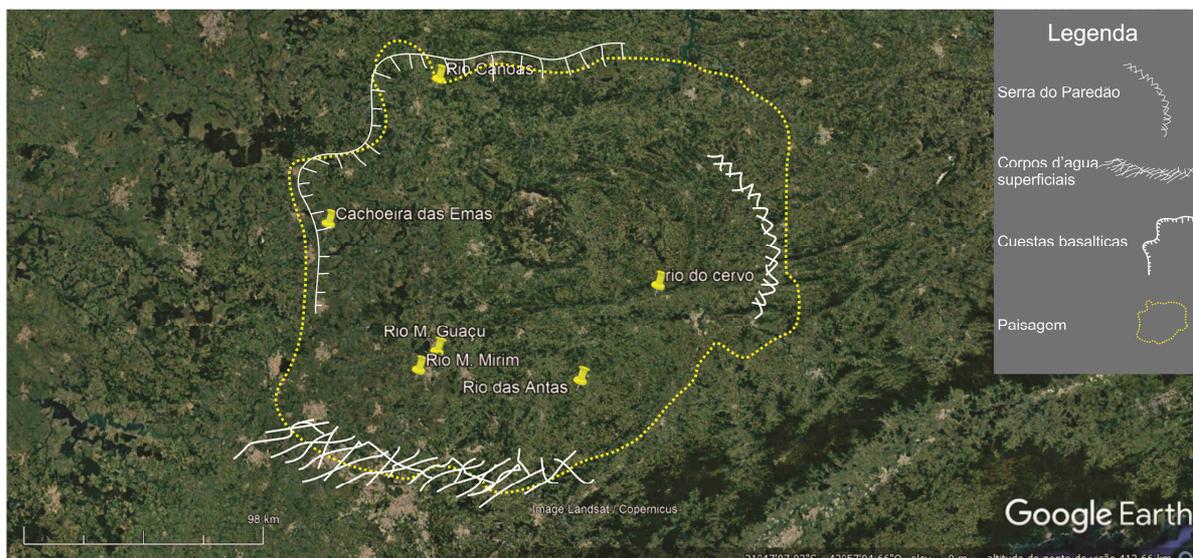


Figura 15 Identificação da unidade paisagística

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de base do software Google Earth, sobre a qual foram sobrepostas as informações coletadas junto a CPRM.

Deste modo, faziam-se presentes entre os tupis aproximadamente 30 constelações, segundo os registros de Claude d'Abbeville (1945), que conviveu durante quatro meses entre os nativos e realizou alguns registros depois transcritos sob forma de livro. D'Abbeville (1945), no entanto, não registrou todas as 30 constelações, mas apenas algumas delas e, a partir de seus registros, os estudos em etnoastronomia foram desenvolvidos, a saber: a constelação da Cobra Grande (M'boi guassu), da Cobra Pequena (M'boi mirim), da Anta, da Canoa, da Ema, do Cervo, da Onça, do Homem Velho, do Colibri e da Jabuti são algumas das mais conhecidas entre os pesquisadores.

Dentre essas, destacamos as seis primeiras que, uma vez sabendo terem correspondentes diretas no plano terreno por meio dos animais que as representam, nos foi possível mapear, através dos rios inseridos em nosso recorte espacial, a respectiva correspondência terrena.

Não se trata, no entanto, de uma afirmação categórica, mas da aplicação do conceito de representatividade bastante trabalhado pelos indígenas. Alguns rios da

região, curiosamente, detêm os mesmos nomes das seis constelações por nós destacadas e, conforme pode ser observado na **figura 15**, todos eles estão dispostos nos arredores da Caldeira de Poços de Caldas.

Tem-se o Rio Mogi Guaçu (Cobra grande), o Rio Mogi Mirim (Cobra pequena), o do Cervo, das Emas, da Canoa e da Anta, esta última, curiosamente assentada sobre um vale amplo e que é importante meio de comunicação entre o Vale do Sapucaí e a Depressão Periférica – uma espécie de caminho. Nos céus, o Caminho das Antas nada mais é do que a mesma Via Láctea, com seu formato alongado.

Ao georeferenciarmos tais informações, ficamos admirados ao perceber que tais animais e suas correspondentes constelações associavam-se à paisagem e, portanto, reafirmavam a presença de uma cultura que lhe conferia unidade – especialmente porque as referências por ela utilizadas partiam da própria interpretação e reconhecimento da natureza.

2.1 A ocupação nas barrancas

Rios, colinas dissecadas, vegetação rasteira, animais, solos e assentamentos. Em síntese, era esta a paisagem dos antigos moradores antes do contato com o homem branco colonizador. Dentre tantas formas materiais de expressão, são os assentamentos do povo tupi em meio à paisagem aqui em estudo que nos permitem caminhar sentido à compreensão do modo de organização territorial por eles praticado.

Não identificamos registros mais específicos sobre os assentamentos praticados na região. Contudo, a partir dos estudos de arqueologia desenvolvidos por Moraes (2007), sobre a produção ceramista no Vale do Mogi Guaçu, e o de Marcel Lopes (2014), cujo enfoque foi a ocupação tupinambá no Vale do Paraíba, podemos verificar certos costumes comuns a esse grupo que os mantinha em unidade, apesar dos muitos contrários²² existentes entre eles.

²² Dizia-sepor contrário o inimigo de guerra tupinambá que tanto poderiam ser indivíduos provenientes de outro tronco familiar, quanto um igual tupinambá ocupante de outras terras e tidos

Acrescidos a isso, foram também analisados os relatos apresentados por Padre José de Anchieta, na Carta de São Vicente, datada do ano de 1560, e a publicação de Hans Staden, originalmente datada do ano de 1557 e posteriormente traduzida para o português no ano de 1900, pelo IGC. Outra fonte de igual destaque é o Tratado Descritivo do Brazil, original datado de 1587, elaborado por Gabriel Soares de Souza (1879), em que o autor apresenta uma rica descrição dos usos e costumes tupinambás presentes na Bahia, onde era senhor de engenho e residente.

Os tupinambás eram caracterizados por serem homens *de grandes forças e de muito trabalho; esforçados, amigos das novidades, luxuriosos, grandes caçadores, pescadores, nadadores e amigos das lavouras*, conforme descreveu Souza (1879, p. 308). Eram povos das águas, segundo Métraux (1948), e isso nos permite a associação de seus assentamentos às regiões de cursos d'água perenes e solos propícios às plantações de subsistência – tal qual se fazia presente nos arredores da Serra do Mogyguassu.

Sobre os seus assentamentos constantes na Bahia, Gabriel Soares Souza comenta:

Em cada aldeia dos Tupinambás ha um principal, a que seguem somente na guerra, onde lhe dão alguma oferenda, pela confiança que terá com seu esforço e experiência. Este principal ha de ser valente homem e bem quisto para ter quem ajude a fazer suas rotas. Quando este principal assenta a sua aldeia, busca sempre um sitio alto, desabafado dos ventos, para que lhe lave as casas e que tenha a água muito perto, e que a terra tenha disposição para derredor da aldeia fazerem suas rotas e grangearias; e como escolhe o sítio a contentamento dos mais antigos, faz o principal sua casa muito comprida, coberta da palma, a que os indios chamam pindoba, as outras casas da aldeia se fazem também muito compridas e arrumadas de maneira que lhe fica no meio um terreiro quadrado, onde fazem bailes e os seus ajuntamentos; e em cada aldeia ha um cabeça, que ha de ser indio antigo e aparentado, para lhe os outros que virem n'estas casas terem respeito; e não vivem mais n'esta aldeia, que em quanto lhes não apodrece a palma das casas que lhes dura três a quatro annos. (SOUZA, 1879, p. 310)

A preocupação quanto a uma ocupação em locais de boa ventilação, terras propícias à lavoura e com a presença de cursos d'água somava-se à comunicação entre comunidades vizinhas.

Lopes (2014) comenta sobre a importância das vias de ligação entre tais aldeias, que promoviam a conectividade territorial e sobrevivência da tribo. Havia nas aldeias espaços de usos claramente definidos. A casa e a praça, além

por ameaça aos seus territórios, conforme comentou Gabriel Soares de Souza, no Tratado Descritivo do Brazil, de 1587.

das respectivas funções de abrigo e convivências, tinham seu significado a partir das atividades que nelas eram desenvolvidas.

Interessante observar que entre este grupo os espaços configuravam-se em uma extensão das próprias atividades, apresentando um fluxograma definido. O esquema de assentamento organizado por Lopes (2014) nos ajuda a compreender a referida distinção entre os espaços da aldeia.

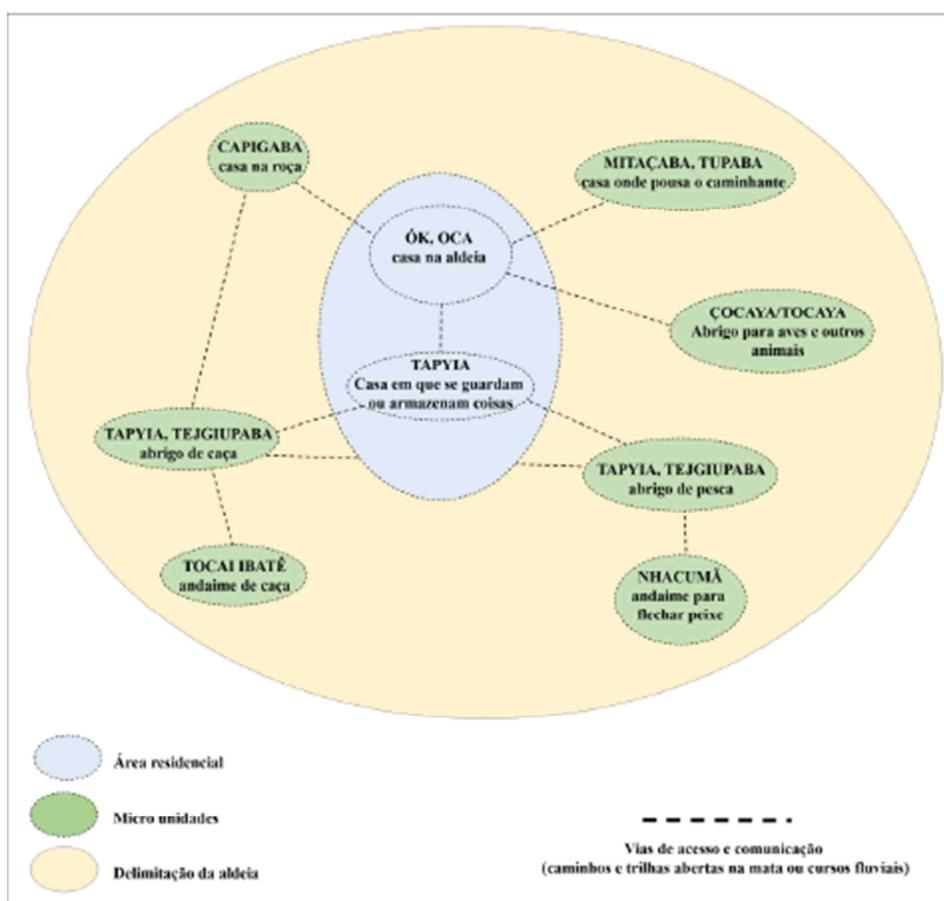


Figura 16 Croqui esquemático de uma aldeia Tupinambá

Fonte: Lopes, 2014.

O autor ressalta que por aldeia devem ser entendidas as áreas de residência (casas e praças), enquanto que outros espaços estavam relacionados às atividades de subsistência do grupo. Nos arredores das casas e praças havia os locais de roças, de caça, de pesca, estando todos eles conectados entre si por meio de caminhos.

Este conjunto de ambientes – aldeia – não ocorria de modo isolado e pontual, mas era com frequência associado a outras aldeias que igualmente detinham seus

subespaços produtivos e, em conjunto, compunham um ambiente maior, que recebia o nome de tekohá. O tekohá era, então, sistema de ocupação e demarcação territorial, que expressava a unidade de um grupo e se baseava na busca por locais com diversidade de micro ambientes ou ecozonas (SOUZA, 2014), a fim de obterem produtos variados.

A disposição do tekohás em relação à paisagem também se dava de maneira organizada, tendo o leito dos rios como elemento estruturador. Como já comentado, as guerras entre os povos indígenas era algo recorrente, e, no entanto, a associação dos mesmos por laços de parentesco ou amizade também era verificada, fazendo com que alguns grupos ocupassem a região de modo coordenado e integrado, compondo uma rede de caminhos que os uniam quanto aos objetivos (LOPES, 2014).

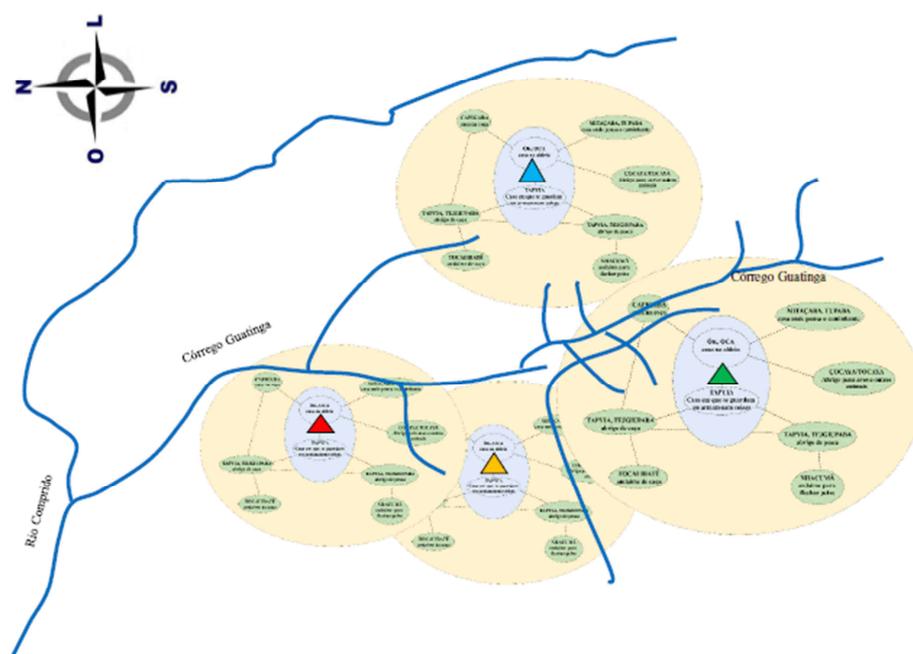


Figura 17 Tekohá: estruturas de assentamento Tupi

Fonte: Lopes, 2014.

Em seu estudo dedicado aos sítios arqueológicos de Villa Branca, Pedregulho, Santa Marina e Rio Comprido, localizados na cidade de Jacaré (SP), Lopes (2014) nos forneceu um estudo ilustrativo de como se expressava o tekohá por ele analisado em relação aos rios.

Observamos a existência de dois cursos d'água maiores, identificados pelo nome de Rio Comprido e Rio Guatinga, cujo entroncamento pode ser observado nas proximidades do tekohá. Esta condição nos despertou a curiosidade e nos levou a conferir o tipo hídrico constante em nosso recorte espacial, onde os cursos serpenteantes se fazem presentes – muitos meandros.

Se comparada às informações levantadas por Moraes (2007), sobre a localização dos sítios arqueológicos pré e pós-contato dispostos na Bacia do Rio Mogi Guaçu, podemos compreender que este tipo de disposição representava uma padronização quanto à ocupação, uma vez que a ocupação em meandros foi verificada nas proximidades do Rio Claro, Rio Piracicaba, Rio Mogi Guaçu, Rio Mogi Mirim, Rio Pardo, e também entre outros de menor porte, mas que igualmente se fazem presentes na depressão periférica, a exemplo do Rio Monjolo, Rio Ypê e Rio das Cabeças²³.

Moraes (2007, p. 55), ao comentar sobre o Sistema de Assentamento, esclarece que este é um conceito cuja eficácia está diretamente relacionada à identificação cronológica dos sítios. Trata-se de um conceito operacional que contribui para a leitura das relações espaciais que os vestígios arqueológicos apresentam entre si e com a paisagem. *A identificação de certos padrões de identificação supostamente refletem o sistema de subsistência, organização comunitária e o sistema de assentamentos de uma dada comunidade* (ARAUJO apud Moraes, 2002, p. 55).

Os estudos de salvamento arqueológico realizados pelo Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo (MAE-USP) apresentam vestígios arqueológicos verificados nas proximidades das bacias do Rio Pardo e do Rio Mogi Guaçu.

A exemplo do que foi verificado às margens do Rio Mogi Guaçu, nas proximidades da Cacheira das Emas – Pirassununga (SP) – a disposição dos quatro sítios arqueológicos destacados em vermelho na **figura 18** dá-se nas proximidades do entroncamento do Rio Mogi Guaçu com o seu afluente Jaguari-Mirim, de tal modo que apresentam de maneira muito aproximada daquela outra comentada por Lopes (2014), na **figura 17**.

²³ Moraes (2007) apresenta a localização de assentamentos tupinambás às margens desses rios.

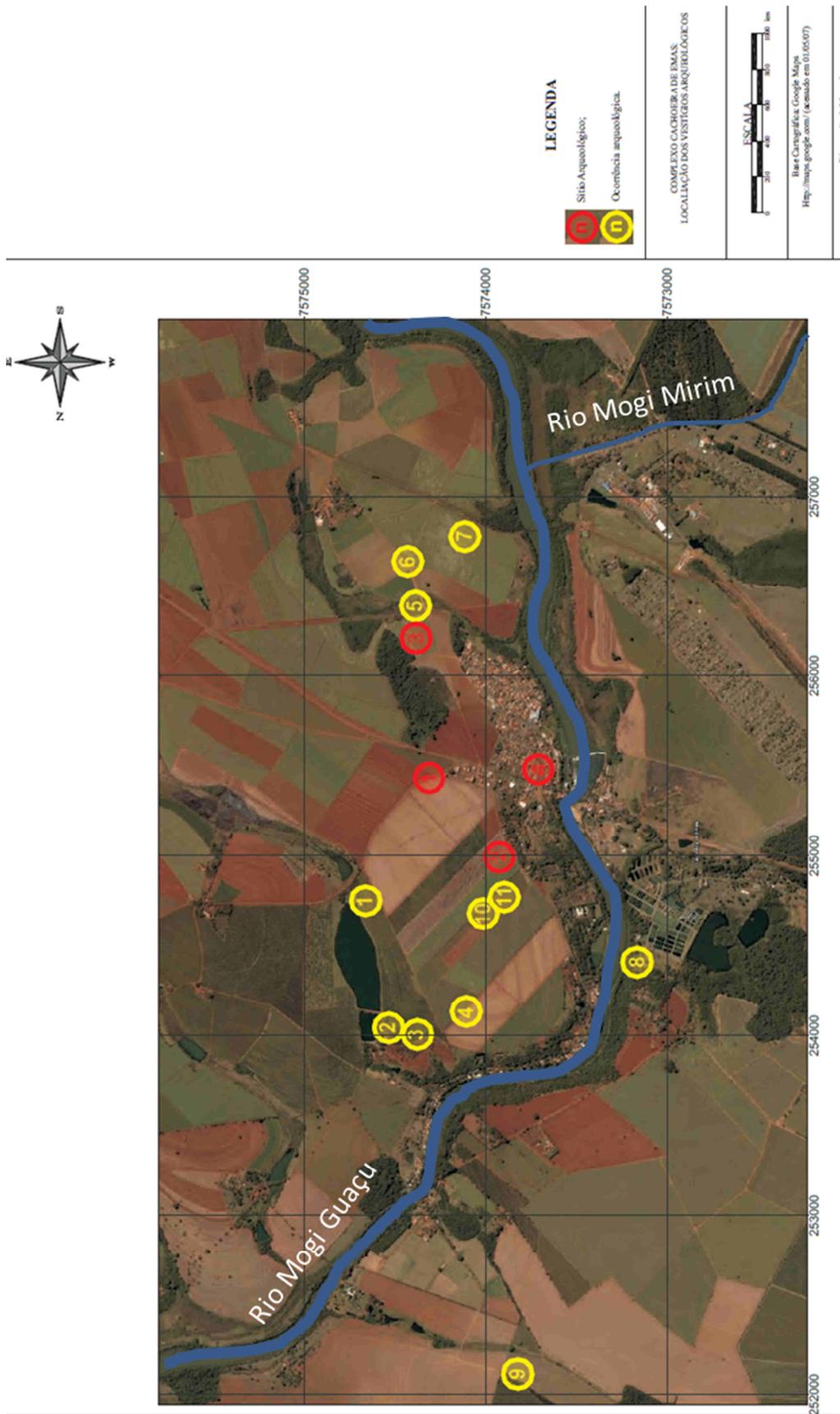


Figura 18 Unidade de assentamento indígena no Vale do Mogi Guaçu

Fonte: Moraes, 2007.

Às margens do mesmo rio, no atual município de Mogi Guaçu (SP), novamente observamos alguns assentamentos à beira-rio, cuja localização se dava entre os seus meandros (itens 1, 2,3 da **figura 18**). Interessante observar que nesta mesma localidade, denominada Cachoeira de Cima, teriam se estabelecido os primeiros bandeirantes que estavam à procura de minérios nas margens do Rio Mogi Guaçu, por volta de meados de século XVII (POLITO, 2013, p. 26).

Em todos esses sítios arqueológicos foram registradas a presença de objetos provenientes da arte ceramista, recorrente na região, em virtude das propriedades do solo, propícias à fabricação de artefatos. Dentre os mais variados fragmentos dispersos, uns mais conservados do que outros, tem-se a incidência das *igaçabas*, que eram urnas de estocagem. As *igaçabas* também eram utilizadas em atividades funerárias e encontradas com frequência nas prospecções realizadas nessa bacia hidrográfica.

Conforme apresentou Moraes (2007), constam entre tais vestígios três urnas funerárias encontradas do sítio arqueológico Franco de Godoy, sendo:

1. Urna 1 – pintada, medindo 80 cm de altura e 60 cm de diâmetro;
2. Urna 2 – corrugada, medindo 78 cm de altura e 57 cm de diâmetro;
3. Urna 3- lisa, medindo 70 cm de altura e 70 cm de diâmetro.

Respectivamente, essas urnas armazenavam os restos esqueléticos de um adulto jovem, um adulto e uma criança.

O tratamento que os indígenas davam para a morte e as formas de sepultamento condiziam com a imagem culturalmente criada por eles sobre as relações entre a matéria e o espírito. A morte, marcada pelos ritos fúnebres, representava o momento onde se encerravam as relações do indivíduo com seus pares.

Dentre os significados existentes, interessa-nos aquele que diz respeito à frequência de um grupo na região. Quando mortos durante guerras ou em áreas que entre a comunidade não eram entendidas por suas, não faziam uso de urnas, enterrando-os à terra apenas envoltos em suas redes. A presença de urnas funerárias em meio ao nosso recorte espacial revela vestígios de uma ocupação consolidada e um caráter místico existente.

Tendo em vista que todas as coisas detinham em si um espírito que lhes garantia a essência e a continuidade da vida, entendemos que as águas que

provia o alimento, as matas que ofertavam a caça, a terra que provia as raízes e guardava os seus mortos, assim como os espíritos deles que passavam a integrar o ambiente, conferiam aos habitantes laços profundos de vivência, crença e espiritualidade com a região. Portanto, uma unidade estabelecida por laços físicos e simbólicos, um território praticado e de muitas vivências.

3. O complexo vales-serra

Tendo por informação inicial que, do ponto de vista hídrico, pedológico, vegetal e topográfico, o entorno da Serra do Mogyguassu apresentava condições geográficas bastante semelhantes, é possível supor que esta paisagem compusesse uma área de movimentação entre os habitantes nativos.

Nossas suposições não são aleatórias; para tal, a geografia novamente nos oferece, em sua classificação do relevo, a situação referente aos vales amplos que se configuram entre as montanhas no domínio dos mares de morros, e que compõem a Serra do Mogyguassu.

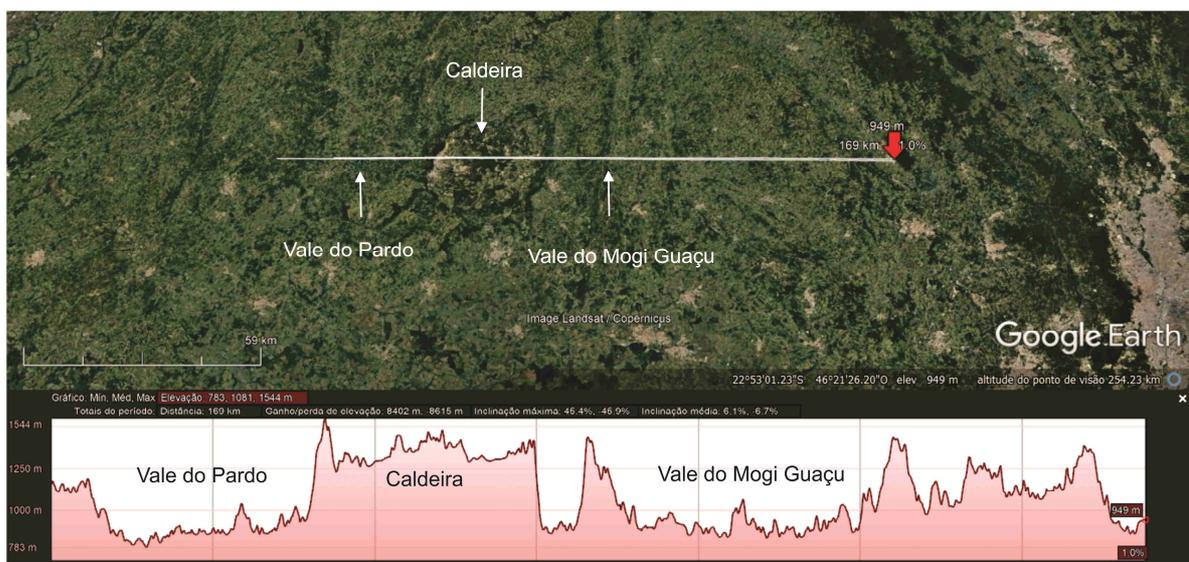


Figura 19 Perfil do complexo vales-serra do Mogyguassu

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos recursos do software Google Earth, no qual foi traçada uma linha de corte sobre a Serra do Mogyguassu e através do qual se pode observar a topografia desta localidade.

Em área central eleva-se a Caldeira de Poços de Caldas, cuja altitude atinge os 1554 m acima do nível do mar. Em suas extremidades, temos, à sua direita, o Vale do Mogi Guaçu e, à esquerda da caldeira, o Vale do Pardo.

Em ambos os vales, é verificada a presença de solos argilosos e, nas proximidades do pé da serra, despontam algumas nascentes, sendo algumas delas de águas sulfurosas. O conjunto composto por vale-serra-vale possivelmente atuava como um canalizador dos fluxos, visto que eram os de maior dimensão.

Mediante tal exposição, passaremos a analisar cada um desses elementos separadamente, a fim de melhor expormos outros vestígios por nós utilizados na construção deste pensamento.

3.1 O vale do Rio Mogi Guaçu



Figura 20 Rio Mogi Guaçu

Fonte: Mogi Guaçu: o curso de um rio. Ed. Metalivros, 1999.

O Rio Mogi Guaçu nasce na serra. Com seu trajeto rico em meandros e por ser bastante volumoso, rasga a terra por onde passa, aumentando em margem e em profundidade na medida em que avança pela depressão periférica. Sua plasticidade faz lembrar o rastejar de uma serpente sobre o solo seco, daí então ser o *rio grande que serpenteia* ou *rio grande das cobras*.

Conforme esclarece Lux Vidal (2007), para muitos povos indígenas brasileiros, o mito da Cobra Grande possui relação com o território conquistado, com a organização da vida em sociedade, com as migrações de grupos ocorridas, sendo uma forma de eles pensarem e organizarem a própria história.

Por vezes está relacionado às práticas de cura e às atividades xamânicas, servindo também como modelo estético e entidade arquetípica e simbólica enquanto um marco no processo de construção da identidade. Daí então a Cobra Grande ser entendida como um mito de origem.

O Rio Mogi Guaçu, nesse sentido, explicaria a origem de um povo ou aldeamento, ao mesmo tempo em que atribuiria legitimidade de posse e contornos espaciais a um território²⁴. Assim como esclareceu Vidal (2007), podemos compreender que o mito de Mogi Guaçu mostra um imaginário onde os seres aparecem aos humanos tais como monstros. Porém, provém deles a unidade do povo, porque a figura desse monstro justifica toda a espacialidade e modo de vida por eles desenvolvidos.

A Cobra Grande, antes de ser identificada como uma sucuri, é entendida como um *habitante do outro mundo*; é um espírito essencial em cuja figura se explica o cosmo – o mundo subterrâneo, a terra e o céu. Ao mesmo tempo em que a cobra é relacionada à morte, também é relacionada às práticas de cura e conhecimento, atividades geralmente atribuídas ao pajé no interior das matas.

A noção de lugar, enquanto ambiente de permanência ou moradia – de pessoas ou espíritos –, estava relacionada ao ser. Tudo era espírito e voltava como espírito para o lugar que lhe era seu. O ritual fúnebre, por exemplo, com os sepultamentos em urnas de cerâmica, estava profundamente atrelado à noção de pertencimento ao local; ao reconhecimento da paisagem e consciência em meio a ela, o que permitia a organização do espaço físico segundo a cosmovisão.

A figura da cobra – ou melhor, a presença daquilo que deveria ser temido – está contida nesta paisagem até o século XIX. A sua presença está também no imaginário para a demarcação de fronteiras entre sistemas, tal como comentado por Vidal (2007). Posteriormente, a cobra passou a significar o diabo, dado as novas camadas sociais que se sobrepuseram à paisagem e trouxeram consigo suas referências, suas próprias lendas e sua religiosidade.

²⁴ Anexo 1 – Mito de origem do Mogi Guaçu

3.20 Vale do Rio Pardo

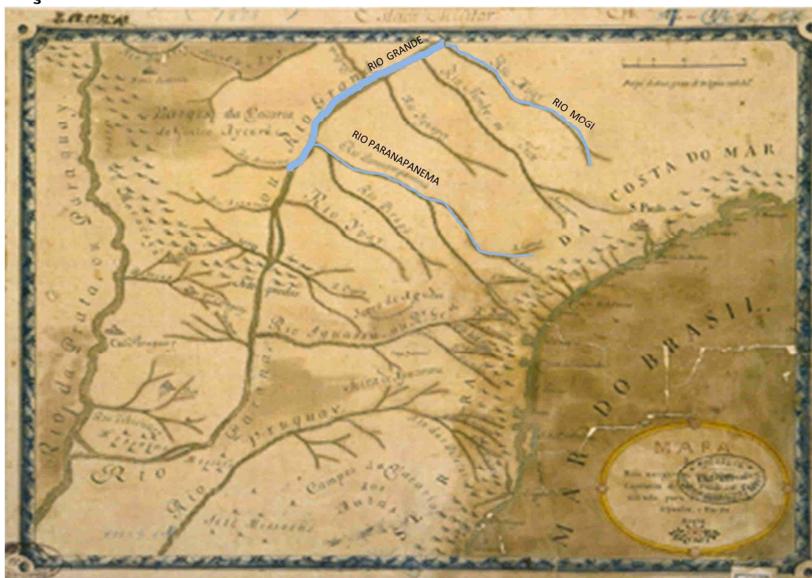
O Rio Pardo, assim como o Rio Mogi Guaçu nasce na mesma Serra e estava associado à noção de fronteira entre grupos da família Tupi. Apesar de suas águas serem navegáveis, as terras além dele abrigavam indígenas ferozes e antropofágicos.

Figura 21 Confluência do Rio Pardo e Rio Mogi Guaçu



Fonte: Pontal: a gigante dos canaviais. Revista Revide, edição de 09 de agosto de 2017.

Mapa 1 Mapa de rios navegáveis (século XVIII) com demarcação do Rio Mogi Guaçu



Fonte: Extraído de POLITO, 2013.

O primeiro estudo sobre a navegabilidade no Rio Pardo data de 1766, um ano após a restauração da Capitania de São Paulo, sob o Governo Morgado de Matheus. Corresponde a uma política de ocupação, domínio e produção nas áreas mais apartadas, tendo os rios como um fundamental meio de deslocamento e comunicação. Para isso, foi elaborado um mapa correspondente à hidrografia que à época se mostrava pouco conhecida.

A elaboração de um mapa com tal intenção não contava com recursos tecnológicos de precisão. As distâncias eram estimadas a partir das incursões realizadas em equipes. *Os levantamentos de campo envolviam instrumental próprio, mapas anteriores (se existentes) e apoio de “picadores de mato”, indígenas e práticos afeitos aos sertões* (BUENO, 2011). A compreensão da paisagem feita deste modo tinha um caráter interpretativo e era recodificado segundo padrões estéticos e interesses de territorialização da Coroa Portuguesa, para onde se dirigiam tais documentos.

Não se tratava de representar um território já produzido pelos nativos, mas demonstrar as possibilidades de expansão do domínio português. Nesse sentido, os mapas e as cartas corográficas tinham fundamental papel, apesar do descompasso existente entre a realidade e o desenho. Essa imprecisão fica exemplificada ao observarmos que no referido mapa não consta o curso do Rio Pardo, mesmo que, para acessar o Rio Grande pelo Rio Mogi Guaçu, seja necessário passar pelo ponto de confluência entre eles.

Com referência ao Mapa dos Rios Navegáveis, a ocultação da navegabilidade do Rio Pardo, dada sua dimensão apropriada comprovada, sugere pensarmos que o tráfego era evitado em virtude dos indígenas caiapós que ocupavam sua margem oposta.

De acordo com a publicação feita por Manuel Pereira de Godoy (1974), ainda no ano de 1880 havia assentamentos de índios tupi-guaranis em Cachoeira das Emas, – mesmo local onde em 1883 a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais realizou o seu levantamento para a instalação de possíveis portos fluviais nos rios Pardo e Mogi Guaçu.

A partir do Rio Pardo, nas proximidades do Rio Grande a existência de índios caiapós era um desafio a ser enfrentado pelo colonizador, posto que a violência nesses grupos fosse maior. O *sertão do gentio caiapó*, como era denominado,

abrigava muitos indivíduos que apresentavam suas aldeias organizadas e estruturadas de tal modo que podiam ocupar vastas áreas, conforme narrou o capitão Antônio Pires de Campos em 1723²⁵.

Esse grupo era guerreiro; eram indivíduos dotados de aparatos bélicos tais como arcos muito grandes, flechas muito compridas e grossas, e garrotes (MORI, 2015), o que fazia com que os paulistas os evitassem, já que a captura desses indivíduos era difícil. Tem-se registro que, entre 1708 e 1712, duas grandes expedições foram atacadas e derrotadas por esses índios, fazendo com que os mesmos se tornassem objeto de hostilidade por parte dos portugueses (MONTEIRO, 1994, p.43).

O Rio Pardo, portanto, não representava um percurso seguro para o colonizador, contribuindo para que os avanços sobre esta região ocorressem de modo muito mais terrestre do que fluvial. O Rio Pardo era perigoso. Muitos caiapós se envolveram em saques às tropas, assassinatos e contrabando, morte de animais e incêndios nestas paragens.

Essas atitudes se impuseram aos avanços dos colonizadores e lhes renderam referências como “bárbaros”, “gentios”, “gentios ferozes”, “índios repugnantes à civilidade”, “indômitos”, “inimigos irreconciliáveis”, “antropófagos”, “cruéis”, “piratas”, “vagabundos” e “insaciáveis monstros de sangue humano” (MORI, 2015, p.71). Era a construção de uma imagem a qual almejavam transformar.

²⁵ “Breve notícia [...], datada de 1723. Percorrendo o Rio Tietê, passando o rio Grande até o rio Paranaíba, acima deste curso d’água habita o gentio chamado caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique (Campos, 1976, p.181).

PARTE 2

Ocupação e posse: uma paisagem multifacetada

1. A paisagem dos encontros culturais

Os vales dos rios Mogi Guaçu, Pardo, Sapucaí e a própria Serra da Mantiqueira estruturam fisicamente uma paisagem para onde convergiram muitos indivíduos culturalmente diferentes, mediante os incentivos políticos do governo português à colonização. Por isso, o nosso entendimento desta paisagem natural ser uma paisagem dos encontros culturais – só então, a partir dos quais, originou-se um modo de vida homogêneo e característico ao contexto nela existente.

A partir de 1532, quando o fidalgo português Martin Afonso de Sousa fundou a Vila de São Vicente, teve início um novo período, em que os donatários de cada umas das quatorze capitanias hereditárias receberam a função de incentivar a ocupação, povoamento e efetiva colonização das terras.

Antes da referida data, as preocupações da Coroa Portuguesa voltavam-se para as especiarias encontradas na Ásia, uma vez que nas terras brasileiras a aparente inexistência de produtos mais sofisticados e rentáveis não despertava o interesse de Portugal. O plano de colonização foi iniciado mediante a possibilidade de invasão, sobretudo dos franceses, que já circulavam pela costa litorânea estabelecendo o comércio de pau-brasil.

Um imaginário permeado pelas figuras de montanhas de ouro, lagos dourados, rios de prata e serras de esmeraldas contribuía com os interesses da Coroa sobre o reconhecimento e mapeamento das terras interioranas. Instigados pelas possibilidades de grandes lucros, bem como pela promessa de regalias àqueles que localizassem as jazidas de ouro, muitos aventureiros embrenharam-se nas matas em busca de tais riquezas. Muitos partiam de São Vicente, mas em especial de um núcleo formado no planalto, que se tornou ponto irradiador das bandeiras e entradas, mediante o acesso pelos rios que percorriam a região, caminhos e trilhas indígenas e o próprio relevo facilitado.

São Paulo de Piratininga, elevada a vila em 25 de janeiro de 1560, teve seu início a partir de uma Missão Jesuíta alocada em um ponto de assentamento indígena bastante conveniente. A presença dos padres da Companhia de Jesus muito auxiliou no processo de adaptação às adversidades da colônia (BUENO,

2012, p. 15) e esteve associada à vinda de Tomé de Souza à cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos (1549), quando assumiu o governo geral da colônia. A partir daí, os padres jesuítas atuaram ativamente no contato com os povos gentios, chegando ao planalto em questão, onde iniciaram a missão.

A expressão tupi “Piratininga” remete ao fenômeno dos peixes que morriam atolados às margens dos rios e muitas vezes secavam ao sol naquele local, após o período de cheias. Isto denota a fartura deste alimento à população, constituindo um ponto atrativo para muitos grupos, o que reforça a observação feita por Métraux (1949) quanto ao fato de este rio ser uma fronteira natural entre diferentes tribos, ponto de convergência dos gentios de diferentes regiões.

A associação de saberes entre portugueses e indígenas levou ao domínio de certos conhecimentos, que favoreceram as incursões pelas matas e a sobrevivência destes com significativo desembaraço. Os mesmos rios que traziam a fartura do alimento passaram a ser importantes rotas de tráfego para os bandeirantes-viajantes, que cada vez mais se lançavam pelos sertões e retornavam a São Paulo. Além dos rios, as velhas trilhas indígenas igualmente facilitavam o deslocamento.

O ideal de riquezas escondidas entre as serras e rios era reforçado pelos relatos dos indígenas sobre a existência de pedras preciosas e montanhas de ouro em regiões distantes. Somado a isso, um quadro internacional economicamente desfavorável à Cora Portuguesa havia se configurado:

a perda do ouro africano e dos tratos do golfo da Guiné; forte diminuição da área açucareira e tabaqueira; toda a agricultura e comércio do açúcar gravemente atingidos; Angola ameaçada e a fonte de escravos comprometida; além de insegurança na navegação através dos oceanos (BUENO, 2012).

Este quadro, que mesclava graves problemas econômicos e um imaginário ricamente ilustrado pela lenda do Eldorado, serviu de estímulo às entradas e bandeiras sertanistas – visando, além do ouro, a possibilidade de escravos indígenas em suprimento daqueles outros vindos de Angola.

A população mestiça e aparentada – mameluca – que compunha a população da Capitania de São Vicente passou a ser de grande serventia aos anseios do governo português, dado que já estavam habituados ao meio, e aptos às incursões nas matas. A busca pela mão de obra escrava indígena se justificava pela descoberta de ouro em algumas localidades litorâneas que também praticavam a lavoura da cana de açúcar. A intensificação dessas produções fazia crescer

proporcionalmente a lucratividade dos paulistas com a captura de gentios, alimentando, assim, um sucessivo embrenhar em matas que, por sua vez, fomentou a dilatação de alguns limites conhecidos (BUENO, 2009).

Porém, esta caça aos silvícolas também suscitou vários conflitos com a Companhia de Jesus, que defendia o indígena livre e, portanto, se colocava como um importante obstáculo à ação dos paulistas. Por consequência, invasões a missões e aldeamento jesuíta se tornaram cada vez mais frequentes e, apesar da ação efetiva para a formação de novos aglomerados urbanos, os jesuítas foram cada vez mais vistos como um problema frente aos interesses políticos e administrativos do governo. (BOSCHI, 1999, p. 121)

Com a dinâmica de incursão acentuada, novas vilas foram erigidas, simbolizando a dominação do governo em meio àquelas terras, mas principalmente sinalizando a oficialização de certos caminhos, que gradativamente viabilizaram a formação de uma rede urbana, bem como a comunicação entre partes mais isoladas.

A partir de Mogi das Cruzes, margeando o Rio Paraíba e canalizando pelas Serras do Mar e Mantiqueira, fundaram Taubaté (1645), Guaratinguetá (1651) e Jacareí (1653)²⁶ que constituíam um caminho no sentido do Rio de Janeiro. Desse caminho, também conseguiam acesso a porções mais embrenhadas por meio das gargantas do Embaú e Sapucaí, que cortavam o paredão da Mantiqueira e por onde também passavam antigas trilhas indígenas. Noutra direção, no sertão do Rio Jundiaí, outra antiga trilha orientava as incursões a uma vasta região de colinas dissecadas, habitadas por índios bravios e onde diziam haver ouro. (SAMPAIO, 2012, p. 04)

Os indígenas do planalto e do litoral já detinham conhecimento sobre estes outros que habitavam as porções mais interioranas, aos quais denominavam pejorativamente de *tupinakin*, como comentado por Métraux (1948). As incursões avançaram sobre os sertões do Rio Jundiaí e não é de se duvidar que em poucos dias tenham alcançado o Vale do Rio Mogi Guaçu, dadas as facilidades topográficas e a paisagem de vegetação baixa.

Além dos indígenas, que eram do interesse da captura para suprir a demanda de mão-de-obra, o Rio Mogi Guaçu apresentava ouro, fazendo ser de 1650 o

²⁶ Segundo as informações contidas no Quadro de Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios Paulistas (IGC)

registro mais antigo de ocupação nessa área, em virtude da atividade mineradora. Contudo, era ouro em diminuta quantidade, não despertando grandes interesses – apenas um indício de que naquelas bandas poderia haver jazidas mais rentáveis, o que motivou o contínuo deslocamento pelas matas.

Os incentivos aos avanços sobre o sertão eram sustentados por uma política de fundação de novas vilas; estas simbolizando os domínios do governo sobre áreas fornecedoras de mão de obra escrava e aurífera, mas especialmente, o domínio sobre os novos pontos irradiadores de incursões.

Assim, novas vilas foram erigidas em meados do século XVII, tais como Taubaté (1645), Itu (1654) Jundiaí (1655) e Sorocaba (1661)²⁷ –, nas quais foram atribuídas extensas glebas a fim de impulsionarem sobre elas a ocupação, domínio e maior fiscalização.

As vilas a este tempo, não significavam grandes estruturas urbanas – eram lugarejos compostos de alguns fogos e equipamentos representativos do poder. Sua importância estava em sua condição estruturadora dos domínios da Coroa, pois era o ponto de união entre o sertão e a civilidade.

Isso não significava dizer que em sua essência a vila setecentista era em toda extensão civilizada, mas, por meio das estruturas governamentais e de poder que nela se faziam presentes – a Câmara, a casa forte, o pelourinho e a igreja –, ela simbolizava o ser civilizado, exercendo influência e regulamentando os modos de vida em sociedade e o próprio território a ela subordinado. Portanto, eram pilares essenciais ao propósito da colonização: a dominação. Elas representavam um modelo de organização e estruturação territorial compatível com os desejos de enriquecimento da Coroa Portuguesa, e, enquanto pontos de controle e fiscalização, tendiam a ser fundadas nas áreas de maior interesse.

No entanto, é válido destacar que as primeiras ocupações às margens do Rio Mogi Guaçu antecederam a fundação da Vila de Jundiaí (1655), ilustrando a situação das muitas investidas sobre as áreas apartadas e que fazia do paulista uma personagem presente dispersamente em vários cantos ainda não oficialmente povoados. Tal dispersão contribuía para a formação de alguns sítios e pousos em meio ao sertão, que não eram núcleos tais como as vilas, mas estruturas de subsistência que forneciam suporte aos viajantes.

²⁷ Segundo as informações contidas no Quadro de Desmembramento Territorial-Administrativo dos Municípios Paulistas (IGC)

Essas estruturas, dispersas, de subsistência, em contato com indígenas, adaptadas ao meio no qual estavam inseridas, formadas por um tipo social característico, entranhadas no sertão, fomentavam a configuração de uma estrutura de organização territorial coexistente àquela oficializada pelo governo.

Enquanto as vilas eram entendidas como centralidades, pilares fundamentais à posse e domínio territorial, pontos de controle e propulsão de civilidade e institucionalização da vida em sociedade; as estruturas de subsistência, por sua vez, dialogavam com a mobilidade tão característica aos seus habitantes. Assim como os indivíduos sertanejos, seus assentamentos não se prendiam à terra, não representavam poderes governamentais.

Esses aglomerados dispersos tinham o sertão à sua frente, podendo ser refeitos nos pontos que apresentassem melhores condições de sobrevivência. Traziam consigo heranças das matrizes culturais indígena antecessoras.

Nessas estruturas estavam os mamelucos e alguns portugueses fazendo nascer outra noção de território, atrelada à paisagem e às suas potencialidades. O historiador e sociólogo Alfredo Ellis Junior (1948) se refere a esta vasta região de grupos dispersos como sendo a “Paulistânea”, a qual, segundo ele, englobava aproximadamente o atual território de São Paulo, parte de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso e do Paraná.

A Paulistânea era vasta e de contornos imprecisos; o seu reconhecimento não se dava pela delimitação de divisas administrativas, mas sim pela presença dos paulistas em meio à paisagem natural. Fosse nas cercanias do Vale do Mogi Guaçu ou nas do Vale do Sapucaí, o paulista se fazia presente, incentivado tanto pela oferta de alimento que a natureza oferecia quanto pelo anseio de encontrar o Eldorado.

Neste sentido, o curso do Rio Mogi Guaçu tornou-se um importante facilitador das investidas que ocorreram ao norte da Serra do Mogyguassu. Vale lembrar que, ao mesmo tempo em que grupos de aventureiros partiam da Vila de Jundiaí, também irradiavam a partir da Vila de Taubaté e Guaratinguetá, no Vale do Paraíba.

De lá, tinham acesso a outras trilhas que transpunham a Serra da Mantiqueira pelas gargantas naturais do Sapucaí e Embaú. Essas trilhas davam acesso à mesma região para onde o Vale do Mogi Guaçu direcionava, configurando aí um

ponto de convergência de algumas rotas rumo ao “caminho geral do sertão” (PARANHOS, 2005).

Teriam passado por essas terras as bandeiras de João Pereira de Souza Botafogo, em 1596; Jerônimo da Veiga, em 1643; Sebastião Machado Fernandes Camacho, entre 1645 e 1648 e Fernão Dias Paes, em 1674. O historiador Ernani Silva Bruno (1967, p. 49) comenta que por volta de 1675 já se encontravam configurados alguns sítios, pousos e arraiais nestas paragens, vivendo em subsistência e possivelmente estabelecendo comércio com as rotas que adentravam o sertão, vindas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em fins do século XVII, alguns pontos de mineração já estavam mais organizados e definidos.

Há décadas vinha se processando a procura de riqueza mineral no Brasil, ocorrendo descobertas de metais e pedras preciosas nas imediações de São Paulo, Santana de Parnaíba, do Vale do Ribeira e da baía de Paranaguá, mantendo vivo o sonho da existência de mais riquezas nas longínquas terras do interior. (BUENO, 2012, p. 16)

Esse pensamento estava atrelado a lendas indígenas sobre uma montanha de prata por eles denominada de Sabarabuçu e à existência da Serra das Esmeraldas²⁸. Especulavam também sobre as relações entre as terras brasileiras, suas características naturais e possíveis semelhanças com as terras do Peru, de onde os relatos de ouro eram abundantes. Segundo Marcelo Motta Delvaux, a realidade dos minérios mesclava-se a um imaginário sertanejo, sendo interpretados como signos da presença divina e dos segredos da terra ainda não revelados.

Se, de um lado o imaginário era ávido e permeado pela imagem das montanhas de ouro, por outro se fazia presente uma política metropolitana de estímulo à procura dos minérios. A partir de 1668, o governo geral esteve sob o comando de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, o qual deu grande incentivo às atividades de busca pelo ouro, prata e esmeraldas, ofertando em troca, aos colonos, títulos de nobreza e outras formas de recompensa (BUENO, 2012).

A última década do século XVII foi marcada pela descoberta das jazidas de minérios no interior do sertão dos Cataguases, estabelecendo, a partir disto, um novo marco para o processo de ocupação territorial. Podemos então distinguir três momentos que nos são caros.

²⁸ O mapa do padre Jacobo Cocleo, século XVIII

O primeiro (1) deles, marcado por uma internação do povoamento e ocupação das terras entre a Serra do Mogyguassu e o Vale do Sapucaí, seguido de um segundo (2), que por sua vez corresponde à descoberta das maiores jazidas de ouro e o conseqüente deslocamento da população para tal região.

O terceiro (3) diz respeito à vinda de mais pessoas, especialmente os paulistas, para as cercanias do Rio Sapucaí, de onde avançavam até o Rio das Mortes e praticavam a mineração. Quanto mais próximo às áreas de lavras, mais intensa e oficial passou a ser a ocupação, fazendo com que no Vale do Sapucaí predominasse a agricultura, o qual passou a dar suporte às regiões auríferas.

Foram os paulistas provenientes de Taubaté que descobriram as primeiras minas de Cataguases (BUENO, 2012), fazendo nascer oficialmente um caminho que ligava o Vale do Paraíba às jazidas de ouro nos sertões. Este caminho, que posteriormente passou a ser denominado por “Caminho Velho”, partia de Taubaté até a freguesia de Piedade e dali transpunha a Mantiqueira e seguia até Vila Rica (Ouro Preto), sendo que o mesmo caminho deveria ser seguido em sentido contrário por não haver ainda comunicação dessas áreas mineradoras com o Rio de Janeiro.

Por consequência desta canalização dos fluxos, foi instituída em Taubaté, no ano de 1695, a Casa dos Quintos; e em 1697, a Casa de Fundição. O objetivo desses órgãos era combater a sonegação através do recolhimento da quinta parte pertencente à Coroa e da confecção das barras de ouro cunhadas, que eram mais facilmente controladas se comparadas ao ouro em pó, facilmente contrabandeável.

Até o ano de 1702, Taubaté permaneceu com as referidas funções oficiais de manipulação e encaminhamento do metal ao reino de Portugal. Bueno (2012) comenta que Taubaté se tornou o ponto mais efervescente do trajeto, pois por ali passavam o ouro, os alimentos, as roupas, os animais e os escravos que iam suprir as minas – fazendo do Vale do Paraíba a mais importante rota daquele tempo.

A preocupação quanto ao controle e à fiscalização do acesso, das mercadorias e, sobretudo, das riquezas que circulavam pelo Caminho Velho fomentou a intensificação de aglomerados às suas margens, bem como a elevação de novas vilas poucos anos depois. Contudo, a mesma preocupação não se fez presente nos arredores do Vale do Sapucaí e Serra do Mogyguassu, fazendo com que, por essas terras, surgisse uma quantidade significativa de novos caminhos por

onde o contrabando era feito. O ouro, então, começava a circular sem o devido recolhimento do quinto.

O cenário que se apresenta é aquele marcado por situações divergentes: de um lado, um fluxo que cada vez mais se fazia intenso e atraía pessoas, em virtude da existência de ouro; de outro, uma aparente despreocupação quanto ao território, visto não se tratar de uma área potencialmente rentável à Coroa.

Em meio a esse jogo de interesses econômicos, foi-se configurando nos arredores da Serra do Mogyguassu uma paisagem predominantemente de subsistência, mas com fácil acesso às minas e por onde circulavam produtos e minérios não taxados.

Parece-nos, na realidade, que os Vales do Mogi Guaçu e Pardo eram como extensões daquele contexto aurífero. Refletiram palidamente em suas terras o contexto das riquezas por meio do mercado que ali se consolidava. Um cenário configurado por uma população parcialmente fixada, mas cuja maioria se deslocava até as minas, na ânsia de igualmente tornarem-se mineiros. Depois regressavam, estabelecendo um quadro de movimentação pendular, reafirmando os vales enquanto canais de comunicação com as minas e por onde desviavam de Taubaté, facilitando o contrabando até a primeira metade do século XIX²⁹.

Os limites das regiões auríferas não eram ainda bem definidos, carecendo de maior controle e organização territorial, o que começou a ser alterado na primeira metade do século XVIII. Era um sertão vasto, sem qualquer vila nele erigida e por onde transitavam muitos: indígenas, escravos foragidos, portugueses e os filhos mestiços destes. Os paulistas, por terem descoberto as jazidas e se embrenhado nos sertões, consideravam-se os donos das lavras, tratando com hostilidade os demais que cada vez mais chegavam às áreas mineradoras – a quem denominavam de “emboabas”³⁰. (ELLIS, 1975, p. 162)

²⁹ Em 1849, ao passar pelo interior da Província de São Paulo, Auguste de Saint-Hilaire registra em seu diário o contato que fez com ciganos às margens do pouso de Oriçanga – nas proximidades do atual município de Estiva Gerbi (SP) – em que lhe foram oferecidas algumas pedras preciosas brutas e sem polimento, o que lhe indicava serem provenientes de contrabando.

³⁰ A Guerra dos Emboabas foi um confronto travado de 1707 a 1709 pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais, travado entre paulistas mineradores forasteiros, proveniente de outras regiões, a quem atribuíam o termo emboaba. ROMEIRO, A. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. Minas Gerais: Revista do Arquivo Público Mineiro, 2009, p. 107 – 117.

Muitos episódios de litígio ocorreram entre os anos de 1708 e 1709, configurando o que ficou conhecido por Guerra dos Emboabas, nas proximidades de Rio das Mortes, próximo à região mineradora. Esse conflito resultou na morte de muitos paulistas, e tantos outros que saíram ilesos acabaram por retornar às regiões próximas à Serra do Mogyguassu, onde se estabeleceram brevemente e logo se associaram às novas buscas por minérios, que já começavam a despontar nas áreas mais a nordeste.

Por aproximadamente 16 anos – de 1693 a 1709 – verificou-se um período de intensificação das incursões e de um crescente povoamento das áreas sertanejas, em virtude da caça ao ouro. Um período em que a elevação de vilas e a estipulação de comarcas simbolizavam a atenção do governo quanto à oficialização dos passos dados, e significava um momento de expansão dos limites territoriais. Ou seja, um momento de redefinição das fronteiras.

Foi neste período que as diferenciações entre “civilizados” e “sertanejos” se acentuaram, pois por civilizados eram entendidos aqueles indivíduos partícipes do contexto da mineração e usuários dos benefícios advindos com uma intensa urbanização: polimento, vestimenta, hábitos, modos da fala, ensinamento religioso associavam-se a um contexto político, econômico e administrativamente ativo, tendo a vida social regulamentada por instituições e senhores que faziam presentes “as faces do rei”.

Sertanejos, por sua vez, era os indivíduos das terras distantes, vivendo à própria sorte, distanciados dessa estrutura organizacional da vida em sociedade e, pela condição em que se encontravam, vistos como “brutos”, “ignorantes” e desprovidos de qualquer ensinamento³¹.

Para compreendermos o processo de urbanização ocorrido nos arredores da Serra do Mogyguassu, é necessário que voltemos nossa atenção para o quadro econômico configurado na passagem do século XVII para o XVIII: a descoberta de ouro no sertão dos Cataguases, que promoveu o primeiro momento de consolidação de um território administrativo e, portanto, civilizado. Isso colocou a região do Vale do Sapucaí em uma condição de fronteira – área de transição – entre esses dois contextos.

³¹ Assim definiu Auguste de Saint-Hilaire em 1849, ao percorrer o interior paulista. Entendemos aqui por sertanejo os indivíduos habitantes do sertão, e participantes de uma lógica de organização da própria produção e modos anteriores ao marco cronológico do ano de 1850, no qual se verificou a promulgação da lei de Terras,

A Guerra dos Emboabas despertou a atenção do governo português para a necessidade de melhor administrar, isto é, fiscalizar as áreas de mineração. Em termos práticos, era necessário fazer dos antigos núcleos novas vilas, formalizando o poder régio nessas regiões mineradoras e fazendo incidir sobre elas outras estruturas, como as judiciárias e fiscais.

Teve início, então, um processo de organização político-administrativo inicial, que se estendeu entre 1709 e 1730. A primeira medida tomada foi a elaboração de um Decreto Real em 1709, que criava a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Depois, ocorreu a criação do Distrito das Minas, no ano de 1710, por ordem do primeiro governador da capitania, D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Em 1711, houve a criação de novas vilas, sendo a Vila Real de Nossa Senhora do Carmo e Albuquerque (Mariana), em 8 de abril; a Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar e Albuquerque (Ouro Preto), em 8 de julho; e a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará (Sabará), em 17 de julho. São João d'El-Rey, em 1713; Vila Nova da Rainha (Caeté) e do Príncipe (Serro), em 1714; Pitangui, em 1715; São José Del Rei, em 1718; e Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, em 1730.

Em 1714, foi assinado o termo de repartição das três primeiras comarcas de Minas: Rio das Mortes (com sede em São João d'El-Rey); Vila Rica (Ouro Preto); e Rio das Velhas (Sabará).

Essas atitudes tomadas com relação à região mineradora, simbolizaram ao mesmo tempo a progressiva decadência de outras áreas não envolvidas na mesma atividade econômica. Assim como comentado por Bueno (2012), *na lógica da colonização, a mudança de foco de interesse e a ênfase do controle metropolitano em determinada região condicionava a redefinição do papel das demais regiões*. Na medida em que o ouro ia sendo encontrado nos sertões, mais o litoral ficava posto de lado, à mercê dos altos impostos e assolado pelas epidemias de varíola que acometeram as vilas daquela região.

O sucesso econômico da região mineradora culminou na criação do "Caminho Novo", colocando a produção aurífera em contato direto com o Rio de Janeiro, sem que fosse necessário passar pelo Vale do Paraíba. Isso só veio a agravar o quadro econômico desta outra região, colocando-a em declínio.

Além disso, a Casa de Fundação já havia sido transferida para Parati (RJ) e, mediante a consolidação do Caminho Novo, foi mais uma vez transferida, desta vez para o Rio de Janeiro diretamente. Em comparação à prosperidade das regiões mineradoras, o litoral e o Vale do Paraíba haviam ficado isolados de toda a dinâmica daquelas áreas.

Frente a este cenário efervescente da produção aurífera e mercado internacional, o sertão estava sendo deixado de lado. Por isso, entendemos que o Vale do Sapucaí era como uma área de transição – franjas de um contexto minerador do qual participava, mas em outras proporções por meio de uma produção destinada a abastecer o mercado interno e as regiões mineradoras. Porém, nesse sertão, como dito, o poder régio ainda não estava presente. (BUENO, 2009)

Se ao norte da Serra do Mogyguassu, a Vila de São João d'El-Rey era a “boca do sertão”, isto é, o núcleo administrativo mais apartado e próximo do contexto sertanejo. Ao leste, ficava a Vila de Jundiaí, que tinha a mesma função, apresentando, porém, uma significativa diferenciação: não estava diretamente envolvida com um polo minerador e, assim como a cidade de São Paulo, de demais vilas contemporâneas, estava vivenciando uma fase de estagnação econômica.

Portanto, os indivíduos que circulavam pelo sertão e sustentavam a rotatividade daquele mercado interno demonstravam maiores interesses no estabelecimento de vínculos com as regiões mineradoras e não com as porções economicamente deficientes. O estabelecimento de um mercado de abastecimento às áreas de mineração dinamizava a vida em meio ao sertão e lhes permitia vislumbres da civilidade e do meio urbano. Um mercado pautado numa cultura de movimentação pendular, havendo indivíduos nômades entre eles, interessados na subsistência.

Neste sentido, as cercanias da Serra do Mogyguassu estavam rodeadas por um quadro econômico heterogêneo, onde, de um lado, via-se o enriquecimento urbano e, de outro, a estagnação. Entre um e outro, aqueles indivíduos preferiam participar do contexto mineiro, pois era nele que encontravam retorno para a produção que passaram a desenvolver. Ficava assim estabelecido um eixo norte-sul de comunicação, relações comerciais e profundos vínculos culturais. Todos queriam ser mineiros porque era lá que a riqueza se encontrava.

Todos queriam ser mineiros, mas não que isso significasse partir diretamente para as lavras. Ser mineiro era sinônimo de estar inserido em um ambiente próspero, enriquecido e com circulação de ouro. Era ter posse do ouro, fosse pelo comércio ou pela sonegação. A noção de riqueza do século XVIII nos é revelada pela obra de Padre André João Antonil (1982). De acordo com essa noção de riqueza, a aparência possuía extremo peso no juízo social. O “aparentar ser” implicava nos objetos, adereços e na própria vestimenta que a pessoa utilizava, não que isso verdadeiramente correspondesse verdadeiramente às suas posses e quitações de dívidas.

Ser mineiro, então, despertava cobiça. Primeiro, porque a circulação do ouro era grande e facilitava as transações comerciais. Segundo, porque era para a região das minas aonde tudo se direcionava – pessoas, bens, tecnologias e produtos. Portanto, os proveitos eram maiores.

Neste cenário, nem todos eram ricos de fato, mas queriam ser. Porém, a heterogeneidade social era muita e isso implicava em subornos, influências e induções ao desvio das riquezas da Coroa Portuguesa. A efervescência econômica levava ao crescimento do número de habitantes, sendo cada vez mais necessárias ações de controle – sobretudo do fisco.

Foram adotadas medidas para organizar os assentamentos que até aquele momento se davam de maneira desordenada e sem controle governamental. A doação de sesmarias foi uma forma de vincular indivíduos à terra e assegurar um maior controle sobre quem estavam ocupando as regiões de mineração.

Havia contrabandistas que se aproveitavam da proximidade com o sertão para se refugiar sem temer repressões. Outro problema era o não pagamento de impostos, fazendo existir grande desvio e desfalques nos rendimentos do governo.

Nesse quadro, os padres regulares³², incluindo-se os jesuítas, tiveram importante participação, pois desde o início não eram desejados nessas áreas. e mesmo assim insistiam em estar presentes. Eles eram apontados como os

³²Clero secular ou clero diocesano é a designação dada à parte do clero da Igreja Católica Romana que desempenha atividades voltadas para o público em geral e que vive junto aos leigos, exercendo as mais variadas formas de apostolado e assegurando a administração da Igreja. O termo é utilizado em oposição ao clero regular, aquela parte do clero que segue as regras de uma determinada Ordem religiosa. Nesse sentido, consultar a obra de Caio Boschi, intitulada “*Como os filhos de Israel no deserto?*” (ou: *a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII*), apresenta com grande zelo os documentos referentes a tal contexto.

responsáveis pelos levantes populares contra o pagamento de impostos, dada a influência que exerciam sobre a população.

O governo atribuía aos clérigos a responsabilidade pelas insubordinações fiscais, recusa de pagamento de tributos, incentivo ao boicote dos pagamentos, ociosidade, dedicação a negócios não espirituais, licenciosidade, simonia, falta de escrúpulos, exorbitância na cobrança de emolumentos próprios, participação em sedições e insurreições políticas, descaminho do ouro, afrontamento e desrespeito à lei e às autoridades constituídas.

Frente a um ideal moderno de desvinculação do Estado a Igreja, a presença dos padres regulares em áreas de mineração gradativamente se tornou mais indesejada. Isso levou à elaboração de documentos e ameaças contra eles por parte do governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro e dos ouvidores de todas as comarcas criadas. Contudo, mesmo com tais proibições o Bispado do Rio de Janeiro continuava a fornecer documentação aos clérigos para que eles acessassem as minas (BOSCHI, 1999).

Assim, a expulsão dos padres regulares das regiões de mineração tinha uma nítida configuração política, já que colocava em risco o funcionamento do projeto moderno de Estado português. No decorrer dos imbróglios, a presença deles foi sendo reduzida, o que promoveu um deslocamento destes para as áreas do sertão.

Também havia muitos estrangeiros, cujo acesso às minas passou a ser igualmente reprimido, visando o combate ao extravio de minérios. Além deles, outros indivíduos luso-brasileiros provenientes de outras capitanias passaram a ter o acesso enfaticamente negado (BOSCHI, 1999).

Os impactos da descoberta de ouro foram muitos, assim como os problemas decorrentes dessa nova realidade – cada vez mais as ações visavam proteger a fonte da riqueza. Por consequência, foram feitas documentações quanto às terras a serem ocupadas, a fim de melhor sistematizar o povoamento em cada uma das comarcas.

2. Sobre as ações administrativas

2.1. A Comarca de Rio das Mortes

A Comarca de Rio das Mortes condizia com a necessidade de melhor controlar as terras onde se faziam novas descobertas de ouro. Apesar de seu papel ordenador, ela correspondia a uma ampla e antiga região que se estendia de leste a oeste, tendo por balizas a Serra da Mantiqueira e o Rio Grande, respectivamente. Ao norte, era balizada pelo Rio das Mortes, de onde lhe provém o nome. Era uma região entrecortada por caminhos e assentamentos dispersos, cuja ocupação o governo intentava controlar por meio da doação de sesmarias – era a maior e mais populosa da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro.

No final de 1713, a recém-criada Vila de São João d'El-Rey assumiu o papel administrativo nessa região. Na sequência, em 1718, foi criada uma segunda vila, denominada São José del-Rei (atual Tiradentes) Durante quase todo o século XVIII, o vasto território da Comarca de Rio das Mortes ficou subordinado a elas. A partir desta comarca, no sentido do sertão, a mais próxima era aquela encabeçada por Jundiáí.

Assim, os arredores da Serra do Mogyguassu representavam um enorme vazio administrativo, onde florescia as condições propícias para a vida sertaneja.

2.2. Territórios administrativos: a Capitania de São Paulo e a Capitania de Minas Gerais

O território que correspondia à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro representava uma área de convergência dos fluxos provenientes de diferentes regiões. A população sertanista, pelos seus usos e modo de vida, acabava por consolidar alguns caminhos por onde se desviavam mercadorias e minérios. O fluxo de pessoas aumentava gradativamente por essa região e tinha por pano de fundo as necessidades do mercado minerador, que igualmente estava se ampliando.

A Coroa Portuguesa tinha por ação a criação de vilas em áreas de interesse, a fim de assegurar a defesa de seus interesses econômicos e estabelecer o controle social. Por isso, verificamos até a data de 1730 a atenção dada aos entornos das jazidas. Não era interessante manter ligados administrativamente as minas e o sertão; o estreitamento dos limites administrativos era uma estratégia ao controle sobre as áreas produtoras de riqueza.

O coroamento desta política administrativa ocorreu em 1720, com uma cisão do território correspondente à Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, gerando o desmembramento das áreas auríferas. A partir daí, os territórios administrativos passaram a ser denominados por Capitania de Minas Gerais e Capitania de São Paulo.

Nos anos de 1719 e 1725, foram descobertas jazidas de ouro em Mato Grosso e Goiás, acarretando em igual desmembramento destas porções do território que originalmente pertenciam a São Paulo, dados os interesses específicos do governo. Foram retirados dos domínios paulistas os territórios correspondentes ao Rio Grande de São Pedro e Santa Catarina, em 1738; Goiás, em 1744 e Mato Grosso, em 1748.

Assim, paulatinamente, a Capitania de São Paulo teve suas extensões territoriais reduzidas e alheias aos interesses e incentivos do governo. O período compreendido entre os anos de 1748 e 1765 corresponde a um momento de grande estagnação econômica, dado que nesse período o território esteve subordinado à Capitania do Rio de Janeiro.

Esta situação só começou a ser revertida a partir do ano de 1765, quando Marquês de Pombal remeteu Cartas Instrutivas a Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o quarto Morgado de Matheus, através das quais devolvia a autonomia à capitania e o instituiu como governador.

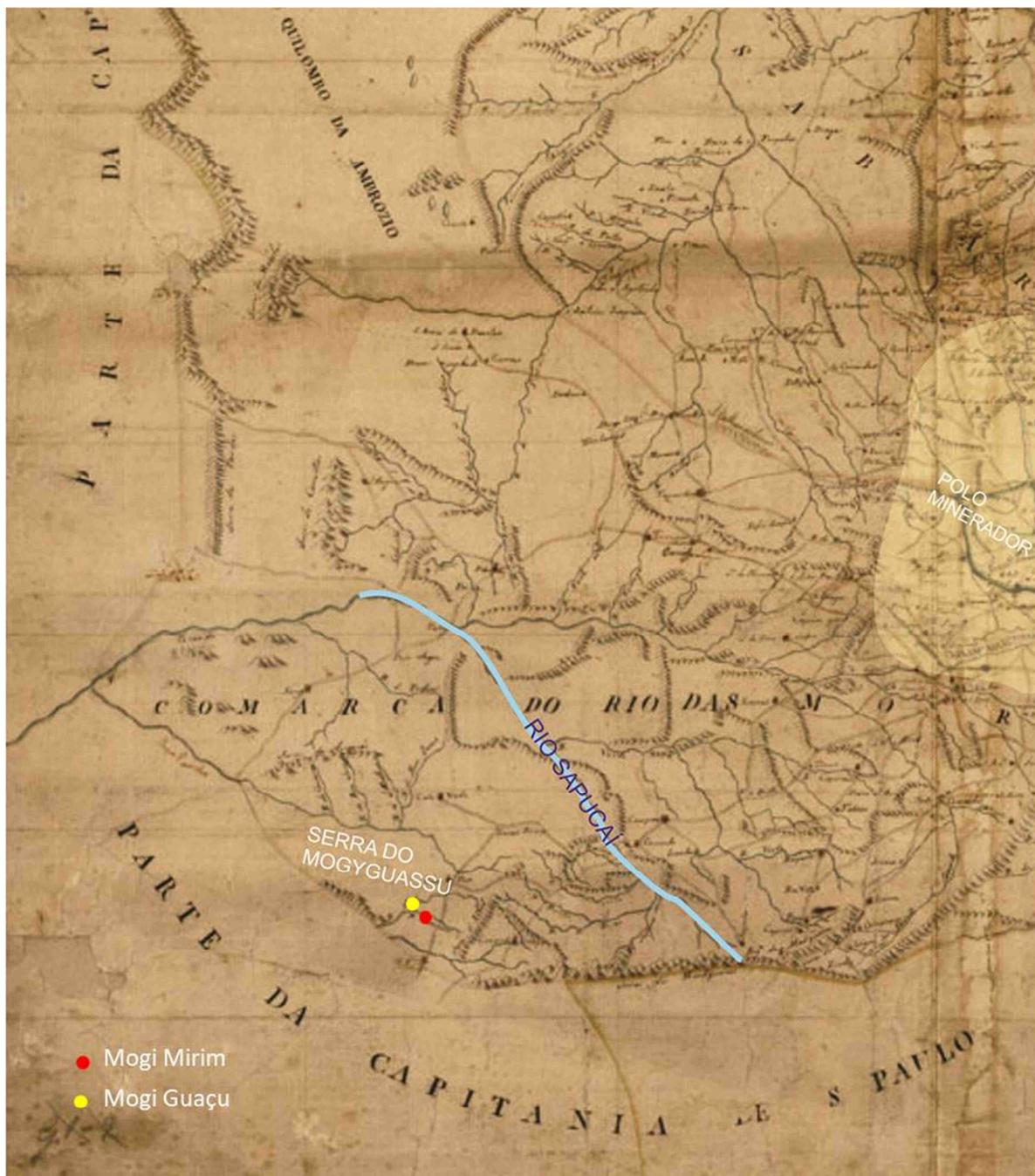


Figura 22 Identificação do limite administrativo entre a Capitania de Minas Gerais e Capitania de São Paulo

Fonte: Fragmento da Carta Geográfica de Minas Gerais, datada de 1750, sobre a qual foram acrescentadas pela autora as identificações do Rio Sapucaí, da Serra do Mogyguassu e da área de maior atividade mineradora, aqui referida como polo minerador.

2.3 Esboço de um mercado interno sertanejo

Apesar de tal momento de descaso administrativo, as dinâmicas sociais em meio ao sertão não cessaram. Produção de subsistência, rede de comércio e um intenso contato com as minas fomentavam a manutenção daquela gente sertaneja distante dos olhares do governo. O que se verificou até o ano de 1725 – data em que as minas de ouro em Goiás foram descobertas – foi um fluxo acentuado de pessoas pelos arredores da Serra do Mogyguassu, para onde as notícias de novas minas atraíam todos aqueles “desclassificados do ouro” de Minas Gerais³³.

Homens livres, escravos foragidos, indígenas aculturados, mamelucos, portugueses proibidos de acessar as minas e toda a sorte de indivíduos enfeitados do polo minerador estavam ocupando aquelas terras e faziam nascer ali um mercado articulado, denso e sustentado pela produção agrícola, mas também pelo contrabando em meio às trilhas.

Diferente de momentos anteriores, quando a região em tela se caracterizava muito mais como um local de passagem na caça ao ouro, agora ela estava em processo de redefinição – cada vez mais como o local de intensa produção e comércio, mesclado ao um lento processo de fixação dos indivíduos excluídos da dinâmica mineradora.

A corrida pelo ouro fomentou um momento de intenso furor nesse meio sertanejo, fazendo com que uma parte da população necessariamente percorresse os arredores da Serra do Mogyguassu, caso quisessem alcançar os pontos de mineração. O mito do Eldorado e os relatos de indígenas sobre as montanhas de ouro e esmeralda instigava essa gente, rendendo-lhes uma compreensão de que aquelas terras eram um mundo de possibilidades, o que promovia entre alguns um constante deslocamento.

O advento do ouro marca um processo de ressignificação da paisagem natural, dos caminhos e da própria população. A segregação entre aqueles oficialmente autorizados a serem mineradores e aqueles tantos outros cujo acesso havia sido proibido fomentou uma reinterpretação da própria vida em sociedade.

³³ A expressão “desclassificados do ouro” é uma elaboração de Laura de M. e Souza (1986), constante em estudo realizado sobre o perfil social nas Minas em tempos de mineração. Outros autores também abordaram o tema, visando analisar a constituição de um mercado interno no sertão, dentre os quais se destacam Caio Prado Júnior (1973) e Lima Junior (1965)

Houve a necessidade da readaptação, em muito facilitada pelo notável desembaraço incorporado dos indígenas. O fato de não participarem oficialmente da dinâmica mineradora – ou seja, de não serem vistos como mineiros de fato – alavancou um processo de sobrevivência econômica que tirava proveito tanto da “condição de excluídos” em que se encontravam, quanto da paisagem na qual estavam inseridos.

Assim, a caracterização da paisagem natural apresentada no capítulo anterior se faz pertinente por nos permitir compreender que aquelas terras do sertão mogiano, seu clima, bioma e recursos hídricos eram propícios ao suprimento das necessidades vitais. Além disso, subsidiavam o processo de fixação que começou a ocorrer mediante o declínio da produção aurífera.

Atribuir a esses indivíduos a qualidade de “excluídos” reque cautela. A relação social estabelecida entre o grupo social minerador que se consolidava na Capitania de Minas Gerais e a população suprimida da Capitania de São Paulo não se dava pelo triunfo de um às custas do massacre do outro. Muito pelo contrário: a manutenção do quadro minerador dependia daqueles outros, que se encontravam às margens do processo, assim como a sobrevivência destes estava profundamente atrelada às necessidades e privações impostas pela atividade da mineração. Portanto, de excluídos não tinham nada.

A condição de profundo abandono administrativo no qual se encontrava a Capitania de São Paulo, da perspectiva colonizadora, era danosa. No entanto, da perspectiva sertaneja, não alterava em nada a estrutura que eles mesmos estavam criando – só vinha a contribuir para o desenvolvimento de um mercado interno fortalecido e consolidado por meio de regras próprias.

Miguel Costa Filho (1963) comenta que ocorreu a *criação de um novo ou novos mercados que em conjunto formaram o maior mercado da colônia, nas profundezas do interior*. Era o habitante do sertão que se mostrava articulado – e de nenhum modo isolado – na paisagem em que se encontrava.

Porém, sua estrutura socioespacial era diferenciada daquela outra presente nas áreas mais rentáveis à Coroa. Não se organizavam em função da “face do rei”. Detinham um *modus operandi* próprio, o qual passou a ditar a vida em sociedade. Forjaram com os próprios recursos culturais e em meio à terra um perfil social que

lhes permitia a sobrevivência. Estabeleciam vínculos com o local de estadia, cada vez maiores, de tal modo que fizeram do sertão um *lugar*³⁴ de se viver.

Assim, o sertão estava sendo ressignificado. Contribuía com este processo a chegada de diferentes pessoas, cada qual trazendo consigo os elementos de sua cultura. A paisagem estruturada em meio aos vales dos rios Mogi Guaçu, Pardo e Sapucaí não era mais composta apenas por brancos, índios e mamelucos. Somavam-se a eles, como em camadas, tantos outros grupos que havia nessas terras, sinônimo de certa “liberdade” e segurança, longe das imposições governamentais e das obrigações com os impostos. O sertão, que antes representava o desconhecido, passava a significar o habitat de diferentes entes e modos de ser.

3. Entre minas, comércio e serras: uma paisagem permeável e paulista

O desmembramento das Minas de Ouro do território administrativo de São Paulo atribuiu novos contornos às capitanias. Como baliza, ficou estabelecido o curso do Rio Sapucaí, fazendo com que toda a vasta extensão de terras compreendida entre a margem oeste deste rio até a Serra do Mogyguassu ficasse pertencendo à Capitania de São Paulo.

Isso significava dizer que tanto essa região quanto a porção contida na depressão periférica tinham em comum o aspecto marginal quanto às atividades de mineração que ocorriam no interior de Minas Gerais. Eram terras administrativamente subordinadas à Capitania de São Paulo, que por sua vez estava completamente ofuscada dos olhares da Coroa. Por assim dizer, as condicionantes políticas e econômicas eram as mesmas nessa paisagem, atribuindo-lhe certa homogeneidade quanto ao seu caráter econômico. Contudo, culturalmente heterogêneo.

O ouro era uma realidade em Minas Gerais, fazendo com que as relações sociais e as ocupações territoriais se apresentassem mais intensas nos caminhos que seguiam em seu sentido. Porém, havia o outro caminho, ainda mais antigo e

³⁴ Um habitat.

percorrido por bandeirantes e viajantes, que colocava o sertão em contato com a Vila de Jundiá e a cidade de São Paulo.

Às margens desse trajeto foram sendo formados alguns aglomerados que acabavam por estabelecer uma pequena rede de comunicação estruturada, a partir da comercialização de produtos locais e assentamentos alocados dispersamente. Esse caminho era conhecido por “Caminho dos Goyazes”, um trajeto que já era ocupado – *oficialmente* – desde meados do século XVII.

Consta de 1668 a doação de sesmaria aos religiosos de São Bento nesse percurso, cujo terceiro lote se limitava das margens do Rio Mogi Guaçu até a região dos Batatais (MORAES, 2007). Batatais, segundo a autora, *era um núcleo indígena com os quais os luso-brasileiros mantinham relações amistosas, existindo inclusive, um caminho de ligação entre o referido núcleo e São Paulo*(MORAES, 2007, p. 50).

A ordem dos beneditinos estava relacionada às atividades agrícolas, criação de gado e trabalhos à base de mão de obra escrava indígena, potencializando a familiarização entre os lusos e os índios, que frequentemente migravam para aquela região. Essa ordem religiosa ocupava áreas mais apartadas, e dado o quadro de proibição destes nas regiões mineradoras, tinham no território paulista um local para se estabelecerem.

A distância em que se encontravam não era sinônimo de uma desorganização dos fluxos. Para que seus interesses fossem atingidos, era necessário que uma mínima estrutura viária existisse, permitindo que os produtos pudessem ser comercializados. Portanto, o Caminho dos Goyazes não se tratava de uma rele picada em meio ao mato, mas um trajeto já consolidado – e a partir do qual se ramificavam tantos outros.

Esta imagem do Caminho enquanto eixo estruturador é reforçada através da leitura de outra carta de sesmaria, datada de 1678, que descreve uma propriedade de dezoito léguas no Rio Mogi Guaçu, no caminho para Batatais e que tinha sido alojamento dos gentios. Outro registro data de 1707 e refere-se ao requerimento feito pelo bandeirante Amador Bueno da Veiga pela posse de três léguas nas paragens do Rio Mogi Guaçu, localizadas em *sentido caminho que foi do sertão, confrontando com outras terras que já possui*. (MORAES, 2007, p.50).

Para nós, essas informações sobre as sesmarias concedidas ao longo do Caminho dos Goyazes ganham outros desdobramentos. As sesmarias tinham por

foco distribuir terras ordenadamente para que dentro delas fosse incentivado o povoamento. Como se tratavam de grandes glebas, partes delas eram cedidas a parceiros ou pessoas próximas, para que nelas se estabelecessem núcleos de povoamento.

O caso de Amador Bueno da Veiga é ainda mais interessante, se nos atentarmos para o fato de que tais terras eram aquelas onde se formaram os núcleos de povoamento de Mogi dos Campos, os quais abordaremos mais adiante.

Mediante a desvantagem da Guerra dos Emboabas, Amador Bueno da Veiga, que liderava um dos bandos envolvidos, retornou as suas terras com seus companheiros sobreviventes, onde se estabeleceram com suas famílias. Eles e tantos outros reentrantes mineiros desde aquela época já se encontravam fixados nessas terras, mantendo entre eles laços de parentesco, amizade ou interesses. Portanto, analisando mais atentamente, é possível identificarmos vestígios de uma rede de assentamentos nessa região – a qual não tinha caráter urbano, mas sim rural.³⁵

Esses indivíduos representavam um tipo social específico – o roceiro – que tinha na agricultura o seu modo de vida e se mantinha em função de sua produção. A partir dela, organizava-se socialmente e atribuía significado ao meio em que estava inserido. Os documentos nos mostram que esses roceiros não estavam isolados, ao contrário, mantinham-se de maneira articulada a partir do mercado estabelecido pelos caminhos e, por isso, o trajeto lhe servia como elemento de referência, organização e orientação espacial.

Outro ponto importante deste desdobramento é o modo como o Caminho dos Goyazes é referido no requerimento: “o caminho que já não era mais do sertão”. Isso sinalizava que o uso e a vivência daqueles indivíduos naquele local já o haviam dotado de novo significado.

Uma ruptura com um quadro passado já havia acontecido. Não era urbano conforme os moldes da cultura portuguesa, mas não era mais tão sertão assim – embora provavelmente nunca tenha sido considerado sertão aos olhos de seus habitantes. Esta incongruência permite-nos refletir sobre uma noção de urbano que estava sendo forjada, compatível com as condicionantes do modo de vida rústico.

³⁵ Nesse sentido, Reis Filho, N.G. O caminho do Anhanguera. São Paulo: Via das Artes, 2014.

A confirmação documental de que esta região já não era mais desabitada, apartada e desprovida de ocupação vem de uma documentação datada de 1726, que partia do governo e requisitava que *todos os proprietários de terras no Caminho dos Goiazes apresentassem seus títulos de posse*. (MORAES, 2007). Portanto, uma ocupação efetivamente já estava consolidada antes mesmo que a representatividade do governo se fizesse presente.

Entre 1726 e 1736 aumentaram as concessões de glebas de sesmarias ao longo do Caminho dos Goyazes³⁶, visando garantir um agrupamento de terras que, de certo modo, facilitasse a fiscalização das fontes de riqueza da colônia. Assim como havia acontecido em Minas Gerais, enquanto a administração mais efetiva do território não se fazia presente, na Capitania de São Paulo estavam acontecendo problemas muito semelhantes àqueles, de desvio e contrabando.

Se pensarmos que muitos dos habitantes que agora se fixavam nestas porções da Capitania de São Paulo eram reentrantes mineiros – dentre os quais muitos eram os banidos do território minerador, devido às práticas que afrontavam os interesses da Coroa – temo então que, uma vez estando em local distante da fiscalização, estavam agindo segundo o mesmo *modus operandi* que lhes era característico. Em favor deles, havia a supressão pela qual passava São Paulo, que lhes conferia liberdade de ação naquelas terras.

O Caminho dos Goyazes havia se tornado um eixo estruturador dos fluxos pelo antigo sertão. Porém, dado o modo como era ocupado, também era cortado por caminhos e trilhas que davam acesso a regiões menos adensadas, configurando excelente lugar para uma ocupação de grupos considerados forasteiros.

Um detalhe interessante das cartografias elaboradas no século XVIII, e que recobrem a antiga Capitania de São Paulo, é a apresentação sistemática de informações referentes a alguns dos caminhos existentes. Entendemos que as cartografias eram elaboradas segundo objetivos específicos, e direcionadas a expor problemáticas também específicas. Contudo, geralmente se norteavam pelos caminhos que eram considerados oficiais – isto é, elas não nos permitem analisar o contexto daquele ambiente rural de maneira aproximada, pois não eram direcionadas para tal.

³⁶ Este controle das sesmarias no Caminho dos Goiazes está relacionado às minas de Goiás e Mato Grosso.

Por consequência, muitos dos estudos de urbanização acabam por perder essa dimensão. A documentação oficial de época, que geralmente compõe as fontes primárias de muitas das análises já realizadas, prendem-se às informações que nelas estão expostas, sem submetê-las a uma interpretação e a uma leitura interdisciplinar.

Compreendemos que, em muitas regiões do Brasil, a ausência de documentação que permita o cruzamento de dados é um fato preponderante. Contudo, isso não se aplica à região circundante à Serra do Mogyguassu. Uma leitura atenta dos vestígios permite um entendimento sobre um aspecto ainda pouco abordado: a rede rural que precedeu e subsidiou a rede urbano-administrativa.

O mapa elaborado por Francisco Tosi Colombina e intitulado *Mappa da Capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos e passagens* nos serve à análise.

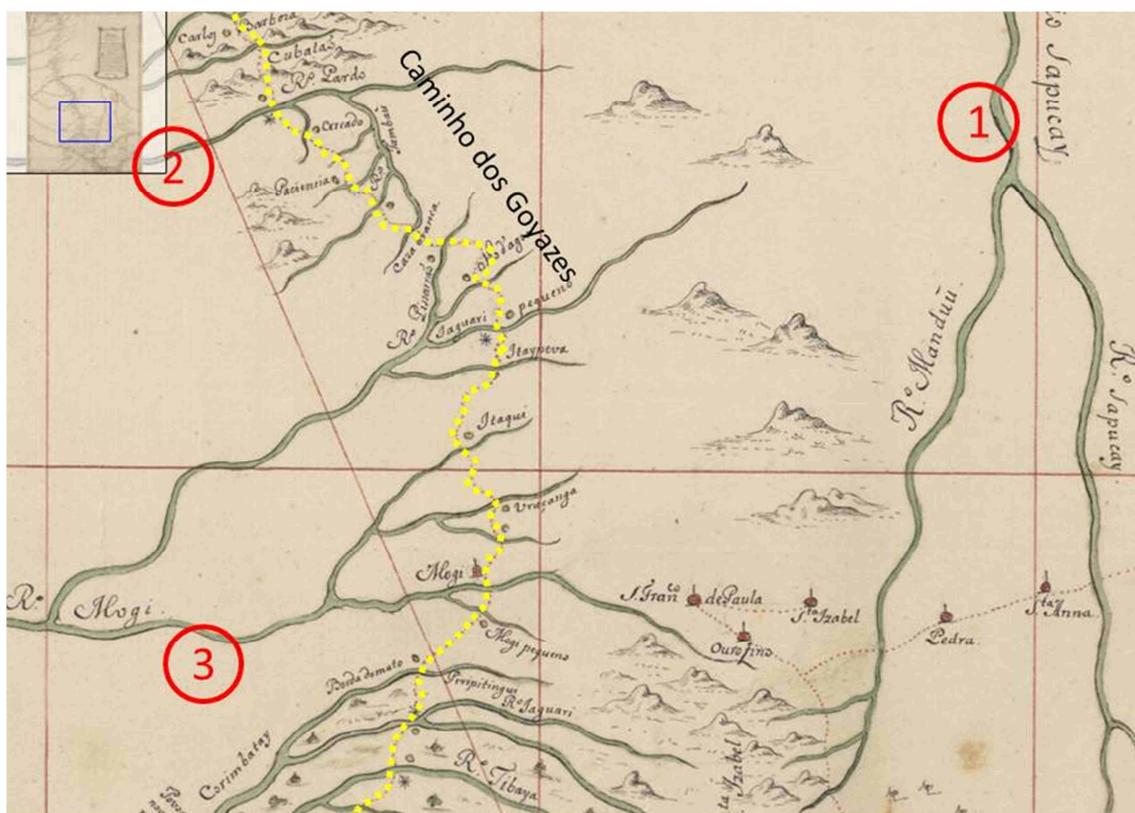


Figura 23 Fragmento do Mappa da Capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Gerais, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos e passagens

Fonte: Mapa digitalizado e disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm, acessado em 20/04/2018.

Selecionamos um fragmento do referido mapa em que são observáveis: (1) o Rio Sapucaí (limite administrativo entre São Paulo e Minas Gerais), o curso do Rio (2) Rio Pardo e do (3) Mogi Guaçu, além de serem pontuados alguns núcleos ao longo dos trajetos por ele marcados. Deste recorte, algumas observações podem ser tecidas.

Francisco Tosi Colombina era um engenheiro militar e cartógrafo a serviço da Coroa Portuguesa. Estando o seu trabalho atrelado à atividade de identificação e traçado de caminhos, compreendemos o motivo pelo qual as bifurcações e trilhas entre a Serra do Mogyguassu não constam em seu mapa, apesar de já existirem à época: suas marcações se referiam aos caminhos oficiais e não àqueles estipulados pelo uso dos moradores.

A sistemática doação de sesmarias ao longo do Caminho dos Goyazes pode ser observada neste mapa: foram assinalados diversos sítios ao longo do trajeto, os quais costumavam surgir sob a permissão e incentivo dos sesmeiros.

A descoberta de novas jazidas de minérios em Goiás levou a Coroa a preocupar-se em estipular caminhos oficiais, fiscalizados, por onde deveriam seguir os trajetos e, sobretudo, as mercadorias e ouro. Foram proibidos aqueles outros por onde o contrabando poderia acontecer. Vem a comprovar esta questão a montagem de um registro sobre o Rio Mogi Mirim, no ano de 1733, denominado Registro de Mogi dos Campos – nome do núcleo embrionário de onde se originaram os atuais municípios de Mogi Guaçu e de Mogi Mirim.

Esse registro foi posteriormente transferido para as margens do Rio Jaguari, por ser o Rio Mogi Mirim de pequeno porte e facilmente vadeável, ou seja, partiam de Mogi dos Campos algumas trilhas que permitiam aos transeuntes driblarem a fiscalização – e tais trilhas eram conhecidas. Porém, a proibição de algumas passagens não correspondia aos seus abandonos e inutilização. Ao passo que se proibiam um, outros surgiam na tentativa de driblar a fiscalização ou enganar os viajantes para emboscadas e assaltos (TEIXEIRA, 2008).

Exemplo disso é o caminho que passava por um pequeno vale elevado nas proximidades do Vale do Mogi Guaçu, onde está localizada a atual cidade de Ibitiúra de Minas (MG) e conhecido à época como “caminho proibido”.

Era sabido, em meio ao contexto da mineração, que muitos assaltos, desvios e mortes ocorriam entre as matas da Mantiqueira, fossem eles praticados por

indivíduos sozinhos ou em grupo. Havia grupos especializados em cada tipo de abordagem, dentre eles: a quadrilha da Paraopeba – que se notabilizou na falsificação dos cunhos reais –, a companhia de salteadores da Mantiqueira e dos Virassaias – roubo seguido de morte – e o bando de Macacu – conhecidos pelo contrabando de ouro. (MORI, 2015, p. 106)

Tendo em vista que, entre os anos de 1720 e 1748, toda a região desde a Serra do Mogyguassu até o Rio Sapucaí correspondia à Capitania de São Paulo – uma capitania economicamente suprimida, em condição marginal às atividades mineradoras, bem como englobando em seu território boa parte da Serra da Mantiqueira. A partir daí, podemos supor que grupos criminosos como esses encontravam refúgio nas terras paulistas e tinham na Serra do Mogyguassu um possível ponto de ataque.

No decorrer de todo o século XVIII, as tentativas de conter os salteadores se fizeram presentes a todo momento.

Os negros, bastardos, mulatos, carijós ou os ciganos eram os principais segmentos sociais perseguidos pelas autoridades. Havia ainda a perseguição aos extraviadores de variados produtos como o fumo, a cachaça, escravos, gado, entre outros. (OLIVEIRA, 2008, p. 24).

O estabelecimento de registros e a proibição de certos percursos eram indicativos dessas tentativas de amenizar os danos. Data também desse período a abertura de outro caminho que ligava Minas Gerais a Goiás, denominado de “Picada para Goiás”, cuja justificativa era evitar os saqueadores que se aglomeravam entre as serras, as quais se prolongavam além da Serra do Mogyguassu.

Mediante tantos detalhes e a presença de tantos indivíduos de perfis sociais diferentes é que podemos nos aproximar de um contexto de ocupação territorial marcado pela dispersão. Uma dispersão justificada pelo incentivo originalmente dado, pelo modo de vida e subsistência desenvolvido, pelo tipo de produção realizada, pelos trajetos constituídos, e pelos perfis sociais que gradativamente somavam-se à paisagem e tinham no distanciamento a sua proteção.

Nesse sentido, o mapa de Colombina nos apresenta uma questão relevante: no fragmento por nós enfatizado não consta nenhuma vila – mostrando que até o ano de 1769 (quando o núcleo de Mogi Mirim foi elevado a tal status) a única forma de controle mais efetiva existente eram os Registros que, por sua condição, atentavam-se apenas às questões do fisco. Portanto, o ser civilizado, se entendido

como o modo de vida regulamentado pela presença do Estado e da Igreja, ali não se verificava.

O fato de não ter uma sede de vila, e por esse motivo se ausentarem os serviços civis, não significava uma completa alienação ao contexto civilizado. Muito pelo contrário, era a condição para o estabelecimento de contato com as demais porções do território da colônia e, com isso, a construção de uma noção própria de urbanidade a partir de uma rede consolidada pelo modo de viver e ser do sertanejo.

Fazia-se presente um entendimento sobre o que era ser urbano; não que essencialmente o fosse, mas essas pessoas tinham em seus núcleos o embrião de uma urbe; a noção de urbanidade se expressava conforme as necessidades e interesses daqueles indivíduos.

Cada novo grupo que se somava à paisagem trazia consigo referências e tradições que, em conjunto, contribuía para a formação de um *modus operandi* típico daqueles moradores, assim como a formação de uma identidade própria. Nessa paisagem dos muitos encontros culturais, acresciam-se os encontros dos vales com as serras, dos rios com os caminhos, da civilidade com o sertão.

Vale lembrar que desde muito antes, Portugal aplicara sobre as antigas Capitanias Hereditárias uma política de incentivo à ocupação e povoamento. O tempo passou, o quadro econômico se alterou e, neste momento, a Coroa estava com sua atenção voltada para as áreas mineradoras, dada a reformulação de seu governo.

Ao planejar as ações direcionadas às áreas de seu interesse econômico a Coroa vendava seus olhos para uma população relativamente autônoma que se formava em meio às matas e terras férteis – que tinha o sertão a seu favor e provisão, e que não precisava se submeter à autoridade de um governo colonizador, pois fora formada distante dele.

Retomando a elaboração de Francisco Tosi Colombina, outras observações nos parecem necessárias.

Seguindo a legenda apresentada pelo autor (**figura 24**), temos que na paisagem em tela constava um cravejado de sítios – estruturas pequenas, geralmente familiares ou de agregados, que produziam para subsistência e configuravam pontos de reabastecimento das tropas, bem como possíveis locais de comércio ou trocas de mercadorias. Eram, portanto, estruturas rústicas, próprias ao

modo de vida rural e cujas produções possivelmente estavam atreladas à plantação de grãos e raízes, ou à criação de animais, dada a proximidade destes sítios com os cursos d'água.



Figura 24 Legenda do Mappa da Capitania de São Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como também o caminho de Goyazes, com todos os seus pouzos e passagens

Fonte: Mapa digitalizado e disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033415.htm, acessado em 20/04/2018.

Em meio a eles, ganha destaque um núcleo identificado por Mogi³⁷ – um arraial, segundo a legenda do autor. O arraial geralmente era uma estrutura pequena. Apesar de ser uma diminuta centralidade, assim o era, se comparado ao porte físico dos sítios à sua volta. Diferenciava-se deles principalmente pelo número de fogos, possivelmente significando um maior número de habitantes, em função de uma atividade nele existente.

³⁷ Francisco Tosi Colombina faz a diferenciação de dois núcleos, sendo um identificado por Mogi e outro por Mogi Pequeno. Mediante estudo anterior realizado por demo esclarece que por Mogi o autor deveria estar se referindo ao núcleo de Mogi dos Campos, situado às margens do rio Mogi Guaçu, cuja origem remonta às primeiras décadas do século XVIII. Mogi Pequeno faz referência a um núcleo a ele pertencente, cujo crescimento levou à origem da Freguesia de São José de Mogi Mirim.

O arraial de Mogi dos Campos (representado por Colombina apenas por Mogi) não detinha qualquer foro político, administrativo ou religioso. A elevação deste arraial ao status de freguesia ocorreu em 1740, quando passou a contar com capela e pároco locais, este último tornando-se responsável pelos serviços religiosos em toda esta extensão territorial. A partir dessa localidade, irradiavam pelo sertão os serviços das *desobrigas do Caminho*³⁸, o que simbolizava uma intenção quanto ao estreitamento de vínculos e a consolidação de uma unidade de fregueses a uma paróquia.

3.1 A permeabilidade hídrica

Em meio a esses caminhos por onde escoavam produções, mercadorias, pessoas e culturas, havia os rios, fundamentais para a locomoção e que supriam tanto os interesses da Coroa quanto dos habitantes interiorizados.

Os rios que nascem na Serra do Mogyguassu e correm no sentido oeste, representavam uma importante rota de acesso para as minas de Mato Grosso. Por isto, interessava à Coroa conhecer os seus percursos e potencialidades, fazendo com que, desde o século XVIII, tivessem início estudos de navegabilidade hídrica.

A permeabilidade pelo sertão promovida por esses cursos d'água contribuía também para a rotatividade do mercado interno, que se destinava a abastecer as zonas mineradoras. Neste quadro, ganham destaque as rotas estabelecidas pelo Rio Tietê, partindo de Porto Feliz (SP) com destino às áreas de mineração em Cuiabá (MT).

Os rios Mogi Guaçu e Pardo, apesar de também terem comunicação com o Rio Grande e através dele ser possível atingir o Rio Paraná, tinha o seu curso mais dificultado pela grande presença de índios caiapós, tanto ao norte quanto a nordeste, o que representava um grande desafio a ser vencido.

38 As desobrigas do Caminho eram atividades realizadas pelo pároco de Mogi dos Campos em que este percorria todo o Caminho dos Goiazes, realizando missas, casamentos, batizados ou funerais, registros e demais serviços atribuídos à Igreja naquele tempo, desobrigando, assim, os fiéis de deslocarem até a Freguesia de Mogi. Maiores detalhes sobre esta atividade na região estão contidos em POLITO, 2013.

Apesar desses rios não serem utilizados com a finalidade de reabastecer as zonas mineradoras distantes, não deixavam de ser utilizados pela população local como percurso, transporte e lazer.

Sobre isso, temos na obra de Antonio Candido (2017) valiosas pistas. O autor comenta que, para o indivíduo rústico do sertão – o qual a literatura denominou por caipira – a pesca, o navegar pelos rios, o estar às suas margens, todas essas atividades não eram vistas como estranhas à rotina, mas sim pertencentes a ela, pois era a partir delas também que se estruturava esse modo de viver. Esse tipo humano provinha das matrizes culturais indígena e lusitana e, frente ao levantamento apresentado anteriormente, temos que o histórico de relação desses indivíduos com as barrancas era muito mais antigo.

A relação desses indivíduos com os rios era profunda, de tal modo ser a canoa essencial à sua rotina – fato que se confirmava no Rio Mogi Guaçu.

Uma passagem que pode ser aqui resgatada diz respeito ao momento de permanência e expulsão dos padres jesuítas do Brasil, após 1759. Durante o período de permanência desta ordem religiosa no Brasil, as práticas populares, os ensinamentos e festividades tendiam a estar relacionadas ao caráter educativo religioso – prevalecendo as temáticas cristãs entre os festejos (Holler, 2010).

Eram danças de roda, batidas e letras que auxiliavam no processo de catequização. Daí então que *quando a criatividade tornava em canção algum episódio do cotidiano, simplesmente aproveitavam a melodia dos coros e hinos e trocavam-lhes as letras*. (POLITO, 2013).

Foi Régis Duprat (1964) quem apresentou a inserção das composições sacras e depois populares na região do Vale do Mogi Guaçu. O autor comenta sobre os vínculos que os músicos – mestres de capela – detinham com os párocos das freguesias, enquanto prestadores de serviço para aquela comunidade. A atuação desses músicos era confirmada principalmente nos festejos, tais como a Festa do Divino³⁹, do Patrocínio, de Natal e São Francisco de Borja.

Mediante a expulsão dos jesuítas, as letras se popularizaram, e os vínculos com as igrejas também foram desfeitos, possibilitando aos músicos – violeiros – uma participação mais ativa entre as comunidades em ocasiões diversas. Nesse sentido,

³⁹ A Festa do Divino é uma comemoração popular de rua, tipicamente folclórica. teve origem no arquipélago dos Açores, em Portugal. festeja um evento cultuado pela Igreja Católica, o Pentecostes, que é a descida do Espírito Santo na forma de línguas de fogo sobre os apóstolos

mesmo que em escala interna, tal atitude correspondia a uma transformação decorrente da propagação daqueles ideais de superação do passado. Assim, a música adentrava os rios por meio das canoas até atingir os assentamentos desejados, onde se realizavam festejos que eram verdadeiros eventos e momentos de aglomeração (DUPRAT, 1964, p. 17).

Em oposição à imagem construída sobre o sertão enquanto local de isolamento e distanciamento, observamos que ele estava vinculado ao contexto internacional, expressando-se moderno ao seu modo. Mesmo que o conhecimento científico por meio de escolas mantidas pelo governo ainda não lhes tivesse alcançado, representavam em seu contexto o mundo que observavam.

Além das mercadorias, das comunicações e festividades, o rio também era pano de fundo para outra atividade bastante recorrente: a caça e venda de indígenas, já que nessa região a concentração desses grupos era numerosa. Podemos entender então que, por meio do comércio estabelecido através dos rios, serviam estes como importantes fontes de informações.

Para além das questões estruturais da paisagem, do cotidiano e da própria habitação, os rios representavam eixos estruturadores para a lapidação da identidade cultural – já que desempenhavam o papel de elemento comum a todos aqueles habitantes do sertão mogiano.

3.2 Os novos reentrantes das minas – fixação populacional

A produção aurífera em Goiás apresentou decadência a partir de 1736. Por consequência desse empobrecimento, os paulistas que haviam migrado para as regiões das minas em Goiás começaram a retornar para o interior da Capitania de São Paulo, onde também começaram a se fixar. Por consequência desse novo processo de retorno ao território paulista, a população aumentou sensivelmente, bem como os tipos sociais, que se tornaram ainda mais variados.

A mescla de saberes, de grupos sociais e de culturas fazia nascer uma paisagem heterogênea, permeada por crenças e lendas advindas de tradições cristãs, indígenas e africanas. A expressão material desse modo de viver sertanejo imprimia na paisagem estruturas singulares de organização territorial, dotadas de identidade que lhes garantiam certa unidade a partir do elemento dispersão. A

consequência foi a formação de muitos bairros – sítios – dispersos que configuravam uma rede de comunidades e atribuíam unidade àquela paisagem.

4. Sobre os vestígios de assentamentos dispersos no século XVIII

Tendo em vista a dificuldade de localizarmos construções ainda preservadas ou ruínas que nos possibilitassem a caracterização física e espacial das estruturas em que se organizaram os primeiros habitantes mestiços do sertão, adotaremos como referência os estudos apresentados por Candido (2017) e Queiroz (1973), além de documentos de 1751 onde o termo “bairro” já figurava.

A identificação e caracterização destes núcleos provém do cruzamento de dados oriundos da etno-historiografia e da arqueologia, tendo por pano de fundo a história da colonização brasileira. A identificação desses primitivos assentamentos é decorrente de um trabalho de levantamento e tabulação de fontes primárias e secundárias visando uma aproximação com a realidade daquele período.

Os estudos arqueológicos apresentados anteriormente nos revelam os variados vestígios de ocupação indígena às margens do Rio Mogi Guaçu e do Rio Pardo. A caracterização da paisagem, bem como a apresentação esquemática do aldeamento e do tekohá tupi nos orientam quanto à disposição espacial de alguns aldeamentos remanescentes, mesmo após as incursões bandeirantes.

Manuel Pereira de Godoy (1946), ao analisar a ocupação indígena na região da atual Pirassununga (SP), às margens do Rio Mogi Guaçu, nos revela:

...toda a região compreendida entre Piracicaba, Rio Claro, Porto Ferreira, Pirassununga e até Mogi Mirim e Mogi Guaçu foi ocupada por volta de 1625, como grande território de caça, de pesca, de obtenção de recursos naturais para o grupo Tupi-Guarani, pois, todos os materiais líticos (machados, martelos, raspadores, pilões, pontas de lança e de flechas), a cerâmica, os desenhos e os rituais funerários são semelhantes entre si em toda a mencionada região. (GODOY, 1974: p.151)

E completa:

Os primeiros humanos foram índios da grande família Tupi-Guarani que aqui chegaram por volta de 1625 e aqui permaneceram até o ano de 1880

(cerca de 225 anos de ocupação). Provavelmente um grupo Tupi Guarani que entrou pelo sul, continuou na sua marcha, atingiu a região do atual rio Piracicaba e continuou até chegar ao vale do Mogi Guaçu (GODOY, 1974: p. 151)

As datas apresentadas pelo autor nos despertaram a curiosidade. Em seu estudo arqueológico, Moraes (2007) comenta sobre a datação de alguns sítios no curso deste rio e sugere vestígios de assentamentos pós contato com os luso-brasileiros. Dentre eles, o sítio arqueológico denominado “Cachoeira de Cima”, às margens do Rio Mogi Guaçu.

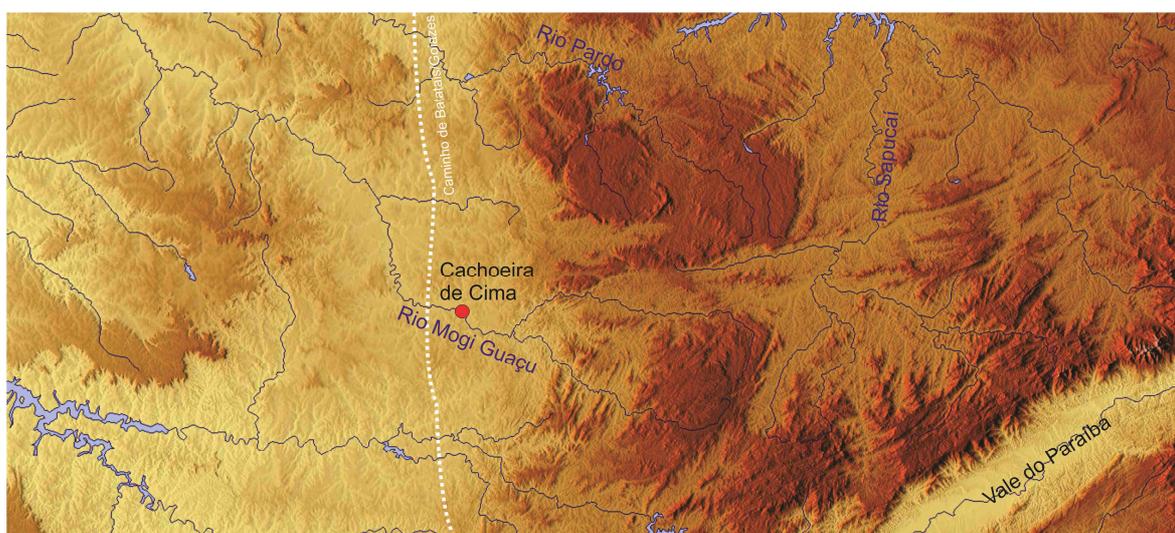


Figura 25 Identificação Cachoeira de Cima

Fonte: Elaborado pela autora.

Nessa região, mais precisamente no sítio arqueológico “Franco de Godoy”, foram identificadas urnas funerárias contendo em seu interior ossadas humanas. A presença de urnas funerárias, como já comentado, associa-se aos laços existentes entre os indígenas e a paisagem em que residem. Estes laços conferem ao local o sentido de lugar, onde esses indivíduos se realizam e expressam seus valores e imprimem sua cultura, dotando o meio de significado através dos quais norteiam a vida em sociedade.

As urnas funerárias identificadas na Cachoeira de Cima confirmam ser esta uma região que, se não de modo permanente, com significativa frequência era acessada por indígenas em virtude dos laços ancestrais existentes. No entanto, foi neste mesmo ponto em que se teve registro do primeiro assentamento de portugueses e luso-brasileiros às margens do Mogi Guaçu, em 1650. Tendo em vista que costumeiramente esses indivíduos tinham nos indígenas importantes guias para

a caminhada entre as matas, podemos supor que Cachoeira de Cima foi um ponto de irradiação dessas incursões associadas dado o longo período desses indivíduos nesta região – de 1625 a 1880.

Nessas incursões associadas, a cada local percorrido era estabelecido um ponto de suporte – uma rancharia –, sugerindo que mesmo após a partida das bandeiras um grupo tenha permanecido em Cachoeira de Cima e feito lá um povoamento. A crescente movimentação pelo Caminho dos Goiazes teria despertado o interesse em parte desse grupo remanescente, levando-os a um deslocamento até o local onde o Rio Mogi Guaçu e o caminho se cruzavam. Nesse ponto nasceu um entreposto comercial, sem que isso representasse o abandono de Cachoeira de Cima.

Buscamos representar essa situação por meio de um esboço, que nos permitiu atentar para a possibilidade de análise de um fragmento dessa antiga rede de comunicação entre assentamentos, dinamizada pelo comércio fomentado às margens do Caminho dos Goiazes.

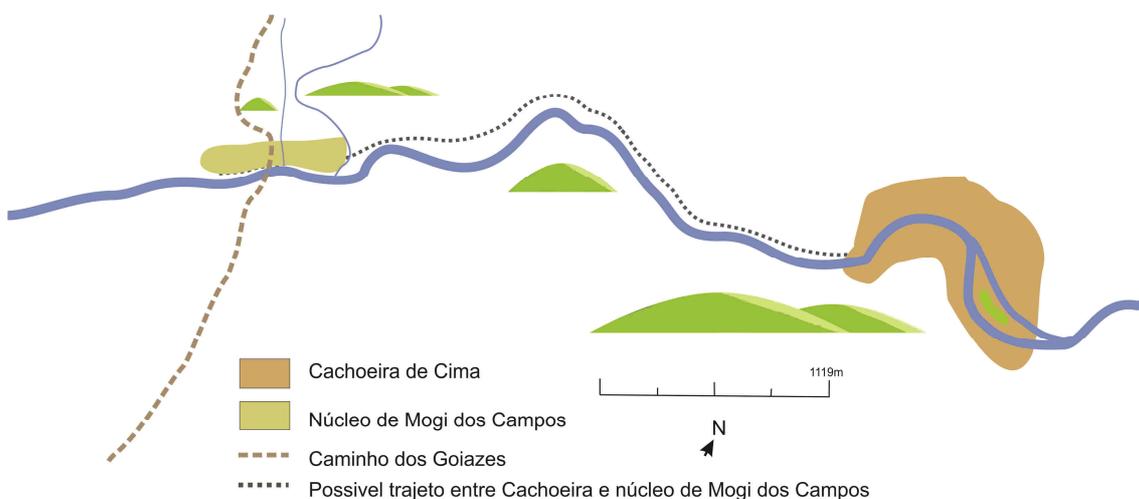


Figura 26 Identificação do descolamento realizado pelos primeiros habitantes de Mogi dos Campos

Fonte: elaborado pela autora.

O entreposto comercial configurado passou a ser denominado por Mogi dos Campos, dada a sua localização em meio aos campos do Vale do Mogi Guaçu. Segundo os vestígios materiais que ainda se encontram preservados no centro histórico de Mogi Guaçu (nome que o núcleo assumiu após o episódio do desmembramento de Mogi Mirim, em 1751), bem como os dados coletados nesta

pesquisa e estudos anteriormente já realizados (POLITO, 2013), nos foi possível esboçar a sua situação geográfica e a estrutura de seu traçado.

Passaremos então a analisar alguns aspectos desses núcleos embrionários – que se mostraram ser inicialmente pequenos ranchos, que mediante uma estruturação social assumiram a forma de bairros dispersos. Uma unidade proveniente do parentesco, associação de interesses ou indivíduos agregados com objetivos em comum dentro de um habitat que era a sua unidade básica de sobrevivência, tal qual expôs Antonio Candido (2017, p. 67)

4.1 Um fragmento da rede rural do século XVIII

Os atuais municípios paulistas de Mogi Guaçu e Mogi Mirim têm suas origens profundamente relacionadas, configurando um quadro de mútua dependência e conflitos internos que dinamizaram a formação de uma noção de urbano no sertão (POLITO,2013). Estes núcleos figuram entre os mais antigos do território administrativo de São Paulo⁴⁰ e por isso nos servem como breve estudo de caso para o entendimento de um processo que ocorria não apenas nos arredores desses núcleos, mas em toda a cercania da Serra de Mogyguassu, enquanto território da Capitania de São Paulo.

Não abordaremos as questões internas que envolvem esses núcleos, mas sim o fragmento de uma rede rural que estava começando a se formar no interior. Para que estes pudessem ser entendidos como um fragmento da referida rede, nos lançamos a estudar o processo de desmembramento territorial-administrativo de Minas Gerais para que pudéssemos verificar eventuais diferenciações.

Foi verificado um processo muito semelhante de ocupação tanto a leste quanto a oeste da Serra do Mogyguassu – as eventuais diferenciações eram decorrentes dos ritmos impostos pela própria geografia física e sociedade. Por isso, acreditamos ter no caso de Mogi dos Campos um vestígio significativo desse tipo de ocupação existente em toda a paisagem.

⁴⁰ Segundo o Quadro de Desmembramento político-administrativo dos municípios paulistas

4.1.1 Núcleo 1: Cachoeira de Cima

Tratava-se de um assentamento de origem indígena onde ocorreu contato direto com os luso-brasileiros bandeirantes. Sua localização é caracterizada pelos meandros do Rio Mogi Guaçu, fazendo com a região apresente uma paisagem hídrica notável, especialmente pelo proveito das águas e a existência de uma ilha em meio ao rio que facilitava a travessia.

A sua condição hídrica favorecia a provisão de alimentos – em especial o peixe. A alimentação é um ponto chave para a compreensão deste assentamento, *posto que o alimento poderia assumir papel explicativo da vida social*, já que organizava todo o modo produtivo do grupo, conforme esclareceu Candido (2017, p. 45).

O antigo aldeamento indígena forneceu os vestígios arqueológicos das urnas funerárias, que nos conduzem em pensamentos sobre a atribuição de um caráter místico ao local, devido à relação espiritual desses indivíduos com o meio que habitavam.

Esse aspecto se torna muito significativo quando atrelado ao fato de que uma parte do grupo promoveu o deslocamento até o Caminho dos Goiazes, sinalizando por este ato a naturalidade com que tais realocações aconteciam. O deslocamento frequente – uma forma de seminomadismo – era uma característica dos povos indígenas e muito empregada pelos bandeirantes também.

Candido (2017, p. 45) comenta que as associações de *traços culturais indígenas e portugueses* estiveram atrelados ao ritmo desses deslocamentos, sendo isso possível de ser verificado neste caso da Cachoeira de Cima. O deslocamento, ao passo que demonstrava o interesse desses indivíduos em estabelecer comércio com as rotas de bandeiras, também demonstrava a conservação de *traços de uma economia largamente permeada pelas práticas da presa e da caça*, posto que a localização se dava em terra firme, mas no meandro do rio (CANDIDO, 2017, P. 45). Enquanto um grupo interessado pelo comércio promoveu o deslocamento, outro se manteve no local de origem, provavelmente motivado pelas relações lá estabelecidas.

Desse momento original não encontramos vestígios sobre a possível construção de uma capela no assentamento da Cachoeira de Cima. Entendemos que, por ser um ambiente predominantemente indígena, os traços da fé católica foram expressos materialmente em momento posterior. A inserção da cultura cristã nesses locais era fruto de um processo de sincretismo, que fomentava hábitos de origens mistas mas inter-relacionados pela carga simbólica a eles atribuídos. Tal cultura sincrética pôde ser observada tempos depois.

August de Saint-Hilaire, ao passar por Mogi Mirim em 1849, observou um indivíduo que trazia consigo um dente de onça amarrado ao pescoço, como amuleto contra os males que rondavam aquelas paragens. O uso de dentes, ossos ou pele de animais como amuleto de proteção era recorrente na cultura indígena, denotando a profunda fusão de crenças ocorrida no local por intermédio de um contato entre culturas ainda mantido.

Outro exemplo da fusão cultural ocorrida está no registro de um hábito bastante típico entre os moradores do local. Luiz D'Alincourt, ao percorrer a região no início do século XIX, anotou o que designou por *perniciosos hábitos destes moradores* em fazerem uso de um farelo produzido a partir do cipó Timbó, que era jogado nas águas e facilitava a pesca por meio da intoxicação dos peixes. No entanto, a prática deste método às vezes lhes custava a vida, dado que não se restringiam ao pescado imediato mas continuavam a coletar os peixes já mortos às margens do rios nos dias subsequentes, causando-lhes intoxicações. Padre Anchieta, em seu registro quinhentista sobre os hábitos dos tupis que o aprisionaram, comentou igualmente sobre o uso do cipó Timbó no ato da pesca.

Essas heranças culturais foram registradas no assentamento de Mogi dos Campos, o segundo formado depois daquele localizado em Cachoeira de Cima. Como este foi decorrente do deslocamento promovido por parte dos habitantes do primeiro, entendemos que estas práticas apresentadas confirmam os estreitos laços estabelecidos entre indígenas e homens brancos naquele local original.

4.1.2 Núcleo 2: Mogi dos Campos – Mogi Guaçu

Este núcleo foi formado a partir do deslocamento de uma porção dos moradores de Cachoeira de Cima. A escolha do novo local de estabelecimento feita por esses indivíduos merece atenção.

O novo assentamento foi estabelecido em um vale, nas barrancas do Rio Mogi Guaçu. Sobre o início desse assentamento, a escolha para o local nos remete ao que foi comentado por Candido (2017) em suas análises sobre o perfil do habitante rústico: a presença do “provisório” em sua cultura – isto é, o fato da permanência prolongada não ser compatível com seus modos de vida.

Segundo o mesmo autor, esses indivíduos mantêm e são mantidos pela forma com que vivem e se organizam social e espacialmente. São de uma cultura onde o estável e o peregrino não fazem sentido – alimentação, produção e habitação estavam estruturadas na noção do deslocamento. Por isso o fator “provisório” salta à nossa análise.

A escolha de um local de várzea, à beira de um rio caudaloso, cujas cheias se faziam frequentes e cuja amplitude do vale demonstra o potencial de espraiamento das águas remete ao provisório. Era um deslocamento que visava um contato e talvez a conquista de recursos por meio do comércio e por alguns indivíduos. Um comércio que visava as tropas que transitavam pelo Caminho.

Diferente de Cachoeira de Cima, que se localizava próxima ao rio, porém em ponto não suscetível a inundações, o núcleo embrionário de Mogi dos Campos estava exatamente em um ponto de alagamento frequente. A busca por áreas de várzea pode ser associada à fertilidade das terras que, após as inundações são propícias ao plantio – fato que se confirma nos registros históricos de Mogi Guaçu, onde os primeiros roçados foram identificados no local que hoje abriga o centro da cidade.



Figura 27 Identificação dos assentamentos Cachoeira de Cima e Mogi dos Campos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem obtida pelo software Google Earth.

Pode-se observar a diferença de altitude existente entre os pontos: Cachoeira de Cima está 650 metros acima do nível do mar e o núcleo de Mogi dos Campos (Mogi Guaçu), a 593 metros de altitude. Uma diferença de 57 metros, que implica em um assentamento secundário localizado em área de várzea.

A associação deste assentamento às condições topográficas nos sugere que inicialmente não era premeditada a formação de um núcleo que posteriormente se tornaria freguesia, mas apenas um ponto de trocas comerciais e obtenção de recursos associada ao conhecimento das estações e do solo.

O comércio não era afetado pelo período das enchentes, posto que as bandeiras preferiam transitar em tempos de seca devido à firmeza do solo e à maior facilidade na transposição dos rios. Portanto o adensamento neste núcleo tendia a ser maior nestes períodos onde se verificava a associação de dois fatores: o solo propício ao roçado e o fluxo de pessoas mais intenso durante a estiagem.

É de se supor que em fase inicial houvesse um deslocamento pendular dos indivíduos entre Cachoeira de Cima e o núcleo embrionário de Mogi dos Campos (Mogi Guaçu), em função das cheias, colheitas e comércio que ocorriam em tempos mais específicos.

Enquanto Cachoeira de Cima conservou o seu perfil agrícola e de pesca, o núcleo de Mogi dos Campos passou a ser gradativamente maior, pois atraía indivíduos interessados no comércio ali praticado. No nosso entender, isso sinaliza a efetiva participação desse núcleo no mercado interno existente no sertão, cujas

relações se davam com as regiões de mineração. As possibilidades comerciais teriam atraído outros indivíduos que, excluídos da dinâmica mineradora, estariam retornando a São Paulo e se fixando ao longo do Caminho dos Goiazes. Essa situação, se ocorrida neste núcleo, justificaria o significativo crescimento populacional que lhe fomentou ser considerado como arraial e não mais um sítio, como era Cachoeira de Cima.

Antes mesmo de as primeiras casas serem erigidas, formaram-se nesse local alguns ranchos destinados ao comércio e ao abrigo daqueles viajantes-bandeirantes que percorriam o Caminho dos Goiazes. Esses ranchos, pouco distantes entre si, viabilizavam o deslocamento dos moradores entre as áreas de cultivo e criação de animais existentes nesse núcleo.

À direita do assentamento estava a área destinada à criação, um local bastante propício se levada em consideração a existência de dois riachos de pequeno volume que eram facilmente transpostos e ao mesmo tempo forneciam a água necessária⁴¹. Além disso, outro dado importante era o tipo do solo – argissolo –, denominado barro taguá e bastante utilizado na produção de utensílios cerâmicos para o preparo de alimentos, tal qual era característico dos indígenas estudados pelos grupos de arqueologia referidos.

Segundo os laudos técnicos provenientes de sondagens realizadas no solo de Mogi Guaçu⁴², as áreas próximas ao leito do rio são argilosas, enquanto nas mais afastadas ao sul os tipos variam entre arenosas e rochosas, o que as tornava favoráveis à pastagem. Na margem norte, o solo é mais estável e drenado, favorecendo possíveis cultivos e as criações de animais. A partir dessas informações, às quais foi acrescido o levantamento sobre os primeiros traços do

⁴¹ O local da antiga criação de animais é o atual Parque dos Ingás, localizado em região central de Mogi Guaçu. O parque, que é fruto de um projeto urbanístico do fim do século XX, foi constituído a partir das glebas onde havia sido instalada a antiga olaria que originou a Cerâmica Mogi Guaçu, no início daquele século. Os registros dessa cerâmica nos permitiram o resgate daquele momento anterior à sua construção quando esta área, ainda em finais do século XIX, permanecia dedicada à criação de suínos. A relação do local tanto com a criação de animais quanto com a instalação de uma olaria tem por motivo a qualidade do solo presente, denominado barro taguá e muito propício ao trabalho cerâmico.

⁴² Tais informações são provenientes da experiência profissional da autora, cuja formação é em Arquitetura e Urbanismo. A etapa que precede a execução de projetos de arquitetura requer os estudos de topografia e, em locais cujas sondagens não são presentes, fazem-se necessárias. A partir desses estudos técnicos, sendo alguns fornecidos gentilmente por arquitetos locais para a realização desta pesquisa, foi possível chegar a uma relativa identificação do contexto pedológico do entorno imediato do Rio Mogi Guaçu. Outro fator a ser observado nesta análise diz respeito à localização das antigas olarias, as quais careciam da matéria prima taguá.

núcleo de Mogi dos Campos, foi possível elaborar um esboço a fim de melhor compreender a espacialidade desse assentamento disperso.

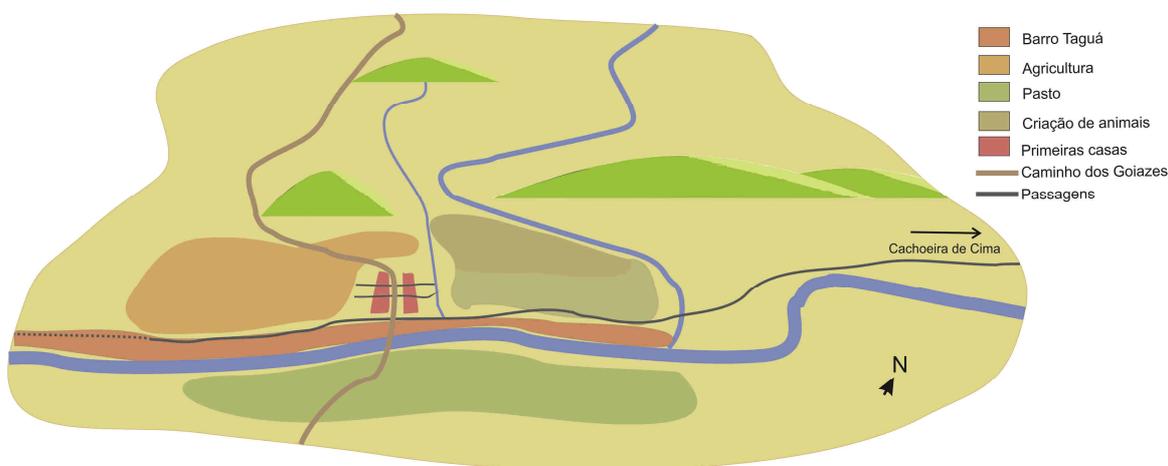


Figura 28 Croqui - assentamento de Mogi dos Campos

Fonte: Elaborado pela autora.

À medida que o comércio local foi se consolidando, vieram as primeiras casas, que foram construídas lado a lado, alinhadas ao eixo constituído pelo Caminho dos Goiazes. Entre essas poucas residências reservaram-se os caminhos do cotidiano daquela população, dando origem a passagens⁴³ que permitiam o acesso às áreas de produção.

Com a elevação desse núcleo a freguesia, em 1740, pouca coisa foi alterada. Mantiveram-se o local do assentamento e as passagens entre elas, assim como os locais da criação, do pasto e do cultivo. A alteração foi a formação de uma primeira rua traçada à esquerda do trajeto original do Caminho dos Goiazes, que passou a ser o percurso oficial e por onde se deslocavam os rebanhos de gado que ia pastar na margem oposta – daí a origem de seu primeiro nome: “rua da boiada”. O templo religioso fora erigido, sob invocação de Imaculada Conceição, configurando um adro central para onde se voltavam as residências.

Mesmo com essas reestruturações, o assentamento “Cachoeira de Cima” continuou sendo habitado, simbolizando sua consolidação como bairro rural. O registro que atesta este fato se encontra sob a forma de um memorial elaborado pelo Padre Antônio Xavier de Mattos em 1751, em ocasião da elevação do arraial de Mogi Mirim (Mogi Pequeno, segundo Colombina) ao status de freguesia – e que cita Cachoeira de Cima como sendo pertencente a ela. .

⁴³ Essas passagens ainda são existentes, sendo conhecidas entre os habitantes do município de Mogi Guaçu como “becos da Matriz”.

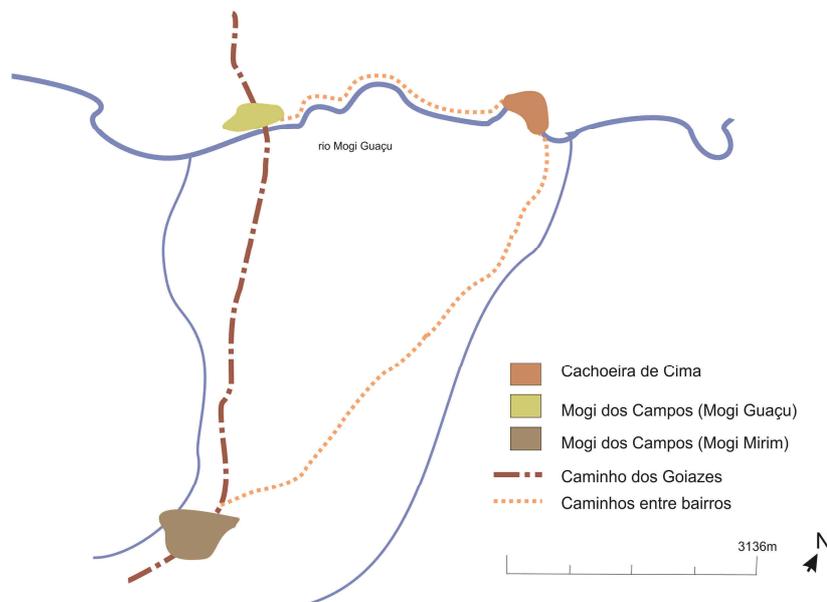


Figura 29 Fragmento de rede entre assentamentos dispersos do século XVIII
Fonte: Elaborado pela autora

Em sequência cronológica, vemos que inicialmente todos estes assentamentos (Cachoeira de Cima e Mogi Mirim) eram integrantes da Freguesia de Mogi dos Campos, portanto seus bairros, justificando o fato de Francisco Tosi Colombina fazer uma diferenciação entre “Mogi” (Mogi Guaçu) e “Mogi pequeno” (Mogi Mirim)⁴⁴. A questão é que como Cachoeira de Cima não estava margeando o Caminho dos Goiazes, não apareceu no mapa. Confirma esta questão o fato de nos registros paroquiais de Mogi Mirim haver informações sobre alguns de seus primeiros moradores, provenientes dos dois outros núcleos mais antigos.

Entendemos que a elevação de Mogi dos Campos à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos simbolizou uma unidade, que tinha na manifestação religiosa a reafirmação de vínculos entre aqueles indivíduos e o local que ocupavam. A doação de glebas para a constituição do patrimônio religioso era um indicativo dessa unidade, dado que o santo padroeiro era uma escolha dos habitantes locais segundo suas experiências, produções, necessidades ou temores.

A partir do momento em que a Igreja Católica se fazia presente no sertão, tinha início um novo processo de atribuição de significados à paisagem, à vida e a formação de uma noção de unidade a partir da comunidade religiosa expressa pela escolha do santo padroeiro. Havia diferença entre o habitar o sertão e ter de

⁴⁴ As relações entre estes núcleos foram estudadas anteriormente por POLITO, J. A. **Territórios de Civilidade: O Papel das “Mogis” na Formação e Reconfiguração do Leste Paulista, Séculos XVII-XIX**. Dissertação de Mestrado, CEATEC PUC-Campinas, 2013.

sobreviver aos seus desafios por conta própria e o habitar o sertão e sobreviver aos seus desafios sob a proteção espiritual de seus santos de devoção. Mesmo em casos antecessoras à elevação a freguesia, a presença de capelas ou uma cruz nesses bairros dispersos simbolizava uma manifestação lúdico-cristã. Nesses meios, as crenças do catolicismo se misturavam às crenças populares, levando a um sincretismo que atribuía aos indivíduos e à paisagem natural novos significados. A presença de uma cruz no meio do caminho indicava a mobilidade desses indivíduos que se dirigiam a ela para pedir graças- geralmente associadas aos fenômenos da natureza e a produção por eles praticada.

4.1.3 Núcleo 3: Mogi dos Campos (Mogi Mirim)

O núcleo embrionário de Mogi Mirim remete a um terceiro momento quase imperceptível. Conforme consta nos registros do Memorial do Padre Xavier de Mattos, sua origem data de um período imediatamente posterior à formação do núcleo embrionário de Mogi Guaçu. Teria sido a sua população inicial formada por uma parte dos moradores de Mogi Guaçu, que, movidos por conflitos internos, se deslocaram um pouco mais adiante e formaram um assentamento às margens do Rio Mogi Mirim (POLITO, 2013).

O Rio Mogi Mirim é um curso hídrico de pequeno porte, tributário do Rio Mogi Guaçu e, portanto, inserido na mesma paisagem natural que os núcleos de Cachoeira de Cima e Mogi Guaçu. Diferente do Rio Mogi Guaçu, o Mogi Mirim não apresenta um cenário de alagamento tal como o outro, fazendo com que as terras ao seu redor fossem mais salubres e propícias a uma fixação. De maneira semelhante ao ocorrido em Mogi Guaçu, Mogi Mirim não teria sido fruto de um desejo inicial de se fundar ali uma freguesia, mas era consequência de um contexto social que tinha fomentado um deslocamento.

A questão que em primeiro momento diferencia o processo de consolidação destes núcleos é que Mogi Mirim estava dentro da sesmaria pertencente a Amador

Bueno da Veiga, significando a fixação de pessoas de certo modo relacionadas a ele. O segundo ponto a ser analisado é a localização e o tipo do solo – latossolo – com menor incidência de argila e, portanto, mais propício à agricultura. Além disso, não sofria com as cheias do rio, e detinha a proximidade com cursos hídricos que promoviam o abastecimento de água ao núcleo.

A sua localização também era mais favorável. Se pensarmos no percurso que as bandeiras e tropeiros percorriam ao partir de São Paulo ou Porto Feliz (monções) com destino ao interior, o núcleo de Mogi Mirim se fazia em local mais favorável à estadia por anteceder o leito do Rio Mogi Guaçu. Além disso, em tempos de chuvas, configurava um pouso mais drenado, dado que em Mogi Guaçu os lamaçais eram constantes.

Percebemos que os vínculos deste núcleo com os bandeirantes eram mais acirrados, enquanto Mogi Guaçu – um conhecido entreposto comercial – era mais procurada pelos tropeiros e comerciantes de gado. Assim, dois perfis de comunidade teriam sido forjados, conferindo a cada um deles a existência de parcerias e interesses em comuns. Do mesmo modo, havia conflitos entre ambos – posto que um ambiente de rivalidades foi se configurando a partir daí⁴⁵.

Tem-se registro⁴⁶ de que a bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, se instalou no pouso de Mogi Mirim no ano de 1682. Sua elevação a Freguesia ocorreu somente em 1751, mas vemos que este núcleo já existia havia pelo menos 69 anos.

Segundo Lauro Monteiro de Carvalho e Silva (1960), constavam entre os moradores de Mogi Mirim alguns dos bandeirantes que haviam desbravado o sertão paulista entre os anos de 1719 e 1722, sendo eles: Manuel Garcia Velho, Francisco de Siqueira, Angelo Preto e Inácio Preto de Moraes. Também Salvador Jorge de Moraes, Antônio de Araujo Ferraz e Francisco Bueno Pedroso, genro, sobrinho e sobrinho-neto de Anhanguera II, respectivamente, além de Liberata Leme da Silva, Vicente Adorno, Mateus de Cubas, Francisco Portes Del-Rei. José Barbosa Rego, Sebastião Leme do Prado, Francisco Xavier Bezerra, Inácio Cardoso da Silva, Manuel Rodrigues de Araújo Belém, Domingos Gomes de Oliveira, Geraldo Pires de Araújo, José Grojão Cotrim, Melchior Pereira de Campos.

⁴⁵ Nesse sentido, ver: POLITO, 2013

⁴⁶ Publicações comemorativas da Paróquia de São José de Mogi Mirim. “São José de Mogi Mirim, 250 anos: 1751 /1º de novembro de 2001”. E “260 anos da Paróquia de São José Mogi Mirim: 1751 – 2011”. Disponíveis para consulta no acervo da Igreja Matriz de São José de Mogi Mirim.

Laços de sangue, de amizade e favores ou solidariedade caracterizavam as relações estabelecidas entre esses indivíduos. Ilustra este quadro o bandeirante Salvador Jorge de Moraes, que era filho de Baltasar de Lemos de Moraes – neto de Salvador Jorge Velho, que por sua vez era genro de Bartolomeu Bueno da Silva, o qual deixou grande descendência na região segundo consta no Memorial de Padre Xavier de Mattos. Além disso, os laços de amizade e favores podem ser vistos nos inventários, nos quais ficaram registradas as dívidas. Era uma época de opulência, de aparências que nem sempre condiziam com a real situação particular de cada indivíduo, com a verdadeira situação financeira da pessoa revelada somente após a sua morte. Foi o caso de Salvador Jorge Velho, cujo inventário acusa ter tomado favores emprestados de Inácio Preto de Moraes sem nunca ter, de fato, quitado a dívida⁴⁷. Inácio Preto de Moraes, por sua vez, era proprietário de casas em Mogi Mirim, além de ser proprietário de fazenda de criação, evidenciando a atividade agropecuária que provavelmente envolvia todo o seu círculo de convívio.

Mogi Mirim, como um simples bairro habitado predominantemente por bandeirantes e seus familiares, no início do século XVIII, congregava em si vínculos mantidos por interesses específicos. As necessidades de abastecimento e produção de alimentos para ser levado a grandes e longas jornadas eram um dado de extrema relevância que inseria esses indivíduos em uma dinâmica agrícola mais acentuada se comparado ao núcleo de Mogi Guaçu, um local de pouso e trocas comerciais. Essa relação entre modos de vida, produção, necessidades e conhecimento amplo da natureza se revelava, por sua vez, na escolha do santo protetor daquela gente, que no caso era São José – o protetor dos agricultores.(CARDONA, 1928, p. 38)

A leitura sobre os padroados possibilita o entendimento da paisagem como um mosaico de produções e atividades diferenciadas entre os bairros de uma mesma região. Por isso o sentido de comunidade ser tão presente entre estes indivíduos (CANDIDO, 2017, p. 48), distinguindo cada um deles como uma unidade, porém relacionada aos demais pelos laços afetivos. As parcerias eram feitas e a territorialidade definida a partir das vivências, enquanto o sentido de pertencimento era evidenciado e coroado pela devoção ao santo protetor correspondente. Não significava dizer que para ter o padroeiro aquele núcleo deveria estar em status de

⁴⁷ Livro 1º de Casamentos de Mogi Guaçu, fl.28. e Inventário datado de 1805, no Primeiro Cartório de Órfãos de Mogi Mirim.

freguesias. Os bairros rurais por vezes recebiam nomes de santos devido à religiosidade do sertanejo, que carecia de proteção em meio ao ambiente hostil.

A elevação de Mogi Mirim a freguesia, no ano de 1751, assim como ocorrido em Mogi Guaçu em 1740, também foi uma consequência de um processo de fixação que se mostrava cada vez mais acentuado, e que só fez intensificar ainda mais as rixas entre tais núcleos. A partir destes vários núcleos tiveram origem: os bairros Jaguaré, Rio dos Couros, Pirapitinguy, Olhos d'água, Caveiras, Cercado, Montevideo e Macucos, todos estes pertencentes à Freguesia de Mogi Mirim e compreendidos entre os rios Atibaia e Mogi Guaçu. Identificamos também os bairros Itaquí, Oruçanga e Santa Barbara, pertencentes a freguesias de Mogi Guaçu.

Padre Xavier de Mattos, em seu memorial sobre a elevação dessa freguesia, comenta a ausência de capelas nesses bairros – denotando que a inserção destas correspondia ao desenvolvimento da própria sociabilidade entre os indivíduos. Além disso, a distância de até sete léguas destes para a Matriz, isto é, aproximadamente 33 km, mostra que neste ambiente sertanejo as distâncias eram relativas – as relações de proximidade, tais como os parentescos e as amizades, fomentavam a mobilidade e a comunicação entre eles e disso provinha o sentimento de unidade.

A partir desses bairros tantos outros se formaram, e mais adiante apresentaremos alguns estudos de caso que nos ajudam a compreender a constituição desse território moderno. Buscaremos, a partir daqui, apresentar o mosaico cultural que compunha a paisagem mogiana. Salvo as limitações de uma pesquisa que visa abordar o ambiente sertanejo, intentamos compreender um território construído material e simbolicamente.

5 A paisagem cultural entre campos e serras

Entre os campos e serras que compunham o meio natural do sertão, foram-se somando culturas, valores e relações sociais que em um processo acumulativo culminou na configuração de uma paisagem cultural. Assim como comentado por André Corboz, entendemos que “meio” e “paisagem” não são sinônimos. A paisagem cultural é mutável ao longo do tempo, adquirindo novas cores e tessituras

em função das produções sociais nela verificadas. Neste processo ocorrem as ressignificações de seus elementos compositivos – tanto os de aspecto natural quanto o humano.

A paisagem não é dada, não é neutra; mas sim produto de construções mentais dos indivíduos que nela se encontram. Expressa um entendimento sobre a vida, uma forma de compreensão do meio e de consciência enquanto indivíduo no mundo. O estreitamento de vínculos entre indivíduos e o habitat se caracteriza pelas subjetividades existentes e oriundas dessa relação, as quais não são captadas pelas cartografias.

As cartografias são instrumentos de leitura e, como tal, dotadas de método e direcionadas a abordagens específicas. Atentam-se para elementos visíveis ou informações relevantes aos seus executores, mas não conseguem apreender as vivências, sentidos ou noções de territórios forjadas pelos habitantes; tampouco os vínculos ou os temores que certas localidades suscitavam entre as pessoas.

Se nos mapas oficiais a serra era denominada de “Serra do Mogyguassu”, o rio de “Rio Mogi” e os campos por simplesmente “campos”; entre a população conheciam-se as “serras das almas negras”, o “rio dos Bugres” e o “campo dos ciganos” – denotando a associação direta entre ocupantes e as características naturais, associação esta que garantia uma referência espacial e indicava uma produção de características, fazendo desses locais o território daqueles grupos.

Nessas áreas culturais, também possivelmente designadas como etnoterritorialidades, temos locais de manifestação e expressão de grupos sociais que se articulam e dinamizam a paisagem. (SAUER *in* CORREA, 2003, p. 23). Por isso, a relação aqui estabelecida com o conceito de *comunidade*, enquanto uma organização socioespacial, *dentro da qual pessoas, objetos e ideias circulam mais ou menos livres e continuamente* (CORRÊA, ROSENDAHL, 2003, p. 29). As comunidades são articuladas entre si e apresentam laços e parcerias capazes de extrapolar o limite de seu núcleo, estabelecendo uma rede de contatos e interesses expressos materialmente sobre o território.

Ao fazermos referência aos vales, serras e campos, estaremos nos referindo a um excedente neles verificado. As características naturais desses elementos representavam refúgios – locais em que um arranjo social típico poderia se expressar com relativa segurança.

Na perspectiva da geodiversidade, temos que esta condição natural não determinou, mas ofereceu aos indivíduos do passado condições para a preservação de traços culturais, os quais, em processo simbiótico, conferiram novas cores a paisagem cada vez mais multifacetada.

5.1 O vale dos bugres e o sertão dos caiapós

Procuramos demonstrar no capítulo anterior questões referentes à atribuição de um significado especial – místico – dos indígenas à paisagem natural que circunscreve a Serra do Mogyguassu. A fartura de peixes, de animais para caça (onça, antas, jaguar), a fertilidade das terras para o cultivo do milho e da mandioca, os fenômenos naturais, os rios e as nascentes e todo o aspecto espiritual e simbólico que participava diretamente do plano terreno: era este um território tupi-guarani configurado.

Diferentes registros históricos apontam para a presença de indígenas nessa região mesmo após a inserção dos luso-brasileiros na paisagem. Todavia, isso não significava uma convivência harmoniosa. Alguns documentos antigos apontam para os ataques de indígenas aos núcleos populacionais que se formavam na região, assim como as investidas ao longo dos caminhos, promovendo saques, debandada de animais e mortes. Ações que nos parecem ser de defesa ao lugar que lhes pertencia. De modo não menos ofensivo, os luso-brasileiros igualmente organizavam expedições destinadas ao massacre ou aprisionamento desses “inimigos” da civilização – um cenário de embate configurado pela dualidade interpretativa, duas compreensões de território disputando pelo domínio.

No trajeto que levava a Goiás e nos seus arredores, foram registrados alguns atentados de índios Caiapós contra tropeiros e mercadores que transitavam pelo percurso. Em 1760, nas proximidades do Arraial de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque registraram-se mortes contínuas desde a sua fundação⁴⁸. Já em 1783, no percurso do Caminho dos Goiazes, foi registrado um ataque em que foram

⁴⁸ Documento incompleto – s/d. AHE-GO (manuscrito). ATAIDES, Jezus Marco de (Org.). Documentação indígena do Brasil Central. Goiânia: Ed. Da UCG, 2001 *in* MORI, R. Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiazes: guerra e etnogênese no “sertão do gentio caiapó” (Sertão da farinha podre_ - Séculos XVIII e XIX). Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, UFU. 2015

mortos a mulher do dono de um comboio, um primo desta e mais oito ou dez animais de carga⁴⁹.

Há outro registro sobre as contendas com os indígenas e que diz respeito diretamente à paisagem sobre a qual nos dedicamos. Ocorreram entre os anos de 1767 e 1772, mas por iniciativa dos não-indígenas – em ordem de Dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão (o morgado de Matheus). Foram expedidas bandeiras lideradas por José Gomes da Gouveia com o objetivo de conquistar os caiapós que se localizavam em vasta região compreendida entre a Freguesia de Mogi Mirim, o Rio Pardo e o Rio Grande. Em 1772 foram *expedidas ordem explicitas para que em Jundiaí, Mogi Mirim e Mogi Guaçu se formassem companhias de mulatos, bastardos e carijós para atacar o “gentio caiapó q’ enfestava as campanhas do Mogyguassu* (MORAES, 2007, p. 54).

Enquanto nos três primeiros casos foram registrados ataques de indígenas que demonstram claramente um ato de resistência contra um processo de contínua ocupação de suas terras, o quarto registro mencionado faz referência a uma ação oficial do governador da Capitania de São Paulo, com o intento de assegurar o domínio daquilo que entendia ser o seu território. Um território administrativo, com contornos idealizados – situação diferente daquele território indígena, que tinha nos rios Tietê, Paraná, Grande e Mogi Guaçu, o local das vivências e vínculos espirituais (MORI, 2015, p. 110).

Na primeira metade do século XIX, durante o governo de Dom João VI, outro registro se destaca. Havia um indivíduo denominado João Batista de Siqueira que era um comerciante de gado paulista foragido que havia matado a sua esposa e fugido para Mogi Guaçu. Após ter sido descoberto pelos habitantes desse núcleo, mudou-se para São Roque, onde sua segunda esposa matou a própria irmã, por ciúmes. Novamente foragido, deslocou-se para o “Sertão da Farinha Podre”, além do Rio Grande, onde adquiriu terras e se associou aos indígenas caiapós.

Uma vez que ele e sua esposa eram perseguidos na Capitania de São Paulo, a distância entre o novo local e Mogi Guaçu foi favorável. Os históricos conflitos entre caiapós e paulistas serviram-lhes oportunamente como ambiente de proteção e combate a aqueles que os perseguiam (MORI, 2005, p. 193-195)

⁴⁹ AHU – caixa 35. Documento 2131 in MORI, R. Os aldeamentos indígenas no caminho dos goiases: guerra e etnogênese no “sertão do gentio caiapó” (Sertão da farinha podre_ - Séculos XVIII e XIX). Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais, UFU. 2015

Este episódio nos leva a questões pertinentes. Antonio Candido (2017) comenta sobre o perfil desses indivíduos a partir dos relatos registrados por August de Saint-Hilaire, em 1849. O viajante naturalista francês comentou sobre o aspecto bruto e selvagem dessa gente que matava por qualquer motivo – não poupava o sofrimento.

A existência sobre o estabelecimento de parceria fica aí evidenciada. Ocorreu uma associação a partir de um interesse em comum: combater o governo de São Paulo. João Batista porque era foragido e perseguido naquelas terras; e os índios em sinal de vingança por seus antepassados brutalmente assassinados. Tempos depois, o ambiente harmonioso configurado entre esses indígenas e João Batista despertou o interesse de Dom João VI.

Em Carta Régia datada de 2 de março de 1820, o rei ordenou ao presidente da já então Província de São Paulo prestar “proteção e auxílio que for conveniente” aos não-índios e aos índios “que se acharem aldeados ou se estabelecerem no limite dessa Capitania entre o Rio Pardo, Rio Grande e Tietê”⁵⁰ por entender que ali se tratava de um aldeamento e catequese dos gentios.

A benfeitoria foi realizada, oficializando a presença do gentio caiapó na Serra do Mogyguassu. Contudo, outro detalhe não pôde passar despercebido: João Batista era comerciante de gado que fazia negócios em Desemboque. Os campos de criações e pastagens se localizavam ao longo do trajeto do Caminho dos Goiazes, sinalizando que o traço cultural correspondente ao deslocamento de indivíduos se mantinha preservado. Além disso, é possível estabelecer a relação com os campos de Mogi Guaçu, conhecidos como importante entreposto comercial de muares desde o século XVIII.

A presença indígena foi constante até o fim do século XIX, fazendo surgir nessa paisagem cultural áreas de maiores e menores concentrações desses indivíduos. Fossem eles foragidos de seus cativeiros ou provenientes de migrações, as matas que compõem a Serra do Mogyguassu ficaram marcadas no imaginário popular como sendo o reduto desses indígenas.

A história de fundação do município de Caldas (MG), localizado na antiga Serra do Mogyguassu, remete a presença predominante de indígenas nessas matas. A primeira referência encontrada sobre uma área denominada de Vale dos

⁵⁰ Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Correspondência do Governo Geral. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, Volume XXXVI, 1902, p.107

Bugres ou Paragem dos Bugres remete às doações de sesmaria⁵¹, onde posteriormente foram desenvolvidas atividades agropastoris.

O termo bugre era frequentemente utilizado em tom pejorativo para designar os indígenas que habitavam no interior paulista. Com referência a Caldas, temos que os faisqueiros – homens que procuravam por faíscas de ouro e diamantes que afloravam sobre o leito dos rios –, frente à decadência da mineração, deslocaram-se para os campos da região para criar gado e depararam com indígenas numerosos ocupando as margens de um rio – em virtude disso a região ficou conhecida como “vale dos bugres”.

A introdução da atividade pastoril promoveu a migração e fixação de indivíduos nessa região, podendo ser exemplificado pelo registro datado de 1780, onde aparecem o português Antônio Gomes de Freitas e sua esposa, Maria Rodrigues Machado. Eram residentes em Aiuruoca, na Capitania de Minas Gerais, mas haviam se deslocado para a Serra do Mogyguassu em virtude das características naturais propícias ao pastoreio e que geravam lucros por meio do abastecimento do mercado interno. Compraram, então, a “Fazenda dos Bugres”, assim denominada em função da presença desse tipo social no local – e remetendo a uma leitura espacial a partir das associações entre grupos e natureza.

As áreas ocupadas pelos indígenas constituíam o vale de um rio, o que lhe conferiu o nome. O “vale dos bugres” era um local recorrente aos habitantes do século XVIII e XIX, sendo relacionado à concepção de matas que deveriam ser evitadas. Ao relacionarmos este fragmento a aquele em que Dom João VI promove cuidados aos índios e não índios que habitavam desde o Tietê até o Rio Grande, percebemos que esta região do “vale dos bugres” participava dos referidos cuidados, reforçando a imagem criada pelos habitantes dos núcleos localizados nos arredores da serra

Porém, isso não significava que nessas matas se recolhessem apenas os indígenas. Muitos contrabandistas e escravos foragidos igualmente participavam do mesmo meio, contribuindo para o reforço de uma imagem negativa sobre aquele local. A serra representava um perigo eminente por consequência dos grupos que

⁵¹ Histórico do município disponível em <http://caldas.mg.gov.br/caldas-entre-montanhas-um-coracao-mineiro/>, acessado em: 22/04/2018, cujas informações foram averiguadas junto ao Arquivo Público Mineiro.

nela habitavam; mas esta consciência só era possível pela vivência naquela paisagem.

Vestígio que reforma os perigos do “vale dos bugres” provém de determinações realizadas pelo governo da Capitania de Minas Gerais quanto à oficialização do caminho pelo Vale do Mogi Guaçu e instituição do Registro de Ouro Fino, no ano de 1764. Deveriam ser evitadas as bifurcações e rotas alternativas que passavam por onde estão localizadas as atuais São Joao da Boa Vista (SP), Andradas (MG) e Ibitiúra de Minas (MG), trajeto este que dava acesso direto ao “vale dos bugres”. Ou seja, algo indesejado verdadeiramente acontecia naquelas paragens.

5.2A serra e o rio das almas negras

Nessa paisagem cultural também se fizeram presentes comunidades compostas por indivíduos negros fugitivos e seus descendentes, populações livres e libertos, que configuravam um grupo socialmente organizado e volante. Em Minas Gerais esses assentamentos eram denominados por *quilombos*, sendo esta designação também utilizada na Capitania de São Paulo quando tais comunidades começaram a florescer na região logo no início do século XVIII (GOMES; MACHADO, 2011).

Os quilombos apresentavam uma lógica de ocupação espacial que dava preferência pelas áreas de apresamento indígena e mineração, dos quais se aproveitavam num comércio clandestino. Com as práticas que lhes eram comuns, estabeleciam um território de atuação por onde se deslocavam de tempos em tempos, segundo as necessidades do grupo. A preferência por locais de fronteira era uma característica, pois ao passo que isso permitia as investidas dos quilombolas entre as áreas produtoras e economicamente ativas, também oferecia o sertão para onde poderiam fugir em casos de perseguição.

A presença confirmada de quilombos nas redondezas do Vale do Mogi Guaçu provém de um conjunto de documentações⁵² referentes ao período de Governo de

⁵² BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I – 30, 9,42,doc,nº6,28.06.1766

Morgado de Matheus e datadas de 1766, onde foram determinadas ações punitivas contra esses indivíduos alojados nas proximidades da Freguesia de Mogi Guaçu. Aliás, esta ocupação não era restrita à localidade, mas integrava um cenário marcado pelo pontilhar desses assentamentos em áreas consideradas de interesse.

Em finais do século XVIII, havia registros de quilombos nas áreas próximas a Mariana, Sabará, Serro Frio, Tijuco, São João d'El-Rey, Baependi, Vila Rica, Caeté, Campo Grande, Rio das Mortes, Diamantina, Pitangui e Paracatu. Mas também figuravam registros sobre aquilombados nos sertões que margeavam o Tietê, entre os campos de Araraquara e regiões adjacentes à Freguesia de Cotia e à Vila de Sorocaba (GOMES; MACHADO, 2011).

A presença de tais indivíduos em todo esse amplo território nos permite identificar a dimensão de seu campo de atuação, sinalizando a presença marcante destes no imaginário popular e os significados atribuídos a eles e aos locais onde se assentavam. Estudos mais aprofundados sobre as estruturas de organização socioespacial, bem como a interação desses indivíduos quilombolas no processo histórico e econômico verificado em São Paulo, já foram realizados por Flávio da Silva Gomes (2015). Tais pesquisas são para nós importantes referências, contudo ao resgatarmos aqui a temática quilombola intentamos demonstrar aspectos que fazem de nosso recorte uma paisagem cultural, entendida, ocupada e produzida segundo o grupo que nela habitava.

O quilombo, nos séculos XVIII e XIX, assim como os bairros rurais dispersos, representava a unidade básica de vida desses indivíduos. Talvez por isso algumas semelhanças que podem ser traçadas entre esses dois modelos de ocupação: a dispersão, a subsistência, a participação no mercado interno, a natureza enquanto elemento de organização e localização do indivíduo no mundo. Contudo, não eram sinônimos. Compreender que diferenciações entre eles existiam é reconhecer que, apesar de certas semelhanças, tratavam-se de culturas diferenciadas – que poderiam estabelecer relações entre si e apresentar momentos de intersecção, mas essencialmente eram diferentes.

Ao passo que os bairros rurais que se formavam pelo sertão eram entendidos pelos próprios habitantes locais como uma expressão indenitária legítima, os quilombos, dado o contexto social do qual participavam e a atuação que tinham na

sociedade escravocrata, eram entendidos por eles ora como ameaça, ora como possíveis associados.

Apesar de os quilombos representarem um espaço libertário para os ritos culturais, eles eram estruturas consolidadas a partir de uma realidade social que colocava o indivíduo negro em papel marginalizado – as dificuldades impostas pelo regime social existente faziam-nos procurar meios de sobreviver.

Neste momento nos interessa observar que as suas estruturas de organização não se sustentavam na premissa do isolamento. Ao contrário, a articulação entre grupos sociais, entre as produções econômicas, com a paisagem e demais culturas eram necessárias à sua existência e à manutenção como grupo. E justificava os locais que escolhiam para se assentar. A consequência disso era a referência destes lugares no imaginário popular enquanto locais “de almas negras”, denotando uma forma de compreensão do espaço geográfico a partir desses indivíduos.

Retornemos então ao Vale e Serra do Mogyguassu. Dessa região provinham notícias sobre “*negros fugidos, e aquilombados, que andavam pelos córregos; faiscando ouro e saindo às estradas a fazer distúrbios e malefícios*” (GOMES, 2005). O relato de tais ações indica a existência de um *modus operandi* entre esses indivíduos que tiravam proveito da proximidade com as estradas para o benefício próprio.

Conforme comentam Gomes e Machado (2005), os caminhos que ligavam Minas a São Paulo *também eram conhecidos por serem refúgios de negros fugidos, sempre acusados de cometerem roubos e assaltos*. Caminhos estes que obrigatoriamente passavam pelos vales do Rio Mogi Guaçu, Pardo e Sapucaí.

Além de ser uma região de contato entre dois territórios administrativos, era uma área já ocupada por comunidades rurais e cuja produção se apresentava voltada para o mercado interno, significando menores padrões de posse de escravos, ou seja, menores riscos de aprisionamento e, portanto, local seguro ao assentamento quilombola.

Fossem organizados em grandes ou pequenos grupos, compunham uma rede de assentamentos dispersos que somava à paisagem dos sítios e bairros rurais do interior. As características culturais, os laços de sangue ou simbólicos e as agregações, além do interesse em comum de sobrevivência, somados à recusa da

condição escrava, faziam deles uma comunidade detentora de identidade que tinha no deslocamento a autopreservação.

Os quilombolas, de maneira geral, acabavam por desenvolver uma produção de subsistência e práticas econômicas integradas à lógica das economias locais e às relações sociais presentes no meio. Por isso detinham peculiaridades políticas e representatividade por meio de seus líderes que dentre tantas outras coisas faziam valer a organização do grupo segundo as produções às quais se dedicavam.

Décio Freitas (1982) comentou que as unidades quilombolas se organizavam, por exemplo, entre “mineradores”, “extrativistas”, “pastoris” e outros. Portanto, a localização destes na serra e vale do Mogyguassu esteve diretamente relacionada com as atividades econômicas ali presentes, no caso a agrícola e a pastoril, com algumas nuances mineradoras.

Um registro interessante à nossa análise data de 1766, durante o governo de Morgado de Matheus, em que o Capitão-Mor de Mogi Guaçu, Manoel Rodrigues Araújo, providenciou o alistamento de capitães-do-mato para realizar diligências. Sobre a possível existência de quilombos, ele comentou:

“que se supõe estar neste rio abaixo me parece que alguns negros andam por estes contornos fazendo alguns furtos ainda que pequenos mas desses irão a maiores, e farão outros insultos” (BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30,9,45,doc. Nº4, 04.06.1766)

A ação preventiva do Capitão-Mor fundamentava-se em uma preocupação em verdadeiramente conhecer a dimensão desses quilombos, posto que aos olhos do governo esses indivíduos representavam ameaças aos rendimentos fiscais, uma vez que a eles eram atribuídos o sentido de saqueadores. Outra expedição foi enviada ao local para averiguar a situação, tendo por registro do Capitão Mor a confirmação de suas suspeitas.

Sete pessoas a explorar se somente a notícia que me retrocederam foi que virão vestígios certos de estar gente a distante naquelas partes ou negros ou gentio por que a ordem que eu dei foi que não fossem pressentidos logo se retirarão” (BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30,9,42,doc. Nº6, 04.06.1766)

Não sabiam, no entanto, se se tratavam de indígenas ou quilombolas. A existência de quilombos foi confirmada segundo os relatos dos moradores de Jundiaí que reclamavam sobre um *quilombo muito grande e que experimentam continuamente muitos prejuízos*⁵³. Assim, foi planejada uma expedição punitiva que

⁵³ BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30,9,42,doc. Nº6, 28.06.1766

partiu em 17 de junho de 1767 sob o comando de Simão Bueno da Silva, que há tempos estava seguindo pistas e acompanhando os relatos sobre o desaparecimento de canoas no Rio Mogi Guaçu.

A navegabilidade do Rio Mogi Guaçu permitia o deslocamento da população por meio de seu leito, fazendo com que durante o século XVIII ele também fosse conhecido como “o rio das canoas”. Como anteriormente comentado, até mesmo grupos musicais se deslocavam entre as comunidades através do rio, em tempos de festejo.

A canoa era um objeto valorizado. Seu valor era decorrente do próprio contexto social, paisagístico e necessidades da população local. A extensão do Rio Mogi Guaçu e seus demais afluentes permitiam a comunicação entre áreas distanciadas. Portanto, a canoa se tornava um item requisitado, fazendo dela algo valioso para o comércio ilegal. O desaparecimento desse objeto passou a ser visto como fruto da ação dos quilombolas e serviu de pista para que em alguns dias depois, quando a bandeira de Simão Bueno da Silva estava em meio às matas ciliares do rio e bem próximo à serra,

encontrasse dois lugares de forja de ferreiro e uma rancharia donde pararam os ditos negros alguns tempos e tinha esta rancharia noventa e tantas casas com três, duas, quatro camas (BNRJ, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30,9,42,doc. Nº6, 28.06.1766)

Se as autoridades esperavam encontrar um pequeno núcleo facilmente dominável, na verdade se depararam com uma estrutura comunitária que em termos de número de casas excedia a quantia existente na freguesia de Mogi Mirim, na ocasião de sua elevação. Padre Xavier de Mattos assim descreveu em 1751:

Compõe-se a freguesia de setenta e dous fogos; Compreende o seo districto desde o Rio e passagem de Atibaya ao de Mogyguassu, que fazem nove légoas, partindo daquela parte com a freguesia de Jundiahy e com esta com o rio do mesmo nome. (Primeiro Livro de Tombom, f.1)

Essa sociedade teria uma quantidade de indivíduos *de duzentos para cima*⁵⁴, permitindo-lhes atacar as tropas enviadas pelo Capitão-Mor de Mogi Guaçu. Em 1768, quando nova expedição punitiva foi organizada e estava especialmente estruturada para combater tamanho número de indivíduos, foi registrado que os *quilombolas se tem passado a partes mais remotas, escapando assim à diligência*⁵⁵.

⁵⁴ BNJR, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30, 9, 42, doc. Nº 9, 09.09.1766.

⁵⁵ BNJR, Coleção Morgado de Matheus, Códice I-30, 9, 42, doc. Nº 348, 23.03.1768.

Não se prendiam à terra; deslocavam-se conforme as necessidades ou inseguranças.

A localização do quilombo, seu tamanho e número aproximado de indivíduos, bem como a produção ferreira nele desenvolvida, nos fazem pensar em um assentamento antigo, onde eram produzidos os itens básicos de subsistência e excedentes para eventuais trocas, denotando a existência de uma economia complexa proveniente do enfronhamento desses indivíduos no mercado local. É interessante pensar que se não fossem as denúncias dos moradores de Mogi Guaçu e Jundiá, as autoridades não saberiam da existência desses assentamentos.

Isso denota que, em meio às matas, os quilombolas encontravam uma certa proteção. Os atos de furto e ataques por eles praticados lhes conferiam uma imagem negativa, tornando-os temidos pela população local. A não aproximação direta com os habitantes contribuiu para o estabelecimento de construções imaginárias a respeito desses indivíduos e a atribuição de significados aos locais que eles antes ocupavam.

Roque Laraia (2009), ao discorrer sobre o conceito de cultura, nos atenta para o hábito de conferir ao outro uma imagem negativa quando estes não se mostravam participantes dos mesmos conjuntos de símbolos e signos dos quais participavam os demais. Ou seja, a incompatibilidade cultural geraria a rejeição e subsequente estranhamento, podendo isso acarretar em conflitos ou pré-conceitos. Por ser a cultura uma lente pela qual os indivíduos observam e interpretam o mundo, todos os demais que não participam dela são entendidos como “bárbaros” – ameaças.

Assim, “serra das almas negras” ou “rio dos negros” eram expressões recorrentes entre os moradores para designar o local de assentamento desses indivíduos marginalizados e demarcar que eram locais que deveriam ser evitados. Isso sinaliza a existência de uma paisagem construída fenomenologicamente, cujos contornos e significados eram, a princípio, desconhecidos das autoridades porque estas não participavam do cotidiano local; só vinham saber por meio dos relatos dos moradores. Era uma compreensão do território proveniente das experiências e das vivências daqueles que ali residiam.

O território praticado, experimentado e produzido por aquela sociedade detinha contornos inimagináveis ao governo – delimitações que eram inerentes à divisão administrativa, e definidos pelos vínculos e afetividades desenvolvidos. A

serra e o rio dos negros eram construções imagéticas sobre o território, as quais organizavam e balizavam a própria ocupação territorial.

Se por um lado a serra e o rio eram locais que deveriam ser evitados por alguns, por outro lado, eram locais amplamente procurados por aqueles marginalizados da sociedade. A serra e o rio deixavam de ser meros elementos da paisagem natural e adquiriam valor e significado diferentes segundo cada grupo cultural – e por vezes eram personificados. Deixavam de ser estruturas naturais e passavam a ser estruturas simbólicas, essenciais à compreensão do espaço geográfico e à localização dos indivíduos no mundo. Por isso, ao mesmo tempo em que representavam a fonte de insegurança e do medo para alguns, assumiam o caráter de lugar da segurança e da liberdade para outros.

5.3 O campo dos banidos e desertados

Aos pés da “serra das almas negras” estendia-se sentido ao Caminho dos Goiazes uma paisagem de campos e pequenas colinas que se estruturavam a partir de pequenos riachos e ribeirões afluentes do Rio Mogi Guaçu.

Esses campos foram gradativamente ocupados por roceiros e criadores de animais, alguns ranchos e fazendas que tinham no Caminho dos Goiazes uma rota para oportunidades comerciais. É preciso lembrar que este percurso, já oficializado, era cortado por tantos outros caminhos e trilhas que se embrenhavam nas matas levando aos vales do rio Pardo, a Mogi Guaçu e à serra. Era um eixo estruturador, mas com grande comunicação com a porção leste, onde se encontrava o vale do Sapucaí.

Somavam-se a este cenário os assentamentos quilombolas perto do rio e das montanhas, cujos ataques acabavam por fazer concentrar os fluxos de viajantes e tropeiros em certos caminhos. Somavam-se também os tantos outros bairros dispersos dedicados à produção agrícola e à criação bovina que fomentavam a consolidação de pequenas redes de caminhos para a comunicação interna.

Era uma paisagem tão rica quanto seus aspectos compositivos. Somava-se a este cenário a comunicação existente com o Caminho do Viamão, que através de

Sorocaba infletia para o interior e fomentava um intenso comércio de muares que supria as necessidades daqueles produtores e criadores de animais (TEIXEIRA, 2008).

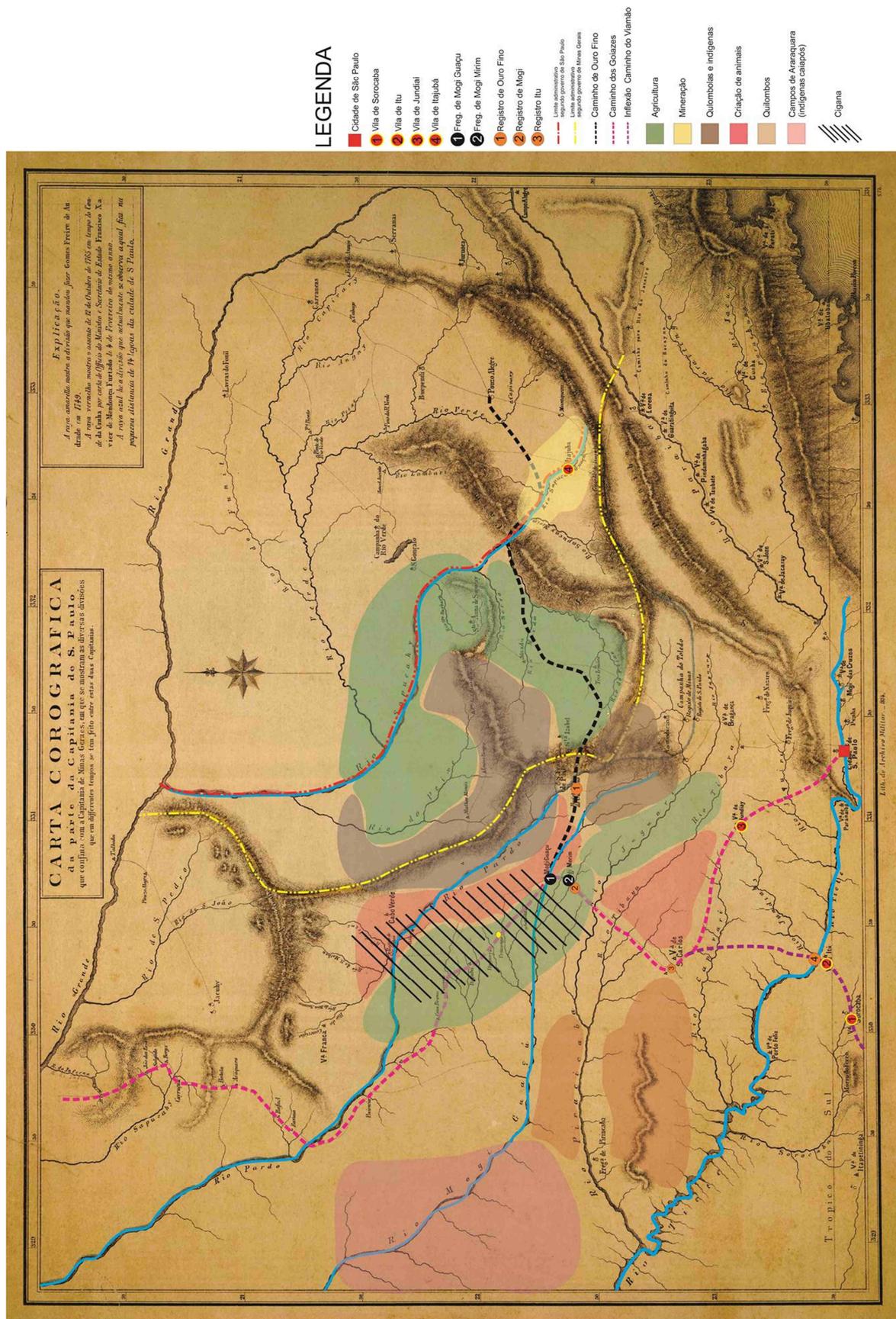
Esse comércio de muares era tão presente que na freguesia de Mogi Guaçu os habitantes designavam a rua paralela à Igreja Matriz de “rua da boiada”⁵⁶. A paisagem era integrada às principais rotas comerciais, ocupadas por tipos sociais diversos, permeada por rios, balizada por serras e, portanto, atrativa aos forasteiros que por vezes haviam sido banidos das regiões mais densamente ocupadas; ou por outros indivíduos que andavam em bandos e tinham nesses eixos comerciais a oportunidade de uma comercialização ludibriosa e distante da fiscalização.

O exemplo já comentado sobre João Batista de Siqueira, o comerciante de gado paulista foragido que havia se fixado em Goiás, vem a ilustrar uma parcela típica desses habitantes que assim como ele procuravam nas áreas mais apartadas se refugiar das guardas. Indivíduos provenientes das áreas de mineração ou marcados nos centros urbanos pelas práticas de assassinato, roubo, contendas ou o não pagamento de impostos tinham no sertão a oportunidade de dar sequência a suas vidas, deslocando-se de ponto a ponto, sempre que necessário, mediante o afloramento de seus crimes na comunidade na qual se inseriam.

August de Saint-Hilare comentou em 1849 sobre o perfil bruto que caracterizava esses indivíduos – que matavam por qualquer motivo – denotando uma paisagem humana bastante marcada pela presença de pessoas banidas e desertadas de seus grupos originais.

⁵⁶ Foram realizadas entrevistas com antigos moradores nascidos em Mogi Guaçu e pertencentes a famílias cujo sobrenome figurava entre os primeiros moradores do núcleo. A partir das histórias orais passadas entre as gerações, foi-nos possível identificar esta informação.

Figura 30 Identificação da paisagem cultural mogiana



Além desses indivíduos acresciam-se à paisagem os grupos de ciganos que ocupavam uma conveniente região dado às práticas que exerciam. O tráfico de escravos, o comércio ludibrioso, o contrabando de minérios e diamantes – tudo isso às margens do Caminho dos Goiazes e nas proximidades da Freguesia de Mogi Guaçu. Também provém dos registros de Saint-Hilaire a confirmação sobre a existência desses grupos cuja presença já se fazia constante desde o século XVIII.

Estava acampado em Urussanga, enquanto ali permaneci, um numeroso bando de boêmios (ciganos). Esses indivíduos eram estabelecidos numa vila vizinha – Mogi Guaçu⁵⁷, mas espalhavam-se pelo país, para fazerem, segundo o costume de sua raça, permutas de muares e cavalos. (...) Na época de minha viagem, eram os ciganos, principalmente, que, no Rio de Janeiro, faziam em segunda mão, o comércio de escravos, e entre os mesmo encontravam-se homens muito ricos (SAINT-HILAIRE, 1849, p. 138-9)

A localização – em Urussanga – corresponde a uma rancharia existente às margens do rio de mesmo nome, tributário do Rio Mogi Guaçu. Era uma área dedicada à criação de animais, com contato direto com Minas Gerais, e próxima às áreas quilombolas. Tal condição estratégica poderia facilmente suprir diferentes segmentos do comércio praticado por esses grupos. Perpetuou-se pelo século XIX a fama dessa região – o campo dos ciganos – como local de entrepostos comercial clandestinos⁵⁸ mantidos por esses indivíduos que tinham as nascentes, riachos, matas e relevo a seu favor.

Saint-Hilaire ainda comenta sobre a conversa estabelecida com um desses indivíduos que confessou: *eu engano tanto quanto posso, mas todos os que comigo negociam fazem o mesmo* (SAINT-HILAIRE, 1849, p. 138-9), demonstrando a ausência de segurança comercial nesse ambiente. Apesar disso, constituíam em parcela importante para a manutenção do mercado interno.

Os animais que vinham de Viamão e eram vendidos em Sorocaba eram animais bravios. Os ciganos os amansavam e depois os vendiam por valor muito maior, tendo os campos ao redor do Vale do Mogi Guaçu como áreas propícias à pastagem e à domesticação. Durante todo o século XIX, ali funcionou o maior centro

⁵⁷ Aqui, nota-se a indiferenciação feita por August de Saint Hilaire entre Freguesias e Vilas enquanto estruturas hierarquizadas. Mogi Guaçu, em data de sua passagem – 1849 – era uma Freguesia, sendo elevada a Vila apenas em 1872.

⁵⁸ A presença de grandes grupos de Ciganos ainda é verificada no município paulista de Mogi Guaçu. No histórico de fundação do município de Estiva Gerbi – antigo bairro rural São José, às margens do rio Oriçanga – Uruçanga – consta a presença de grande número de ciganos que habitavam o local até o século XX. A inserção das indústrias, na segunda metade desse século, acabou por descaracterizar parcialmente a paisagem, reduzindo o número de indivíduos pertencentes a esses grupos na região, mas que mesmo de modo diminuto ainda se fazem presentes.

de comércio de muares trazidos do sul que, segundo Rodrigo Corrêa Teixeira (2008), era um dos principais pontos onde os tropeiros de Minas Gerais renovavam suas tropas com muares.

É preciso ter em mente que August de Saint-Hilaire era um cientista naturalista francês, que percorreu a região, descreveu-a e fez comentários sobre as coisas que via durante o seu percurso a partir das lentes de sua cultura. Atribuiu características a esses indivíduos banidos e desertados que ocupavam o interior paulista segundo o seu referencial cultural, por isso, ao analisarmos os seus relatos, são necessárias as devidas relativizações (POLITO, 2013).

Se as práticas desses grupos eram ludibriasas ou incitavam a insegurança entre os habitantes, isso não podemos afirmar, já que este estereótipo foi construído pelo olhar de um estrangeiro. Contudo, é de destaque o comentário sobre a prática comercial de muares e minérios contrabandeados, expondo para essa análise mais uma camada sobreposta à paisagem. Além disso, o comércio constante com Sorocaba e a comercialização de animais vindos de Viamão nos mostram a convergência de fluxos que existia nessa região dos arredores da Serra do Mogyguassu.

Fica exposta nestes registros de Saint Hilaire a comunicação estabelecida e que permeava a serra e unia o Vale do Sapucaí à depressão periférica, dotando-a de unidade. Coesão quanto às atividades agrícolas, de criação de animais, de rota para tropeiros, de desvio de minérios, de caminhos não oficializados, sem contar aqueles outros fragmentos de rede originários dos assentamentos indígenas e quilombolas que também se estabeleciam na região.

6 Uma paisagem produtiva

Os usos, os costumes, os modos de ação e comportamentos correspondentes a cada uma das micro-hierarquias sociais presentes na paisagem cultural em tela esboçavam territórios simbólicos definidos por fronteiras imaginárias.

Essas fronteiras, por sua vez, eram híbridas, fluidas, de delimitações efêmeras; resultantes tanto da condição volante dos indivíduos e seu desprendimento da terra quanto das articulações entre as diferenças de cada um deles. Se a momentânea fixação de grupos em uma paisagem fomentava a

construção de territórios simbólicos, o deslocamento desses grupos promovia o desmonte de um imaginário; uma nova leitura sobre a paisagem era realizada e aquele local não mais ocupado possivelmente era ressignificado.

Porém, por se tratarem de construções mentais, mesmo com a alteração dos grupos aqueles significados poderiam ser mantidos – intensificados ou amenizados – segundo os seus novos ocupantes. Por isso, territórios simbólicos e as fronteiras entre eles se tornavam imprecisos – e praticamente desconhecidos por aqueles que não vivenciavam o local.

A serra das almas negras, o vale dos bugres e o campo dos banidos eram modos de compreensão da paisagem que condiziam com a leitura que os habitantes detinham sobre o espaço que ocupavam. Eram formas de orientação e lhes asseguravam a consciência sobre a própria identidade. Tais denominações são exemplos desses territórios simbólicos comentados, firmados pelo imaginário e que balizavam a sociedade num determinado tempo e espaço.

Entre negros, bugres e banidos havia parcerias e interesses em comum, apesar da diversidade étnica e eventuais segregações. Somados a eles, os portugueses e luso-brasileiros que igualmente incrementavam tal articulação. Uns roubavam e revendiam, para que outros vendessem novamente; uns plantavam, outros comercializavam e tantos outros indicavam os caminhos. As associações ocorriam em todos os sentidos e com pretextos particulares. Juntos compunham um sistema, sendo cada um como engrenagens que asseguravam a sincronia da sobrevivência. Pela criatividade necessária ao sustento próprio iam produzindo socialmente aquela paisagem, dotando-a de novas cores, texturas e contornos.

Não nos parece possível desassociar a ação articulada desses indivíduos à produção econômica ocorrida nesse cenário. Uma produção voltada para o abastecimento do mercado interno e distanciada das faces do rei. Portanto, se os interstícios desta paisagem forem vistos como fronteiras híbridas e locais de articulação, a paisagem cultural, em sua totalidade, igualmente pode ser assim analisada, porque correspondia a uma zona de contato entre áreas administrativas e economicamente vinculadas ao mercado externo.

Essa paisagem se mostrava como local de constantes assimilações, onde os excedentes culturais deram origem de modo criativo a um tipo social perfeitamente adaptado ao contexto – o caipira. O caipira, enquanto unidade cultural, era um

articulador. Para o seu habitat infletiam produções de outras localidades, às quais ele assegurava a comercialização e escoamento.

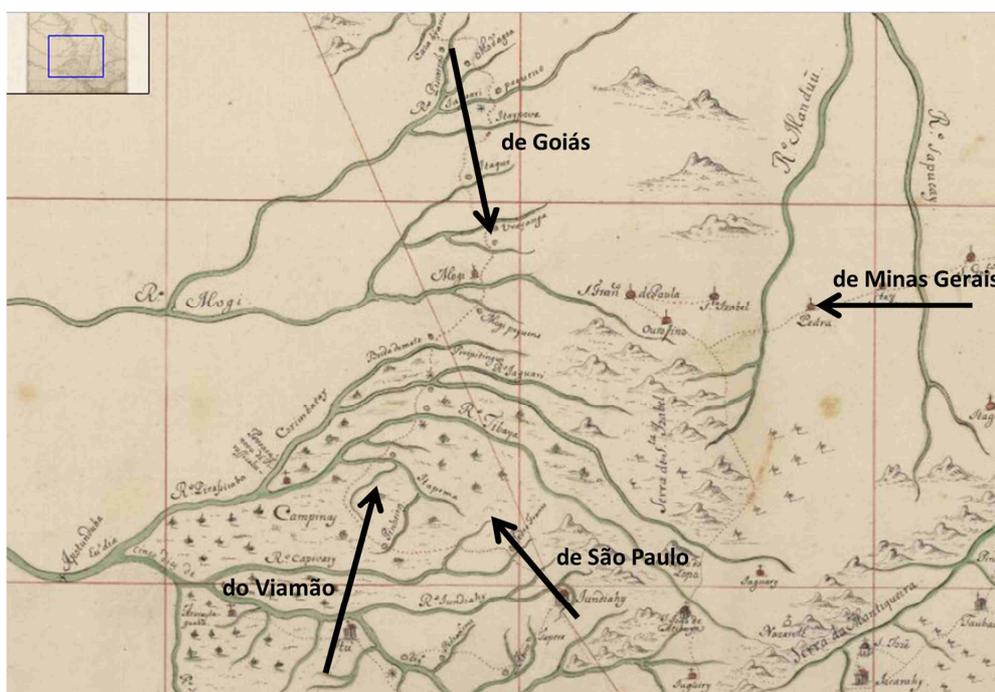


Figura 31 Identificação dos vetores de expansão

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Mapa para Goiás de Francisco Tosi Colombina, sobre o qual foram identificados os vetores de expansão.

Por isso, ele era produto e ao mesmo tempo produtor de uma paisagem coesa e economicamente ativa; para onde convergiam fluxos, mercadorias e saberes e de onde eram dispersas as assimilações feitas.

Portanto, esta região interiorizada dos arredores da Serra do Mogyguassu não estava isolada, nem tampouco estagnada. As imagens da vida nos centros urbanos consolidados eram vislumbradas dali e suas influências eram sentidas por aqueles habitantes, ao passo que eram ressignificadas ou simplesmente ignoradas por alguns. Desse contato indireto com os centros urbanos nascia uma noção própria de urbanidade que não se igualava àquela concepção das vilas, mas era construída a partir da articulação entre as diferenças e potencializada pelas vivências de seus habitantes. Uma noção de urbano compatível com o ambiente rural de colinas dissecadas – uma urbanidade acaipirada.

Esse contato com a “civilidade” era promovido pela existência do que acreditamos ser quatro importantes vetores de comunicação, comércio e fluxo de

peessoas. De cada um deles provinham vínculos diferentes, mas em comum todos eles tinham na extremidade oposta centros inseridos na dinâmica do mercado colonial internacional. Assim, as cercanias da Serra do Mogyguassu se configuravam em um centro receptor e disseminador, simultaneamente.

Um desses vetores era aquele que por meio do Caminho dos Goiazes inflétia sobre a região a partir dos centros de mineração goianos. Outro era aquele proveniente de Minas Gerais, região de históricas relações. O terceiro, aquele vindo de Viamão, que inflétia na paisagem através de Sorocaba e Itu, e importante eixo comercial de muares. O quarto, o vetor a partir de São Paulo, por onde vinham as determinações governamentais, as quais minimamente se faziam sentir.

Dentre todos esses, entendemos que o vínculo mantido com Minas Gerais era o mais significativo. Estavam em Minas os centros urbanos mais estruturados, o contato direto com o Rio de Janeiro e as maiores fontes de riquezas. Era de Minas Gerais que provinham as mercadorias importadas, os vestuários e os relatos da Europa. São Paulo, nesse tempo, era uma capital significativamente isolada, sem expressão econômica, distante do porto do Rio de Janeiro e desarticulada administrativamente. Os vínculos eram muito mais mineiros.

Por consequência, o foco do governo de Minas Gerais, que antes recaía exclusivamente sobre os núcleos urbanos estruturadores, começou a ser direcionado para esta região dos fenômenos marginais (SANTOS, 2017).

6.1 Por uma compreensão do território a partir da vivência

Peter Burke (2009) contribui à definição de fronteira apresentando três possíveis interpretações: a fronteira como uma barreira física, advinda da própria geografia; a fronteira acordada entre os homens e correspondente a seus territórios administrativos; e a fronteira como zona de contato, o local dos encontros, das trocas e das ressignificações.

Desde 1720 o leito do Rio Sapucaí já era entendido como a baliza natural dos territórios administrativos da Capitania de Minas Gerais e da Capitania de São Paulo. Portanto, uma fronteira estabelecida à luz da compreensão dos acidentes geográficos, associada a uma compreensão de território acordada entre governos.

Apresentamos a paisagem cultural como uma zona de contato, uma fronteira híbrida que potencializava a dinâmica social interna e de mercado. Assim, as três compreensões de fronteira se faziam presentes concomitantemente.

Porém, havia um fator determinante: a conjuntura territorial da Capitania de São Paulo estava novamente em momento de redefinição. O território paulista sofreu outras cisões a partir de 1738, com a criação da Capitania de Santa Catarina. A Provisão Régia de 9 de maio de 1748 desvinculou da Capitania de São Paulo os territórios que constituiriam as novas Capitanias de Mato Grosso e Goiás, ao mesmo tempo em que subordinava São Paulo às ações administrativas do Rio de Janeiro⁵⁹, o qual estava sob o comando de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadella.

No intuito de mapear e oficializar as divisas entre as Capitanias de São Paulo e de Minas Gerais, em 1749 Gomes Freire de Andrade ordenou ao Ouvidor de São João d'El-Rey, Tomaz Rubim, que fizesse a demarcação das divisas tendo por orientação os elementos geográficos tais como o Rio Grande, o Rio Mogi Guaçu, o Rio Pardo, o Rio Sapucaí, os cumes da Serra da Mantiqueira, a Serra de Mogi Guaçu, o Morro do Lopo, “ou por onde vos parecer”⁶⁰. As dificuldades técnicas do período implicaram numa imprecisão quanto à concretização desta demarcação, levando a um cenário de constantes conflitos entre as Capitanias (PARANHOS, 2011) pelas terras que se entendiam do Rio Sapucaí à Serra do Mogyguassu.

Para compreender este momento, é preciso resgatar alguns aspectos importantes sobre o governo português. Entre 1750 e 1777 esteve à frente do poder Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que introduziu mudanças no aparelho governamental de Portugal. Suas ações visavam aos aspectos políticos e administrativos, a fim de fortalecer a figura do rei tanto em Portugal quanto nas colônias. Procurou incentivar a produção nacional em Portugal, o fortalecimento do mercado interno e do mercado colonial, frente à concorrência estrangeira. Criou medidas para aumentar a arrecadação fiscal, além de uma especial atenção ao combate dos descaminhos das riquezas da Coroa por parte de comerciantes – levando à criação de monopólios e taxas a serem pagas. Criou as primeiras compilações do direito civil em substituição ao direito canônico, representando o primeiro passo dado no sentido de afirmar o Estado como entidade superior e autônoma frente à sociedade, inclusive à Igreja Católica.

⁵⁹ DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1896: XIV; 41

⁶⁰ DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1896: p. XIV; 41

Assim, no ano de 1759 Pombal extinguiu o regime de Capitânicas Hereditárias e incorporou as terras aos domínios da Coroa, além da expulsar a Companhia de Jesus dos territórios de domínio português por entender que estes atuavam contra os interesses do Estado. Oficializou o idioma português no Brasil, proibindo a fala da *língua geral*, muito utilizada pelos bandeirantes. Em 1763 transferiu a sede do Governo-Geral de Salvador para o Rio de Janeiro e em 1765 designou D. Luiz Antonio Botelho Mourão, o quarto Morgado de Matheus, ao governo da Capitania de São Paulo.

Morgado de Matheus ficou responsável pela aplicação de uma política administrativa que tinha por objetivo inserir São Paulo na lógica do mercado colonial, promover o adensamento da população em torno das unidades de produção e maior uniformidade cultural aos habitantes. O início deste governo pautado na restauração da autonomia da Capitania de São Paulo foi marcado por conflitos com o então governador da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, pela faixa de terras compreendida ao sul do Rio Grande e a oeste do Rio Sapucaí.

As ordens administrativas provenientes do Rio de Janeiro ordenavam a cobrança de cem arrobas de ouro sobre a Capitania de Minas Gerais em substituição à cobrança dos quintos reais. Luiz Diogo Lobo da Silva, conhecido como “pai dos pobres” (PARANHOS, 2007, p.) e pressionado pela população que se encontrava descontente com a instituição de tal imposto, teria então procurado uma forma indireta de amenizar a porcentagem de tributos cobrada aos mineiros, expandindo as fronteiras e ampliando o campo de arrecadação, segundo a interpretação que havia feito das marcações de Tomaz Rubim.

É importante lembrar que vale do Rio Sapucaí era cortado por um caminho oficial, que promovia a ligação dele às áreas mineradoras – permeava a Serra do Paredão e permitia o escoamento das mercadorias que abasteciam o centro de mineração. A partir de 1740 começaram a ser registradas algumas descobertas de ouro nessa região. Segundo Paranhos (2007), José Pires Monteiro teria descoberto ouro na margem esquerda do Rio Sapucaí em 1746, fato que possivelmente causou alvoroço e interesse nos moradores por aquelas terras e começou a aguçar os interesses de muitos, promovendo deslocamento para aquela região.

Portanto, de modo muito semelhante ao ocorrido no Caminho dos Goiazes, as requisições de sesmaria ocorreram mediante a notícia de possibilidade do ouro. A

presença de indivíduos culturalmente diferentes, a formação de assentamentos, os caminhos não oficializados que cortavam a paisagem, tudo isso também ocorria nessa porção e promovia a circulação de ouro.

A fim de confirmar as possibilidades de arrecadação, o governador Luiz Diogo teria feito um “giro”⁶¹ pelos confins da Comarca de Rio das Mortes – momento em que vivenciou a paisagem e compreendeu suas potencialidades, lançando sobre esta região os olhares do governo mineiro. O trajeto percorrido por ele corresponde ao território sobre o qual intentava expandir o recolhimento de impostos.

Passando pelo Rio Grande na Barra do Sapucahy, Luiz Diogo chegou a Jacuhy, onde tomou posse (violentamente – dizem as testemunhas do sumário de 1789) e publicou um Bando de instruções em que declarava que tinha reconhecido que a divisa pela demarcação de Tomaz Rubim terminava no Rio Grande no lugar chamado Desemboque, que parece ser um ponto no Rio Grande logo abaixo da barra do rio São João de Jacuhy, . Depois passou por Cabo Verde, Ouro Fino, Camanducaia (atual Bragança Paulista), Capivary, Itajubá, etc., estabelecendo registros em Jacuhy, Cabo Verde, Ouro Fino, rio Jaguary perto de Camanducaia e Itajubá. Dos lugares mencionados, Jacuhy, Itajubá e provavelmente Camanducaia estavam na posse dos Paulistas no civil, Cabo Verde no eclesiástico somente (com registro no rio Mundu, perto da atual cidade de Pouso Alegre), avançou proximamente até a linha imaginada por Tomaz Rubim pelo alto da Serra da Mantiqueira até o morro do Lopo e daí “acompanhado por um lado a estrada de Goyaz” até o Rio Grande. (DERBY, 1896: LII-III *apud* PARANHOS, 2007, p. 5)

Paranhos (2007, p. 7) comenta que o fato de Luiz Diogo ter feito tanta questão por essa faixa de terras a fim de ratear o peso do imposto cobrado da Capitania de Minas Gerais indica que ela tinha considerável importância econômica em meados do século XVIII, e por isso a resistência de Morgado de Matheus em abrir mão dela.

Na perspectiva em que nos lançamos à análise, algumas considerações se tornam fundamentais a fim de complementar nosso entendimento sobre esta vasta região.

A primeira delas diz respeito à interpretação que podemos fazer sobre o interesse apresentado por ambos os governadores por aquelas terras. Mediante o desenvolvimento de uma economia de subsistência e que tinha na paisagem e na dispersão o seu ponto de consolidação, temos por hipótese que essa região a oeste do Rio Sapucaí apresentava unidades de produção em quantidade significativa, as

⁶¹ Termo utilizado no documento referente ao caminho percorrido nos confins da Comarca de Rio das Mortes.

quais participavam efetivamente do grande mercado interno consolidado no interior da colônia.

Essas unidades produtivas possivelmente tiveram origem contemporânea a aquelas unidades verificadas às margens do Rio Mogi Guaçu, pois o fluxo de indivíduos era canalizado pelo Vale do Rio Mogi Guaçu e Pardo, os quais davam acesso ao Vale do Sapucaí e daí então ao caminho das minas – Caminho Velho. Portanto a produção rentável que se verificava nessa região era proveniente de um processo de fixação de indivíduos nessa paisagem.

Os indivíduos continuavam a ocupá-la segundo as potencialidades das terras, que eram muito propícias à plantação de milho, mandioca e pastagens principalmente. O tempo da colheita e do plantio e a oferta de pasto às criações promoviam um deslocamento natural compatível a esse tipo de produção, já inserida em uma lógica econômica. Como as dimensões eram vastas, a região apresentava grandes possibilidades de expansão de tais produções.

Por consequência, temos o vestígio da existência de uma rede de caminhos consolidada, implicando em melhor locomoção desses habitantes e uma conexão mais estruturada e organizada com o próprio mercado. Ao mesmo tempo em que isso facilitava o deslocamento dos produtos, também se tornava um atrativo bastante interessante aos muitos grupos de saqueadores que frequentavam a região e vinham somar à paisagem cultural novas características.

O estabelecimento (à força por parte do governador mineiro) de Registro em Jacuhy, Ouro Fino (1764) e Camanducaia (1764) claramente implicava no reconhecimento de um grande fluxo de pessoas pelos vales da Serra do Mogyguassu, denotando a efetiva comunicação existente entre as porções a leste e a oeste da serra, bem como a fatura de mercadorias que por ali circulavam.

Os registros, além de representar uma ação de afunilamento e maior controle e arrecadação de impostos sobre as mercadorias, eram também uma forma de conter os saques e desvios – visto que a existência deles implicava diretamente no alcance da meta do imposto cobrado a Minas Gerais.

Assim como Luiz Diogo, o Morgado de Matheus também intentava retomar a posse dessas terras, argumentando que boa parte do território de São Paulo havia sido abarcada pelo deslocamento do governador mineiro (PARANHOS, 2007, p. 8).

Dentro de uma política de restauração da autonomia administrativa, era a produção local a primeira forma de recolhimento de recursos fiscais que poderiam suprir as necessidades financeiras da Capitania. Perder aquela faixa de terras, onde a produção se mostrava consolidada e ativa, significava o atravancamento da meta paulista, instituída pelo próprio Marquês de Pombal.

Era necessário estabelecer maior controle sobre essas áreas de divisa, a fim de assegurar a posse administrativa de São Paulo, o que nos ajuda, em parte, compreender a política empregada por Morgado de Matheus quanto à fundação de novas vilas na Capitania de São Paulo durante o seu governo, várias delas erigidas em região de fronteira.

A questão referente ao desmembramento territorial-administrativo ocorrido na Capitania de Minas Gerais, sobretudo à região abarcada pelo governador Luiz Diogo, não são facilmente compreensíveis. Um subsequente desmembramento e incorporações territoriais são observáveis, dificultando em muito a localização de núcleos embrionários ou a identificação de bairros dispersos.

Contudo, vale lembrar que em 8 de março de 1749 o núcleo de Ouro Fino fora elevado a Freguesia, pelo bispo de São Paulo, apenas nove anos depois de Mogi dos Campos. Isso nos mostra que de igual modo a ocupação dessa região era significativa. Na publicação denominada “Fragmentos da História Eclesiástica de Mogi Mirim” consta a sugestão de que por volta de 1611 bandeirantes já percorriam todo o vale do Mogi Guaçu em busca de minérios. Tendo em vista a localização de Ouro Fino no vale deste rio, entre as serras do Mogyguassu, é de se supor que em tempos mais remotos já houvesse algum tipo de assentamento de suporte às incursões e que uma produção já ocorria ali há tempos.

Outros dois núcleos nos ajudam a melhor compreender essa região de contorno da serra: Cabo Verde e Caldas⁶². O coronel João de Souza Teixeira

⁶² Informações sobre os núcleos de Cabo Verde e Caldas foram extraídas do Almanach Sul- Mineiro para o ano de 1874.

realizou um levantamento, a pedido do governador da Capitania de Minas Gerais, a fim de contabilizar as arrecadações de dízimos sobre as produções na porção a oeste do Rio Sapucaí, que almejava englobar ao território mineiro.

Conforme conta no Almanach Sul Mineiro para o ano de 1874, o resultado foi um vasto relatório abordando as freguesias existentes, oferecendo ao governador um panorama sobre as produções executadas nessa área e confirmando o potencial econômico da região. No levantamento realizado para o triênio de 1762 a 1765, Cabo Verde é mencionada quanto à possibilidade de captação fiscal sobre a produção rural, assim como Caldas. Essa região, portanto, se mostrava economicamente ativa e renderia recursos ao governo de Minas, favorecendo a arrecadação das arrobas de ouro estipuladas.

É importante lembrar que nesse tempo o pagamento de dízimos sobre os produtos era realizado com ouro em pó – havendo produção, tributação e pagamentos, a coleta de ouro seria facilmente potencializada. Minas Gerais argumentou com o vice-rei que expandir as fronteiras sobre essa região seria uma forma de conter os revoltosos de Minas Gerais que se recusavam a pagar o imposto, pois teriam dividido com os “novos mineiros” o ônus da produção. Seria essa uma forma de silenciar e evitar futuras contendas.

O vice-reinado se manteve em silêncio durante um período que foi problemático para São Paulo. O argumento de que tal abarcamento das terras amenizaria os conflitos na Capitania mais rentável da América portuguesa pareceu surtir efeito. Por fim, acabou sendo concedida oficialmente a posse da porção correspondente ao Vale do Sapucaí ao território administrado mineiro, mas, durante o processo de litígio, Morgado de Matheus permanecia atuante na tentativa de reaver aquelas terras.

Antes da decisão final, e na tentativa de solucionar a situação conflituosa estabelecida entre as Capitanias e os próprios habitantes, que se viam administrativamente ora como paulistas, ora como mineiros, foi convocada uma junta composta das principais autoridades do Rio de Janeiro e das pessoas que melhor conheciam a região, em 12 de outubro de 1765. (PARANHOS, 2007. p. 8)

Curiosamente, nessa junta só constavam indivíduos que ocupavam postos oficiais em Minas Gerais e nenhum representante natural de São Paulo (PARANHOS, 2007. p. 8). Se atrelarmos este dado aos relatos redigidos por August de Saint-Hilaire em 1849, teremos uma clara exposição sobre quem eram esses mineiros que outrora ocupavam os postos oficiais. Não eram os “novos mineiros” incorporados pelo governador Luiz Diogo – esses, roceiros rudes do campo – e sim, na verdade, aqueles participantes de uma dinâmica urbana compatível com as cidades civilizadas pelo surto minerador.

Os mineiros que participaram da junta de 12 de outubro de 1765 eram, portanto, os indivíduos já associados aos modos de vida de um núcleo urbano consolidado e por isso então o certo *bairrismo* do qual acusaram Pedro Paes Leme quando este, mesmo tendo nascido em São Paulo, se posicionou a favor dos mineiros quanto à questão das divisas – era um funcionário do governo de Minas Gerais, portanto inserido completamente na dinâmica urbana e não na rural.

Os habitantes dessa região de disputa entre os governantes eram em sua essência homens do campo, sem o polimento do homem da cidade e, portanto, entendidos como sendo “rudes”, “brutos” e “ignorantes”, conforme descreveu Saint-Hilaire. Não que assim eles se autodenominassem, mas como os outros – provenientes de outra cultura – os enxergavam (LARAIA, 2009, p. 22).

Daí então provém a unidade que entendemos existir quando analisamos o entorno da Serra do Mogyguassu – uma unidade fomentada pelas características naturais e potencialidades da terras, mas, sobretudo, assegurada pelo modo de vida e tipo social que ali se desenvolveu.

O longo quadro de supressão econômica vivenciado pela Capitania de São Paulo teria então potencializado a consolidação desse *modus operandi* – fomentando a não estruturação política dos seus habitantes, um certo isolamento e dispersão justificáveis pelas necessidades da vida no campo e hábitos cotidianos característicos. A produção de subsistência dialogava com o sustento do mercado interno, estabelecendo uma rede de comunicação que também lhes servia como fonte de notícias sobre um mundo civilizado.

Os que participaram da referida junta eram essencialmente mineiros ou indivíduos com profundos laços políticos naquela Capitania, expondo assim a diferença de articulação existente entre estes dois grupos – os civilizados e os habitantes do sertão. O foco das atenções e das preocupações entre esses dois grandes grupos eram divergentes, bem como os interesses e ações em defesa deles. Havia aí uma fronteira, que se configurava administrativamente, mas preexistia quanto aos seus aspectos culturais e atribuía a essa paisagem o significado de contato e transição – e até então era representada fisicamente pelo Rio Sapucaí.

A consequência desse processo foi a coexistência de uma paisagem cultural consolidada à repartição territorial da mesma quanto aos aspectos administrativos. A partir daí um novo marco foi estabelecido, projetando sobre a paisagem um contexto ambivalente: a estrutura social-territorial caipira e a estrutura administrativa dos governos paulista e mineiro.

6.2 Intersecções e rede urbana: o território administrativo e o território das vivências

Apesar dos litígios entre São Paulo e Minas Gerais sobre o domínio dessas terras, o estabelecimento de uma divisão administrativa não impunha sobre a paisagem uma desunião cultural. Apesar da política de fundação de vilas instituída por Morgado de Matheus intentar, entre outras coisas, instituir representatividade e tornar o homem rude do campo mais polido (CANDIDO, 2017, p. 51), ela alterou a essência dos modos de vida.

Com as vilas vieram Casa de Câmara e Cadeia, pelourinho e tudo o que eles representavam: a fiscalização, as leis, o controle sobre a população, as ações administrativas, um território administrativamente mais definido, a representatividade política e a consolidação de uma certa elite rural. Contudo, a vila era o local do encontro e não a essência da vida desses indivíduos, que continuavam se organizando em torno de comunidades, cada vez mais agrupados em torno dos interesses em comum.

A ocupação dispersa, os muitos caminhos de comunicação, a intensificação dos vínculos sociais e uma mobilidade que gradativamente adquiriu novos significados: a política iniciada com Morgado de Matheus pouco a pouco alterou o quadro daquela paisagem, e, ao passo que introduziu novos elementos e valores, fez surgir uma compreensão de que o campo e a agricultura eram valorosos. Em uma sociedade em que as lógicas do convívio social foram desenvolvidas a partir das necessidades locais e de forma adaptada às possibilidades do meio no qual estavam inseridos, a inserção de novos elementos reguladores por parte do governo potencializou o enraizamento desses indivíduos, mas não a completa alteração de sua cultura.

A ação civilizatória intensificada a partir da fundação de novas vilas era uma maneira de contornar e, quiçá, resolver efetivamente alguns problemas. “Tornar o homem do campo mais polido” correspondia em alterar o quadro social, promovendo uma maior articulação deste cenário à dinâmica externa de mercado.

O governo de Morgado de Matheus instalou sobre a Capitania de São Paulo um aparelho administrativo voltado ao gerenciamento do território e da própria sociedade, demonstrando profundo afinamento com os propósitos de Marquês de Pombal para Portugal e suas colônias. A fundação de vilas e freguesias nas regiões de fronteira administrativa entre São Paulo e Minas Gerais, além de fomentar a administração das terras e dos indivíduos que habitavam naquelas paragens, era uma forma de também demonstrar o domínio frente aos avanços do governo mineiro que já se mostrava afoito para o abarcamento de terras.

Nesse sentido, o cravejar de vilas sobre o território paulista denotava um pensamento estratégico de dominação territorial herdado da cultura europeia, onde a *civitas* correspondia á expressão máxima da organização de uma sociedade.

Com as vilas e freguesias, avançou sobre o território uma rede administrativa, que por sua vez correspondia ao fragmento de uma rede urbana em formação. É preciso compreender que antes deste fragmento se instalar na paisagem, outro preexistia e apresentava uma noção própria sobre o que era ser urbano. Este era o substrato necessário à instalação do segundo. Portanto o que podemos denotar é a justaposição de lógicas originárias de perspectivas diferentes e correspondentes a

uma interpretação sobre o urbano. Nesse sentido, as vilas simbolizavam um ponto de intersecção – ao passo em que eram pilares fundamentais aos interesses de controle e fiscalização do governo, também eram os locais oficializados de troca e das articulações daquele tipo social forjado no sertão que orbitavam a sua volta.

Os incômodos que uma população dispersa causava ao governo português eram grandes: dificuldade de controle, contrabando, desvio das riquezas da Coroa, sonegação de impostos e atos de violência permeavam a paisagem e obstruíam a consolidação de uma economia mercantil. Além disso, o sertão representava um problema porque era o local da não atuação do governo frente a uma população articulada e ambientada a ele.

O discurso precisava ser completo. Era necessário ocupar oficialmente as áreas mais apartadas para garantir o controle por meio de uma estratégia que visava agrupar os indivíduos dispersos em torno de centros urbanos, fazendo-os se fixarem a partir do despertar de um interesse: a possibilidade de obtenção de maiores rendimentos financeiros – sobretudo para a Coroa.

Assim, associado à política de fundação de novas vilas e freguesias, Morgado de Matheus lançou sobre as terras paulistas o incentivo à produtividade econômica em maior escala, incidindo sobre a paisagem uma ação potencialmente transformadora.

A produção de cana já era bastante conhecida e dominada pelos portugueses, sendo praticada nas demais colônias, e assegurava aos cofres da Coroa significativos lucros. A familiaridade que o colonizador detinha com essa técnica produtiva se atrelava à paisagem natural, a qual se mostrava propícia ao cultivo e expansão. Outro fator a ser levado em consideração foi o declínio das atividades de mineração, que acabava por introduzir nessas terras “novos reentrantes”. Sem uma ação eficaz, estes se somariam aos habitantes dispersos, viveriam à margem das fiscalizações e aumentariam, possivelmente, os quadros de contendas e descontrole populacional.

Contribuía para o discurso canavieiro a estreita relação que habitantes do sertão já apresentavam com a produção agrícola. O quadro econômico internacional também era favorável. A guerra libertária das colônias norte-americanas contra o

domínio inglês e a luta pela independência do Haiti – naquele tempo uma colônia francesa – colocavam em déficit a produção de açúcar voltada ao mercado internacional, suscitando uma conjuntura muito favorável aos cofres portugueses.

Conforme expôs Maria Thereza Schorer Petrone (1969), com o passar do tempo, o desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo apresentou grande expressividade em uma região compreendida pelos núcleos de Jundiaí, Sorocaba, Piracicaba e Mogi Guaçu – região que a autora chamou de “quadrilátero do açúcar”, por remeter à forma de um quadrado não perfeito que continha a região mais economicamente ativa daquele mercado.

Os engenhos de açúcar foram introduzidos segundo a estrutura-modelo dos engenhos já existentes no nordeste brasileiro, onde a mão de obra escrava era essencial à produção. Algumas consequências desse processo foram rapidamente sentidas: a lavoura de açúcar era transportada por animais até o porto, fazendo da criação do gado de muar uma atividade ainda mais atrativa. Em uma região onde essa atividade já se mostrava presente, foi observada sua intensificação, associada aos tipos sociais já habituados ao amansamento destes animais. Esta atividade agrícola também implicou em um aumento considerável dos indivíduos negros no cenário paulista (PETRONE, 1969), elevando o número de assentamentos quilombolas nos arredores e abrindo margem para um mercado interno ainda mais entranhado. Além disso, acentuaram-se os ritos culturais desses indivíduos, configurando um quadro de profundo sincretismo.

A organização territorial e da sociedade em uma estrutura constituída por uma rede de cidades, vilas e freguesias também contribuiu para afirmação das práticas religiosas, o que fomentou um quadro ricamente diverso do ponto de vista do imaginário popular. Misturaram-se crenças e saberes, o que conferiu aos elementos da paisagem novos significados que igualmente norteavam aqueles indivíduos na espacialidade. Novas fronteiras da micro-hierarquia foram definidas e tantas outras deixaram de existir. Apesar das alterações, o imaginário continuava a colorir e atribuir contornos ao território que aqueles indivíduos entendiam ser seu – o que não significava uma compatibilidade com a visão do governo.

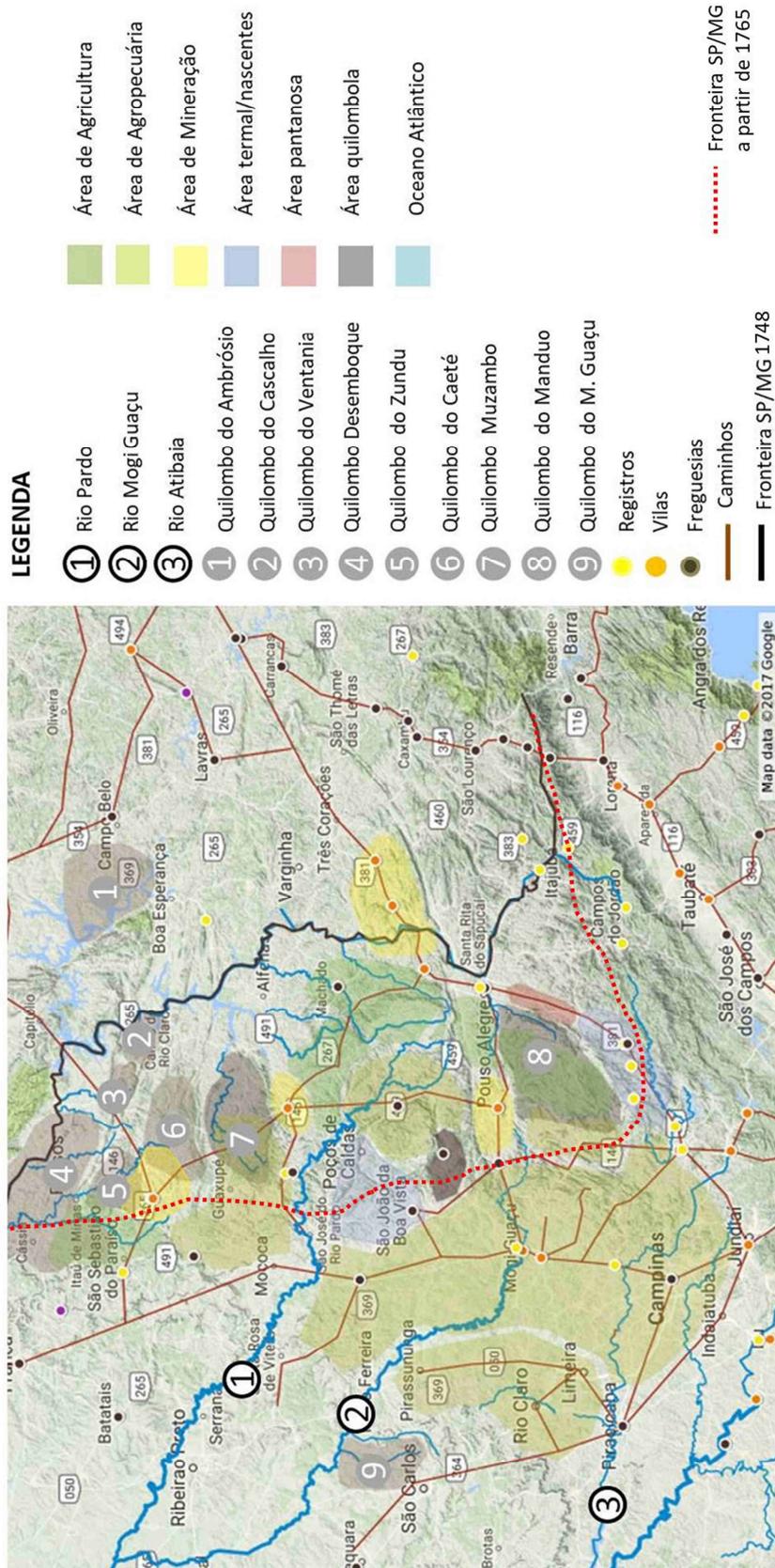


Figura 32 Quadro síntese da paisagem cultural na passagem do século XVIII para o século XIX

Fonte: Elaborado pela autora.

A produção canavieira em São Paulo foi uma produção que a princípio não se mostrou tão rentável, devido às dificuldades de transporte até o porto, tendo de enfrentar as intempéries, os rios e as serras. Contudo, esta produção foi paulatinamente se consolidando e fazendo nascer com ela uma rede de infraestrutura necessária ao seu sustento (PETRONE, 1969).

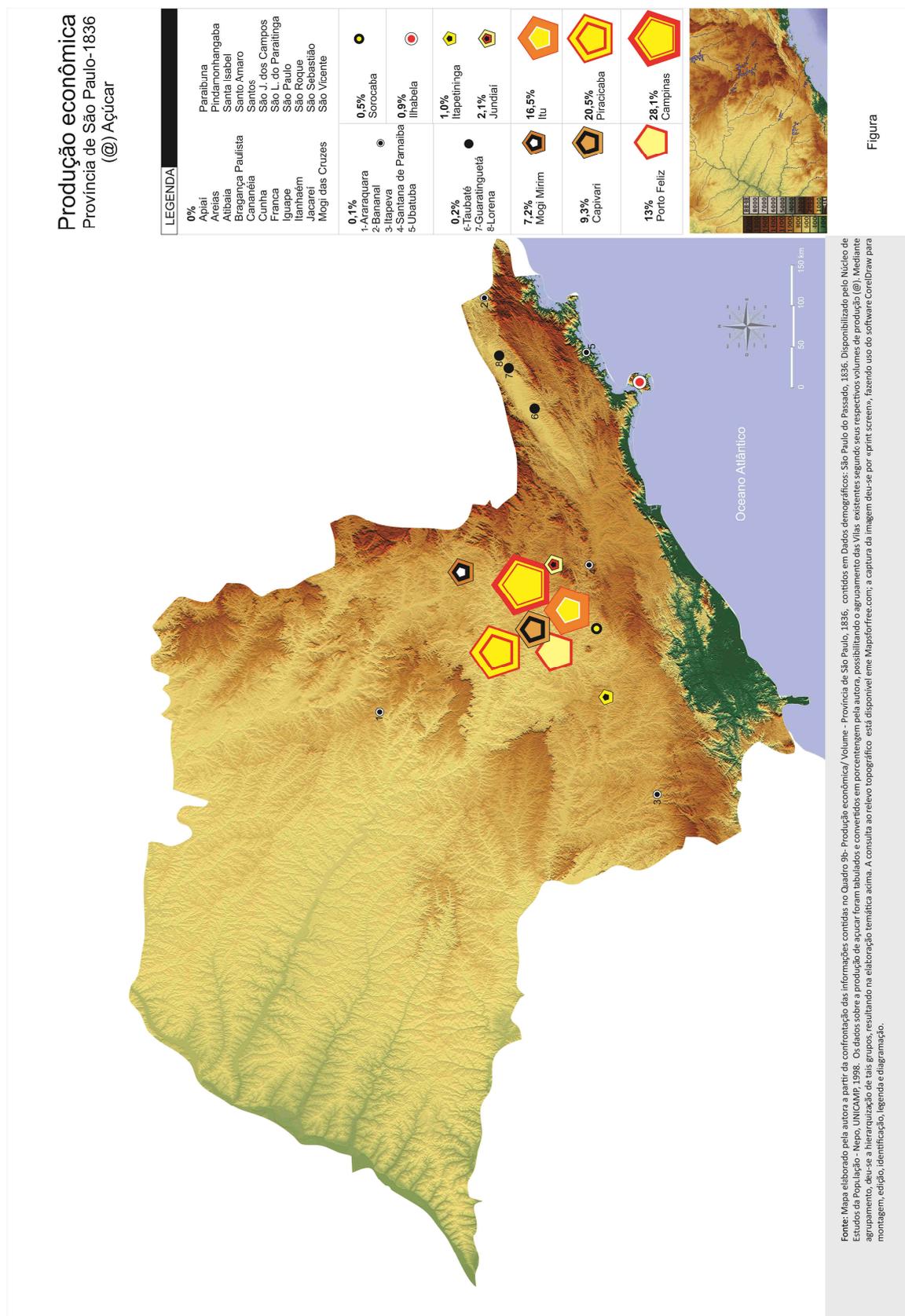
Além de promover uma ressignificação da agricultura – antes vista de modo depreciativo dado o impacto da *civilidade* decorrente das atividades de mineração –, a exploração da cana conferiu novos valores à sociedade, ocasionando o aparecimento uma nova camada social que era a elite açucareira. Petrone (1969) comenta que

Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma modificação completa de valores econômicos e sociais. A agricultura, que antes do ciclo do açúcar, não raro era considerada degradante, deixa de sê-lo (...) O ser senhor de engenho, como mais tarde, o ser fazendeiro de café, eleva a pessoa à mais alta classe, à classe dominante, da qual dependem todas as outras e de cuja influência escapam apenas alguns elementos, tais como os fazendeiros de gado. (PETRONE, 1969)

O núcleo de Mogi Mirim foi elevado ao foro de vila no ano de 1769, em resultado da política administrativa iniciada por Morgado de Matheus. Nas proximidades, pouco tempo depois a Freguesia de São Carlos (atual Campinas) igualmente fora elevada a tal status, em 1774. Mesmo com a proximidade, os contextos em Mogi Mirim e Campinas eram diferentes.

Se a segunda encontrava-se inserida naquela região onde a produção açucareira despontava e ditava os ritmos da sociedade, fazendo-a participar de uma economia pautada na monocultura, a região que se estendia a partir de Mogi Mirim, além de apresentar um número mais elevado de cursos hídricos que conseqüentemente implicavam em encarecimento do produto, também conservava estreitas relações com o mercado interno por meio de uma agricultura que continuava diversificada.

Figura 33 Produção de açúcar em São Paulo



Além disso, a criação de gado apresentava grande concentração nessa região, ocasionando o quadro apresentado por Petrone (1969) quanto ao escape das influências dos senhores de engenho. O vértice representado pela Vila de Mogi Mirim era, então, um campo de dualidade e mais uma vez se configurava em uma fronteira quanto às lógicas de mercado praticadas.

Isso não significa dizer que a região não participava do quadro econômico suscitado pela lavoura canavieira. Ao contrário: August de Saint-Hilaire, ao percorrer a região apontou para a existência de 39 engenhos de açúcar no território da vila de Mogi Mirim – incluindo-se aí outras freguesias a ela subordinadas. Contudo, apesar do número significativo, a atuação dos engenhos era diferenciada. A aguardente, principal produto fabricado, abastecia o mercado interno, do qual essa região já participava desde data anterior.

A conjuntura econômica da Capitania de Minas Gerais também estava passando por uma alteração significativa: o declínio da produção aurífera impunha à população a necessidade de uma reorganização da produção, fazendo da agropecuária uma atividade extremamente interessante e viável.

As condições geológicas existentes a oeste do Rio Sapucaí eram compatíveis à criação de animais, acarretando em uma redistribuição interna da população e dos recursos econômicos. A consequência sobre a paisagem humana foi a acentuação de indivíduos “civilizados”, isto é, urbanos, provenientes de áreas enriquecidas pelo surto minerador.

August de Saint-Hilaire descreveu a distinção por ele percebida; relatou sobre as casas, o modo de vida, as vestimentas e costumes existentes entre eles. A alteração da atividade econômica promoveu a intensificação daquele antigo vetor de urbanização proveniente de Minas Gerais. A região a sul do Sapucaí foi palco de um contato direto com os indivíduos do meio urbano que agora buscavam na agropecuária o seu sustento.

Por consequência desse redirecionamento econômico, verificou-se igual processo de consolidação do território administrativo – a fundação de novas vilas pelo governo mineiro também avança em sentido às terras do sertão. *Sete novas vilas erigidas se situavam em notáveis zonas agrícolas e eram importantes polos*

comerciais, como também pontos estratégicos para a conquista de zonas extremas e para a defesa de suas fronteiras administrativas. (CHAVES, 2013). Foram elas Tamanduá (Tapecerica), 1789; Queluz (Conselheiro Lafaiete), 1790; Barbacena, 1791; Campanha, 1798; Paracatu, 1798; Baependi, 1814; e Jacuí, 1814.

Buscaremos, a partir daqui, analisar as relações entre o meio rural e o urbano, frente ao processo de sucessivas transformações que se desenrolaram no decorrer do século XIX.

PARTE 3

A modernidade que vem do sertão

1. O despontar de uma noção de urbano

Conforme apontado por Petrone (1969), a produção canavieira foi intensificada em São Paulo nos primeiros anos do século XIX, mais especificamente a partir de 1802, durante o governo de António Manuel de Melo e Castro de Mendonça. A continuidade dessa política econômica foi assegurada pelo sucessor, o governador António José da Franca e Horta, que incentivou os avanços da monocultura sobre o sertão e procurou administrar o território, dando prosseguimento ao processo de fundação de novas vilas.

No que tange à paisagem mogiana, temos algumas consequências que procuraremos demonstrar mediante o levantamento sobre alguns novos bairros dispersos que desde o início do século começaram a aumentar em quantidade na região. Importante lembrar que havia aí uma relação entre produção e habitantes que era por vezes conflituosa.

O sertanejo ocupava uma região, desmatava, preparava o solo por meio da coivara e produzia para o seu sustento. Porém, à medida que a produção canavieira avançada sobre o sertão, tomava para si as terras já preparadas pelos posseiros. O posseiro era um sujeito livre, habituado ao sertão, que tinha as terras ao seu dispor. (CANDIDO, 2017, p. 56) Permanecer no local antigo era a sentença de ser englobado por uma dinâmica patriarcal e escravagista, marcada pelo trabalho compulsório e obediência ao senhor de engenho, atitude esta que o posseiro não tinha interesse em se sujeitar. Acostumados à liberdade, ao seu próprio modo de vida, à desnecessidade do trabalho e tendo o sertão à sua frente, esses indivíduos passam a adentrar cada vez mais o interior do sertão, dando origem a bairros rurais dispersos. (CANDIDO, 2017, p. 57)

Da dinâmica da mobilidade é forjado um território vivido, marcado por laços de afetividade, parentesco e amizade – fomentando uma rede de sociabilidade que conferia forma e significado ao meio que habitavam. Em meio a eles, aqueles tantos outros indivíduos que gradativamente somavam-se ao sertão e acabavam por balizar e intensificar os deslocamentos.

Selecionamos, a princípio, nove bairros rurais cuja origem esteve diretamente relacionada a esse processo de expansão canavieira. Procuraremos demonstrar que, apesar da produtividade e tipos sociais variados, o modo de viver e de ser do sertanejo mogiano era evidenciado. Esses bairros passaram por transformações no

decorrer do tempo, sendo alguns elevados a freguesia. Contudo, a origem rustica se fazia presente mesmo frente aos impulsos civilizadores.

1.1 O bairro Montevideo (SP)

A toponímia Montevideo faz referência a um bairro rural localizado em local mais elevado em relação ao núcleo central de Mogi Mirim. O termo Montevideo corresponde ao “monte da visão”, revelando para nós uma situação topográfica privilegiada. Ao nos atentarmos para os nomes dos bairros mais antigos do atual município de Mogi Mirim, deparamo-nos com o “bairro do mirante”, que já constava nos registros do Engenheiro Garcia Redondo, datado do ano de 1886.



Figura 34 Bairro Montevideo

Fonte: elaborado pela autora

Segundo os registros da Prefeitura de Mogi Mirim, este bairro teve origem a partir do entroncamento de caminhos que conduziam ao bairro Cachoeira e Macucos⁶³. Os registros da Diocese de Amparo apontam para a origem da vida religiosa no bairro, a qual foi fomentada pela colocação de uma cruz de madeira para onde os agricultores costumavam se dirigir a fim de lavar a sua base, simbolizando o pedido por chuvas que beneficiassem a plantação.

⁶³ O bairro Macucos deu origem ao núcleo urbano de N. S. da Penha do Rio do Peixe, posteriormente denominada de Itapira (SP)

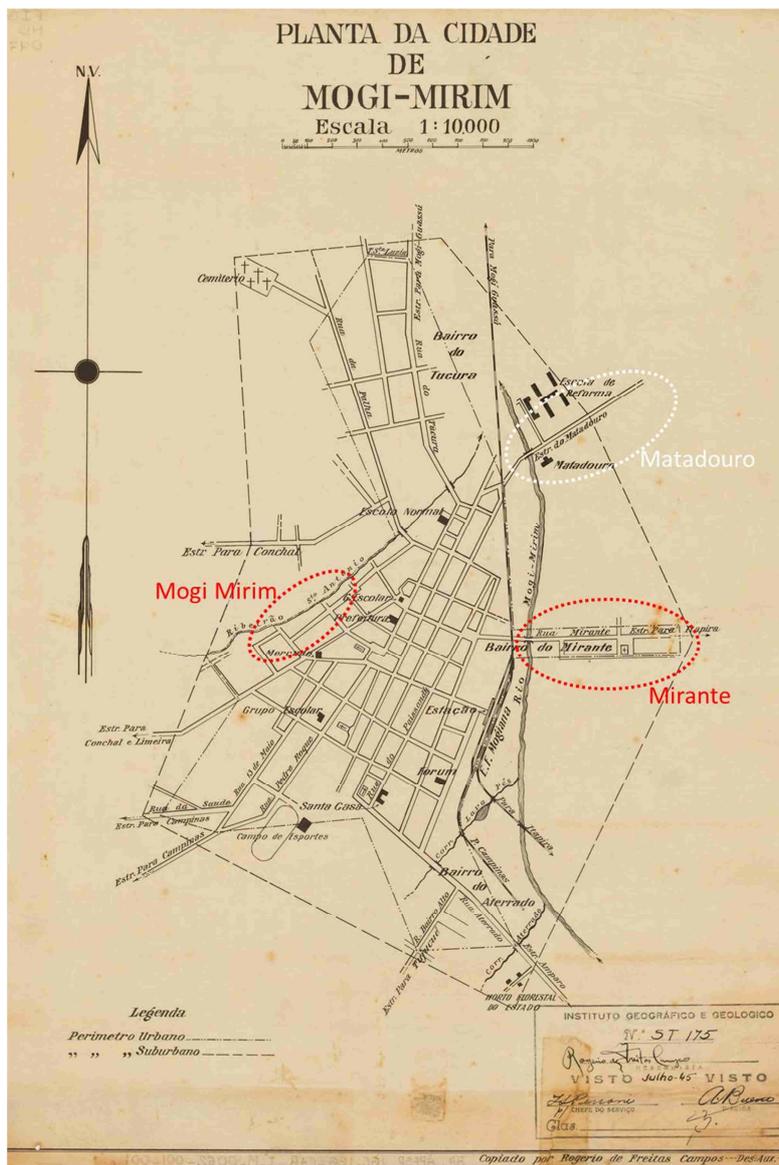


Figura 35 Planta da Cidade de Mogi Mirim com a identificação do possível Bairro Montevidéo

Fonte: Memorial do Engenheiro Garcia Redondo, 1836. Acervo CEDOC Mogi Mirim

Tendo em vista a religiosidade lúdico-cristã tão presente entre os sertanejos, o posicionamento entre os caminhos que conduziam aos bairros vizinhos e os registros da Prefeitura Municipal e da Diocese de Amparo, temos que o referido bairro do Mirante correspondia às paragens onde havia se formado o Bairro Montevidéo. A presença de cruzeiros pelos caminhos era uma realidade nesse cenário em que a devoção, o temor e o misticismo eram tão imbricados. Fosse por questões da plantação ou em função de mortes ocorridas pelos percursos, esses locais eram dotados de uma sacralidade sinalizada pela presença da cruz.

Na porção correspondente ao norte da Serra do Mogyguassu, igualmente nos deparamos com registros de assentamentos originários a partir da construção de uma cruz e da relação deste elemento simbólico cristão com a dinâmica de produção desses núcleos dispersos. Segundo o “Almanach Sul-Mineiro”, esse cenário estava presente nas proximidades de Baependi (MG), Pouso Alegre (MG) e Ouro Fino (MG).

1.2. O bairro dos Macucos (SP)

Tendo em vista que as primeiras notícias de ocupação das margens do Rio Mogi Guaçu remontam a meados do século XVII, verificamos que nesse período outros aglomerados se formaram, como o bairro dos Macucos. O primeiro registro sobre posse de terras nesse local remonta a 1716, quando uma sesmaria foi concedida a Manoel Pereira, o Velho (PRADO, 2001). A proximidade desta data com aquela outra na qual é estimada a abertura do Caminho dos Goiazes (1682), pelo primeiro Anhanguera, mostra que a intensificação dos assentamentos na região seja consequência da especulação pelo ouro.

Os seus primeiros habitantes se caracterizavam por posseiros e homens livres que cada vez mais adentravam os sertões em busca de terras produtivas, dado o caráter de economia de subsistência por eles praticado. Prado (2001) aponta para uma produção variada nessa localidade, contando com milho, feijão, mandioca e arroz, além da caça e pesca.

O bairro dos Macucos se localizava próximo às barrancas do Rio do Peixe, em região de encosta da Serra do Mogyguassu, nas proximidades do grande vale que cortava essa serra. Não se tem registros de capelas erigidas nesse momento, demonstrando que a mais próxima era aquela do então bairro Mogi Mirim, onde o segundo Anhanguera teria participado de uma comemoração religiosa no ano de 1721 antes de partir em busca do ouro em Goiás. Nesse contexto, a presença de um catolicismo popular, profundamente associado às místicas daquela região se fazia presente.

Esses habitantes foram importantes para o combate e a expulsão dos indígenas, mas não que isso fosse um ato heroico. Realizavam as empreitadas em defesa de seus interesses e sobrevivência, bem como desmatavam e faziam a queima (coivara) para o preparo do solo ao plantio.

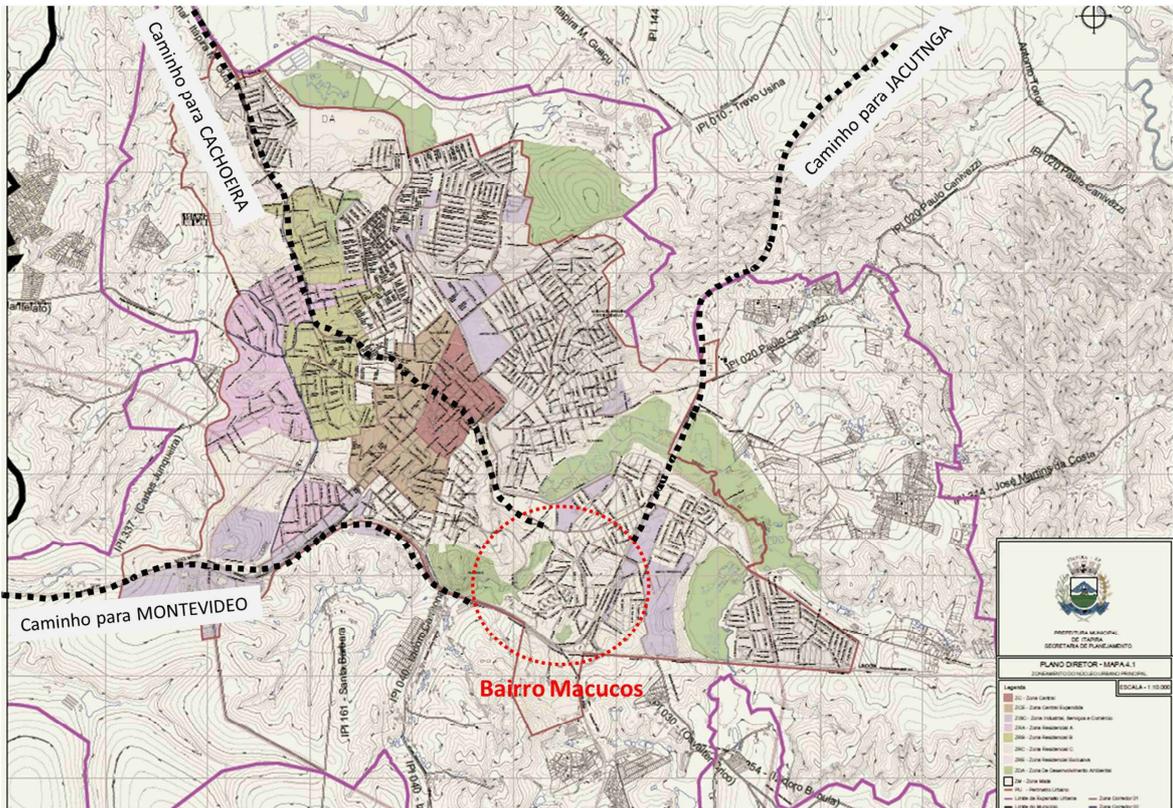


Figura 36 Identificação do bairro Macucos e caminhos de acesso

Fonte: Mapa de Zoneamento do Município de Itapira, disponibilizado pela Prefeitura Municipal. Sobre ele foram demarcados os caminhos de acesso aos antigos bairros de Montevideo (pertencente à atual Mogi Mirim) e Cachoeira (pertencente a Mogi Mirim e com acesso direto a Mogi Guaçu). Destaca-se também o caminho para Jacutinga, cujo vale dava acesso à região norte da Serra do Mogyguassu e daí aos caminhos para as áreas de mineração.



Figura 37 Vista panorâmica do Vale do Mogi Guaçu, a partir do bairro dos Macucos

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/ac/Panoramica_da_estrada_para_Jacutinga_-_MG.jpg

Para além da menção, não encontramos dados que comprovassem a data de construção da primeira capela nesse bairro, embora seja sabido que foi erigida. Os impulsos modernos sobre essa região implicaram em uma inicial ressignificação da paisagem, marcando o bairro dos macucos pelas ações de resistência aos avanços da lógica civilizadora. A história trata desse bairro iniciando sua história pela fundação da primeira igreja Matriz, no ano de 1840.

Frente ao ideal expansionista e progressista sustentado pelo governo, e a inserção da monocultura canavieira, teriam chegado à localidade alguns personagens de pensamento transformador prontos a inserir o potencial natural daquelas terras na lógica produtiva moderna. O comendador João Cintra, relatado na história local como o “civilizador moderno”, teria mandado derrubar a antiga capela e construir uma nova, na qual seriam realizadas missas frequentes. Conforme apontou Prado (2001, p. 44), foi nesse momento que alguns conflitos de resistência de estabeleceram nesse bairro, pois as atitudes do comendador se sobrepunham à fé cristã daqueles sertanejos. As elaborações eruditas da Igreja Católica não condiziam com as práticas religiosas e crenças por eles desenvolvidas em meio ao ambiente. Era uma ação que em muito fazia lembrar a catequização daqueles primeiros indígenas pelos padres jesuítas.

As falas do padre impunham a essa população forjada pela desnecessidade do trabalho compulsivo uma lógica imperativa de obediência e trabalho, “o trabalho para o Senhor”. A questão fundamental é que à medida que a monocultura avançava sobre a região, esses sertanejos perdiam as terras das quais tiravam sua subsistência. Se não por grilagem, pela própria força física, levando a vários casos de assassinato na região. (PRADO, 2001, p. 46)

Por mais que o Projeto de Modernidade visasse à desvinculação entre Estado e Igreja, em Macucos o que acontecia era a Igreja sustentando o discurso da acumulação primitiva, “em nome do Senhor”, ao passo que garantia os interesses de uma economia cada vez mais integrada ao mercado internacional.

O comendador Cintra era um “forasteiro” sob a égide civilizatória. Assim como ele, tantos outros adentraram os sertões e promoveram mudanças. As ações de Cintra para o “progresso” do Brasil foram bem vistas por D. Pedro II, o qual o condecorou com a distinta Ordem da Rosa. Predominou nesse cenário de Macucos

a associação entre Igreja e economia latifundiária de monocultura e mão de obra escrava, com a posterior inserção das ferrovias para o escoamento da produção.

Após a chegada dos homens da civilidade, esses sertanejos tiveram quatro possíveis destinos, segundo Prado (2001, p.47): 1. Legitimar juridicamente suas posses e viver como sitiantes; 2. Tornar-se agregados nas terras onde antes desempenhavam o trabalho livre; 3. Recorrer à mobilidade característica para buscar mais adiante novas terras ainda não inseridas na dinâmica dos latifúndios; 4. Permanecer no povoado, desempenhando algum serviço urbano.

O caso do bairro dos Macucos é de fundamental importância para a compreensão de um quadro que se desenrolou em toda a paisagem mogiana, frente aos avanços modernizantes que intentavam desconstruir criativamente uma imagem tida por retrograda e atrasada, e fazer valer sobre a região uma nova lógica em que esses sertanejos estivessem inseridos naquela totalidade almejada, chamada nação.

Desvinculá-los de suas crenças e fazer valer o trabalho sob os desígnios de Deus era uma maneira de desmistificar aquele povo e ambiente, dotando-os de uma racionalidade moldada aos interesses econômicos vigentes.

1.3. O bairro das Caveiras (SP)

Diferente do ocorrido no bairro dos Macucos, o bairro das Caveiras, também citado no relatório do padre Xavier de Mattos, em 1751, permanece como bairro rural até os dias atuais, sendo referenciado no Mapa de Zoneamento da Prefeitura Municipal de Engenheiro Coelho⁶⁴.

Não conseguimos localizar registros sobre a sua ocupação ainda no século XVIII, contudo, pela análise do referido mapa, nos é possível observar que Caveiras também se localizava próximo a cursos hídricos. No entanto, distancia-se de rios mais volumosos, tirando proveito dos entroncamentos de pequenos riachos.

Datam de 1835 e 1836 duas contagens sobre a população, realizadas pelo governo, em que o bairro das Caveiras foi mencionado. Da análise de tais

⁶⁴ Disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Engenheiro Coelho.

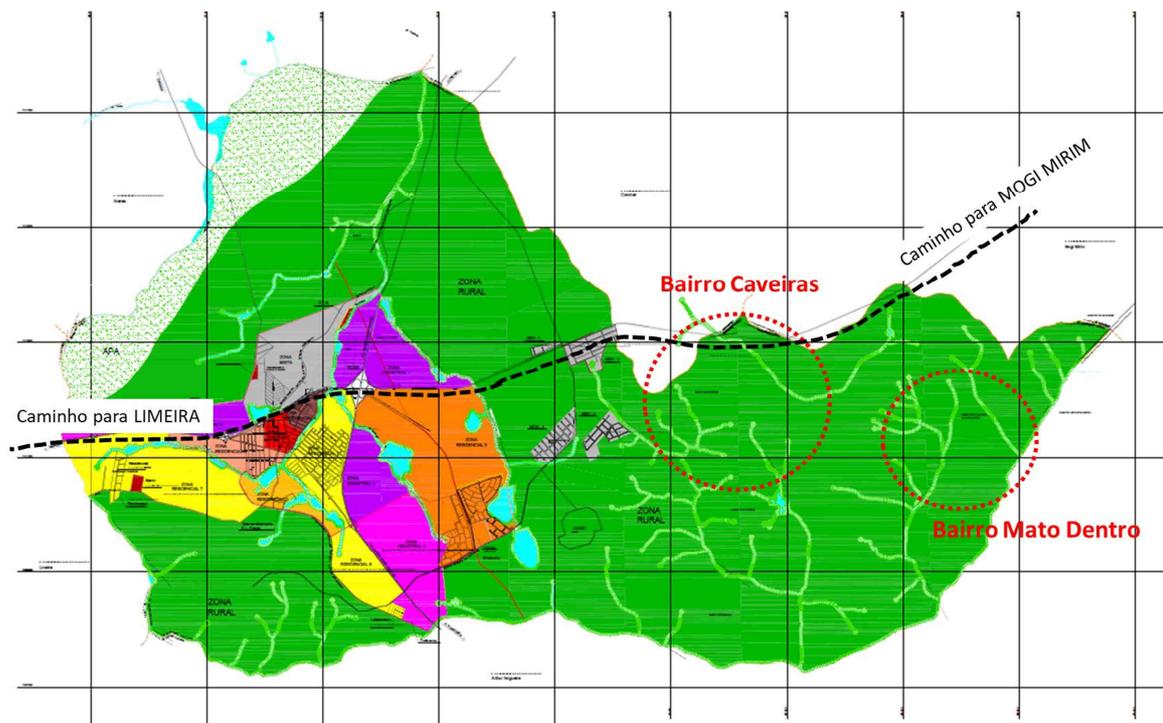
documentos pudemos observar, tanto em um quanto em outro recenseamento, o predomínio da agricultura entre esses moradores: plantações de milho, feijão, arroz e algodão com eventuais criações de porcos. Tais maços de população têm seus dados organizados por número de fogos e o referente ao ano de 1835 aponta para uma quantia de 32 fogos habitados por famílias brancas e negras livres.

Entre os brancos estavam as maiores produções, e, além do milho e algodão, o arroz e o feijão eram diferenciais. Dentre esses, dois fogos nos chamaram a atenção. O primeiro deles, enumerado como “fogo nº 1”, era o de Francisco Antônio, de 54 anos, branco, que contava com 18 escravos na média de 32 anos de idade e 11 agregados, sendo 10 brancos e um pardo. O segundo, é o de José Luis de Moraes, “fogo nº 3”, casado, com dois filhos, quatro agregados e 26 escravos. Francisco Antônio e José Luis detinham as maiores produções do Caveiras frente aos demais, que eram compostos predominantemente por negros livres.

Entre os fogos habitados por negros livres, as produções se restringiam ao milho e ao algodão. O tipo de produção desenvolvida atrelava-se às características naturais da localidade, pois o solo bem drenado e com baixo teor de argila possibilitava a diversificação produtiva.

Contudo, o bairro era ligeiramente distanciado do Caminho dos Goiazes, fazendo com que ele não fosse apontado nas cartografias antigas. Seu afastamento do caminho também se relaciona à composição de sua população, em maioria de negros livres. Além do refúgio que as matas proporcionavam, esses indivíduos livres não se subordinavam à lógica escravista que dominava a região. É importante lembrar que nesse tempo Mogi Mirim já era vila, e enquanto núcleo central do poder administrativo, representava um epicentro propulsor de urbanidade para o sertão (POLITO, 2013) e o aparelho do governo. O negro livre tinha o sertão à sua frente e não precisava participar diretamente daquele meio urbano – apesar de ter relações com ele por meio da sua produção.

Figura 38 Localização do bairro Caveiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Engenheiro Coelho. Mapa de zoneamento municipal em que constam as áreas rurais. Sobre o mapa foram acrescentadas as identificações do caminho que levava à Mogi Mirim e, em destaque, o bairro Caveiras.

Mas os mesmo laços de afetividade que se faziam presentes entre esses indivíduos, também unia o bairro das Caveiras ao núcleo urbano. A família Moraes era antiga na região, tendo este sobrenome circulado entre os seus primeiros habitantes; além disso, tinham laços de parentesco com os Moraes do núcleo de Amparo (SP). João Francisco do Prado também simboliza esses laços que indefiniam as delimitações entre o urbano e o rural, dado que entre a sua família figuravam grandes agricultores à época. Assim como José Luís, era descendente de Francisco Xavier do Prado, antigo vereador também participante da cerimônia de fundação da Vila de Mogi Mirim⁶⁵.

O caso do bairro das Caveiras nos ajuda a compreender outras questões participantes desse processo de reconfiguração territorial. Enquanto o ideal modernizador avançava e convertia antigos núcleos em centros de governo, outros,

⁶⁵ O memorial do Padre Xavier de Mattos está inserido em: “ São José de Mogi Mirim – 1751 a 1º de novembro de 2001, publicação comemorativa.

como Caveiras, se mantinham sutilmente afastados, mantendo laços tanto com a vila quanto com o sertão.

Conforme observado por Auguste de Saint-Hilare (1976, p. 77), em áreas onde havia imensas *extensões de terras despovoadas, o excedente da população espalhava-se por elas, formando novos núcleos*. Ele comentou também sobre o número desses habitantes dispersos que cresciam rapidamente, fosse pelo nascimento de filhos ou pela inserção de novos indivíduos na comunidade. O bairro das Caveiras exemplifica esse processo. Enquanto o recenseamento de 1835 acusava a existência de 30 fogos, no outro datado de 1836 aparecem listados aproximadamente 80 fogos⁶⁶. Dentre esses novos habitantes figuravam outros tantos negros libertos e cativos, mas também brancos e pardos. Este súbito aumento dos moradores associa-se com um período de expansão da lavoura canavieira em solo paulista, forçando os posseiros a procurar outras áreas de fixação. E o bairro atendia a essas necessidades.

1.4. O bairro do Pinhal (SP)

Este espalhar da população também pode ser analisado em outros dois bairros rurais, cujas origens estão vinculadas: o bairro do Pinhal e o bairro Santa Bárbara.

Segundo os registros da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal, foi aproximadamente em 1808 que Antônio Carlos de Azevedo tomou posse de um vale, ocupando uma área de aproximadamente 14,33 km². A grande quantidade de pinheiros (araucárias) na região teria levado ao nome de “bairro do Pinhal”. Antes de chegar a essas terras, ele teria saído de Bragança (atual Bragança Paulista), ido residir em Mogi Mirim e depois se deslocado para essa região de vale. Os registros de batizado da Paróquia de Mogi Guaçu apontam que em 1806 ele e sua família já se encontravam pelas redondezas, dado o assentamento de batismo de seu filho Joaquim Carlos de Azevedo. Em 1814, Antônio Carlos teria colhido 50 alqueires de milho e 12 alqueires de trigo sem contar com o auxílio de escravos, mas a ajuda de

⁶⁶ Amanach da Província de São Paulo para 1873.

bem poucos amigos e dos filhos. Esta cena é para nós a exemplificação da sociabilidade do indivíduo rústico, apontado por Antonio Candido (2017).

Em 1821, ele decidiu mudar-se novamente. Por escritura particular datada de 1º de outubro daquele ano, as terras do bairro do Pinhal passaram a pertencer ao já idoso Felipe Santiago da Cruz, mediante um acordo firmado entre eles. Felipe era residente no “bairro do Moquém”, uma localidade situada entre os atuais municípios de Socorro e Serra Negra. O acordo feito visava uma troca entre os bairros; Antônio passaria a residir no bairro do Moquém e Felipe ficaria com as terras do bairro do Pinhal. Logo após a firmação do acordo, Felipe faleceu, passando as terras do Pinhal para o seu filho, Francisco Pires Cardoso.

Os vínculos construídos pelos indivíduos com as terras que ocupam ficam claramente expressos neste caso. O bairro do Pinhal passou a ser denominado por “bairro dos Pires”. Francisco, que estava morando em Mogi Guaçu, mudou-se para lá com a sua esposa, Felizarda Maria de Jesus. No recenseamento de 1835 da Freguesia de Mogi Guaçu, consta o “bairro dos Pires”, com 20 pessoas sendo todos parentes e explorando, em comum, aquelas terras.

A produtividade se diversificou um pouco mais, passando para 17 carros de milho, 12 alqueires de feijão, cinco alqueires de arroz e a criação de porcos. A família Pires, que era original de Bragança, mantinha fortes vínculos com a terra natal, mostrando-nos que na dinâmica sertaneja os laços de parentesco eram motivos demasiadamente fortes para a manutenção de uma unidade vivencial. As relações não necessariamente ocorriam com os núcleos do entorno imediato, mas por serem as distâncias muito relativas, eventualmente ultrapassavam este ou aquele bairro.

Quanto a Antônio Carlos de Azevedo, consta que em 1841 ele residia na Vila de Vassouras, no Rio de Janeiro – mostrando-nos que mesmo com os incentivos do Governo para a fixação da população no sertão, a mobilidade tão característica desses sertanejos resistia ao processo⁶⁷.

⁶⁷ Estas informações foram coletadas na Publicação comemorativa da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, “História de Espírito Santo do Pinhal”. s/d, p. 8.

1.5. O bairro Santa Bárbara (SP)

Consta nos registros da Prefeitura de Santo Antônio do Jardim que o bairro de Santa Bárbara, do qual se originou o município, teve início com a posse de terras nas proximidades do bairro do Pinhal realizada por Pedro Manuel dos Santos, em 1816. Não obtivemos muitas informações sobre esse período que nos ajudassem a compreender a dinâmica social ali ocorrida, exceto pelo vestígio contido em seu nome. Santa Bárbara é a padroeira dos mineradores, dado atrelado à origem e a dinâmica do bairro, sendo os seus habitantes reentrantes das minas que com frequência circulavam pelos arredores da Serra do Mogi Guaçu.

Rastro dessa circulação é o registro de abertura da “picada de Mogi-São Matheus”, em 1811. Esta saía de um trecho do Caminho dos Goiazes, ligando Mogi Guaçu a Caconde, passando pela atual São João da Boa Vista, e daí à região norte da Serra do Mogyguassu, em território já mineiro.

1.6. O bairro Cercado (SP)

Assim como o bairro Santa Bárbara, poucas informações foram encontradas sobre o bairro Cercado. No entanto, a partir de um registro de inventário temos um esboço da relação deste bairro com a Vila de Mogi Mirim.

Consta que Romualdo de Souza Brito, natural de Mogi das Cruzes, teria se mudado com seus pais para Bragança, no ano de 1812, e depois, em 1814, para a região de Mogi Mirim. Neste local, casou-se com Maria Francisca de Oliveira, em 1815. O seu sogro, João Leme da Silva, faleceu em 20 de junho de 1815, deixando-lhe herança.⁶⁸

Constavam entre os bens herdados: parte no valor de 14\$600 de um sítio no bairro Cercado, próximo ao rio Camanducaia, com casas e demais pertences; parte no valor 2\$142 nas casas situadas na rua Nova, da vila de Mogi Mirim; um escravo;

⁶⁸ Publicação comemorativa da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, “História de Espírito Santo do Pinhal”. s/d. p. 10.

uma vaca vermelha cabana com cria; um catre; uma roda de fiar algodão com fuso de pau; e uma égua castanha de três anos de idade.⁶⁹

Este registro nos mostra um vínculo entre o campo e a cidade, a partir da posse de bens materiais em ambas as localidades. Auguste de Saint-Hilaire havia comentado, em 1819, sobre a contradição entre o Brasil e países da Europa quanto à lógica de ocupação de seus núcleos urbanos. Assim descreveu:

Na Europa, a população das cidades, em sua quase totalidade, é permanente, havendo apenas um pequeno número de pessoas ricas que possuem, além de uma casa na cidade, uma propriedade rural, onde costumam passar o verão. (...) Ocorre o contrário no Brasil, onde a população permanente nos povoados e arraiais é excessivamente rala. A maioria das casas de que eles se compõem pertence a agricultores, que só aparecem ali aos domingos para assistirem à missa e as mantêm fechadas durante o resto da semana. Dessa forma, elas não passam de uma duplicata inútil de suas moradas. (SAINT-HILAIRE, 1973, p. 65)

Enquanto centralidade política e administrativa, as vilas fundadas exerciam o seu papel de ordenadoras do território administrativo. Contudo, o vivenciar dessa urbanidade se mostrava peculiar, diferente das relações estabelecidas nas cidades mineiras e no Rio de Janeiro, a capital do Brasil. Era um uso do espaço urbano segundo a lógica rural. O inventário de João Leme da Silva também nos mostra que tais agricultoras citados por Saint-Hilaire não possuíam apenas uma casa na cidade, mas, em alguns casos, várias.

Mediante um quadro econômico de subsistência e ainda pouca participação no contexto do mercado internacional, o acúmulo de bens era um indicativo de um processo de elitização do sertanejo. João Leme detinha casas que eram alugadas para outros agricultores, os quais se dirigiam para lá apenas em momentos necessários. Isso nos leva a compreender que a sociabilidade tão característica do indivíduo sertanejo era reforçada em um fluxo que partia do meio rural para a vila, e não o contrário. Vale ressaltar também que a convivência desses indivíduos no núcleo urbano não era espontânea, mas sim fruto de um processo impositivo, que lhes conferia uma obrigação religiosa. Outro dado relevante é o comentário do viajante quanto ao aspecto dessas residências urbanas, qualificando-as como uma “inútil duplicata de suas moradas”. A partir disso, podemos entender que o meio

⁶⁹ Publicação comemorativa da Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal, “História de Espírito Santo do Pinhal”. s/d. p. 10.

urbano sertanejo estava sendo construído material e simbolicamente segundo o olhar sertanejo.

4.2. O bairro Santa Luzia (MG)

Diferente dos demais, o bairro de Santa Luzia estava localizado a norte da Serra do Mogyguassu, em território administrativo de Minas Gerais. Pertencia à freguesia de São Gonçalo. Os registros que se seguem foram coletados do “Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874” e referem-se ao período de formação deste bairro, no ano de 1814.

Bernardo Saturnino da Veiga, redator do referido Almanach, comenta que este bairro possuía uma capela que não era igual às demais capelas existentes nas *povoações públicas* (freguesias). Nessa, o governo não nomeava autoridades, e ela era frequentada por uma mesma família.

Constava de uma só família, ou de uma só raça com famílias diversa, e si havião pessoas á ellas estranhas vivião como agregadas de algum membro da mesma raça: enfim, Santa Luzia era uma propriedade particular da família Toledo. A igreja, as casas, as lavras, as matas, as praias, tudo pertencia a essa gente.(Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874, p. 112)

Neste primeiro fragmento, podemos estabelecer algumas semelhanças entre este bairro e aqueles outros para lá da Serra. Com a exceção do bairro das Caveiras, onde se verificava uma variedade maior de indivíduos e agregados, os demais predominantemente também detinham caráter familiar. Ainda em comparação, a localidade é um fator comum a eles. O Almanach Sul-Mineiro (1874, p. 113) apresenta dados sobre o que pertencia à família Toledo, lista “as praias”, isto é, os bancos de areia formados nos meandro de um rio. Tratava-se de uma família residente nos barrancos de um rio serpenteante.

Outro dado muito importante diz respeito à produção ocorrida nesse bairro que, nesse quesito, o diferenciava dos outros bairros aqui referidos. Era um bairro dedicado à atividade de mineração. Talvez aí uma possível associação com o nome

da santa de devoção dessa família: Santa Luzia é a protetora da visão, tão necessária para a atividade por eles exercida.

No referido Almanach também é constante comentário sobre a origem desse assentamento. Segundo ele, chegou a esse lugar um casal de velhos – Francisco Xavier e D. Branca de Toledo. Eram abastados e tinham obtido por compra o lugar onde se estabeleceram com 11 filhos, entre os quais se contava o padre José Xavier de Toledo. Estes filhos constituíram famílias e permaneceram morando nessas terras.

(...) organizarão famílias distintas, que passarão á residir em pontos diversos, mas todos visinhos, e por ultimo formou-se uma povoação bem habitada. Os lugares em que estas famílias residião tomarão diversos nomes pelos quaes erão depois conhecidos, como *Campo, Pinheiros, Sobrado, Andaime, Cafundó, Palmital, Conquista, Engenho, Piranga, etc.* (Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874, p. 113)

Nas barrancas, em meio aos meandros, unidos por laços de parentesco e afetividade, iam constituindo um território onde se expressava a sociabilidade desses indivíduos; ao mesmo tempo em que lhes concedia o sentido de pertencimento, formavam um território onde os amores, as paixões, as produções e as relações sociais ocorriam.

Nesse tempo, Santa Luzia era um lugar de prazer: residência de avultado número de rapazes e moças ligados pelo parentesco, e tranquilos sobre o futuro, porque abundavam os bens da fortuna, muitas vezes ou sempre o amor presidia as suas reuniões de família. Moças belas, como erão todas, resumidas em um circulo estreito de expansão, sempre seus amores recahião nos que as cercavão, e nunca passavão de parentes. Entretanto, sendo uma só família, nem sempre havia perfeita união: algumas vezes apaixonados jovens disputavão no campo olhares das belas primas, e muitas vezes o ciúme lhes poz arma nas mãos. Porém em geral erão amigos, e só se erguião contra estranhos que ousavão insultar qualquer deles. (Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874, p. 113)

O sertanejo, rico ou pobre, carregava consigo hábitos em comum. O sertão moldava o ser, ao mesmo tempo em que era moldado por esses indivíduos.

Mesmo produzindo a partir de uma memória, e por isso utilizando notório tom saudosista, os dados contidos no Almanach Sul Mineiro (1874, p. 113) nos revela um território vivenciado, tal como definiu Milton Santos. Ao erguerem-se todos contra aquele que porventura tenha insultado algum dos seus, uma espécie de mutirão de defesa se forma, denotando o forte senso de parceria existente. Ao mesmo tempo, por ciúmes, punham armas em mãos.

August de Saint-Hilaire, percorrendo a porção paulista dessa paisagem, comenta a grande diferença existente entre paulistas e mineiros. Segundo ele:

Enquanto Minas, ou pelo menos nas regiões mais civilizadas dessa província, pessoas das classes inferiores demonstram bastante respeito por seus semelhantes, eu ouvi muitas vezes, depois de atravessar a fronteira de São Paulo, a gente do povo falar em matar com a mesma facilidade com que falaria em aplicar uma surra em alguém. Chumbo na cabeça, faca no coração – essas eram as palavras que eu ouvia frequentemente. (SAINT-HILAIRE, 1973, p. 92)

A partir desses fragmentos algumas observações podem ser feitas. A primeira delas é sobre a distinção social que Auguste de Saint-Hilaire faz entre paulistas e mineiros, ricos e pobres. Segundo ele, o mineiro das regiões mais civilizadas – *urbanizadas pelo surto minerador* – apresentava um trato mais gentil e educado; próprio dos seres educados, urbanos, controlados pela razão. Ele tece comentários sobre as características das casas desse meio urbano.

A limpeza reina em suas casas, eles são mais ativos, bem mais inteligentes, menos descorteses, e mais hospitaleiros que os legítimos paulistas dessa região [da mogiana] (SAINT-HILAIRE, 1973, p. 92)

Estes eram os mineiros de Ouro Preto, Sabará e Vila do Príncipe. A família Toledo era uma família de mineradores, entre os quais *abundavam os bens da fartura*. Não eram pobres. Portanto, a posse financeira não se torna um indicativo dessa superioridade intelectual e racional sinalizada por Saint-Hilaire. Outro aspecto diz respeito à semelhança entre os Toledo e os demais habitantes do sertão. Uma semelhança que não está nas posses, mas nos costumes moldados em meio ao rústico. A procura por uma arma por uma simples questão de ciúmes se equipara à frase tão escutada pelo viajante francês: “Chumbo na cabeça, faca no coração”.

Saint-Hilaire é bem específico ao dizer que mais ouviu essa frase no território paulista compreendido entre Franca e Mogi Mirim. Portanto, o comportamento da família Toledo, se comparado aos paulistas, nos revela um traço cultural marcante desse sertanejo. O francês atribui isso à falta de conhecimento e de religiosidade, mas em 1811 já havia tanto a “Escola de educar meninos” quanto matrizes e capelas. Na própria família Toledo, havia entre eles um padre e uma capela.

O que Saint-Hilaire não conseguia observar era que esse comportamento era fruto de gerações expostas e moldadas naquele meio, era a constituição de uma identidade, suficientemente forte para se expressar tanto no comportamento e trato social quanto nos aspectos materiais de suas casas e centros urbanos. Por mais que as vilas da Mogiana, especialmente Mogi Mirim, fossem centros administrativos e tivessem uma função dentro do projeto de civilização almejado pelo governo, elas

eram um artefato social, constituídas a partir do material humano existente naquela paisagem.

Como cientista-naturalista formado à luz do pensamento moderno que se propagava pela Europa, Saint-Hilaire não reconhecia valor no cenário observado. Para ele, era evidente a necessidade de desconstrução e remodelamento por vias da ciência e da razão. Questiona: “*Como poderiam eles perder a sua rudeza hereditária?*” e na sequência responde: “*Não recebem nenhum ensinamento religioso, os maus exemplos dos malfetores de Minas, que fogem para o seu meio, estimulam-nos ainda mais para o mal.*” Ou seja, aponta não apenas a diversidade de indivíduos existente nessa região, como também o fluxo estabelecido na região de fronteira administrativa e a unidade cultural existente entre os habitantes do oeste paulista e do sul mineiro.

Sobre a questão da educação e da religiosidade, temos na exposição feita na referida fonte o sustento para a relativização dos comentários feitos por Saint-Hilaire. Sobre as atividades do primo padre, ele comenta:

Este padre, um dos membros mais proeminentes das reuniões de Santa Luzia, virtuoso como um santo, jovial, ilustrado [grifo nosso], era o núcleo, o símbolo de união que prendia um povo, que posto de parentes, não tinha contudo a necessária prudência para viver unido. Era o confessor de todas as casas, para que se prestava com zelo evangélico, celebrava missa aos domingos e ensinava a ler aos pequenos que bebião as únicas lições de moral prática naquele tempo. (Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874, p. 112)

Entre os Toledos, a violência não se tratava de uma ausência de serviços educacionais ou religiosos. Contudo, o padre *ilustrado* era uma referência urbana naquele contexto, aceito e respeitado devido aos laços de parentesco. Missa, confissões, ensino, tudo sem estar relacionado ao governo, como consta no início da narrativa. Este padre era o sertanejo urbanizado, propagador de uma noção de urbanidade construída por influências já diluídas pela sua cultura. E a partir dele uma nova geração estava sendo formada, *que bebião que as únicas lições de moral prática naquele tempo*. O padre José Xavier de Toledo era a personificação do ente modernizador, que busca alterar o presente para romper com o passado.

No Almanach (1874, p. 112) há o comentário sobre os hábitos e costumes da família Toledo, o que nos permite fazer associação com os estudos de Antonio Candido (2017) sobre o indivíduo rústico do sertão – disperso, mas com noções de sociabilidade.

Ele comenta que aos domingos, depois da missa, as famílias se retiravam em grupos e passavam as tardes reunidas em alguma casa próxima. Nos dias de serviço, os homens fiscalizavam o trabalho dos negros na extração do ouro – sinalizando a presença destes na comunidade. E este era o único serviço dos homens Toledo. Comenta também que, pela facilidade do serviço, a situação acomodava os moços de Santa Luzia à preguiça. Antonio Candido (2017) comenta que não se tratava de preguiça, mas sim da rotina que o ente rustico desenvolvia e da qual o lazer fazia parte enquanto modo de vida.

Os habitantes de Santa Luzia paravam os seus afazeres, para observar, quase por um dia todo, a queda de barranques à beira rio. (...) *corrião todos os visinhos para ver a queda (...) a belleza do espetáculo e o perigo dos trabalhadores erão um germen de enloções agradáveis para quem vivia tão circunscripto como aquella gente* (Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874, p. 112)) Aponta também para outro tipo de atividade extrativista: as minas nos barrancos.

Conta também sobre os seus deslocamentos, às idas Vilas de Campanha da Princesa ou São Gonçalo, de onde retornavam no mesmo dia. O contato com os habitantes dos núcleos urbanos não ocorria apenas no sentido campo-rural, mas também ao contrário. Nas épocas de contagem anual do ouro, era realizada uma grande festa entre os sócios, com fartura de alimento – principalmente a carne – e para esta festa vinham os parentes e amigos de Campanha da Princesa e São Gonçalo, para o bairro rural de Santa Luzia. Lá pernoitavam, e no dia seguinte faziam a apuração e contagem do ouro a ser levado até São João D’El Rey para a cunhagem. A festa e a contagem tinham lugar certo para acontecer: era no núcleo de uma das famílias, denominado de Sobrado.

Isto nos revela uma racionalização do espaço em que habitavam, locais certos para atividades e locais para o trabalho. Se pensarmos nas heranças culturais, salvo a passagem do tempo e a modificação dos instrumentos e interesses, esse povoamento de Santa Luzia em muito faz lembrar a dinâmica dos Tekohá indígenas – núcleos associados por parentescos, dispostos próximos aos rios e com locais específicos para a realização das atividades. É claro que forçar a comparação não é viável, mas a formação desses indivíduos do início do século XIX era em muito influenciada pelo modo de viver indígena – os quais ainda se faziam presentes na paisagem.

Segundo a o mesmo Almanach, a passagem do tempo em Santa Luzia. As muitas casas cederam seus espaços a duas grandes moradas que centralizavam a administração das duas fazendas fundadas pelos herdeiros. Comenta sobre a tradição da festa anual, mas também que ela, em 1874, já não apresentava mais o mesmo brilho e a inocência do passado. Comenta também o quanto Santa Luzia era um bairro conhecido na região e que despertava saudades, frente ao novo rumo dado pelos herdeiros. Mediante o esgotamento das lavras que lhes proviam o sustento, os rapazes Toledo precisaram encontrar meios de sobreviver. Não adaptados ao trabalho compulsivo, não encontravam meio de manter a fartura tão característica daquele povoado. Converteram-se em agricultores, sendo uma das fazendas, a do Engenho, como o próprio nome sinalizava, destinada à lavoura canavieira.

Os registros sobre o bairro de Santa Luzia constituem os mais completos casos por nós identificados no território mineiro para a análise da dinâmica interna dessas unidades rurais. Aspectos do modo de vida de seus habitantes, suas noções do que é urbano e as transformações ocorridas com a passagem do tempo sinalizam uma ressignificação da paisagem sertaneja, atrelada ao Projeto de Modernidade em tela. Não significava dizer que esse sertanejo era ilustrado, tal qual os europeus – muito menos que simplesmente aceitaram as influências de bom grado. Vemos que assimilavam as influências recebidas, interpretavam cada uma delas segundo as lentes de sua cultura e ressignificavam o seu território, ao passo que também direcionavam suas ações, interpretações e modo de vida para os centros urbanos.

1.8. O bairro da Árvore Bonita e o bairro do Campo Grande

Veiga (1874, p. 54) apresenta o bairro Árvore Bonita como sendo um núcleo distante em meia légua da Vila de Campanha da Princesa. Outro bairro próximo era o do Campo Grande, distante em duas léguas da referida vila. Em ambos existiam capelas particulares, ambas denominadas de Capela da Santa Cruz. Segundo o autor, todos os anos, no 3 de maio, quase toda a população de Campanha da

Princesa ia em romaria a essas capelas, ficando neste dia a vila guardada por velhos e enfermos.

A Festa da Santa Cruz faz parte do calendário católico e corresponde à leitura sobre o Deus que nunca abandona o seu povo em caminhada e o protege ao longo de sua peregrinação. A cruz, então, simboliza a salvação.

Esses romeiros dos centros urbanos se deslocavam aos bairros rurais para festejarem a Santa Cruz. Segundo Veiga, era tradição construir ranchos de capim para se abrigar das intempéries. Essa mobilidade tão presente no sertanejo do século XIX, somada ao conhecimento sobre a construção de ranchos de capim, denota um passado vinculado à rotina do bandeirante que de igual modo fazia para sobreviver em meio às matas. A tradição preservada, associada à liturgia, nos apresenta a figura de um indivíduo urbano que guarda consigo a herança de um passado rural. É a imagem do urbano acaipirado, tal qual comentou Antonio Candido (20017). Diríamos, neste caso, o urbano de traços sertanejos.

2. Organização e produção em território sertanejo

A organização do território a partir do ente sertanejo não esteve desvinculada das mudanças políticas e econômicas pelas quais passavam o Brasil, sobretudo São Paulo e Minas Gerais.

O fragmento de rede composta por bairros rurais, que aqui buscamos demonstrar, corresponde a um dentre tantos outros que se sobrepuseram na constituição do moderno território paulista: o fragmento eclesiástico, o administrativo, o mercantil, o simbólico, o afetivo, entre tantos outros que dão forma e contorno a um território para onde desembocam todas as ações humanas.

Na paisagem das cercanias da Serra do Mogyguassu configurava-se, no início do século XIX, um cenário produtivo, diversificado, relacionado ao mercado interno e embrionário de uma urbanidade que viria se expressar com mais desenvoltura nas próximas décadas.

Segundo o “Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para o ano de 1889”, elaborado por Leopoldo Ladeira, José Augusto da Silveira e João Theodoro Macedo,

foi informado em 3 de janeiro de 1802 que o termo da Vila de São José de Mogi Mirim era produtor de:

Gado Vaccum, cavalari e muar, estes dous em pouca quantidade; fabrica assucar, aguardente de cana, milho, pouco arroz, feijão, pouca mandioca, importa pouco vinho, menos aguardente do reino, menos azeite doce, pouco mais vinagre, sal e bem assim fazendas, baeta, lã, linho, bertanhas, cassas, chitas e objetos, taes como chapeos, ferro, aço, pólvora e chumbo; não se extrai ouro e nem outro algum metal; fabrica-se tintas, das madeiras denominadas amoreiras, cambuhy, além de diversas outras;

As produções eram mantidas em torno da agricultura, sobretudo aguardente, milho, feijão e açúcar. Das importações, é interessante observar que em Mogi Mirim, desde 25 de julho de 1800, já era requisitado o sal. Além disso, importavam-se chapéus e tecidos, o que sinaliza um consumo interno alterado frente os novos recursos técnicos.

Antonio Candido (2017, p. 202) comentou que o indivíduo rústico do sertão vai sendo atenuado, *à medida que os recursos técnicos se apresentam a eles e a subsistência não depende mais do meio circundante.*

Assim, as vilas igualmente passam a ser ressignificadas para esse indivíduo sertanejo, pois delas provêm as novidades e os materiais importados, assim como para elas são destinadas algumas produções de seu roçado.

Daí então que identificamos dois momentos na estruturação dessa dinâmica campo-cidade. Uma primeira, como comentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), onde um bairro rural era uma unidade de subsistência habitada por parceiros e que diferiam entre si nas produções e comercializações; que nem sempre apresentava práticas religiosas, devido à inexistência de capelas em seu início. Em alguns casos, a vida religiosa se desenvolveu a partir da chegada de um novo integrante e só então a construção de uma capela.

Os impactos da economia e da política na vida desse sertanejo são diretos. O exemplo foi o declínio da mineração, que acabou por impulsionar muitas pessoas para a região de fronteira com São Paulo, onde se encontravam terras férteis e apropriadas a produções variadas. O mapa da “Capitania de Minas Gerais em fins do período colonial”, elaborado por José Ferreira Carrato, demonstra tanto a variedade de produção quanto os interesses do governo em cada vez melhor conhecer essas atividades.

Nessa porção mineira, verificava-se um ponto de produção aurífera, outras áreas significativas de florestas, mas, em maioria a produção agrícola e criação de animais – um quadro que se assemelhava muito ao cenário configurado na porção paulista.

Conforme comentado na introdução deste estudo, os ideais de modernização suscitados pelo pensamento iluminista provocaram alterações políticas, econômicas e culturais na Europa e no Brasil. As crises políticas se fortaleceram dentro do governo português, levando a uma ruptura com o pacto colonial, à elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e, depois, culminou na Independência do Brasil.

A partir deste quadro teve início um grande processo para a construção de uma identidade nacional, visando manter a unidade através do desenvolvimento da própria população. A secularização e o cientificismo entraram em cena, buscando a todo momento desconstruir o simbólico, o místico e sagrado popular, em benefício do avanço e do progresso.

Essa visão positivista e cientificista sobre a vida e a natureza, agora objeto de estudo frequente dos cientistas, terá um grande impacto sobre a paisagem do sertão mogiano.

Se do passado indígena esses indivíduos haviam herdado crenças em espíritos, relação profunda com a natureza e uma consciência mística sobre a paisagem, a modernidade buscava desconstruir este cenário e apontar para os avanços racionais, bem como o domínio do homem sobre a natureza.

A rede de bairros rurais que gradativamente aumentava no sertão tinha como balizas naturais as muitas territorialidades existentes, mas também alguns temores advindos do contato com o cristianismo incentivado pelo governo.

A Serra do Mogyguassu, onde brotavam águas sulfurosas e hidrominerais, já era conhecida pelos nativos por seus poderes medicinais. Os habitantes da região igualmente sabiam dos benefícios dessas águas para a engorda de animais. Contudo, nesse processo civilizatório, a Igreja Católica agia no sentido de dominar e induzir o sertanejo ao trabalho, convertendo lendas sobre animais fantásticos em temas bíblicos; fazendo com que a Cobra Grande, por exemplo, passasse a ser a representação do diabo em meio àquela paisagem.

O discurso do Jardim do Éden, com a serpente como símbolo do mal, fora transplantado para o Mogyguassu (cobra grande), conferindo-lhe ares sombrios. As

águas e os espíritos da montanha que curavam passaram a ser a Caldeira de Pedro Botelho. Na tradição medieval portuguesa, Pedro Botelho era um dos nomes populares do Diabo, e o formato da montanha, com suas águas sulfurosas e seu cheiro de enxofre, foram elementos bem sugestivos.

A lenda da Caldeira de Pedro Botelho corresponde a um imaginário cristão em que, pela caldeira, o Diabo tinha contato direto com o mundo. Nos arredores deste caldeirão, gotas de águas emergiam da terra, como janelas para os maus espíritos vigiarem e rondarem a população. (PONTES, 2004, p. 73)

Ora, em uma montanha de formato circular, cujas águas sulfurosas com mais propriedades curativas vertiam da terra a 45º C, e com os arredores da Serra cravejados por nascentes e poços que a população denominava por “Olhos D’água”, não é de se surpreender que a Serra do Mogyguassu tenha virado a morada oficial de Pedro Botelho.

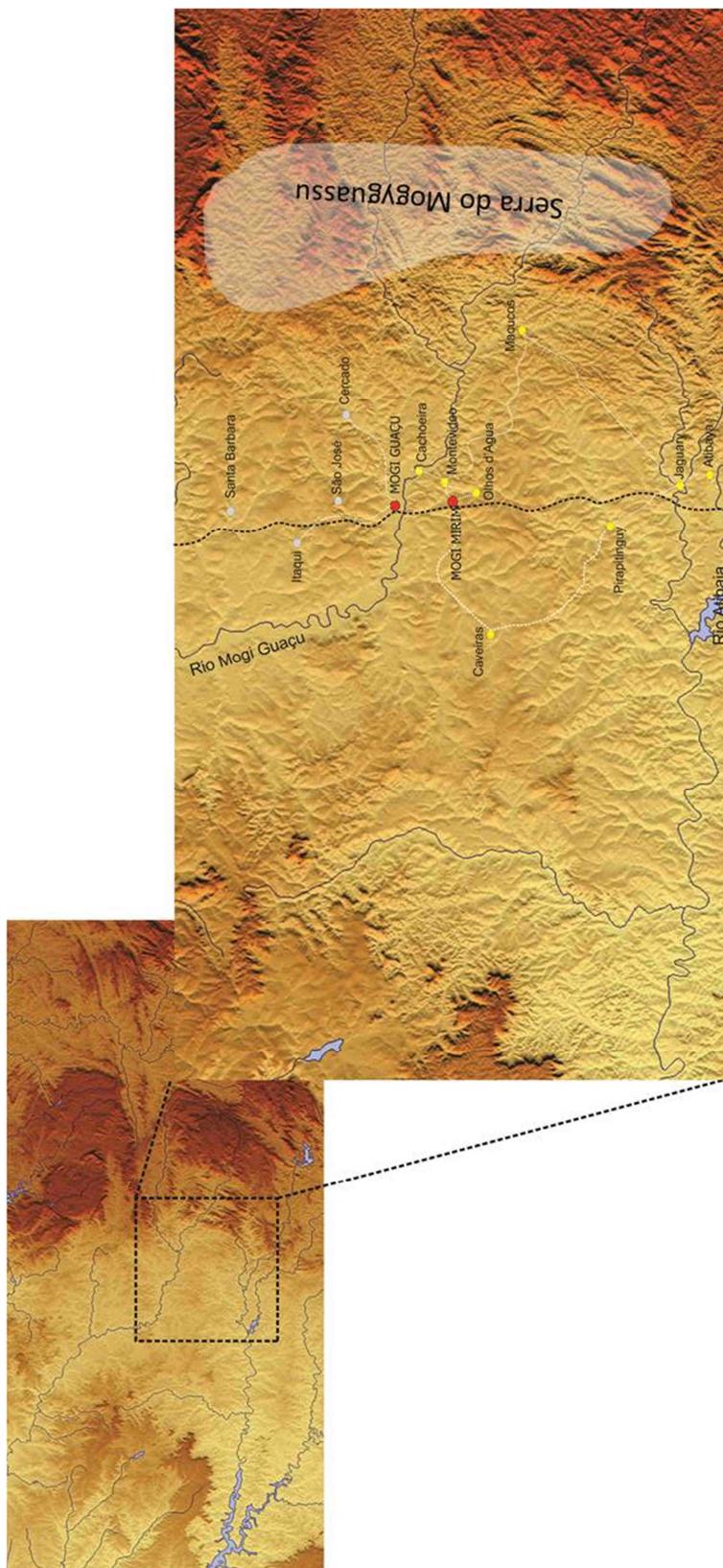
A maioria não se atrevia a chegar perto daquela serra. Este quadro de temores tinha a suas vantagens. Protegidos pelo medo que os cristãos tinham da serra, os negros e os foragidos tinham nela um refúgio conveniente.

Já as Minas Gerais estavam exploradas e povoadas, quando alguns caçadores portugueses vieram achar no meio do sertão as nascentes fumegantes. As antas esquivas corriam a dessedentar-se nas barreiras da mata; os caçadores voavam atrás delas; — e alguns deles, um dia, pasmaram, vendo que um dos bebedouros dos animais do sertão era uma toalha d’água fervente, de cuja face redomoinhante subiam línguas de fogo. O acaso, deus misterioso, de olhos cerrados à luz, ainda é e sempre será, neste incerto mundo, o grande descobridor dos tesouros. (PONTES, 2004, p. 72)

Línguas de fogo, cheiro de enxofre e águas ferventes. Não à toa os bairros rurais que identificamos anteriormente não se aproximavam da Serra do Mogyguassu, mantendo-se no máximo à encosta, como pode ser observado na **figura 40**.

O enxofre é o elemento em que sempre se deu bem o Diabo. Já na mitologia grega, o Tártaro era uma incomensurável e formidável planície de enxofre em chamas; os cinco rios infernais, o Estagie, o Cocito, o Aquereonte, o Letes e o Flegetonte rolavam ondas de enxofre aceso; o hálito das três goelas de Cérbero vinha saturado de enxofre em fumo; e, quando Minos e Radamanto, no tribunal do Averno, julgavam as almas dos homens, a luz que os alumia era a lívida e pavorosa luz dos archotes de enxofre. O Cristianismo conservou e manteve essa crença. Eram de enxofre as labaredas que Dante viu no inferno, “di fuoco dilatate falde”, chovendo “come di neve in alpe senza vento...” (PONTES, 2004, p. 72)

Figura 40 Fragmento da rede de bairros rurais – início do Século XIX



Fonte: elaborado pela autora a partir das informações contidas no “Almanach de Mogy Guassu e Mogy Mirim para o ano de 1889” e “Almanach Sul-Mineiro para o ano de 1874”

Quando o catolicismo foi introduzido oficialmente nos sertões, teve início um processo de reconstrução da imagem da Serra do Mogyguassu. Todos os milagres terapêuticos atribuídos às águas termais passaram a ser atribuídos à misericórdia de Deus e à intervenção generosa dos santos (PONTES, 2004, p. 74). De uma forma ou de outra, era a tentativa de dar sentido e significado ao desconhecido.

No entanto, à luz da ciência, as águas ferventes não passavam de águas sulfurosas com funções medicinais. O registro mais antigo e oficial que se tem sobre a lenda de Pedro Botelho nas Serras do Mogyguassu tem data de aproximadamente 1783, quando o então governador da Capitania de Minas Gerais enviou ofício ao Ministro Cunha de Melo, relatando sobre a descoberta daquelas minas de água.

Pellas asíduas recomendações qe. tenho feito e faço a todos os comandantes dos districtos d'esta Capitania sobre todos os conhecimentos físicos e naturais qe. me puderem adequerir, hum dos mais uteis qe. novame. se tem conhecido he o de haver aparecido huas aguas termais tam virtuosas qe. tem curado entre varias molestias a do grande Mal da Lepra qe. tanto persegue este Continente Americano.

(...) Do mesmo logar já havia hua ignorante noticia, e bem própria do povo pouco iluminado, de qe. naquele mesmo Citio andava o Diabo, por se ter visto aparecer por varias vezes Lanças de Fogo tam fortes e tam enxofradas, qe. havião chegado a queimar os matos de hua grande parte da sua circumferencia, e com o terrível cheiro do dito enxofre..." (PONTES, 2004, p. 71)

As águas termais já eram conhecidas dos portugueses que detinham similares elementos nas famosas Caldas da Rainha. O cientificismo tratou de rapidamente desmistificar a Serra, momento a partir do qual começam a ser difundidos os nomes de "Serra de Caldas" e, posteriormente, "Poços de Caldas". Em ação ao controle e domínio dessa região que poderia corresponder aos interesses econômicos da Capitania, teve início o povoamento com a formação do arraial.

3. Sobre as reestruturações do meio urbano-rural

Os acontecimentos documentados oficialmente na vila de Mogy Mirim, a partir de 1808, ajudam a compreender algumas das mudanças ocorridas no sertão paulista à época da reestruturação política pela qual passava o Brasil, à luz das influências iluministas. Consta que em 22 de abril de 1811 os oficiais da câmara

despacharam uma petição a Francisco de Paula Andrade para a primeira escola pública de ensinar meninos na vila. Dois aspectos a serem observados nesta passagem: o ensino voltado à educação masculina e o equipamento institucional que, em contexto, era um marco para aquela sociedade. (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889)

Observa-se também, em 2 de março de 1812:

(...) escrevem ao capitão-general, declarando que, antes da câmara fazer a proposta dos três nomes para ser escolhido o Juiz das mediações das sesmarias, foi-lhe apresentado um despacho para ser incluído na nominata o capitão Manoel Dias de Barros; mas não morando na villa este capitão, e não o conhecendo, sendo ele simples viandante, não o propunham. (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889)

Embora a escolha do capitão general fosse uma ordem do governo à Vila de Mogy Mirim, revelam-se na atitude dos vereadores os traços de uma cultura rústica que se fazia preservada mesmo em meio urbano. Manoel Dias de Barros não era considerado pertencente à comunidade e isso criava um impasse político na região. A família de Manoel de Barros residia em Campanha, Minas Gerais⁷⁰. Não era aceito, pela comunidade mogiana, receber ordens de um indivíduo que não residia, não participava e não contribuía (pagamento de impostos) naquela vila. Nem tampouco detinha laços de amizade.

Em 25 de outubro de 1813 respondem ao juiz sesmeiro, capitão Manoel Dias de Barros, que “não reconhecem a sua superioridade e repelem o escandaloso arrojo de supor a câmara obrigada a seguir os seus dictames”. (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889)

Outro elemento indicava as primeiras modificações do cotidiano da população. Provinha do Decreto de 22 de julho de 1808 a viabilização para o primeiro registro sobre a instalação de uma produção manufatureira de tecidos em Mogi Mirim, ocorrida na data de 2 de novembro de 1813. Thomaz Rodrigues

⁷⁰ Para esta informação o nome do capitão Manoel Dias de Barros foi levantado junto aos arquivos da Camara Municipal de Mogi Mirim, onde a citação sobre localidade original de sua família – Campanha (MG) – pode ser observada. Tendo posse desta informação, uma pesquisa nos arquivos históricos do município foi realizada e verificou-se nos registros da igreja o assentamento de seu casamento. Entretanto, não foi possível identificar se o capitão Manoel permanecia residente em Campanha ou em outro núcleo mais próximo de Mogi Mirim, na ocasião de 6 de abril de 1812. A ver: B7: Campanha-MG - casamentos - aos 20-09-1789 capela Santos Corações de Jesus, Cap. Manoel Diaz de Barros, f.l. do Cap. Domingos Diaz de Barros e D. Birgida Maria de Jesus, n/b na freguesia da vila de S. João del Rei; = D. Vitoria Fidencia Casemira da Silva, f.l. do Cap. Germano Jose da Silva e D. Maria de Nazaret, n/b na freguesia de Lavras do Funil.

chegava com o objetivo de atuar como mestre de teares, a fim de produzir os tecidos e ensinar a manipulação deles aos seus alunos. Era a especialização da mão de obra⁷¹.

Ao mesmo tempo, entre a sociedade local ocorria uma reestruturação, levando grandes agricultores a posições de destaque no cenário político em função das turbulências políticas pelas quais passava o Brasil às vésperas da Independência. Ocorria, no interior, o desmonte de uma antiga estrutura e ao mesmo tempo o levante de outra, pautada em interesses locais e independentes de Portugal. Era comum à época observar fazendeiros e grandes comerciantes recusarem as convocatórias para a participação em cargos públicos de comando, alegando que do trabalho ao qual se voltavam dependia a estabilidade econômica do Brasil e os interesses do governo. (CAMPANHOLE, 1979, p. 28),

Aceitar os postos oficiais representava o redirecionamento da atuação profissional e abandono de funções tão caras à economia e suas finanças. Porém, nem sempre os governantes defensores do interesse da Coroa, e que ainda se mantinham em cargos de poder, viram com bons olhos essa postura. A atitude de recusa por parte dos grandes agricultores salientava a predominância da defesa de interesses particulares em detrimento dos interesses do governo provisório. Numa tentativa de controlar esta ação, o governo punha-se a não dar por satisfatória as justificativas de rejeição por parte desses senhores (SILVA, 2009, p.239) (CAMPANHOLE, 1979).

Nas paisagens mogianas, não foram encontrados registros de um posicionamento defensor da Corte. Em terra onde grandes fazendeiros e produções já lideravam, o espírito progressista dominava a Câmara dos Vereadores.

O ambiente político hostil que se instalou no Brasil, somado às acusações de traição daqueles que estavam em cargos de poder, culminou na ideia de rompimento definitivo. *Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil.*

Na mogiana:

No meio de festas, abraços recíprocos, toques de sinos, fogos, descargas das companhias de ordenança, aclamam D. Pedro Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. E depois resolvem ir a casa de

⁷¹ Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 16.

oração dar graças a Deus por esta inesperada regeneração. (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p.17)

Era a ruptura com um modelo passado, cujas estruturas políticas, econômicas e militares impediam a expansão e crescimento de uma sociedade que há tempos já não se sentia mais portuguesa. Era, antes de tudo, a validação da existência de uma identidade própria que já não aceitava mais os padrões impostos pela sociedade portuguesa. Tratava-se da reconstrução; da definição de identidade e nação.

Entre os meses de abril e maio do ano de 1824, foi registrada a tomada de juramento, de todo o povo do termo de Mogy Mirim, ao projeto da Constituição Política do Império, promulgada em 25 de março. A estruturação política se fazia necessária em um país independente. (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p.17)

Tem-se registro, em 18 de maio de 1829, do juramento de posse da Câmara da Vila de Mogy Mirim, sob o regime da Lei de 1º de outubro de 1828 e que nos é de grande relevância por causa de sua composição. Entre eles o capitão Dr. Pedro José Ferreira na presidência, capitão Venâncio Maria Torriani, capitão João Batista da Luz, coronel Francisco Antonio de Araujo, capitão João Gonçalves Teixeira, o sargento-mor Julio Cesar de Cerqueira Leite e *João Theodoro Xavier*⁷².

Se por um lado a *Constituição representava um avanço ao organizar poderes, definir atribuições e garantir direitos individuais*, por outro enfrentava a dura realidade brasileira onde a massa da população livre *dependia dos grandes proprietários rurais, onde só um pequeno grupo detinha o poder e havia uma tradição autoritária*. (FAUSTO, 2011, p. 80) O cenário que se seguia na Vila de Mogy Mirim era em parte semelhante, em parte não. Não se tratavam de grandes produtores, mas sim de agricultores sertanistas, cujas famílias historicamente ocupavam a região, que detinham prestígio social através de laços de parentesco e, naquela paisagem, eram considerados a elite local. É preciso ter em mente que a paisagem mogiana, apesar de participante do quadrilátero do açúcar, não detinha produções tão avultosas quanto Itu, Sorocaba e Piracicaba. Seu histórico de desenvolvimento estava pautado nos estreitos laços com as Minas Gerais e em uma população que, mesmo naquele tempo, ainda é bastante volante em função do mercado ao qual serviam. Essa elite mogiana se tornava autoritária não pelo acesso

⁷² Sobre o referido João Theodoro Xavier, esclarecemos ser este o pai daquele que futuramente se tornou o Presidente da Província de São Paulo entre no anos de 1872.

às grandes fortunas, mas pelo sistema comunitário em que estavam entranhados. Assim sendo, não aceitavam participações de quem não fosse de seu vínculo social. O mesmo valia para as votações em São Paulo.

Um forte exemplo desse enfronhamento político comum à época está na figura do então membro da Câmara João Theodoro Xavier⁷³, fazendeiro e comerciante prestigiado de gado, sendo capitão da companhia de ordenanças e pai de João Theodoro Xavier de Mattos, que posteriormente foi Presidente da Província de São Paulo.

Este, nascido em Mogi Mirim em 1º de maio de 1828, tem seu batizado registrado no 7º Livro de Batizados, folha 155, da Paróquia de São José de Mogi Mirim. Neste documento, são listados os seus padrinhos: o capitão João Gonsalves Teixeira e sua esposa Anuam da Cunha, que aparecem como moradores no bairro da Ressaca⁷⁴.

As informações contidas no Livro de Batizados apontam para outro dado relevante: a localidade de residência dos padrinhos, demonstrando que em 1829 os participantes da vida urbana da Vila de Mogi Mirim, a elite da região, se encontravam dispersos, aglomerados em bairros rurais. Os padrinhos de batismo de João Theodoro Xavier de Mattos eram compadres de seus pais, além de parceiros políticos. O capitão João Gonsalves era fazendeiro, tinha sido juiz de órfãos na vila de São José de Mogi Mirim no ano de 1826 e depois de 1829 a 1834, junto aos pais de João Theodoro – revelam-se aí os vínculos tão valorizados nessa sociedade dada a grande proximidade entre as famílias.

A lei provincial de 11 de abril de 1835, que criou o cargo de prefeitos em todo o território da Província de São Paulo, fazia-se valer na Vila de Mogi Mirim e foi registrada em 9 de novembro, tendo o capitão João Gonsalves Teixeira assumido esse posto pela primeira vez⁷⁵. Ocorria, com a formação deste importante cargo, a consolidação de uma nova noção de urbano; cabendo o núcleo ser gestado, regulamentado e produzido – implicando na lapidação de uma concepção voltada ao planejamento desses centros urbanos – por um grupo de líderes tipicamente sertanejos. No entanto, sertanejos urbanizados, como diria Antonio Candido (2017).

⁷³ Em alguns documentos consultados e tantas outras obras, verificamos a ocorrência do nome de João Theodoro Xavier, o que pode causar confusão no manuseio das informações visto que ambos, pai e filho, seguiram carreira política em determinado momento da vida.

⁷⁴ 7º Livro de Batizados, folha 155 (verso), da Paróquia de São José, Mogi Mirim

⁷⁵ Almanach de Mogi Mirim e Mogi Guassu para 1889, p. 20

Curioso é observar como as relações entre a capital, o Rio de Janeiro, e o interior paulista se expressavam nos fatos do cotidiano. Com a volta de D. João VI para Portugal e a retirada de volumosa quantia de dinheiro do Bando do Brasil, a economia ficou em crise. Dom Pedro I recorreu à emissão de moedas de cobre, que, se por um lado facilitou a circulação de mercadorias, por outro deu origem a falsificações e provocou o aumento do custo de vida. Tem-se registrado que em 3 de fevereiro de 1834 foram publicadas novas posturas para a vila de Mogi Mirim, a respeito das referidas moedas de cobre emitidas pelas províncias. (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p.23)

Tornava-se obrigatório o recebimento delas pelos comerciantes locais, mesmo sob os riscos de falsificação, estando eles sob pena de multas e prisão⁷⁶ – e que gerava profundo descontentamento. Entre a sociedade local, o escambo ainda era um modo de se comercializar mercadoria.

Mesmo após a aprovação da Constituição o clima de desavenças se acirrou entre líderes liberais, partidários das novidades, e os absolutistas, defensores de uma ordem garantida por um imperador. Todo o conflito se refletiu sobre o território. Os líderes libertários residentes na Vila de Mogi Mirim, em manifesto, resolveram queimar em lugar público o tronco (pelourinho) existente na cadeia em sinal de recusa das tradições, por exemplo (Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p.146).

No cenário geral, a morte de D. João VI levou ao agravamento da situação, fazendo com que as desconfianças sobre uma possível junção entre Portugal e Brasil pudessem ocorrer na figura de um líder absoluto. O Imperador foi perdendo seu apoio e por um conjunto de fatores políticos se viu forçado a regressar a Portugal, abdicando o trono em favor de seu filho, D. Pedro II. Entre o período de 1831 a 1840 foi instalado o Regime Regencial, com a representatividade do pequeno D. Pedro, então com cinco anos de idade, sendo feita por figuras políticas. O período regencial brasileiro foi bastante agitado e uma pertinente observação é feita por Boris Fausto.

Esteve em jogo a unidade territorial do país, os temas da centralização e descentralização do poder, o grau de autonomia das províncias, e o papel de destaque das Forças Armadas nos debates políticos. Nas condições brasileiras, muitas medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao sistema político e as liberdades individuais acabaram resultando em violentos

⁷⁶ Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 23

choques entre as elites e no predomínio dos grupos locais. (FAUSTO, 2011, p. 86)

Observamos que a composição da política local também se fazia dividida, assim como em todo o Brasil. No âmbito geral, a tendência política vencedora foi a dos liberais moderados, com grande representatividade e alta proporção de políticos, proprietários de terras e de escravos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em São Paulo, era Julio Cesar Cerqueira Leite o presidente da Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional, tendo ele ido até o Rio de Janeiro manifestar apoio aos colegas partidários.

Há o registro de que em 1º de agosto de 1831, período de criação da Guarda Nacional, ele havia convocado o povo da Vila de Mogi Mirim para marchar em auxílio da Capital do Império. A Guarda Nacional, em oposição às antigas milícias formadas por populares, era composta por um corpo de cidadãos seletos e confiáveis.

Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral, todos os cidadãos com direito ao voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. (FAUSTO, 2011, p. 88)

O alistamento era obrigatório e suas medidas internas acabaram por favorecer a formação de uma hierarquia interna. Interessante é observar que Julio Cesar era vereador na Câmara de Mogi Mirim e pertencente ao Partido Liberal; e atuava ao lado de João Theodoro Xavier e João Gonçalves Teixeira, defensores da monarquia e pertencentes ao Partido Conservador. A partir de documentação primária⁷⁷ verificamos que, entre os anos de 1837 a 1844, o já tenente-coronel da Guarda Nacional João Teodoro Xavier foi presidente da Câmara Municipal da vila de São José de Mogi Mirim.

Temos aí um quadro político interessante, onde defensores de ideais políticos opostos conviviam de modo muito aproximado. Fazia-se uma força a partir da fragmentação expressa na figura desses líderes locais. Nota-se que as desavenças políticas se esboçavam dentro das próprias estruturas da câmara, o que poderia levar a frequentes desafetos.

A montagem do corpo operacional administrativo incluía todas as instâncias. Na Vila de Mogi Mirim, houve a elaboração de propostas para juízes municipais, de órfãos e promotorias registradas nas quais seriam nomeados cidadãos locais, no dia

⁷⁷ Almanach de Mogi Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 71

29 de março de 1833⁷⁸. Entretanto, de 1833 a 1843 muitos dos que ocuparam tais cargos sofreram frequentes impedimentos, popularizando-se em toda a Província a expressão “que a justiça de Mogy Mirim te persiga!” – denotando a existência de injustiças, perseguições, favores e parcialidades nesse meio, fossem eles por interesses políticos ou por parcerias firmadas entre as comunidades rurais.

Nesse meio tempo, D. Pedro II assumiu o trono no ano de 1840. Fausto (2011) esclarece que entre os meses de maio e junho de 1842 algumas revoltas liberais eclodiram em São Paulo e Minas Gerais, estendendo-se até o Vale-do-Paraíba, na então província do Rio de Janeiro. A base dos representantes desses movimentos era formada por grandes proprietários rurais, que se dividiram entre dois importantes grupos: os rebeldes, que também agregavam em seu corpo os profissionais liberais, e os legalistas, que também agregavam os burocratas do governo, em São Paulo.

Os rebeldes opunham-se ao governo por suas tentativas de evitar a sonegação de impostos que incidiam sobre o café e pelas medidas de combate ao tráfico negreiro (intrinsecamente relacionado aos interesses ingleses de expansão do mercado consumidor), sendo eles defensores da manutenção desse sistema. Nesse momento, o Rio de Janeiro, enquanto capital do Brasil, concentrava e representava um empecilho aos avanços desses grupos rumo à concentração de riquezas.

Uma série de manifestações teve início a oeste da Capital de São Paulo, circunscritas em uma região que concentrava as maiores produções, balizadas pelos núcleos de Itu, Sorocaba, Jundiaí, Campinas e Mogi Mirim.

Entre os legalistas de destaque dessa região estava o agora Comendador João Teodoro Xavier (pai), presidente da Câmara da Vila de Mogi Mirim, no comando das tropas locais que davam cobertura à atuação do Barão de Caxias contra os rebeldes.

As ações separatistas só tiveram encerramento no ano de 1850, quando o poder enfim se concentrou unicamente na figura do Imperador. Até lá, ocorreu um processo de árduas estruturações e reestruturações, políticas, econômicas, administrativas e tecnológicas, de modo que o progresso se mostrava ocorrer por

⁷⁸ Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 20

meio das rupturas com os velhos ideais e denotando que um modelo único não se sustentava frente às pluralidades existentes.

Um novo modo de entender, ver e produzir a cidade também foi se mostrando necessário a cada “novo” que se instalava sobre o Brasil e São Paulo. Era o projeto inacabado da modernidade.

O jornal “O Farol Paulistano: Là liberté est une enclume qui use à tous les marteaux”, datado de 30 de julho de 1828, se torna rica fonte de análise sobre o embate que se verificava entre os contextos de “sertão” e “civilidade”, à época. Um jornal paulistano, feito por homens da cidade – a centralidade política – e que olhava para o sertão de São Paulo com ressalvas e desconfiança.

Entretanto, o seu subtítulo permite outras duas observações. A primeira e mais óbvia é a redação em idioma francês, que aponta para o perfil do público-alvo ao qual este veículo se destinava – uma camada elitista da sociedade paulista. Daí então o sentido de se dizer publicamente que “A liberdade é uma bigorna que utiliza todos os martelos”. Eram os ideais iluministas que se expressavam ali. Uma concepção que relacionava a modernidade à existência da liberdade, e dela e por ela se justificavam todas as demais ações. “O Farol” que ilumina a população; a luz dos grandes ideais e renovações.

Neste exemplar consultado nos deparamos com uma extensa publicação de capa sobre uma Sessão Extraordinária ocorrida em 14 de junho do mesmo ano e que tratava das preocupações com o território e as medidas cabíveis para impulsionar a comunicação no interior da província, bem como fomentar o seu desenvolvimento urbano. Um dos assuntos também debatidos era a escolha de terras para alocação de uma Colônia Alemã que carecia de transferência, em virtude das condições nas quais seus habitantes estavam inseridos e, por isso, descontentes. Era o sertão, mais especificamente um local denominado por Quilombo. Interessa-nos é a forma como que a Assembleia descreveu esse ambiente:

(...) a escolua do dicto logar não era a mais conveniente, não só pela distância d’esta Capital, como principalmente por ser um sertão de matto virgem, onde os Colonos desanimarão, por se verem longe das Povoações Brasileiras, no meio de mattas nunca dantes cultivadas e só habitadas de feras: e não só o mudo aspecto do Sertão os desgostaria, como também por se acharem distantes do mercado da Cidade, e por isso verem se na triste necessidade de unicamente plantarem só para o seu sustento, e ficando-lhes inútil qualquer industria fabril, que tivessem: e procurado se saber qual o local mais conveniente para o estabelecimento d’esta Colonia

que presentemente se acha retina na Aldea de Itapecerica, repugnando entrar para o Sertão do Quilombo”

Nota-se aí que esse sertão significava o retrocesso, frente à civilidade dos centros urbanos. Sertão supostamente era mato, terra de feras. Era isolado da cidade, sem comunicação e sem mercado. Representava um conjunto de elementos que se opunha diretamente à noção de urbanidade dos grandes centros. Ressalta a afirmação: “Por isso verem se na triste necessidade de unicamente plantarem só para o seu sustento, e ficando-lhes inútil qualquer indústria fabril”. Eram alemães, acostumados a uma cultura urbana, que de repente se viam em meio à lógica sertaneja.

Para o homem da cidade, acostumado às lentes culturais de seu meio, os hábitos caipiras se passavam por retrógrados visto que não havia o desenvolvimento por eles apreendido: a indústria têxtil que, neste contexto, era apenas um dos muitos indicativos da vida moderna.

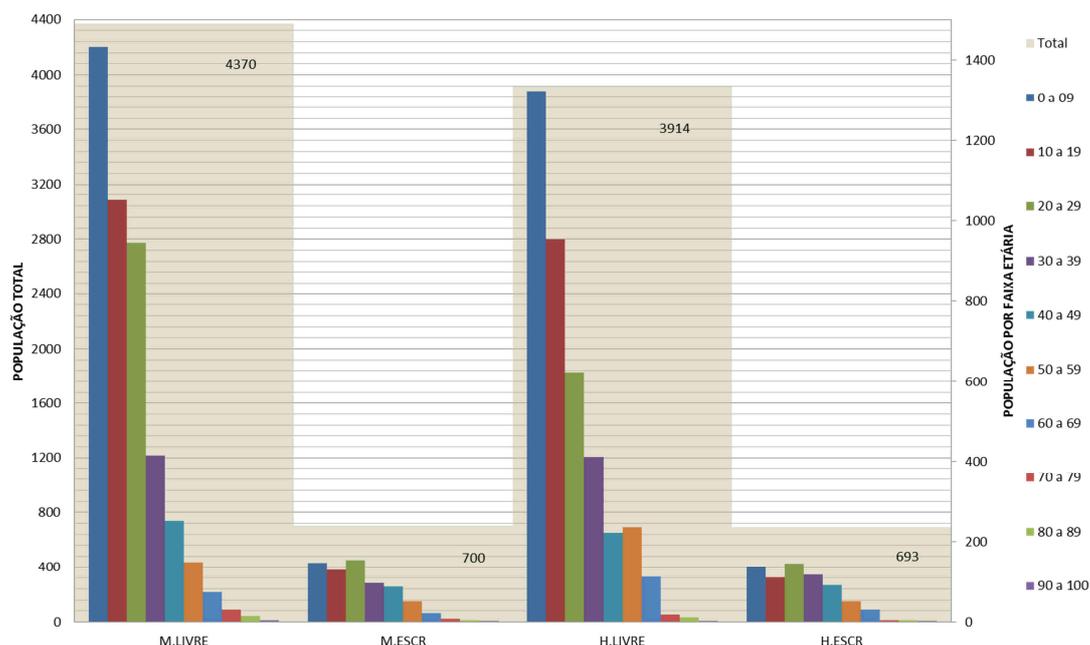
Segundo as informações contidas nos “Maços de População de 1831”⁷⁹ e os estudos realizados por Machado (2011), estima-se que no início do século XIX o número médio de cativos por senhor era de cinco, demonstrando que cerca de 70% dos proprietários escravistas possuíam menos de seis escravos e que não se prendiam somente às grandes áreas de produção agroexportadoras, como era o caso do “Quadrilátero do Açúcar”⁸⁰, mas também em áreas voltadas para o mercado interno, onde os padrões de posse de escravos eram menos concentrados.

Em análise referente ao local em tela, temos que 45% da população da Vila de Mogi Mirim era composta por escravos em 1820. Em 1836, o número de escravos em relação aos brancos e livres, como se pode observar no gráfico 1, era bastante reduzido. Cabe salientar que entre os livres também estavam os escravos libertos. Isso aponta para a existência de um índice de pobreza, uma vez que o escravo era um “bem” e visto como indicativo de status social pelas elites dominantes.

⁷⁹ Maços de População de 1831 – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁸⁰ Quadrilátero do Açúcar é uma expressão cunhada por Maria Thereza Schores Petrone (1984) a fim de identificar a maior áreas de produção canvieira de São Paulo, sendo delimitado pelos núcleos de Mogi Guaçu, Jundiá, Sorocaba e Itu.

Figura 41 População da Vila de Mogi Mirim, 1836 - brancos, livres e escravos



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados apresentados no Quadro 1 – quadro estatístico da população – Província de São Paulo; NEPO/UNICAMP 1998. Onde foram tomados como base os valores atribuídos à porcentagem de homens e mulheres, livres e escravos, de 0 a 100 anos.

Esse dado está relacionado ao fato de Mogi Mirim, em 1836, ser caracterizada por uma localidade com força mais política e menos econômica, se comparada às vilas vizinhas – pois historicamente se relacionava ao abastecimento do mercado interno. Este gráfico tende a se inverter à medida que a economia supera as taxas de 1836 e os proprietários rurais locais passam a ter maior acúmulo de capital, podendo assim adquirir mais escravos. Muito provavelmente, esse aumento não ocorreu de maneira generalizada, mas pontualmente entre alguns proprietários de terras que irão se dedicar à lavoura cafeeira.

Em 1804, a média de escravos por proprietário na região da capital era de cinco cativos, e sete na região do Oeste Paulista. Em 1829, enquanto no Oeste Paulista a média de cativos tinha se elevado para 11 por proprietário, na região da capital encontrou-se o mesmo número de cinco escravos por proprietário (MACHADO, 2011)

Retomando o recenseamento de 1836 no bairro das Caveiras, encontramos a validação dessa afirmativa, dado que o repentino crescimento de sua população decorria, em grande parte, da aquisição de mão de obra escrava. Na paisagem mogiana, os quilombos já se faziam presentes há bastante tempo e continuaram existindo, apesar de ser em número reduzido, no período de expansão cafeeira (MACHADO, 2011). Com a lavoura cafeeira o sertão se tornou cada vez mais

distante, dado que aos olhos do processo civilizatório ele é apenas simbólico – fruto de uma erudição sobre o desconhecido. Isso justificaria o deslocamento dessas comunidades quilombolas para zonas ainda desconhecidas, posto que a paisagem mogiana já deixara de sê-lo.

A questão é que era preciso modernizar. Transformar o atual para romper com o passado e alcançar um novo futuro. Assim, por mais urbanidade que existisse na paisagem mogiana, ela continuava sendo vista com ressalvas, e alvo de novos projetos. Interessante notar que a requisição pelos avanços partia dos habitantes da própria região, como pode ser observado em publicação de “O Farol Paulistano”:

Attendendo se a ser justa, e de utilidade Publica a representação da Camara da Villa de Mogi Mirim sobre a criação de um correio entre a mesma e a de S. Carlos; deliberou-se, que o Excelentíssimo Vice Presidente dê para este fim as convenientes providencias

Depreendemos deste fragmento que um processo de reestruturação estava ocorrendo naquelas áreas interioranas, não só na Vila de Mogi Mirim. O tecido urbano e os modos de vida aí observados moldavam-se segundo as influências diluídas recebidas por diferentes entes e modos de ser.

Mogi Mirim, enquanto um antigo bairro rural, passara à condição de vila e a ter representatividade junto ao governo – durante quase cem anos, foi a única centralidade da porção paulista da paisagem mogiana (POLITO, 2013, p. 229). No século XIX, o desenvolvimento da lavoura açucareira e posteriormente a do café impulsionaram um novo olhar para a paisagem, fazendo daquele sertanejo algo a ser superado para depois ser novamente resgatado no início do século XIX. .

A noção de urbano forjada em meio sertanejo associou-se à chegada de novos equipamentos, impulsionando sobre o território uma nova dinâmica. Nesse processo, o núcleo urbano da via apresentou significativo crescimento; contudo, os laços de afetividade e parentesco permaneciam ligando esses indivíduos ao contexto rural.

O pedido de criação de um correio entre Mogi Mirim e São Carlos (Campinas) expõe um outro aspecto também relevante: a oralidade e o nomadismo já não supriam as novas necessidades. Além disso, a produção imaterial havia crescido e começava a escoar mais rapidamente. Ao incorporar Mogi Mirim na rede de Correios, ao passo que mais facilmente poderiam chegar informações ao governo, o sertão também as recebia e se inseria no mundo urbano moderno, se é que já ali não o estava.

Um tempo depois, em 12 de agosto de 1829, temos o registro referente à criação de uma linha de correio entre Mogi Mirim e São Paulo, uma comunicação a ser feita três vezes por semana⁸¹ e que colaborava para a vinda de novas referências, bem como a transformação da própria compreensão de urbano por meio dos registros que por elas circulavam, incluindo jornais e proclames.

Os registros das primeiras intervenções visando conferir à vila as características então compreendidas como “urbanas” não são completos; mas são suficientes para a percepção da dimensão dessas ações modernizantes. Estipular regras e um comportamento social desejável era também um dos objetivos dessas ações; não se podia mais, no mundo moderno, viver como se vivia nos tempos passados.

A exemplo disso, temos os registros referentes aos crimes praticados nas redondezas e que se mostravam recorrentes na região desde muito tempo, tal qual os furtos e mortes constantes nos registros de 1776. Era preciso uma atitude controladora e a efetiva imposição dos instrumentos capazes de regularizar e fiscalizar essa gente. Foi aí então que em 2 de novembro de 1824 foi empossado no posto de comandante militar da Vila de Mogi Mirim o coronel José da Silva Lisboa, com a finalidade de fazer cessar as contínuas mortes, ferimentos, roubos e outras desordens ocorridas no local – um posto que até então não aparecia nos registros referentes a esta vila.

Outras ações foram registradas. Merecem destaque aquelas voltadas para o tratamento do espaço urbano, demonstrando uma real intenção de melhorar certos aspectos da vila, mas também promover condições favoráveis ao seu crescimento: para isso, era necessário o devido estabelecimento de cemitérios *fora do recinto dos templos*, ação ordenada em 21 de maio de 1829.⁸² Era recorrente na tradição o sepultamento dentro das edificações religiosas e esta atitude passou a ser reprovada mediante a incorporação de novos conceitos, como salubridade.

Em 15 de julho do mesmo ano, foi registrada a ordem de desobstrução do rio Mogy-Mirim, a fim de evitar alagamentos⁸³, que eram relacionados a origens de miasmas⁸⁴. Logo no dia 18 do mesmo mês, é deliberado o alinhamento das três

⁸¹ Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 19

⁸² Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 19

⁸³ Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 19

⁸⁴ Miasmas, gases pútridos emanados da corrupção de matérias diversas, expelidos na deterioração crítica das condições de vida (SEVALHO,1993)

principais ruas da Vila, o que elucida uma preocupação estética e de preocupações quanto à organização do tecido urbano. Em 21 de agosto, ocorre a deliberação para reforma na cadeia e a construção de sala apropriada para as sessões da Câmara. Em 13 de julho de 1831, houve a demarcação de um novo cemitério, visto estar muito ocupado o antigo junto à matriz; e em 17 de dezembro, as ruas e praças passam a ter logradouro. Aos 13 de janeiro do mesmo ano, a construção do chafariz se tornou motivo de grande festividade entre os habitantes, sendo a água encanada um verdadeiro marco nas conquistas urbanas⁸⁵.

Aquela sociedade, no entanto, permanecia fechada e arraigada às formas de sociabilidade características dos indivíduos rústicos. A criação de todo um aparato político e administrativo, que gestasse esse ambiente e representasse junto às autoridades as urgências e necessidades de seus habitantes, era feita por eles próprios – eram as suas concepções de urbano sendo expressas.

A elevação de Mogi Mirim ao status de cidade não alteraria em nada a sua função, entretanto a distinguiria das demais enquanto estrutura e articulação, equipamentos, integração e participação da vida urbana moderna que se expressava. Nesse sentido, “cidade” não passava de um título, mas que simbolizava o coroamento de um processo de inclusão do rústico numa dinâmica próspera e pertinente aos anseios de modernização.

Até o ano de 1850, verificamos a busca no sentido das primeiras ações de modernização do meio urbano, as quais ainda eram muito pontuais e discretas, mas que internamente efervesciam dentro dos debates políticos e jogos de interesse.

No âmbito local, a data de 1850 representa um período de titulações, muito próximo às atribuições de nobreza concedidas aos indivíduos de destaque da sociedade. A data também marca o período em que João Theodoro Xavier de Mattos deixa a cidade e se muda para São Paulo para realizar seus estudos na Faculdade de Direito. Marca também o início de uma sequência de desmembramentos que vão ocorrer até o final do século, dando origem a novas vilas e cidades dentro dessa rede.

⁸⁵ Almanach de Mogi Mirim e Mogy Guassu para 1889, p. 20

Em perspectiva ampla, 1850 se torna profundo divisor de águas a partir da promulgação da Lei de Terras, que alterou a forma como elas eram distribuídas e vistas. Também o fim do tráfico negreiro, a partir da promulgação da lei Eusébio de Queiroz, impulsionou a comercialização interna dos escravos já existentes, ao mesmo tempo em que dinamizava a chegada de imigrantes.

3.1 Entre as modernizações, os antigos bairros rurais

Consequência da chegada de novos equipamentos urbanos à paisagem mogiana, a criação das linhas de postais causou grande impacto tanto no território paulista quanto mineiro. A oralidade já não supria mais os novos modos de ser desses habitantes do sertão.

Sobre isso, chama a nossa atenção alguns antigos bairros rurais que se desenvolveram na primeira metade do século XIX, chegando a ser elevados à condição de freguesia, mas pela ausência dos novos equipamentos foram apontados pelos almanaques como estagnados. Do recorte espacial estabelecido para esta análise, apenas os núcleos de Passos, Vila Formosa, Caldas e Jaguary eram contemplados com linhas de postais no ano de 1865.

Mapa 2 Linhas de postais em Minas Gerais



Fonte: Arquivo Público Mineiro, sobre o qual foi assinalado o limite da comunicação em relação a paisagem mogiana

3.2. O bairro Campestre

Em 1874, o antigo bairro Campestre, nas proximidades de Caldas, já constava como freguesia. Contudo, segundo as observações feitas por Veiga (1874, p.373), era a falta de atenção do governo a causa das mazelas daquela população. Sem acesso aos postais, sem estradas delineadas, sem acesso fácil aos centros urbanos mais próximos, Campestre havia sido largada ao tempo.

“A ruína da mais florescente povoação”, o bairro estava agora com casas desmoronando e o templo ruído com plantas crescendo em suas paredes.

Campestre ilustra o exemplo de bairros rurais que foram abandonados por seus antigos moradores frente às possibilidades que os demais centros lhes proporcionavam. Uma vez que os vínculos com o local não eram mantidos, a população não se organizava para consertar os imóveis estragados, às avessas dos costumes ainda tão presentes na região.

3.3. Sobre os exemplos de resistência: a Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé

Frente a tantos avanços desse contexto de sucessivas inovações, destacamos o caso do antigo bairro Guaxupé, que em 1874 constava como Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé. Veiga assim a descreve:

Guaxupé é uma dessas povoações que conservão os costumes e usos primitivos: e sua população, afeita ao trabalho e a uma vida irrepreensível, está longe do foco de luz da civilização, sem contudo parecer invejar o brilho e certo progresso de outras terras. Deseja caminhar, argumentar e aperfeiçoar a sua lavoura, acumular riqueza, mas sem sacrificar seus modos de alegrias publicas, suas festas familiares, antigos e inocentes hábitos. (VEIGA, 1874, p. 357)

Guaxupé conservava, em finais do século XIX, os hábitos e modos de viver daqueles antigos sertanejos. Contudo, o mais interessante diz respeito aos comentários de Veiga. O autor denuncia que para haver progresso era preciso abandonar os velhos hábitos e a inocência.

Curiosa essa argumentação. A vila de Mogi Mirim não havia abandonado os velhos hábitos. Eram justamente eles – o da comunidade, da vida em bairros dispersos, dos laços de amizades e parcerias – que haviam projetado aquela sociedade no contexto das transformações do século XIX. Havia preservado a sua expressividade política por ter se mantido presa às tradições daquela população.

Fazendo uso das lentes de Antonio Candido (2017), compreendemos que a população de Guaxupé simplesmente não abandonava os velhos costumes porque não precisava abandoná-los. Tinha as matas, as serras, a lavoura que a esse tempo já era predominantemente cafeeira, e, associado a este quadro, poderia manter as tradições sem que os prazeres da vida lhe fossem tirados. Para nós, denota um outro tipo de quadro de resistência, expresso pela simples opção de negar os novos ritmos daquele tempo. Não significa dizer que Guaxupé estava alheia ou isolada.

4. Uma urbanidade sertaneja

Após a Lei de Terras promulgada em 1850, a dinâmica do interior também passou por algumas modificações. A compra, a posse oficial e ao mesmo tempo a impossibilidade de simplesmente se locomover pelo sertão em busca dos interesses próprios haviam se colocado como uma forte questão para os antigos sertanejos.

A partir dessa data a paisagem mogiana também começa a passar por fragmentações. Rompe com o modelo vigente, ao passo que novas tecnologias e novas produções avançavam sobre o território.

A mobilidade da população não cessou, mas já não era mais o mesmo tipo de mobilidade, ou com os mesmos propósitos. Na medida em que o contato entre urbano e rural ia sendo ressignificado e estreitado, as vilas se tornavam canais de comunicação e representatividade para com o governo e o mercado. Assim, outros tipos de laços de acentuaram; os laços políticos, principalmente.

Mas a genealogia ainda era um ponto de destaque. Conservador, o pai de João Theodoro Xavier de Mattos era enfático apoiador de D. Pedro II. Seu filho havia crescido nesse ambiente, tendo se mudado de Mogi Mirim apenas em 1850. Havia

sido criado em um ambiente rural, o bairro da Ressaca – um bairro da elite daquela sociedade, mas cuja ação política se fazia valer através da vila.

Acostumado ao mutirão, à conversa entre parceiros e a toca de sugestão, o governo do então presidente de Província foi marcado, entre tantas outras coisas, por seu jeito rustico de ser, sem que isso lhe desmerecesse a competência intelectual.

Em Mogi Mirim, ele fora aluno do coronel Antônio Joaquim de Freitas Leitão, com quem manteve contato e amizade depois na vida adulta. Coronel Leitão era um importante fazendeiro daquela vila, sendo considerado um progressista. Em maioria, os políticos daquela vila assim o eram.

Porém, a identidade consolidada moldava o fazer urbano desses indivíduos, fazendo com que ao mesmo tempo tivessem hábitos de convívio social tradicional, enquanto almejavam o progresso. Não se tratava de simplesmente copiar os modelos estrangeiros, mas sim promover o novo a partir do quadro existente na região e romper consigo mesmo. Por isso, ao analisarmos o contexto regional da paisagem mogiana, não entendemos ser o caso de atribuir à situação o modelo da *Belle Époque* caipira, porque em sua essência mantinha traços sertanejos dos habitantes das barrancas. As impressões materiais deixadas pelo caminho converteram-se em exemplares de uma modernização peculiar, fruto de um processo histórico de ocupação e produção social.

O governo de João Theodoro Xavier de Mattos é marcado na historiográfica como sendo “a segunda fundação de São Paulo”, como ressaltou Alfredo Gomes (1966). Do ponto de vista urbanístico, o referido presidente promoveu muitas melhorias na capital paulista, que lhe deu fôlego para vir a ser uma metrópole: chafarizes, pontes, novas ruas, uma administração criteriosa, construção de novos edifícios, escolas, pavimentação de ruas, praças, praças, parques e postes de iluminação. Os reflexos de sua ação estenderam-se à Vila de Mogi Mirim, sua terra natal, promovendo ações de melhoramentos naquele núcleo antes mesmo da instalação dos primeiros trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (GOMES, 1966).

Mas não é isso o que de fato chamou a nossa atenção para esse urbanismo sertanejo que ele levou à capital, mas sim o modo como ele tomava as suas decisões e mantinha em São Paulo seus vínculos e laços de afetividades.

Tinha um conselho a quem consultava com regularidade, e não eram políticos, mas sim pessoas do seu dia a dia, de quem lhes comprava os ovos, onde tomava o café da manhã, ou aquele que cuidava do jardim. Segundo Gomes (1966), para cada decisão tomada, antes esse conselho era consultado – indicando a parceria que tanto remetia à vida na pequena cidade.

Esses laços não se prendiam a isso. Foi através de suas ações que a Cia. Paulista e a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro tiveram impulso. Disse Gomes:

João Theodoro não se descuidou de coisa alguma que fosse manifestação de progresso, e a viação férrea mereceu sua especial atenção – a Paulista, que nasceu em Campinas... a Mogiana, que lhe afetava tão de perto e que ir servir a sua cidade natal, também nunca teve queixas de João Theodoro. (GOMES, 1966, p. 14)

No entanto, a Companhia Mogiana era uma empresa privada, sendo o coronel Leitão um dos maiores acionistas – ex-professor de João Theodoro e amigo de sua família, mantinha com o presidente da Província fortes vínculos. Percebemos a presença de uma parceria mantida pela amizade e pelos interesses em comum. Que expressava agora a compreensão de um moderno território, dotado de sentido de pertencimento, identidade e vínculos. No caso de João Theodoro e coronel Leitão, as distâncias continuam sendo relativas, e a estrada de ferro, o canal de sociabilidade, integração e pertencimento do todo.

A chegada dos trilhos de trem á paisagem mogiana inseriu sobre ela um novo contexto. Outras mudanças, novos materiais, informações mais rápidas, aceleração dos ritmos que antes levavam dias de caminhada. Era a compressão do tempo-espço sinalizada por Harvey (2008).

A família Prado, dona de terras na região de Mogi Guaçu, tal como a Fazenda Santa Viridiana, teve atuação efetiva nos avanços da lavoura cafeeira sobre a região. Ainda cercada por lendas, acreditava-se que as terras de Mogi Guaçu não eram apropriadas para o cultivo dos grãos. Testes feitos pelos Prado verificaram a inverdade de tal afirmativa, dando início às produções (GOMES, 1966). Descoberta a maior fertilidade dos solos para além das barrancas do Rio Pardo, a produção cafeeira iria se dinamizar e promover a dilatação daqueles confins.

Em Mogi Mirim, mudanças no núcleo da Vila também aconteceram. Coronel Leitão patrocinou o primeiro chafariz; depois vieram novas ruas, novas casas e tantos outros indivíduos se mudaram para a região: com a abolição da escravatura, a vinda de imigrantes intensificou a produção cultural.

Os impactos das linhas férreas sobre os territórios de São Paulo e de Minas Gerais suscitaram nova redefinição das fronteiras, no ano de 1774. A partir daí temos outra análise a ser feita. A porção mineira da paisagem mogiana voltou-se para a lavoura cafeeira, tendo atingido a porção paulista muito rapidamente. Contudo, como sinalizado pelo caso da Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, a atividade monopolizou a região, distanciando enquanto dinâmica da porção paulista. As terras férteis para além do Rio Pardo se tornaram mais atrativas para a lavoura do que as terras da paisagem mogiana, apesar destas também o serem. Contudo, os dados apresentados na parte 1 desta tese nos mostram que o solo argissolo se faz mais presente nas proximidades da Vila de Mogi Mirim.

A quantidade de argila influi na produção cafeeira, justificando o sucesso desta na porção mineira, onde em apenas alguns pontos este solo se fazia presente. E era nas proximidades do núcleo de Machado (MG).

Somaram-se fatores: a qualidade do solo, a possibilidade da expansão em busca das melhores terras, a reformulação do porto de Santos, que passaria a atender esta demanda. Além dos interesses políticos, econômicos e culturais que nesse momento se mostram bem definidos.

Conforme pode ser observado no **mapa 3**, a região correspondente ao nosso recorte espacial não se encontra assinalada pela produção de café, mas sim uma espécie de “vazio” em meio à lavoura, onde se manteve uma produção diversificada e praticamente circundada por dois eixos ferroviários.

Esse mapa, datado de 1910, coincide com o início do processo de industrialização na região que se consolidaria entre os rios Mogi Guaçu e Pardo através da introdução das primeiras olarias na região, em 1900.

A introdução da ferrovia e a subsequente industrialização representam dois grandes marcos nesse processo de constituição do território. No entanto, a paisagem mogiana se mostrou fragmentada a partir daí, mediante a redefinição de fronteiras administrativas e também quanto aos modos de viver.

Na região dos rios Mogi Guaçu e Pardo, a atividade permanece diversificada, contando com bairros rurais que se mantiveram mesmo com tantas reconfigurações territoriais. Segundo o relatório elaborado pelo engenheiro Garcia Redondo e publicado em 12 de dezembro de 1886, no jornal Gazeta de Mogi Mirim, a cidade apresentava 21 bairros.

Bairros — No municipio ha diversos bairros populosos, cujos principaes são os seguintes : Resaca (o mais importante do municipio), Silveiras, Posses, Brorado, Sapezal, Barreiros, Varginha, Bairrinho, Palmeiras, Maitu Alto. Ponte Alta, Caputera, Matto Dentro, Pedreiras, Montevidéu, Caveiras, Guaiquica, Tucura, Lava-pés. Santa Cruz. Mirante. É talvez um dos municípios da província em que a população está mais disseminada.

À retomada das atividades cerâmicas demonstra a preservação de traços culturais indígenas entre a população, servindo de fundamento para a desconstrução criativa de uma imagem e a construção de uma nova.

O crescimento dos núcleos urbanos e a conseqüente incorporação de antigos bairros rurais sinalizam a estreita relação existente entre eles, neste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do processo de reconhecimento das terras que viriam a configurar o território brasileiro, as áreas apartadas por vezes eram designadas como sertão – a porção distante a ser incorporada ao território administrativo pelo agente civilizador. Contudo, estas áreas também poderiam ser observadas como o habitat de uma população dispersa, mestiça, caracterizada pela mobilidade, adaptada às condições naturais e potencialidades da terra. Ser sertanejo era ter um modo de ser lapidado pelas possibilidades do meio, pelos interesses que os uniam enquanto grupo, pelo conhecimento herdado e pela participação efetiva nas dinâmicas internas brasileiras.

Do modo de vida sertanejo participaram indígenas, caipiras, ciganos, negros, portugueses e os demais filhos da miscigenação. Portanto, ser sertanejo era ser herdeiro direto ou indireto de culturas e de interesses de tantos outros – participante de um mosaico cultural engendrado nas dinâmicas da urbanização.

Da vida em meio à natureza e da herança cultural dos nativos provieram técnicas produtivas, conhecimento do solo, dos recursos hídricos e estações climáticas que permitiram aos primeiros habitantes a produção de seu próprio sustento, sem que isso os prendessem diretamente à terra. Tais técnicas associadas à frequente mobilidade impulsionavam esses indivíduos a se locomoverem em busca de novas áreas produtivas, fomentando a formação de uma população dispersa, que percorria o sertão por meio de uma rede de caminhos incipiente, tendo as barracas dos cursos hídricos o local de fixação.

A partir de 1698, com a descoberta de ouro em Minas Gerais, novos grupos de indivíduos se somaram aos primeiros. A configuração de uma rede de comércio e caminhos visando abastecer as áreas de mineração foi o segundo marco para a definição do perfil desse habitante sertanejo.

Diferente de outros indivíduos também habitantes do sertão, os habitantes da região aqui referida por Paisagem Mogiana não careciam de grandes deslocamentos entre o local da produção e o mercado ao qual abasteciam – o da mineração. Mais

tardar, este quadro foi acentuado com o descobrimento das minas de ouro em Mato Grosso e Goiás, entre 1719 e 1725. Tendo por estrutura os antigos caminhos que levavam às áreas de mineração e delimitada por balizas naturais permeáveis, a Paisagem Mogiana se configurou em local para onde convergiam diferentes rotas, fazendo com que esses indivíduos sertanejos se locomovessem pendularmente. Daí então que se a locomoção era característica a esses indivíduos, o retorno ao seu habitat também o era.

Para além das questões de mobilidade, o misticismo, as lendas, as crenças populares e uma religiosidade adaptada às condições sertanejas contribuíram para o entendimento daquele meio enquanto o lugar das vivências e das experiências. Deste modo, a formação dos bairros dispersos pode ser compreendida como vestígio material de um momento inicial de fixação daqueles indivíduos – de intensificação da própria noção de comunidade e sentido de pertencimento ao meio em que se encontravam.

O território pode ser compreendido de muitas maneiras. Frente um território de vivências, estruturava-se um território administrativo que objetivava incorporar aos seus domínios as porções mais distanciadas e ainda entendidas como sertão. Do jogo de avanços e recuos das fronteiras entre civilidade e sertão foram sendo redefinidas as territorialidades, na medida em que novas vilas foram fundadas, à partir da restauração da Capitania de São Paulo, em 1765.

Observa-se, então, que as vilas foram pontos de intersecções entre o sertão e a civilidade, entre um território vivenciado e o território administrativo, bem como pilares fundamentais à rede urbana que se tornava mais ampla e complexa, no decorrer do tempo.

O aumento da população foi observado após o esgotamento das jazidas de minérios em Minas Gerais, implicando em redirecionamentos da produção por parte da população que agora não mais direcionava seus esforços às demandas mineradoras; por outro lado, a necessidade de gerar rendas e as possibilidades naturais favoreceu a intensificação de uma produção bastante diversificada, organizada em bairros que também eram unidades produtivas. Daí então que a

ocupação sertaneja, dotada de características próprias, se contrapunha a estrutura organizacional do governo.

Os interesses sobre as áreas produtivas levaram os governantes de São Paulo e Minas Gerais a disputarem a região do mar de morros. Como consequência, a sobreposição de estruturas conduziu a um confronto entre a territorialidade herdada, isto é, o artefato social e a estrutura administrativa. No entanto, as redefinições das fronteiras administrativas não significaram o desmonte da paisagem cultural, pondo luz às transitoriedades e resistências passíveis de serem verificadas na constituição do moderno território paulista e mineiro.

Destacam-se os bairros rurais, que mediante o processo de fundação de novos núcleos urbanos foram elevados à vilas ou freguesias – fato que fazia sobre eles recair novas responsabilidades e a atuação enquanto epicentros propulsores de urbanidade. Se as novas vilas eram locais de civilidade, temos que em meio a paisagem predominantemente rural fora forjada uma compreensão própria de urbanidade - o que remete à já comentada imprecisão entre o meio urbano e meio rural, característica ao processo de urbanização brasileiro.

Os fluxos e caminhos eram também meios para a comunicação e retorno de pessoas e informações que acabavam por levar ao sertão influências diluídas dos meios urbanos já configurados. Assim, as porções interioranas não podem ser compreendidas enquanto isoladas ou alheias as dinâmicas externas. Eram permeáveis.

Frente a um quadro de produção variável, mobilidade, dispersão e necessidade de controle político, econômico e administrativo, a inserção da monocultura canavieira representou a possibilidade de restaurar o quadro econômico paulista bem como aglomerar a população e melhor fiscalizá-los.

Da passagem do Século XVIII para o Século XIX, com a intensificação do cientificismo e o positivismo, algumas reformulações na paisagem cultural puderam ser observadas mais claramente. Verificou-se a desconstrução de um entendimento sobre o território pautado nas lendas, no misticismo e no imaginário as balizas para a sua organização e ocupação. Consequentemente, o modo de ser daqueles entes sertanejos também sofreram transformações na medida em que os avanços

tecnológicos passaram a fazer parte de seu cotidiano. A inserção da lavoura cafeeira propulsou novos avanços tecnológicos e uma nova camada de ressignificação, referente a capacidade produtiva das terras. Deste modo, o contínuo processo de dilatação das fronteiras conferia a outras áreas a denominação de sertão.

Nesta perspectiva de ressignificações, o ano de 1850 se apresentou como importante marco cronológico devido a promulgação da Lei de Terras - correspondendo ao interromper da prática de concessão de terras por sesmarias e o fim de uma estrutura secular de lida do território.

A possibilidade da comercialização de glebas rompeu por definitivo a lógica de mobilidade sertaneja, pois o deslocamento passou a ser precedido pela aquisição de glebas. Assim, os vínculos com a terra e o território foram redefinidos para noção de propriedade, promovendo a fixação e mais intenso enraizamento da população, sem a possibilidade de retorno às antigas estruturas.

Somou-se a este cenário a rede técnica, destacando-se os correios e telégrafos que promoveram o desmonte da antiga lógica de comunicação pautada no deslocamento humano.

Este quadro de transformações progressistas também cingiu sobre a paisagem situações de intersecções mais acentuadas entre o território das vivências e o território administrativo, na medida em que a os avanços progressistas participaram da reconfiguração da própria rede urbana. Com as novas dinâmicas, observou-se a elevação de antigos bairros à condição de vilas ou freguesias, dado o desenvolvimento social nele verificado. Contudo, o quadro oposto também foi observado - freguesias que apresentaram expressiva estagnação econômica justificada pelo distanciamento destas das novas redes de comunicação e comércio.

Nem toda aparente estagnação era consequência do distanciamento, dado a verificação de grupos sociais que preferiam manter as tradições locais enquanto forma de manutenção da identidade de sua comunidade.

A instalação das linhas ferroviárias também participou do conjunto de fatores determinantes ao rompimento com as antigas estruturas. Representaram a possibilidade do deslocamento de pessoas, bens e produtos entre as regiões cada

vez mais apartadas e o porto. A partir da segunda metade do século XIX, o desenrolar dos avanços científicos e tecnológicos levou a um novo contexto de transformações ainda mais rápidas e dinâmicas. Este aqui foi entendido como marco final de análise: o processo de industrialização, iniciado na Paisagem Mogiana à partir da primeira década do século XX.

Ainda que o contexto da industrialização não seja foco da análise, torna-se necessário destacar o desenvolvimento de uma indústria local iniciada por antigas olarias e que se pautavam na associação das práticas indígenas ceramistas às possibilidades da terra, sendo o solo argiloso abundante naquele contexto.

A Paisagem Mogiana foi administrativamente dividida entre os domínios territoriais paulista e mineiro, preservando até finais do século XIX, uma unidade identitária posteriormente afetada pelos avanços industriais. Estes inseriram cada uma das respectivas porções em lógicas de produção diferenciadas, passando elas a interagir predominantemente com a dinâmica de seu território administrativo.

No tocante da porção paulista, configurou-se uma rede de vilas e freguesias orbitadas por bairros rurais dispersos que ora dialogavam, ora resistiam aos avanços urbanizadores. O novo quadro político, econômico e cultural estabelecido na paisagem mogiana conduziu, por sua vez, ao despontar de atores locais enquanto liderança política que intentava defender interesses de grupos e parceiros.

Por ultimo, buscou-se aqui relativizar algumas questões recorrentes nos estudos sobre a urbanização brasileira à partir da leitura da paisagem enquanto estrutura de análise. Analisou-se o sertão enquanto habitat e os diferentes modos de ser do habitante sertanejo; a diferenciação entre território administrativo e território vivenciado. Também foram identificados fragmentos da rede de caminhos e bairros dispersos que organizavam o território e subsidiaram o processo de fundação de cidades. De igual modo, a existência de vetores de expansão de urbanidade, relativizando a tese de que a urbanização em São Paulo desenvolveu-se da costa litorânea sentido interior.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. No domínio das caatingas. In: **Caatinga, sertão e sertanejos**, Rio de Janeiro, p. 47-55, 1994-1995.

_____. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil. **Revista Orientação**, São Paulo: IG-USP, 1970.

_____. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estud. av.**, São Paulo, v.13 n. 36, maio-ago. 1999.

AFONSO, G. B. **A impressionante Astronomia dos índios brasileiros**. 2004. Disponível em: <<http://anovademocracia.com.br/no-18/835-a-impressionante-astronomia-dos-indios-brasileiros>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., org. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 313-336. ISBN 978- 85-232-1189-9.

AMANTINO, M. **O mundo das feras**: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – Século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.

ANAZ, S.; AGUIAR, G.; LEMOS, L.; FREIRE, N.; COSTA, E. Noções do imaginário: perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. **Revista Nexi**, v. 3, n. 1. 2014.

ANCHIETA, J. Cartas, informações, fragmentos, históricos e sermões. **Cartas Jesuíticas III**. 1560.

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência no Brasil**. São Paulo: Itatiaia Editorial. 1997.

ARAUJO, J. A. F. **A cultura caipira frente ao processo de globalização** – uma análise de caso da Baixa Mogiana no interior paulista e sul de MG. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ARTIGIANI, R. **Mogi Guaçu**: três séculos de história. 2ª ed. São Paulo: Editora Pannartz. 1994.

BARBATO, L. F. T. A Construção da Identidade Nacional Brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 8 n. 15 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2014

BARBO, L. V; RIBEIRO, R. J. C. Os itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no século XVIII. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6., 4 a 7 de nov. de 2015, Braga, Portugal, **Atas...** Porto: FLUP, 2016.

...

BARBOSA, W. A. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Promoção da Família, 1971.

BARCELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

_____. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. In: **LOCUS: – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1. p. 113-132, 2008.

BARROS, J. D. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Revista Conexão – Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul: UCS, jan.-jun. 2017, v. 6, n. 11.

BLUTEAU, R. **1728. Vocabulário portuguez & latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

BORREGO, M. A. **A teia mercantil**. São Paulo: Alameda, 2010.

BÔSCARO, A. P. D. Uma Serra de almas negras: o tráfico de escravos e a reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira – Século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUH, 2017..

BOSCHI, C. “**Como os filhos de Israel no deserto**”? (ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1ª metade do século XVIII). 1999.

BUENO, B. P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 17 n. 2 jul. Dez. 2009.

_____. Decifrando mapas: sobre o conceito de "território" e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 12 n. 1 jan.-dez. 2004.

_____. **Desenho e desígnio** – O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). São Paulo: EdUSP, 2011.

_____. Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v. 64, p. 99-130, 2016.

_____. Caminhos da história da urbanização no Brasil-Colônia. Dossiê. **Anais do Museu Paulista**. 2. ed. São Paulo: Museu Paulista, 2012. v. 20.

_____. O Brasil-colônia: em que medida mais urbano do que parece à primeira vista? In: PRIMER CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA URBANA, 2016, Santiago de Chile. **Catas...**, p. 825-834.

BRAGLIA, N. C. Pauliceia de ontem: o viver urbano na Belle Époque paulistana. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, n. 40, p. 523-531, jun. 2010.

BRIDI, C. L.; CAMPOS, S. R. **Italianos em Mogi Mirim**: A contribuição dos imigrantes italianos para o desenvolvimento de Mogi Mirim e das cidades da região da baixa mogiana. Mogi Mirim: Edição da autora, 2016.

_____. **Estudo da urbanização de Mogi Mirim** – das alamedas, becos, pátios e ladeiras de ontem às ruas e avenidas de hoje. Didático Pedagógico. 2009.

BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Ed. Companhia de Bolso. 2010.

_____. **Fronteiras culturais: barreiras e contatos**. Folha de São Paulo, 2007.

_____. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

CAMPANHOLE, A. **Memória da Cidade de Caconde**: freguesia antiga de N. Sra. da Conceição do Bom Sucesso do Rio Pardo. São Paulo: A. Campanhole, 1979.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EdUSP, 2015.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: EdUSP, 2017.

CARDONA, F. **Mogy-Mirim**: município – 22 de outubro. Notas e informações novas e velhas. Casa Cardona, 1928.

CARDOSO, W. **A adesão do Brasil setecentista à Ciência Moderna**. Tese (Doutorado em História)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CARVALHO, M. F. D. A. **Comarca de Rio das Mortes em Minas Gerais**: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARVALHO E SILVA, L. M. **Mogi Mirim (subsídios para sua história)**. Editora Casa Cardona, 1960.

CASTRO, D. S. **O olhar de si e o olhar dos outros**: um itinerário através das tradições e da identidade cigana. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CATÃO, L. P. **Sacrílegas Palavras**: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Tese (Doutorado em História)–Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

_____. As andanças dos jesuítas pelas Minas Gerais: uma análise da presença e atuação da Companhia de Jesus até sua expulsão (1759). **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p.127-150, dez. 2007 127

CELEGATTI, T. S. **Mogi Mirim**: Retratos de uma época – photographias de 1875 a 2006. Mogi Mirim: Tóride Cultural, 2005.

CINTRA, J. P.; COSTA, A. G.; OLIVEIRA, R. H. **O mapa do Padre Cocleo: uma análise cartográfica**.

CIZESCKI, F; PEREIRA, A.S.; FRITZEN, C. Os Sertões: projeto civilizatório e modernidade. **Revista de Iniciação Científica**. Unesc, Vol. 04, nº 1 , 2006.

CORBOZ, A. El território como palimpsesto. In: RAMOS, A. M. (Coord.) **Lo urbano en 20 autores contemporáneos**, Universitat Politècnica de Catalunya, Servicio de Publicaciones, 2004.

CORDOVA, V. S.; VICTAL, J. PAULISTÂNIA: o imaginário e o território da paisagem cultural caipira. In: COLOQUIO IBERO-AMERICANO: PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO, 4., 2016.

_____.; _____. **Territorialidades caipiras: o ser e a identidade do lugar**. Porto Alegre: Iluminuras, v. 17, n. 41, p. 80-96, jan.-jun. 2016.

CORREA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

_____. **Sobre a Geografia Cultural**. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2009.

CORREA, R.L.; ROSENDAHL,Z. **Introdução à geografia cultural**. Editora Bertrand Brasil, 2014.

CUNHA, M. F. **Mineiros em terras paulistas: população e economia**. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA. ECONOMIA, HISTÓRIA, DEMOGRAFIA e POLÍTICAS PÚBLICAS, 15., 2010, Diamantina. **Anais...**

D'ABBEVILLE, C. **história da missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo, ed. Livraria Martins, 1945.

D'ALINCOURT, L. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá**. Brasília: Biblioteca Digital do Senado Federal, 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/1113>>.

DAMATTA, R. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro: Ed. Rocco Ltda., 2004.

DELVAUX, M. M. Cartografia imaginária do sertão. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, p. 77- 87, 2009.

DERNTL, M. F. **Método e Arte: criação urbana e organização territorial na capitania de São Paulo, 1765-1811**. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DINIZ, N. M. **Um sertão entre tantos outros**. São Paulo: Versal Editores.

D'OLIVEIRA, J. J. M.; **Quadro histórico da Província de São Paulo até o ano de 1822**. São Paulo: Typ. Brasil de Carlos Gerke & Cia, 1897.

DUPRAT, R. Música nas Mogis (Mirim e Guassú): 1760. **Revista de História**, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964.

ELLIS, M. São Paulo, de Capitania a Província (pontos de partida para uma história político-administrativa da Capitania de São Paulo). **Revista de História**, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 52 (103, t. 1), p. 147-216, 1975.

ELLIS JR., A. **O café e a Paulistânea**. São Paulo: EdUSP, 1951.

Ellis Júnior, A. **O ouro e a Paulistânia**. São Paulo: Edusp. 1948..

ERTZOGUE, M. H. Viagens no tempo: memórias do escrivão José Joaquim do Carmo Gama sobre uma estação de cura. **SÆculum Revista de História** [34], João Pessoa, jan.-jun. 2016.

FARIA, M. D. CATÁLOGO DA COLEÇÃO CARTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA MANUSCRITA DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011. 376 p.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2011.

FERLINI, V. L. A. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo. n. sér. v. 17, n. 2, p. 237-250, jul.-dez. 2009.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 2007.

FERNANDES, N. **A Inquisição em Minas Gerais no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2014.

FRANCO, S.A.P. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 4. Ano IV. Nº 4. Dezembro 2007 (Online)

FONSECA, C. D. **Arraiais e vilas d'el Rei – Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FORTE, P. A ideia de nação paulista segundo Alfredo Ellis Junior. **Revista Alabastro**, São Paulo, v. 2, n. 8, 2016.

FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Ed. Graal, 1982)

GIANESELLA R. Gênese urbanas do colonialismo: síntese de encontros culturais. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. sér. v. 20, n. 1, p. 165-200, jan.-jun. 2012.

GODOY, M.P. **Contribuição à história natural e geral de pirassununga** (280 milhões de anos a.C. até 1.766-1974 A.D.) – volume I, 1974

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Ed. Claroenigma, 2015.

GOMES, A. **João Teodoro: o mais original e fecundo presidente de São Paulo**. São Paulo: Martins Editora, 1966.

HABERMAS, J. **A Modernidade: um projecto inacabado**. Nova Vega Editora, 2013.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e Fronteiras**. Ed. Companhia das Letras, 1994.

_____. Movimentos da População em São Paulo no século XVIII. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOLLER, M. T. **Os jesuítas e a música no Brasil colonial**. Campinas: Editora UNICAMP, 2010.

JESUS, A. L. F. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 35, p. 247-265, jul.-dez., 2006.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Ed. Zahar, 2009

LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EdUSP, 2001.

LOPES, M. **Ocupação tupinambá no Vale do Paraíba Paulista: vista a partir da análise do sítio arqueológico Santa Maria**. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, USP, 2014.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande** – A história de Minas que se devolve ao povo. Contagem: Editora Produção de Livros Ltda., 2008.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EdUSP, 2003.

MATOS, O. **Café e Ferrovias: a Evolução Ferroviária de São Paulo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

MERGULHÃO, L. **Caminhando de São Lourenço a Paraty**. Rio de Janeiro, 2007.

MÉTRAUX, A. Migrations historiques des Tupi-Guarani. **Journal de la Société des Américanistes**. Tome, 19, 1927, p. 1-45

MÉTRAUX, A. **The Guarani**. In: Steward, Julian H. (Ed). Handbook of South American Indians. Washington DC: Smithsonian Institution Press, 1949a. v.3.

MIRANDA, L. F. A. O Deserto dos Mestiços: O Sertão e seus Habitantes nos Relatos de Viagem do Início do Século XIX. **História**, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009.

MONBEING, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

MORAES, A. C. R. **O Sertão**. Terra Brasilis [Online], 4-5, 2003. Disponível em: <URL : <http://terrabrasilis.revues.org/341>>; <DOI: 10.4000/terrabrasilis.341>. Posto online em: 5 nov. 2012. Acesso em: 30 set. 2016.

MORAES, C. A. **Arqueologia Tupi no nordeste de São Paulo**: um estudo de variabilidade artefactual. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)–Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORI, R. **Os aldeamentos indígenas no Caminho dos Goiases**: guerra e etnogênese no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre) – Séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

NOGUEIRA, C. E. **O lugar da fronteira na geografia de Pierre Mombeig**. Tese (Doutorado em Geografia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NUNES, C. G. **Formação do território e espaços urbanos de Bragança Paulista**: dos primórdios a 1830. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

OLIVEIRA, R. L. S., “**Mão de luva**” e “**montanha**”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (matas gerais da Mantiqueira: 1755-1786). Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

PARANHOS, P. Primeiros núcleos populacionais no sul das Minas Gerais. **Histórica**: revista Eletrônica do Arquivo do Estado, n. 7, 2007.

PAULA, J. H. **Entre picadas, estradas e trieiros**: os caminhos que levam à Freguesia de Santa Luzia. Negociantes, escravidão, família e mestiçagens na Capitania dos Goyazes. 1746-1800. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canvieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765-1851). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

PICCINATO JR., D.. **Terra urbana, patrimônio fundiário**: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930). Dissertação (Mestrado em Urbanismo)–Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012.

_____, D. **Em chão urbano, o senhorio é santo**: urbanização e aforamento de terras no Bispado de Ribeirão Preto entre o Brasil Império e a Primeira República. 2016. Tese (Doutorado em Urbanismo)–Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2016.

PIRES, C. **Sambas e Cateretês**. Itu: Ottoni Editora, 2004.

Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável 2010- 2013 – Município de Mogi Guaçu. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/conselhos/arquivos_mun/342_06_01_2011_pmldrsguacu.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

POLITO, J. A. **Territórios de civilidade**: o papel das Mogis na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

PONTES, H. **A poesia das águas**: retratos escritos de Poços de Caldas. Poços de Caldas: Ed. Sulminas, 2004.

PRADO, E. D. **“Vila Ilze”**: o viver fragmentado do “boia-fria” – um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PRADO, W. **História de uma cidade bandeirante**. Mogi Mirim: Casa Cardona, 1951.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas**. Editora Duas Cidades, 1973.

RAMOS JR, J. A. S. **Mogi Guaçu Champion** – a colheita dos melhores frutos. Ed. Grifo, 1995.

REIS FILHO, N. G. **Dois Séculos de Projetos no Estado de São Paulo**. Grandes Obras e Urbanização (1800-1889). São Paulo: EdUSP, 2010.

_____. **Evolução urbana do Brasil 1500-1720**. São Paulo: Ed. Pini, 2001.

_____. **As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul**. São Paulo: Via das Artes, 2013.

_____. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: EdUSP, 1968.

_____. **O caminho do Anhanguera**. São Paulo: Via das Artes, 2014.

RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO SOBRE OS REMANESCENTES DA COMUNIDADE DE QUILOMBO BROTAS/ITATIBA-SP, 2004. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/rtc/RTC_Brotas.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

RIBEIRO, S. B. (Coord.) **Jaguariúna no curso da história**. Jaguariúna: Secretaria de Educação de Jaguariúna, 2008.

RODARTE, M. M. S. **O trabalho do fogo**: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais oitocentista. Tese (Doutorado em Demografia)–Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, M. **Mogi Guaçu**: o curso de um rio. São Paulo: Ed. Metalivros, 1999.

ROMEIRO, A. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. 431 p.

ROMEIRO, A. Guerra dos Emboabas: balanço histórico. Minas Gerais: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 2009, p. 107 – 117.

ROSA, J. G. **Grande Sertão**: Veredas. Biblioteca Luso-Brasileira, Editora Nova Aguilar, 1994.

ROVARON, C. E. **Ocupação da região da caldeira vulcânica de Poços de Caldas – MG (sec. XVIII-XX)**. Dissertação (Mestrado em História Econômica).–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

SAINT-ADOLPHE, M. Dicionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil.1845. Disponível em: <<http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/28232>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2002.
_____. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: EdUSP, 1976.

SALGADO, I. PEREIRA, R. B. A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Labor e Engenho**, Campinas, v. 11, n. 13, p. 218-241, set. 2017 ISSN 2176-8846.

SALVADOR, V. **História do Brasil (1500-1627)**. Biblioteca Básica Brasileira. Disponível online em: <http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/historia-do-brasil-1500-1627-frei-vicente-do-salvador/>, acessado em 11/07/2018.

SAMPAIO, I. F. **Formação da Rede Urbana e Fundação de Cidades na Região de Itu – 1796 a 1830**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo)–Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

SAMPAIO, M.A.P. **Frentes de expansão – dinâmica demográfica e agropastoril na São Paulo setecentista e décadas adjacentes**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. 2012 Disponível em: <https://onedrive.live.com/?cid=EAFCC14B96FD01C3&id=EAFCC14B96FD01C3%212989&parId=EAFCC14B96FD01C3%212042&o=OneUp>, acessado em 11/07/2018

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Ed. EdUSP, 2006.

SANTOS, M. M. D; COSTA, A. G. O mapa de 1767 das Minas Gerais: ecoando a questão dos limites da capitania. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 48-66, jan.-jun. 2016.

SANTOS, M. R. A. A cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo: leituras e questões. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1. **Anais...** Paraty: Centro de Referência em Cartografia Histórica da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SARAIVA, L. F.; SILVA, L. F. Minas Gerais, Regionalização e Identidade, 1821-1893. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 14. Diamantina: CEDEPLAR-Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil central: séculos XVIII e XIX (1719-1888)**. Introdução ao estudo da escravidão. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de Ciências e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

SILVA, L. M. C. **Moji-Mirim (subsídios para sua história)**. Mogi Mirim: Editora Casa Cardona, 1960.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de Terras de 1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SILVA, M. B. N; BACELLAR, C. A. P. **História de São Paulo Colonial**, São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SILVA, M. M. F. A propósito da palavra “Sertão”. **Boletim Geográfico**, Rio de

Janeiro: IBGE, 1950. Ano VIII, n. 90, p. 637-644.

SOUSA, A. C. V. Martinico Prado: um empresário agrícola no interior paulista. **Revista eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 35, 2009.

SOUZA, L. M. T. M. As visões da anaconda: a narrativa escrita indígena no Brasil. **Revista Semear**, Rio de Janeiro, v. 7. 2014. Disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/7Sem_16.html> Acesso em: 02 mar. 2018.

SOUZA, G.S. Notícias do Brasil, descrição verdade da costa daquele estado que pertence a' Coroa do Reino de Portugal. **Collecção de notícias para a história e geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são visinhas**. Tomo III, Parte 1. 1825

SOUZA, G.S. **Tratado descritivo do Brasil**. Rio de Janeiro : Typographia de João Ignacio da Silva, 1879

STADEN, H. **Viagens e cativos entre os selvagens do Brasil**. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ed Comemorativa, 1900.

STEWART, J.H. **Handbook of South American Indians**. Smithsonian Institution Bureaus os American Ethnology, Washington, Vol. 3, 1948.

TEIXEIRA, R. C. **História dos ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008, 127 p.

TIBIRIÇA, L. C. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem Tupi**. Significado dos nomes geográficos de origem Tupi. Traço Editora, 1985.

TORRÃO FILHO, A. **O 'milagre da onipotência' e a dispersão dos vadios**: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VIDAL, L. **A Cobra Grande**: uma introdução à cosmologia dos povos indígenas do Uaçá e Baixo Oiapoque – Amapá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2007, 68 p.

VAL, A. V. C.; ROSÁRIO, R. S. Histórico da Comarca do Rio das Mortes. **Jurisp. Mineira**, Belo Horizonte, a. 65, n 208, p. 13-26, jan.-mar. 2014.

VIGÁRIO, J. S. História e Imaginário. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, 2., Goiânia: Universidade Federal de Goiás/Universidade Católica de Goiás, set. 2009.

VILARDAGA, J. C. As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 795-815, set.-dez. 2013.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WIRTH, L. "O urbanismo como modo de vida". In: VELHO, O. (Org.). **O Fenômeno Urbano**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

LIVRETOS

São José de Mogi Mirim – 1751 a 1º de novembro de 2001, publicação comemorativa.

260 anos da Paróquia São José de Mogi Mirim – 1751-2011, publicação comemorativa.

ALMANAQUES

Almanak da Província de São Paulo para 1873

Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1874

Almanach Popular de Campinas para o anno de 1878

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil para 1883

Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1884

Amanach da Província de São Paulo, administrativo comercial e industrial para 1888

Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guaçu para o anno de 1889

LIVRETOS

São José de Mogi Mirim – 1751 a 1º de novembro de 2001, publicação comemorativa.

260 anos da Paróquia São José de Mogi Mirim – 1751-2011, publicação comemorativa.

ALMANAQUES

Almanak da Província de São Paulo para 1873

Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1874

Almanach Popular de Campinas para o anno de 1878

Almanak administrativo, mercantil e industrial do Império do Brazil para 1883

Almanach Sul-Mineiro para o anno de 1884

Amanach da Província de São Paulo, administrativo comercial e industrial para 1888

Almanach de Mogy Mirim e Mogy Guaçu para o anno de 1889

CARTOGRAFIAS

“Mappa da capitania de S. Paulo, e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens”, elaborado por Francesco Tosi Colombina datada do início do século XVIII.

“Carta Corográfica da Capitania de São Paulo, em que se mostra a verdadeira situação dos lugares por onde se fizeram as sete principais divisões do seu Governo com o de Minas Gerais”, copiada de um documento de 1766, pelo Major Umbelino Alberto de Campo Limpo, em 1869

“Mappa da Comarca do rio das Mortes pertencente a Capitania de Minas Gerais que mandou descrever o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antônio de

Noronha Governador e Capitão General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações”, feito por José Joaquim da Rocha, em 1777.

“Carta Corográfica de parte da Capitania de São Paulo que confina com a Capitania de Minas Gerais”, datada de 1874, foi de fundamental importância.

MAPAS

Mapa de Zoneamento do Município de Engenheiro Coelho (SP).

<<https://www.pmec.sp.gov.br/download.php?file=L2ZpbGVzL3NpdGUvcHVibGljYWVvZXMvYjU2YmIzMGNhZWU5NGI2NTdlYTg5Mjg2MjY4ZWV3N2E3YzBiMGNiNi5wZGY=&name=04%20-%20Zoneamento%20Municipal-Model.pdf> , acesso em 11/04/2018.

Mapa de Zoneamento do Município de Itapira (SP)

https://www.itapira.sp.gov.br/planejamento/plano_diretor/mapas/mapa_4_1_zoneamento_nucleo_urbano.pdf , acesso em 11/04/2018

INSTITUIÇÕES:

Arquivo Público do estado de São Paulo

Arquivo Publico Mineiro

Câmara Municipal de Mogi Mirim. Primeiro livro de Atas 1770-1775.

Casa da Memória de Jaguariuna

Biblioteca Municipal João XXIII de Mogi Guaçu

Biblioteca Municipal “Laurindo de Carvalho e Silva” de Mogi Mirim

Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Biblioteca da Pontifícia Universidade de Minas Gerais – campus Poços de Caldas

Bibliotecas Integradas da Universidade Estadual de Campinas

Bibliotecas Integradas da Universidades de São Paulo

Museu Histórico e Pedagógico Doutor João Teodoro Xavier

Núcleo de Estudos da População – (NEPO- UNICAMP)

Casa da Cultura Caipira de Mogi Mirim

Casa da Cultura de Poços de Caldas

SITES

<<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/descoberta-do-ouro.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017

<<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/wflinks/singlelink.php?cid=11&lid=18>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/mojimirim.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

<http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_S%C3%A3o_Paulo>. Acesso em: 27 abr. 2018.

<<http://www.itu.com.br/artigo/as-fazendas-de-acucar-bairro-pirahy-itusao-paulo-20161215>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

<<http://www.jacui.mg.gov.br/cidade/1/historia-de-jacui>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ANEXO 1 – MITO DE ORIGEM DO MOGI GUAÇU

Vivia feliz e descuidada a tribo Tapuia, à margem do Grande Rio, lá para o norte. Despreocupado e feliz também vivia o jovem e valente cacique, ao lado de sua meiga esposa, uma linda índia de cabelos e olhos mais negros do que o feio urutáu. Mas um dia a maldição desceu sobre a tribo. Vinda de terras distantes, apareceu uma negra sucuri-açu, matando um a um, todos os guerreiros que tentavam caçá-la.

Um dia chegou a vez do jovem cacique. A lua brincava de se esconder quando o chefe dos guerreiros deixou sua taba. Na beira da floresta ele olha para trás e para todos os lados, como se estivesse despedindo de tudo, e embrenha-se na mata. A lua assustada também se escondeu e passaram-se muitas horas. O sol apareceu e desapareceu várias vezes e, na tribo, todos aguardavam ansiosamente em silêncio a volta do chefe.

Na meia escuridão um raio de lua iluminou a figura do caçador arrastando o corpo enorme da serpente. No silêncio da noite os tambores rufaram anunciando a vitória do Cacique Cobra Grande. O céu ficou enfeitado das mais lindas estrelas e enrubescido com o clarão da fogueira, em volta da qual dançavam para comemorar a vitória do valente guerreiro, que também tomou parte no festim. Depois, cansado, adormeceu com a vestimenta de festa, feita de penas de araras e com o corpo untado de óleos perfumados.

Quando a madrugada raiava, soou um grito angustiante. O cacique tombou, vítima do veneno da maldita serpente. O pajé, apontando o sul, parte com a tribo a procura de lugar digno onde enterrar o amado chefe. Na Cachoeira de Cima, ao lado do mais lindo jequitibá, o Cacique Cobra Grande tem a sua morada eterna. As lágrimas de tristeza que vertiam da grande serra (Mantiqueira) beijam a sepultura do cacique, onde ali, esposa e irmãos, fizeram nascer nova morada, dando origem a Mogi Guaçu (Mito de Mogi Guaçu in RODRIGUES, 1999, p. 43)